UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

STEPHANIE PEREIRA DE LIMA

A GENTE NÃO É SÓ NEGRO!
INTERSECCIONALIDADE, EXPERIÊNCIA E AFETOS NA AÇÃO POLÍTICA DE NEGROS UNIVERSITÁRIOS

Campinas
2020

STEPHANIE PEREIRA DE LIMA

A GENTE NÃO É SÓ NEGRO!
INTERSECCIONALIDADE, EXPERIÊNCIA E AFETOS NA AÇÃO POLÍTICA DE NEGROS UNIVERSITÁRIOS

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Facchini
ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA STEPHANIE PEREIRA DE LIMA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. REGINA FACCHINI.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

L628g

Lima, Stephanie, 1992-
"A gente não é só negro!" : interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários / Stephanie Pereira de Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Regina Facchini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Experiência. 2. Programas de ação afirmativa. 3. Sexualidade. 4. Gênero. 5. Relações raciais. 6. Movimentos sociais - Brasil. I. Facchini, Regina, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "We are not black, only!" : intersectionality, experience and affection in the political action of black college students
Palavras-chave em inglês:
Experience
Affirmative action programs
Sexuality
Gender
Race relations
Social movement - Brazil
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutora em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Regina Facchini [Orientador]
Flavia Mateus Rios
Mario Augusto Medeiros da Silva
Sérgio Luis Carrara
Debora Cristina Jeffrey
Data de defesa: 24-04-2020
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0001-8627-2960
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/8616776277308262

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 24/04/2020, considerou a candidata Stephanie Pereira de Lima aprovada.

Profa. Dra. Regina Facchini

Profa. Dra. Flavia Mateus Rios

Profa. Dra. Mario Augusto Medeiros da Silva

Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

À Felipe Doss *in memoriam*

Que na presença e na ausência nos ensinou que uma parte do mundo não nos quer nele, mas uma outra grande parte sim, porque nós somos *lindas.*

AGRADECIMENTOS

Todos dizem que escrever uma tese é um processo que mobiliza pessoas, tempo e muita disposição. Além de tudo isso, as palavras escritas neste trabalho foram envolvidas de muito afeto e muito cuidado coletivo. Para acreditar que seria capaz de escrever uma tese e passar por todos os altos e baixos que envolvem a escrita foi necessário cuidar e me deixar ser cuidada. Aqui, além de agradecer às pessoas que sem elas esse trabalho não existiria, gostaria de marcar que não é fácil para ninguém e esses trabalhos só saem com muita ajuda e colo, e isso eu tive.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa no número do processo: 140678/2016-6

Agradeço inicialmente a quem me recebeu na UNICAMP. Regina Facchini aceitou entrar nessa jornada comigo e entre desafios e convencimentos crescemos juntas, como ela mesmo diz. Rê, você me ajudou a me enxergar como uma pesquisadora e a acreditar e confiar nas minhas ideias.

A Débora Jeffrey, Flávia Rios, Mário Medeiros e Sérgio Carrara agradeço por terem aceitado participar da banca e compartilhar suas leituras e ideias. Encontrar com vocês durante o caminho dessa trajetória acadêmica me fez crescer como pesquisadora e duvidar sempre do "óbvio".

O deslocamento para UNICAMP não foi fácil, mas só de ter conhecido tantas pessoas incríveis, eu agradeço por ter decido me aventurar. Agradeço as primeiras Divas que me receberam e conheci assim que cheguei: Domila Pazzini, Lauren Zeytounlian, Lorena Caminhas, Natalia Negretti, Vanessa Sander, Vanessa Pontes e Carolina Thomson, que para nós também é dos estudos de gênero. Passar com vocês pelas disciplinas, prazos, seminário de tese, greve, golpe fez tudo isso muito mais leve e divertido.

Agradeço também a organização do grupo de orientação por Regina e Isadora Lins França. No grupo consegui, a partir da leitura dos textos dos colegas e dos meus, aprender como nunca imaginei e confiar cada vez mais na troca coletiva de conhecimento. Agradeço a todos os comentários e puxadas de orelha de todos vocês: Alexandre Oviedo, Brume Iazzetti, Bruno Nzinga, Bruno Puccinelli, Fernanda Kalianny, Giorgia Nascimento, Gleicy Silva, Íris do Carmo, Lilythi Grove, Marcela Berti, Mariana Azevedo, Mayana Nunes, Natalia Negretti, Nicolas Kirjakaupassa, Roberto Efrem, Rubens Mascarenhas, Tarcísia Emmanuela, Thiago

Falcão, Vinicius Zanoli. Não poderia evitar é claro de reforçar os agradecimentos à Fernanda, Mayana, Bruno e, recentemente, Gleicy, que sempre foram muito atentos a qualquer texto que enviava e fizeram do grupo um lugar onde eu sabia que não estava sozinha em algumas ideias.

Pelo mesmo motivo agradeço aos que encarraram comigo a criação do Grupo de Estudos de Feminismos Negro/UNICAMP: Nathanael Araújo, Letícia Pavarina, Silvia Castro, Vanessa Sander. Além do grupo, agradeço imensamente a todos os pesquisadores negros que toparam as nossas propostas e apresentaram seus trabalhos no nosso seminários e ao que debateram: Bruno Nzinga, Chryslen Mayra, Douglas Silva, Fernanda Kalianny, Jeferson Batista, Jordana Barbosa, Julia Silva, José Vitor, Letícia Pavarina, Marilea Almeida, Mayana Nunes, Milena Oliveira, Sidélia Silva, Taina Silva, Teófilo Reis, Silvia Aguião, Marcio Macedo e todos os pretos e pretas que resistem na UNICAMP.

Nas disciplinas do doutorado, pude encontrar professores que me fizeram acreditar muito mais na troca e no diálogo como o melhor caminho na educação, assim agradeço imensamente a Isadora Lins França, Carolina Branco, Natália Corazza, Adriana Piscitelli e Gustavo Rossi. À Maria Elvira, que tenho como uma professora "emprestada" desde o mestrado, agradeço pela continuidade das oportunidades de aprendizado, assim como à Fátima Lima. À Paula Barreto agradeço por ter me recebido em sua disciplina na UFBA e ter me lembrado que por estar no sudeste, o meu conhecimento era situado.

Os quase dois anos que passei morando em Campinas fez uma carioca gostar de ficar em casa e se arrumar para ir em festa na casa dos amigos. Pelas festas, bares, conversas, choros, piscinas, saunas e por estarem até hoje na minha vida, eu agradeço a Cilmara Veiga, Natália Lago, Isadora França, Natalia Negretti (ou Rute e Rachel), Carolina Branco, Kiko e Nathanael Araújo (ou marida). Agradeço também aos amores que encontrei nas idas para São Paulo, que me fizeram aprender a gostar dessa cidade de pedra, Pedro Lopes e Cabelo muito obrigada por todas as noites, cuidados e esfirras.

Falar de cuidado no tempo que estive em Campinas é falar de todos do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP. Eu, perdida, encontrei vocês e fui muito bem acolhida. Não tenho palavras para descrever o agradecimento que tenho. Além de terem me ensinado e compartilhado comigo o cotidiano da política, agradeço por terem permitido que fizesse desses nossos momentos também cadernos de pesquisa. Sem vocês, além de não saber se conseguiria ter passado por tantos dias difíceis na universidade, com certeza esta tese não existiria. Muito obrigada: Bruno Nzinga, Taina Santos, Milena Oliveira, Leticia Pavarina,

Teofilo Reis, Carolina Pinho, Anselma Sales, DuKid, Helen Aguiar, Vitor Santos e Stefany Izidro (obrigada por Salvador!).

As mesmas palavras podem ser colocadas para agradecer a todo povo do KIU! e da Frente Negra da UERJ: Aiye Ti Eso, Vinicius Pereira, Grazielle Vasconcellos, Suzan Stanley e Luane Santos. Eu cheguei buscando por vocês e fui recebida com as melhores disposições do mundo. As falas não são apenas "dados de campo", elas representam o que nós acreditamos juntos: no cuidado coletivo.

Junto desse bonde pesado, eu agradeço também a todas as mulheres negras que passaram na minha vida e me ensinam como se faz a política. A todas as mulheres da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas/ANJF, eu agradeço por terem me ensinado que quando uma se movimenta, o mundo se movimenta.

Não foram só os que estão nomeados no trabalho que o fizeram existir. Eu não poderia deixar de agradecer a toda "força tarefa" da tese. Telma Bemerguy e Paula Lacerda, muito obrigada pela cadeira. Ela com certeza possibilitou ficar mais horas sentada. Bruno Zilli e Sergio Cararra, muito obrigada pela chave da sala. Sair de casa e ter aonde trabalhar, com certeza foi uma razão super importante para que esse trabalho fosse escrito. Alessandra, obrigada por todos os papos no almoço. Saber que nos meus intervalos eu iria te encontrar era uma felicidade. Como nenhum texto existe sem revisão e leituras e releituras, eu agradeço por toda a disposição e aceite de: Carla Gomes, Gleicy Silva, Isadora França, Juliana Farias, Natália Lago, Nathanael Araújo, Paulo Vitor Leite Lopes, Vanessa Leite. Vocês aceitaram as minhas pirações, meus áudios e me deram força para continuar até o último dia. Ao leitores, digo que considerem que parte central das análises deste trabalho é fruto de toda essa "força tarefa" aí de cima. Acreditar que eu não sei escrever me persegue até hoje e, por isso, eu não tenho palavras para agradecer as melhores revisoras do mundo: Bruna Ramalho, Cilmara Veiga e Julia Zanetti. Cil, você leu todos os trabalhos desde os de disciplinas, acreditar que eu não sou uma completa idiota no português é graças a você.

Sair de campinas e ir para salvador foi quase a realização de um sonho. Eu que amo esta cidade desde 2011 criei vínculos que, nem se eu quisesse, poderia esquecer. É claro que essa cidade não é fácil, mas o duplex do Engenho Velho da Federação fez os 8 meses que passei muito melhores do que poderia imaginar. Agradeço muito a Dudu Ribeiro, João e Fabiana Bastos por manterem sempre as melhores prioridades de compra para a casa e me surpreenderem a cada entrada pela porta. Dudu, eu te agradeço imensamente por todas os

papos e por ter me apresentado Karol Duarte e Belle Damaceno. Vocês não tem ideia do quanto eu aprendi com cada uma. Não poderia deixar de agradecer também a Rosa Morena (Cris), Gilson Guedes, Gustavo Coutinho, Maria Joana, Tourinho, Rinaldo Rossi, Yuri Brito, Nathalia, Rafaella Rios, Tami Messias, João Miguel e o povo da antiga do KIU!, Vinicius Alves, Ricardo Santana (Ricardina) e Wesley Francisco. As memórias que tenho de todos os nossos momentos estarão comigo para sempre.

A chegada em Salvador contava com uma expectativa, mas a realidade foi bem diferente. Apesar de ter vivido um dos piores momentos da minha vida, eu fui convidada a compartilhar com as melhores pessoas do mundo. Acredito que não sou a única que pensa nos agradecimentos enquanto está escrevendo a tese. Eu pensei muito em todo ele, mas em como eu iria agradecer essas pessoas era o que mais passava pela minha cabeça. É inimaginável o que nós vivemos juntos e é muito mais surreal o que fizemos disso. Com certeza, parte das minhas crises durante a escrita era por querer fazer com que as palavras dessas páginas chegassem perto de toda potência de cada um de vocês. Essa tese nunca teria sido escrita desse jeito se não fosse vocês. Essa tese é dedicada a ele, porque é dedicada a vocês. Além de agradecer aqui, eu quero ressaltar que todas as linhas dessas longas páginas são para vocês: Andreza Santos, Bruno Araújo, Mariana Jorge, Matheus, Juliete Osório, Lorena Pacheco, Samira Soares, Rebeca Benevides, Thiago Freire e Tifanny Conceição.

À Mari eu quero agradecer a ter me ensinado a gostar de FitDance, pelos melhores vídeos do Youtube e pela melhor gargalhada do mundo. Thiaguinho obrigada por ser meu companheiro no meu primeiro trio de Baiana e ter me cuidado na onda mais longa que eu já tive. Theus obrigada por topar comigo todas as maluquices e confiar sempre no meu "cemitério". Se cuida, porque eu te amo!. Juli obrigada por ter topado todas as pirações de fantasia de carnaval, todas as gastações de onda nos lugares mais aleatórios possíveis e pelos carinhos. Eu amo seus carinhos. Sami é a futura Lélia González que o Brasil vai conhecer. Eu te conheci em um dos momentos mais incríveis de nossas vidas (Andaraí, melhor viagem!). O mundo é seu preta!. Tifanny, me foi apresentada como a bicha preta mais foda da UFBA. Eu digo que ela é a mais foda de todas. A senhora com a pouca idade que tem é o furacão mais gostoso que passou na minha vida. Obrigada por todos os McDonald's possíveis e pelos cortes de cabelo. Lore, as palavras para você são aquelas difíceis de sair. Eu só quero dizer que o amor que um dia você disse ter passado para mim, vai ser eternamente cuidado. Você sempre me agradecia, mas é você que não tem ideia do quanto você cuidou de mim. Beca, te agradecer é quase impossível. Se não fosse por você eu nem teria ido para Salvador, não teria

conhecido todas essas pessoas aí de cima e nem teria vivido os melhores momentos da minha vida. Sapa, a senhora merece o mundo e acho que o melhor agradecimento que poderia fazer para você é te desejar as melhores ervas do planeta.

Apesar de ter vivido com as melhores pessoas e ter sido muito amada, eu voltei para minha cidade porque eu quis. Quando voltei de Salvador para o Rio de Janeiro, as pessoas me perguntaram porque não ficar lá ou escolher qualquer outra cidade já que o Rio estava um caos. O Rio sempre foi um caos, mas todos esses deslocamentos me fizeram perceber o quanto eu precisava estar perto das pessoas que me entendiam no olhar. Voltar para casa era voltar para o colo e eu tive muito quando cheguei e continuo tendo.

Os primeiros colos vieram com uma nova família: Daniele Duarte, Glaucia Marinho, Marina Ribeiro, Marcos Junior, Rachel Barros. Raphael Elias e Vanessa Valente. Com vocês eu ganhei irmãs mais velhas, mães, pais e muito trabalho. Eu agradeço todos os nossos final de semanas juntos, banheiros lavados, faxinas na cozinha, panelas, louças e compartilhar os melhores/piores sonos com vocês. Eu sou feliz quando estou perto de vocês. Muito obrigada por tudo. Dani, minha velha, muito obrigada pelos banhos e por me ensinar todo dia.

Com a volta para Rio eu ganhei um amor e junto dele veio outros amores. Paulo Vitor Leite Lopes, Raiza Siqueira e Vanessa Leite vocês já estavam na minha vida, mas agora é muito melhor. Eu nunca imaginei que seria tão bem acolhida no bonde que eu tinha medo de ser a próxima a ser zoada.

Agradeço muito aos amigos que estão comigo desde quando a gente ia para o Gafieira Elite: Everton Rangel, Tássia Áquila, Guilherme Marcondes, Fernanda Vianna, Raquel Ribeiro e João Henrique (que veio como último presente).

No meio do caminho da vida a gente esbarra em pessoas que nunca poderia imaginar que seriam para sempre. À minha irmã mais nova Juliana Farias e à mais velha Arize Oliveira eu agradeço por isso. Obrigada por estarem na minha vida e da gente saber que é para sempre. Arize, a gente virou mestre e doutora, quem iria imaginar. Eu agradeço todos os dias que os seus planos para as nossas vidas deram errado, mas que o nosso para sempre continua sendo real.

O para sempre também vem de bonde e esse é o melhor do mundo. Ana Marcela Terra, Barbara Viana, Bruna Ramalho, Carolina Dias, Clarice Imbuzeiro, Marina Praça, Mayra Madeira, Pricilla Mello, Sofia Barreto e Renata Bravin, vocês formam o melhor bonde

do mundo. Eu amo até as nossas tretas. Eu amo como a gente cresce junto. Eu amo como a gente é as vezes tão diferente, mas tão igual. Ah, se não fosse por vocês eu nunca teria tido coragem de ir para Salvador e por aqui vocês já perceberam o presente que me deram, né. Agradeço para sempre os nossos natais, bonde oculto e por todas as análises de conjuntura e de BBB, bêbadas. Vocês fazem a minha vida mais leve e eu serei sempre grata por isso.

Se não fosse a quarentena, minha família teria encarado 6 horas de viagem para Campinas só para me vê virando doutora, sem nem saber muito bem o que é isso. Se eu sou grata e tento aprender a retribuir, é porque eles me ensinaram. Obrigada tia Marcia, tia Mônica, tia Rosália, vó Aparecida, Claudio, Raiane, Lais, Nathan, Gabriel, Marja e tia Claudia. Se eu tenho alguma coisa a contribuir para o mundo da universidade é porque no meu mundo de origem eu tive as melhores professoras. Obrigada por terem me criado junto. Eu amo e tenho orgulho de onde vim porque tenho vocês. De Austin para o mundo!

Crescer junto gera briga, mas é lindo. Agradeço à Beatris Lima, que mesmo sem ter escolhido, compartilha essa vida louca comigo como irmã. Eu tenho certeza que não poderia ter escolhido uma mulher mais incrível para ter como irmã. Você me acalma, me irrita e me ensina a ser mais cuidadosa com as pessoas. O que é tudo bem para mim, não é tudo bem para todo mundo. Obrigada por tentar me ensinar esse mantra.

Eu vou agradecer junto porque os dois são muito ciumentos. Rodinei Lima e Marlucia Lima ou Puscão e Musca obrigada. Eu acho que vocês não imaginaram que criar filhas ouvindo Belchior, Cazuza e Gabriel Pensador ia resultar em umas meninas tão “revoltadas”. E o pior é que vocês têm orgulho da gente ser assim. Eu tenho muito orgulho da história de vocês e tento retribuir isso. Vocês me ensinaram que se não está bom para todo mundo é porque tem alguma coisa errada. O mundo está errado e nós podemos fazer alguma coisa. Eu demorei a perceber, mas tenho em casa os maiores militantes da minha vida. Com vocês eu aprendo que o diálogo é o melhor caminho, mas também que nem sempre dá. Aprendo que temos que gritar, mas também saber a hora de fazer isso. Vocês sabem mais de mim do que eu mesma. Agradeço todos os dias por saber que, mesmo nos momentos em que estou mais perdida, eu tenho para onde ir. Vocês são donos dos melhores colos que eu poderia receber.

Logo que voltei para o Rio, eu estava sozinha na paz de Oxalá e encontrei muito além de um colo. Julia Zanetti, o nosso encontro foi o melhor e maior presente que nossa mãe poderia nos dar. Um tempo antes de te conhecer eu ouvi que, apesar de estar triste naquele momento, eu iria encontrar alguém que me mostrasse como o amor poderia ser bom. Eu aqui,

além de agradecer, gostaria de declarar que, o amor pode ser muito bom. Eu encontrei o meu em nós. Estar ao seu lado são os melhores momentos da minha vida. Compartilhar e viver a vida com você é leve. Obrigada por todos os colos e cafunés. Seu colo e a nossa casa são os lugares que eu mais me sinto segura no mundo. Obrigada por me dar calma. Obrigada por, durante todo esse último ano, me ajudar a sair para trabalhar e a voltar para casa empolgada só porque iria te ver, como se tivesse ficado dias longe. Obrigada por puxar minha orelha, por entender e brigar com a minha teimosia, por ter digitado os rascunhos mais aleatórios, por ter aguentado um ano sendo monotemática, por acreditar em mim, por acreditar em você e por acreditar em nós. Você é a mulher mais maravilhosa que eu conheço e eu aceito (desde Trindade) passar a vida te dizendo isso. Obrigada por tudo, meu amor.

RESUMO

A última década foi marcada pela implementação de um conjunto de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, resultando num crescimento contínuo de negros nesses espaços. Esta pesquisa busca contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, explorando processos de produção de sujeitos políticos e de modos do fazer político em universidades. Tomo como foco privilegiado o movimento constituído por coletivos universitários, que se reúnem a partir de encontros de diversidade sexual e de gênero e de negros, com foco especial em como a questão racial está sendo articulada nesses contextos. Os objetivos específicos são: compreender a articulação entre processos de identificação subjetiva e de engajamento político de negros universitários; compreender as formas de produção cotidiana do fazer político em coletivos universitários negros ou que articulam questões raciais entre as diferenças mobilizadas; analisar transformações e articulações entre a produção de conhecimento e a atuação política entre esses atores. A metodologia da pesquisa é qualitativa e lança mão do método etnográfico, articulando observação on-line e off-line, entrevistas semiestruturadas com interlocutores chaves e análise de documentos produzidos pelos coletivos e encontros delimitados. Nos coletivos, a categoria interseccionalidade aparece como central no fazer político e, por esse motivo, os sujeitos articulam as subjetividades múltiplas tornando as negociações entre as diferenças o cerne destas organizações. A centralidade que o corpo toma nesses processos traz consigo a importância de falar e pautar os afetos na política das organizações.

Palavras-Chave: Experiência, programas de ação afirmativa, sexualidade, gênero, relações raciais e movimentos sociais.

ABSTRACT

The last decade was marked by the implementation of a set of affirmative policies in Brazilian universities, resulting in a continuous growth in the number of black people in those spaces. This research aims to contribute to the knowledge of the recent transformations in the social movements, exploring processes in which political subjects are produced and the ways in which the making of politics is conducted in the universities. I take, as a privileged focus, the movement formed by college students political groups, that come together from sexual diversity and black people meetings, with special focus on how the racial matter is being articulated in those contexts. The specific goals are: to understand the link between processes of subjective identification and the political engagement of black college students; to understand the means of everyday political making in groups that are either identified as black college students' political group or articulate the racial matters among the differences mobilized by it; to analyze the transformations and links between the knowledge production and the political activism in these actors. The methodology of the research is qualitative, resorting to an ethnographic method, articulating online and offline observation, semi-structured interviews with key interloctors and the analysis of the documents produced by the political groups and a delimited number of meetings. In those groups, the category intersectionality appears as central in their political making and, for that reason, the subjects articulate the multiple subjectivities, which makes the negotiations between the differences the core of those organizations. The centrality taken by the body in those processes brings along the importance of speaking and pointing out the affections in the politics of the organizations.

Key-words: Experience, Affirmative action program, sexuality, gender, race relations, social movement - Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz ENJUNE..... 79
Figura 2 – Cartaz II ENUNE..... 81
Figura 3 – Cartaz III ENUNE..... 82
Figura 4 – Cartaz IX ENUDS..... 84
Figura 5 – Cartaz EECUN..... 90
Figura 6 – Cartaz IV ENUNE..... 93
Figura 7 – Cartaz V ENUNE..... 94
Figura 8 – Cartaz VI ENUNE..... 97
Figura 9 – Cartaz XIV ENUDS..... 102
Figura 10 - Cartaz Coletivo Luiza Bairros..... 242

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
AE	Articulação de Esquerda
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
ANEN	Associação Nacional de Estudantes Negros
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduação
APNs	Agentes de Pastoral Negros
BA	Bahia
CA	Centro Acadêmico
CAFIL	Centro Acadêmico de Filosofia – UNICAMP
CEAO	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CENUMBA	Coletivo Estadual de Negros e Negras das Universidades Baianas
CN	Comissão Nacional do ENUDS
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CO	Comissão Organizadora do ENUDS
CONAJIR	Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial
CONAPIR	Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros
DA	Diretório Acadêmico
DAS	Direção de Assessoramento Superior
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas
DS	Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores
EECUN	Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EME	Encontro de Mulheres da UNE
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEGRECER	Coletivo Nacional de Juventude Negra
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENJUNE	Encontro Nacional de Juventude Negra
ENUDS	Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual
ENUDSG	Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero
ENUNE	Encontro de Negros e Negras da União Nacional dos Estudantes
EOP	Estruturas de Oportunidades Políticas
EPS	Esquerda Popular Socialista do Partidos dos Trabalhadores
ESAF	Projeto Espaços Afirmados
FCC	Fundação Carlos Chagas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNB	Frente Negra Brasileira
FPC	Frente Pró-Cotas
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GDT	Grupo de Discussão Temática do ENUDS
GEFAA	Grupo de Estudos de Filosofia Africana e Afrodiaspórica da UNICAMP
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GTAR	Grupo de Trabalho André Rebouças
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra
GTPLUN	Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCS/UFRJ	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IGZ	Instituto Ganga Zumba
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
JAEE	Jornada Afro Acadêmica de Estudos
KIU!	Coletivo de diversidade sexual – KIU!
LABI	Laboratório Interdisciplinar de Política LGBT da UNEB

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI	Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Homens Trans e Intersexo
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MNU	Movimento Negro Unificado
NCN/UNICAMP	Núcleo de Consciência Negra da Universidade Estadual de Campinas
NCN/USP	Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo
NDH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEABIs	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas
NENU	Núcleo de Estudantes Negros da UFBA
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PFL	Partido Frente Liberal
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIMESP	Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista
PL	Projeto de Lei
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PP	Partido Progressista
PPCor	Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira
PPISES	Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior
Prouni	Programa Universidades para Todos
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica

PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
Reaja!	Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENUN	I Seminário Nacional de Estudantes Negros
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SINBA	Sociedade Internacional Brasil África
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TCP	Teoria do Confronto Político
TED	*Technology, Entertainment, Desing* (Tecnologia, Entretenimento, Planejamento)
TEM	Teatro Experimental do Negro
TEM	Teatro Experimental Negro
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UNESP	Universidade do Estadual Paulista
Uniafro	Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Intituições Federais e Estaduais de Educação Superior
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UVA	*University of Virginia* (Universidade de Virgínia)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 24

Um auditório todo preto – "Achando" a pesquisa..... 24

A emergência do "sujeito político negro universitário"..... 30

O campo..... 42

Mapa da tese..... 46

CAPÍTULO 1 - "APARECER" E SE ENCONTRAR: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO NEGRO UNIVERSITÁRIO..... 49

1.1 Entrando na universidade na *efervescência* das cotas (2002-2011)..... 51

1.2 Entrando na universidade cada vez mais negra (2012-2016)..... 60

1.3 Construindo as pautas e produzindo enquadramentos: Os Encontros Nacionais entre 2003 – 2012..... 74

1.3.1 O início da incorporação do debate racial no Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) – (2003-2007)..... 75

1.3.2 A timidez dos temas de gênero e sexualidade nos Encontros de negros e negras (2007- 2011)..... 78

1.3.3 A territorialidade articulando o diálogo: o primeiro ENUDS com a temática racial (2012)..... 83

1.4 Encontros nos Encontros: EECUN, ENUNE e ENUDS..... 86

1.4.1 *Eu nunca me senti tão preto*!: o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) – (2016)..... 87

1.4.2 *Por uma UNE cada vez mais negra*: os encontros nos ENUNE (2015-2019)..... 92

1.4.3 *A gente é preto e LGBT*: os ENUDS de 2015 e 2016..... 98

CAPÍTULO 2 – *AQUI A GENTE FAZ POLÍTICA COM AFETO!: INTERSECCIONALIDADE* E *AFETO* NA CONSTRUÇÃO DA *NOSSA FORMA DE FAZER POLÍTICA*..... 110

2.1 *O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP) são as pessoas*..... 113

2.1.1 O início do NCN/UNICAMP..... 113

2.1.2 Criando um *lugar confortável:* uma etnografia nos NCN/UNICAMP..... 120

2.2 Lutando para permanecer: as mobilizações pré e pós Frente Negra/UERJ..... 130

2.2.1 *Aprendendo e tendo que lutar*: as primeiras organizações de estudantes negros pós-cotas na UERJ..... 130

2.2.2 *Aqui é nós por nós!*: A formação da Frente Negra da UERJ..... 135

2.3 *O KIU! é um movimento social dentro da universidade*..... 149

2.3.1 O surgimento do KIU! e as movimentações pós-cotas na UFBA..... 149

2.3.2 *O KIU! é um movimento social em que se pauta a interseccionalidade*..... 157

CAPÍTULO 3 – O *AFETO* E A *EXPERIÊNCIA* COMO LINGUAGEM E AÇÃO POLÍTICA..... 172

3.1 Entre *dois mundos*: levando a mãe para a universidade..... 172

3.2 *Tornar-se negro na universidade*: a transformação da experiência em linguagem de si..... 183

3.3 Transformando a linguagem em ação: a construção cotidiana do *acolhimento*..... 197

3.4 *Só o afeto salva!:* O coletivo como lugar de *adoecimento* e *cura*..... 204

CAPÍTULO 4 – *A PRODUÇÃO DE SABER CRIA ESPAÇOS DE PODER!* - CONSTRUINDO A *LUTA CONTRA O EPISTEMICÍDIO*..... 216

4.1 A *experiência* como produção e disputa da intelectualidade: O diagnóstico do *epistemicídio*..... 216

4.2 *A gente precisa estudar!*: a criação de grupos de estudos..... 222

4.3 *Eu quero entender a minha história!* – A *experiência* como produtora de conhecimento..... 227

4.4 A linguagem como estratégia de oposição e enfretamento..... 235

4.5 Disputando a intelectualidade e a institucionalidade..... 240

4.6 Mapeando as pesquisas através dos Encontros..... 247

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 253

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 260

ANEXO 1..... 281

Tabela de entrevistados – Salvador (BA)..... 281

Tabela de entrevistados – Rio de Janeiro (RJ)..... 282

Tabela de entrevistados – Campinas (SP)..... 283

ANEXO 2..... 284

Tabela Sócio Referenciada 1 – Salvador (BA)..... 284

Tabela Sócio Referenciada 1 – Rio de Janeiro (RJ)..... 285

Tabela Sócio Referenciada 1 – Campinas (SP)..... 286

ANEXO 3..... 287
Tabela Sócio Referenciada 2 – Salvador (BA)..... 287
Tabela Sócio Referenciada 2 – Rio de Janeiro (RJ)..... 288
Tabela Sócio Referenciada 2 – Campinas (SP)..... 289

ANEXO 4 - Quadro 1 – Encontros Nacionais e formação dos coletivos (1993-2016)..... 290

INTRODUÇÃO

Um auditório todo preto – Achando a pesquisa

Esta pesquisa se debruça sobre a emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades públicas brasileiras. O objetivo geral é contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, explorando processos de produção de sujeitos políticos e modos do fazer político em universidades, tendo em vista a ampliação do acesso de negros/as nas universidades[1], bem como a proliferação de sujeitos políticos e a negociação das diferenças. Tomo como foco privilegiado o movimento constituído por coletivos universitários, que se reúnem a partir de encontros de *diversidade sexual* e de *gênero* e encontros *de negros*, com foco especial em como a *questão racial*[2] está sendo articulada nesses contextos[3].

O desenvolvimento desta pesquisa está alicerçado em minha trajetória de formação política e acadêmica. Com isso, na primeira parte da introdução, irei descrever o processo de **achar** a pesquisa. Em seguida, a partir da literatura, farei uma apresentação do contexto histórico-político dos atores presentes no estudo para, assim, elencar os caminhos metodológicos da pesquisa. Por fim, será apresentado um mapa dos capítulos da tese.

Segundo o dicionário Priberan da língua portuguesa, a primeira definição do verbo achar é: "encontrar (procurando ou não)"[4]. É precisamente por este sentido que, apesar de pouco usado nos textos antropológicos, escolho utilizar esse verbo para descrever o momento inicial da pesquisa. À luz de Strathern (2014), a etnografia, enquanto produção antropológica, produz diferentes e imprevisíveis "efeitos etnográficos" dependendo da perspectiva e finalidades tomadas. No conjunto entre escrita, pesquisadora e interlocutores deste trabalho, a entrada na universidade foi sempre pautada como um momento de *solidão*, e a primeira ida aos Encontros/coletivos políticos, relatada como um **achado**, que não necessariamente pressupõe uma **busca**, mas que resulta em **encontrar** a si e *aos seus*.

---

[1] Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>. Acesso em: 23 abril. 2017

[2] Em campo, o uso do termo "questão racial" foi utilizado como sinônimo de raça, equidade racial e racismo. Apesar de haver um amplo debate no campo dos estudos das relações raciais no Brasil, que envolve a complexificação destas categorias, no decorrer da tese farei uso do termo mais utilizado pelos interlocutores. Ainda nesta introdução, mais adiante, apresento uma justifica para a escolha dos termos que serão utilizados no decorrer da tese. Para uma breve apresentação acerca destes termos, ver: GUIMARÃES, 2003

[3] Para demarcar termos e conceitos de outros autores, será utilizada as aspas e quando forem da própria autora será utilizado o negrito como meio de diferenciação. O itálico será utilizado para marcar os termos e categorias empregadas em campo. Com objetivo de reduzir o uso do recurso (itálico) e facilitar a leitura as aspas simples serão usadas como recursos de marcar fases no meio do texto, ditas pelos interlocutores.

[4] Disponível em: https://www.priberam.pt/dlpo/achar [consultado em 21-06-2018].

O processo de mudança entre o mestrado e o doutorado me levou à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Minha ida para a UNICAMP envolvia o desejo de estudar gênero e sexualidade com pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e expandir o campo de pesquisa do mestrado, dando continuidade às investigações e ao trabalho realizado com coletivos e grupos LGBT nas universidades[5].

Ao contrário do que imaginava, chegar à UNICAMP não era apenas chegar em outra universidade. Começar o doutorado era mudar para uma cidade no interior de São Paulo, para um bairro que então me parecia completamente branco e para o campus universitário mais branco em que eu havia estudado. Além de uma grande diferença de cidade, campus e pessoas, eu estava chegando à UNICAMP após passar meus últimos dois anos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), universidade que mantém uma política de cotas sociais e raciais há mais de uma década[6].

Marcar o bairro, a cidade e a universidade como lugares majoritariamente formados por pessoas brancas serve para demonstrar não só o desconforto de uma recente pesquisadora, que se identifica como negra, mas também o começo de uma busca: onde estão os negros[7] dessa universidade? Minhas inquietações políticas me fizeram logo descobrir a existência do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP). Animada, fui contar a novidade para um amigo, também negro e carioca, que tinha acabado de se mudar comigo para Campinas. Assim como eu, ele ingressou no programa de doutorado por cotas raciais. Espantado, ele olhou para mim e disse que já conhecia o Núcleo, e, inclusive, já havia sido convidado para participar das reuniões e para ir ao Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), que ocorreria no mês seguinte aquela conversa.

---

[5] Em 2012, ainda na graduação, por meio de coletivos LGBTI, descobri que ocorreria a X edição do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS). Além de participar daquela edição e das seguintes, o Encontro se tornou, inicialmente, um espaço de militância e depois o tema de minha dissertação de mestrado, defendida em 2016 (LIMA,2016). Vale ressaltar que, na XII edição, em 2014, o nome do encontro mudou para Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG). Como a mudança do nome do Encontro ocorreu na edição de 2014, haverá variações de seu uso durante o texto (entre ENUDS e ENUDSG). Dito isso, optei por usar a sigla ENUDS ao me referir de maneira genérica ao Encontro, pois é a forma mais usada nas falas e nos documentos que serão utilizados no decorrer da tese.

[6] Em acordo com Janete Leite (2011), utilizo o termo política de cotas como referências às políticas de reserva de vagas que passaram a ser implementadas, a partir de 2003, nas universidades públicas brasileiras. Vale destacar que a UERJ foi a primeira universidade, ainda em 2003, a implementar um sistema de cotas em processos seletivos para ingresso em seus cursos de graduação. Uma descrição mais adensada deste processo será realizada na próxima seção desta introdução.

[7] Pude observar que nos espaços da pesquisa o uso das categorias *negro* e *preto* é variado. Contudo, *negro* aparece com mais frequência. Utilizarei a categoria *negro*, convencionada pelo movimento negro, para referir-me à população preta e parda. No decorrer da tese irei explorar melhor os usos destas duas categorias.

Considero como representativas das inquietações que mobilizaram a presente pesquisa as perguntas que fiz em seguida: que Encontro[8] seria aquele que reuniria coletivos negros universitários? Quem estava organizando? Como eu não sabia que esse Encontro existia? Será que se tratava de algo equivalente a um ENUDS composto por negros e negras? O Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), que informava as minhas dúvidas e conhecimentos naquele momento, foi o meu primeiro espaço de formação política, ainda na graduação. Os sentimentos e desejos que passaram por mim, na descoberta de sua existência e na primeira ida ao ENUDS, se conectam com os que estava vivendo naquele momento com o EECUN.

Eu soube da existência do ENUDS em 2011, vindo a descobrir que, em Salvador, seria realizada sua IX edição. Até então, eu podia apenas imaginar o que o Encontro seria. Apesar de não lembrar exatamente quem havia me convidado, lembro que eu e dois amigos ficamos muito empolgados com a possibilidade de participar de um Encontro, que, segundo imaginávamos, 'só ia ter viado e sapatão'.

Apesar do ENUDS ter se tornado, posteriormente, o tema de pesquisa de minha dissertação, naquele momento, eu estava muito distante do objetivo de fazer um trabalho de campo; eu queria apenas compartilhar aquela *experiência*. Como disse Jô[9] em relato colhido posteriormente, durante o II Pré-ENUDS[10], em Niterói/RJ, em 2014, 'lá [no ENUDS] você sente uma liberdade inimaginável que você quer compartilhar'[11], referindo-se à imagem do Encontro como um lugar de *pegação*.[12] Era isso: para mim, naquele primeiro contato, o ENUDS era um 'lugar de liberdade', no qual eu não precisaria ter medo de dizer que sou *sapatão* ou ter medo de *chegar* em alguma menina e ser rechaçada porque ela *é hétero*. Ali, todo mundo era, para mim, 'viado ou sapatão' (ainda não passava pela minha cabeça que o

[8] Durante o texto irei utilizar a grafia em maiúsculo nas referências diretas aos Encontros (ENUDS, EECUN, Encontros de Negros e Negras da União Nacional dos Estudantes – ENUNE e Encontro Nacional de Juventude Negra - ENJUVE).

[9] Jô era aluno de graduação em pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tinha participado do ENUDS pela primeira vez em sua IX edição. Nas edições seguintes (X, XI e XII), passou a integrar sua organização. Até 2016, compunha o Grupo de Diversidade Sexual Diversitas da UFF.

[10] Os Pré-ENUDS eram realizados antes do ENUDS com objetivo de *coletivizar* a organização e promover um encontro entre a Comissão Organizadora (CO) e a Comissão Nacional (CN).

[11] Retirado do caderno de campo (12/08/14).

[12] Oriunda, ao que parece, do universo de sociabilidade gay, a expressão *pegação* é utilizada para designar o ato de uma pessoa ter relações afetivo-sexuais com uma ou mais pessoas no mesmo ambiente, podendo ou não se manter anônima. Designa, grosso modo, o exercício de uma sexualidade hedonista, sem compromisso com o estabelecimento de laços afetivos ou conjugais mais estáveis.

espaço também seria ocupado por pessoas trans[13] ou outras categorias identitárias, conforme viria a descobrir mais tarde).

Lembro que, no primeiro espaço da programação de que participei, chegou um rapaz de saia comprida, o que me deixou 'espantosamente feliz'. A felicidade era por ver que um homem podia usar saia ali sem que ninguém dissesse nada, nem achasse estranho ou que, pelo menos, não se manifestasse nenhuma estranheza. Parecia que todos ali poderiam fazer o que quisessem. Naquele momento, a sensação era de que eu tinha **achado** o meu lugar e ali eu iria ouvir e compartilhar experiências com pessoas *como eu*.

Assim como anos atrás eu havia ficado fascinada com a possibilidade de ir a um Encontro 'cheio de viado e sapatão'[14], no momento em que fiquei sabendo do EECUN, minha empolgação estava em imaginar um Encontro 'cheio de negros e negras'. Entre pesquisas e buscas, principalmente no Facebook, descobri que naquele ano de 2016 seria a primeira vez que aconteceria o EECUN e que a primeira edição ocorreria na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro. Animada, curiosa e, definitivamente, muito afetada, eu fui ao EECUN.

Chegar ao EECUN foi muito mais do que eu imaginava. Lembro de ter pensado, com um sorriso no rosto: 'eu não imaginava que havia tantos negros na universidade'. Em um grande espaço, ouvia, principalmente de alguns que eu identificava como organizadores, que ali havia mais de três mil negros e negras universitários. A quantidade de gente circulando, de diferentes sotaques e jeitos, não me espantava, mas o desfile de tranças, blacks e, principalmente, 'tons de pele negra' era o que me deixava feliz – por sentir que eu poderia estar ali também – e, novamente, muito curiosa.

A curiosidade que havia me afetado na primeira ida ao ENUDS, em 2012, se devia ao desejo de saber como aquelas pessoas que estavam ali pensavam, agiam e faziam política. No intervalo de menos de um semestre, eu havia passado de um espaço no qual achava não haver negras e negros, a minha experiência de chegada na UNICAMP, para um encontro com mais de três mil negros e negras universitários de todo o país que afirmavam que estavam 'organizadas e fazendo política nas suas universidades'.[15]

Assim como no ENUDS, o ambiente era dinâmico e o caminhar para a abertura do Encontro parecia um outro "evento". Entre chegadas de ônibus de outros estados, guardar

[13] Utilizo neste trabalho o termo trans como referência a travestis, mulher trans, transexuais, homens trans, trans homens e transgêneros.
[14] Na introdução da dissertação de mestrado (LIMA,2016), faço uma descrição da primeira ida ao ENUDS. Maior atenção a este Encontro será dada no segundo capítulo.
[15] A informação do número de participantes foi oferecida posteriormente pela organização do Encontro. No capítulo 2, apresentarei com mais detalhes o processo organizativo e a programação do EECUN e do ENUDS.

bagagem, levantar acampamento, tomar banho e desfilar até o auditório, a primeira vez no EECUN me fazia lembrar dos meus muitos outros encontros universitários, mas dessa vez era diferente. Antes do ENUDS eu sabia que havia muitos LGBTI na universidade, mas antes do EECUN eu não sabia que existiam tantos negros e negras na universidade. Além disso, a estranha sensação de integrar uma "maioria" no espaço universitário pela primeira vez – já que os espaços universitários que eu frequentava há mais de 10 anos eram compostos majoritariamente por pessoas brancas – me deixava, novamente, 'espantosamente feliz'.

Caminhar para a "cerimônia de abertura" do EECUN, realizada num grande auditório, era sentir que a **procura**, descrita até aqui, estava chegando ao fim. Ao entrar no auditório, fiquei parada na porta. Todas as cadeiras já estavam ocupadas e os corredores começavam a ser utilizados. Fiquei em pé, no final do auditório, procurando por amigos de militância que sabia estarem ali, mas também para ver. Olhar, ouvir e, principalmente, sentir era o que eu - e os segundos de silêncio que muitos faziam quando entravam e olhavam para aquela cena - estava buscando fazer. A sensação de **achar** algo me remetia ao primeiro contato com o ENUDS, que me ensinara que política (ali) era *procura e afeto*. Nesse sentido, a abertura do EECUN marca o **achar** do tema desta tese, que, a partir da procura e do afeto desses/as jovens negros e negras universitários/as, pretende compreender o processo do **achar** na/da política no território da universidade.

Descrevo esses dois momentos para afirmar que esta escrita parte de diferentes lugares. O primeiro é de alguém que fez de suas inquietações pessoais suas questões políticas, e, posteriormente, seus interesses de pesquisa. Parte também de um lugar que, de diferentes formas, compartilha a trajetória pessoal e política com os interlocutores desta pesquisa, que, antes, são amigos de militância e de vida. Assim, o encontro com grande parte das redes e pessoas que compõem este trabalho se deu por meio do compartilhamento de lugares sociais relativos a gênero, sexualidade, raça, classe e, principalmente, geração. Por todos esses lugares, a escrita deste trabalho está intimamente atravessada por conexões inescapáveis entre aspectos intelectuais, políticos e pessoais.

O debate antropológico acerca do pesquisador ser também militante do próprio campo é antigo na antropologia brasileira e passou a receber mais atenção a partir dos escritos de Ruth Cardoso (1988) e Eunice Durham (1988). A reflexão de Durham, sobretudo, dizia respeito à movimentação de seus alunos que estudavam movimentos sociais dos quais eles eram participantes. A autora cunhou o termo "participação observante", ao invés de "observação participante", com objetivo de alertar sobre os perigos de uma empatia que impediria o distanciamento crítico na forma de compreender o "outro".

Em contrapartida, Donna Haraway (1995), a partir da noção de "conhecimento situado", afirma que os vínculos afetivos e de pertencimento do pesquisador oferece lugares através dos quais é possível se produzir o conhecimento. Em outras palavras, para a autora, a presença de vínculos afetivos com o campo de pesquisa não pressupõe a impossibilidade de um distanciamento crítico. Além disso, afirma que "sujeição não é base para uma ontologia" (HARAWAY, 1995). Ou seja, mesmo considerando a importância de se produzir conhecimento a partir das margens e de se ter, para tanto, uma perspectiva situada, Haraway compreende que a produção da ciência se faz através de um posicionamento crítico.

Seguindo essa perspectiva, Patricia Hill Collins, enquanto socióloga negra norte-americana, dedica suas primeiras obras a refletir sobre as contribuições específicas que o olhar de mulheres negras traz para a ciência. A partir da perspectiva de Karl Mannhein (1954), que rotula os "estrangeiros" na academia como "intelectuais marginais", Collins (2016) propõe que estudiosas negras pertençam a um dos vários grupos de "intelectuais marginais", sendo, por isso, "outsider within". Segundo Collins, o fato das intelectuais negras não compartilharem a mesma identidade racial e de gênero com a maioria dos outros intelectuais da sociologia permitiria que as mesmas enriquecessem o discurso sociológico contemporâneo com outros pontos de vistas.

bell hooks (1995), em texto sobre intelectuais negras, aponta como "estar à margem" produz uma forma particular de "ver a realidade", e, assim, olha-se "tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora" (hooks, 1995;467). Dessa forma, essas três intelectuais defendem a premissa de que seria impossível separar a produção de conhecimento das relações materiais e históricas dos seus produtores. Entretanto, Collins e hooks reforçam que a "margem" é um lugar privilegiado de produção de conhecimento e até mesmo "inovador".

> A abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do self durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsiders within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada. (COLLINS, 2016:101)

Isto posto, ser vista como participante – ou "outsider within" –, isto é, como parte daquilo que seria o *nós* do sujeito coletivo que se forja nos espaços, faz com que as informações cheguem a mim sem muitas ressalvas ou questionamentos. Quer dizer, na medida em que aprofundo a pesquisa, a ideia de fazer parte de um *nós* propicia conexões e

marca as contribuições que recebo. Percebo que, durante conversas informais, as falas contêm explicações mais densas do que o comum. Muitos ressaltavam que conversavam comigo com o objetivo de deixar uma marca, certa versão sobre determinado fato ou assunto apontado. Em campo, cheguei a ouvir inúmeras vezes que iriam me ajudar com a pesquisa pois eu era *uma de nós*. Em outros momentos, eu era apresentada como a *pesquisadora, negra e sapatã*o, por isso poderiam e até deveriam falar comigo. Além disso, o trabalho da pesquisa passou a ser compreendido como coletivo, pois, *para nós*, estar no doutorado é considerado uma grande "vitória coletiva". Assim, longas conversas sobre como fazer a análise de algo que havia acontecido em campo e quais temas não deveriam ficar de fora da tese foram compartilhados.

Por fim, vale ressaltar que compreendo a noção de *nós* como uma "ficção". Contudo, em acordo com hooks (1995) e Collins (2016), o *nós* seria uma "ficção" assim como a noção de "margem" ou "raça", ou seja, o *nós* tem efeito no mundo social e, no caso, nesta pesquisa. Portanto, o status de "outsider within" da pesquisadora permeia as relações e a produção desta pesquisa. Além da necessidade ética de explicitar a minha posição e como a mesma é vista durante a pesquisa de campo, compreendo o papel de "pesquisadora militante" como uma situação profícua para análises e reflexões antropológicas, e não como limitador.

A emergência do sujeito político negro universitário

Esta pesquisa parte do dado de que, nas últimas décadas, houve um crescimento de pessoas auto-declaradas negras nas universidades públicas do Brasil[16]. Dito isso, irei me ater ao conjunto de estruturas de oportunidades políticas[17] que antecederam a criação das ações afirmativas e das cotas nas universidades públicas brasileiras. Para isso, retomo a leitura extensa apresentada por Amilcar Pereira que considera o movimento negro organizado como um "movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial" (2010:81), e que pontua momentos distintos de sua formação. Pereira (2010) marca o início do movimento com a formação da Frente Negra Brasileira (FNB), na década de 1930 e, posteriormente, com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944[18]. Segundo

[16] Vale ressaltar a importância de se considerar uma análise relacional entre diversos movimentos sociais para compreendermos o momento atual. Para uma abordagem sobre as relações entre movimento feminista, negro e LGBTI, desde a década de 1970, ver Facchini et. al, 2020

[17] Vale ressaltar, que este conceito tem origem na Teoria do Conflito Político (TCP), desenvolvida por Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow (2009). Os principais conceitos desta teoria são "repertório, enquadramento interpretativo, performance e Estrutura das Oportunidades Políticas". Para uma análise destes conceitos, ver: Alonso, 2012.

[18] Na extensa bibliografia acerca do movimento negro, há produções que marcam esse início em momentos anteriores. Segundo Santos (1985), "movimento negro é antes de mais nada o que seus protagonistas dizem que é

Pereira (2010), o movimento passaria por um momento de reformulação a partir da década de 1970, década que é também considerada o momento de formação do movimento negro contemporâneo, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 (PEREIRA, 2010; DOMINGUES, 2007; GONZALEZ, 1982)[19]. Nesse momento, o movimento tinha como pauta principal a denúncia do "mito da democracia racial" e a busca de uma "real democracia racial"[20]. Vale ressaltar que as lideranças, neste momento do movimento, advinham de origens humildes, mas a maioria cursava o ensino superior (RIOS, 2014).

Segundo Flavia Rios (2008), já com o início da abertura política, no final da década de 1980, figuras do movimento passaram a concorrer a cargos no legislativo e estreitaram os laços com partidos de esquerda, principalmente com o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, algumas figuras passaram a transitar em alguns espaços institucionais e a integrar conselhos, como afirma Rios (2008):

> No ano de 1984, é construído o Conselho da Comunidade Negra, no qual passam a circular setores do movimento negro, inclusive líderes do MNU[...]. No ano de 1988, é criado, na gestão do Presidente Sarney, o primeiro órgão voltado para assuntos da comunidade negra, a Fundação Palmares. Afora esses modelos estatais, durante os anos de redemocratização, surgiram algumas das ONGs negras mais influentes da década de 90, como Maria Mulher (1987), Instituto do Negro Padre Batista (1987); Geledés, Instituto da Mulher Negra, (1988); Unegro, União dos Negros pela Igualdade (1988); CEAP, Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (1989), dentre outras. (RIOS, 2008:65)

Nesse ínterim, compondo um conjunto de mobilizações, em 1995, o movimento negro realizava a Marcha Zumbi[21], na qual foi apresentada uma carta para o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) com suas demandas. O então presidente reconheceu em

---

movimento negro". Nascimento & Nascimento (2000) propõem pensarmos que "existiu movimento negro desde os primeiros escravizados no Brasil". Ana Flavia Magalhães Pinto (2010) se debruça sobre a imprensa negra brasileira, situando publicações que datam do século XIX. Lélia Gonzalez (1982) chama atenção para a diversidade de respostas que se constituíram para o enfrentamento do regime escravista, passando pelos quilombos, pelo movimento revolucionário dos malês, pelas irmandades e sociedades de ajuda, pelo candomblé e pela participação em movimentos populares. Gonzalez (1982) atenta ainda para as variantes que foram se constituindo regionalmente e ao longo do tempo, e ressalta o caráter de escolha e de adoção de uma perspectiva que, no seu caso, envolve falar em Movimento Negro.

[19] Ao focalizar a trajetória do movimento negro organizado durante a República (1889-2000), Petrônio Domingues (2007) situa outras importantes etapas, atores e propostas, mencionando iniciativas como o Centro Cívico Palmares (1926); a União Brasileira dos Homens de Cor (1943); a I e a II Convenção Nacional do Negro (1945;1946); o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), na UFBA (1959), que daria início à criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) em inúmeras universidades públicas do país; o bloco Ilê Ayê (1974); e centros de estudos e núcleos negros em universidades, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), criado em 1975, no Rio de Janeiro, e o Núcleo Negro da PUC, que surge em 1979, em São Paulo.

[20] Para um debate mais aprofundado, ver: SANTOS, 2016.

[21] Segundo Pereira (2010): "a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi. Essa Marcha levou a Brasília ativistas do movimento negro, do movimento de mulheres negras, de sindicatos e de comunidades negras rurais, que entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento com uma série de proposições, incluindo uma já citada na introdução desta tese: 'Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta" (2010:236)

discurso, pela primeira vez na história, a existência de discriminação racial no Brasil, e assinou o decreto de criação de um GT interministerial para pensar políticas públicas para "valorização da população negra"[22]. Segundo Rodger Richer (2020), essa Marcha também gerou efeitos no movimento estudantil. Segundo o autor, este protesto abriu uma "oportunidade política", que no bojo da ebulição do debate racial daquele momento, possibilitou a eleição do primeiro presidente negro da União Nacional dos Estudantes, em 1995. Assim, com o adensamento das participações sócio-estatais e com as conquistas alcançadas nas décadas de 1990 e 2000 (resultado das lutas anteriores), o movimento negro passou a priorizar a pauta do acesso à educação no Ensino Superior.

Nesse sentido, ainda na década de 1990, os "pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC)" surgiram como outra forma de atuação do movimento negro e ganharam visibilidade nacional diferenciando-se do modelo de atuação e organização das ONG, dado que tinham como base o trabalho voluntário realizado por professores e coordenadores de seus núcleos (PEREIRA, 2010). Segundo Nádia Cardoso (2005), em 1992 foi criado o Instituto Steve Biko, em Salvador, resultado da efervescência do movimento negro, desde a década de 1970. Nas palavras da autora:

> O Instituto é produzido por esses novos processos do ativismo negro inaugurado na década de 70, com uma narrativa centrada na (re)elaboração da identidade negra e no reconhecimento do racismo como estruturante da sociedade brasileira e gerador de um sistema de desigualdades raciais que origina desvantagens socioeconômicas, de prestígio e de poder para os negros e de privilégios para brancos. Foi o impacto da compreensão das profundas desigualdades raciais entre brancos e negros no ensino superior como estruturante da invisibilidade do negro nesse espaço, que mobilizou a atitude de fazer o Instituto Biko. Foi a compreensão da necessidade de produção de uma nova identidade negra onde o ser negro seja afirmado com positividade para que a juventude possa furar os obstáculos da cor no acesso ao ensino superior, que impulsionaram a organização do Instituto[23]. (CARDOSO, 2005:152)

De acordo com Cardoso, o Instituto emerge em um contexto nacional de mobilização de universitários negros que passaram a se reunir para organizar o I Seminário Nacional de Estudantes Negros (SENUN). Dessa maneira, o Steve Biko surge das discussões de construção deste Seminário - antes mesmo de sua efetiva realização, dado que o I SENUN ocorre em 1993, também em Salvador. Assim, o I SENUN foi "um espaço estratégico criado pela juventude negra brasileira para discutir coletivamente as dificuldades e barreiras de

[22] O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) foi criado pelo Decreto s/n de 20 de novembro de 1995 e era composto por oito membros da sociedade civil ligados ao movimento negro, oito membros de ministérios e um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Disponível em: www.senado.gov.br, "Legislação". Acesso em 06 março 2018.

[23] Ainda segundo a autora, ela afirma que para esse objetivo foi criado no curso de pré-vestibular do Instituto a disciplina Cidadania e Consciência Negra (CARDOSO, 2005).

acesso, permanência e sucesso dos negros na universidade brasileira" (p.228)[24]. Ainda segundo a mesma autora, a partir do SENUN se criaram vários núcleos nacionais nas universidades, como por exemplo, o CENUMBA, na UFBA, que foi um grupo central para a mobilização e aprovação das cotas na universidade, em 2004.

Desse modo, com foco na entrada dos estudantes negros no Ensino Superior, o Instituto Steve Biko criou e manteve um curso pré-vestibular para negros que influenciou a formação de outros projetos similares em todo Brasil[25]. Nesse contexto, em 1997, surgiu a Educafro[26], em São Paulo, que se tornou, no decorrer da década de 2000, uma das maiores entidades do movimento negro brasileiro, apresentando-se na cena pública em defesa, principalmente, de ações afirmativas no Ensino Superior.[27] Segundo Rios (2008):

> A intervenção direta nas comunidades periféricas dependeu de uma complexidade crescente das organizações negras e o surgimento gradativo de uma militância profissionalizada. Deve-se a esse processo de institucionalização o potencial para sustentar uma das bandeiras mais caras para o movimento negro na década de 1990: o acesso ao ensino superior. A Educafro é fruto dessa nova realidade civil. (RIOS, 2008:79)

Portanto, os PVNC além de contribuírem para a entrada de estudantes negros nas universidades públicas, torna-os um vetor direto de contribuição na constituição de coletivos negros universitários, a partir de seus debates internamente promovidos acerca da questão racial. Dessa forma, os PVNC, que passam a ser a principal forma de atuação política do movimento negro nos finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, se tornam um ator central, não apenas pelo aumento inicial de jovens negros nas universidades, mas pela transformação no próprio movimento negro e na produção intelectual desenvolvida pelo engajamento e pesquisa desses jovens durante e após a graduação.

---

[24] Alex Ratts desenvolveu trabalhos extensos acerca do que ele nomeia de "movimento negro de base acadêmica". Durante a tese iremos resgatar o trabalho do autor, principalmente na última parte da tese. O SENUN foi utilizado como exemplo de tal proposição durante as organizações do EECUN, como veremos no segundo capítulo.

[25] A importância do Instituto no campo de pesquisa será relatada na primeira parte da tese.

[26] Segundo o site: "São objetivos específicos da Educafro que contribuem para o cumprimento de sua missão: organizar e provocar o surgimento de núcleos de pré-vestibular (novos núcleos) nas periferias de todo Brasil; proporcionar surgimento de novas lideranças e cidadãos conscientes nas comunidades e nas universidades; formação cidadã e acadêmica através das aulas de professores voluntários nos cursinhos comunitários, como também: Apresentar propostas de políticas públicas e ações afirmativas aos poderes executivos, legislativo e judiciário; Difundir princípios e valores que contribuam para a radical transformação social do Brasil e Américas, com fundamento no ideário cristão e franciscano; Despertar nas pessoas a responsabilidade e autonomia na superação de dificuldades as tornando protagonistas de suas histórias; Valorizar radicalmente, a organização de grupos sociais e populares como instrumento de transformação social e pressão junto ao Estado". Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>. Acesso em 10 set. 2018.

[27] Naquele momento, além do Steve Biko, em Salvador, e da Educafro, em São Paulo, foi formado um ano depois o PVNC do Núcleo de Consciência Negra da USP. Esses dois espaços estão ativos até o momento e muitos dos atores que apareceram no decorrer da pesquisa estudaram nestes pré-vestibulares.

No conjunto dessas mobilizações, o início dos anos 2000 foi marcado pela III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Esse é um marco da intensificação do processo de adoção de políticas afirmativas no Brasil. Segundo Rios (2014), a Conferência de Durban foi um divisor de águas, além de ser considerada o ápice da atuação política dos negros no plano internacional, bem como na reorientação das estratégias de ativismo nacional e transnacional[28]. Por conseguinte, ainda em 2001, o governo definiu o primeiro programa de política de cotas no país:

> Logo após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, o governo brasileiro definiu um programa de política de cotas no âmbito dos ministérios do Desenvolvimento Agrário – implementação de programa de ações afirmativas que previa cota mínima de 20% para afrodescendentes no acesso a cargos de direção, bem como na organização de concursos públicos e na contratação de trabalhadores terceirizados; da Cultura – implementação de programa de ações afirmativas que previa meta de participação de 20% para afrodescendentes, no preenchimento de cargos de Direção de Assessoramento Superior (DAS) e nos contratos com serviços de terceiros e consultores; da Justiça – criação, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da administração pública federal, com o objetivo de privilegiar a participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência; e nos tribunais Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF) – implementação de ações afirmativas nos contratos com serviços de terceiros que previam a participação de no mínimo 20% de negros e negras. (PEREIRA, 2010:238)

Flavia Rios (2008), ao refletir acerca do processo de institucionalização do movimento negro, aponta que no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003[29]. Além disso, "os movimentos" e o governo assumiram compromissos públicos e tornaram-se aliados políticos.

---

[28] Vale ressaltar que a III Conferência Mundial gerou reflexos em diversos movimentos sociais no Brasil. Segundo Facchini (2009), após a Conferência, "Além da noção de *intolerância correlata* ter permitido a inserção formal de demandas de LGBT na agenda política brasileira, essa Conferência traz uma importante inflexão no olhar para a promoção de direitos humanos, que tem impacto no modo como políticas públicas e estruturas governamentais são geradas a partir de então: várias formas de intolerância podem se entrecruzar ou potencializar mutuamente". (FACCHINI, 2009:137)

[29] Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sanciona a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 06 de março 2018.

Ao abordar esse contexto, Richer (2020) afirma que no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)[30] e na primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR)[31], respectivamente criado e realizada em 2005, havia a participação de representantes da UNE e que também era uma "preocupação da entidade" a ocupação nestes espaços. No bojo destas mobilizações, Marcia Lima (2015) afirma que, em 2000, foi sancionada a primeira lei de cotas que instituía a reserva de 50% das vagas das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro para estudantes de escolas públicas[32]. Depois da UERJ, outras universidades aprovaram cotas em seus Conselhos Universitários, como a Universidade de Brasília (UnB)[33] e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também em 2003, e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004 – como dito anteriormente.

Segundo José Jorge de Carvalho (2006), a principal política que o governo Lula acordou com o movimento, em seu primeiro mandato, foi a de democratização do Ensino Superior. Assim, foram criados programas ampliação do acesso para o setor privado, como o Programa Universidades para Todos (Prouni)[34], e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Isto posto,

---

[30] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial. Acesso em 06 março 2020.

[31] O trabalho de Heredia e Leite Lopes (2014) apresenta os vínculos do plano governamental pós 2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e as formas de organização política nesse contexto. A inclusão crescente através de conselhos e conferências cria uma nova organização de tempo de trabalho militante dos representantes e um aprendizado de novas técnicas, fazendo-os, aparentemente, "afastarem-se de suas bases". Por conseguinte, a relação com os espaços de conselhos e conferências afeta o conjunto das relações no interior do(s) próprio(s) movimento(s) (HEREDIA; LEITE LOPES, 2014). Ainda nesse livro, baseados em pesquisas sócio antropológicas realizadas em conselhos e conferências nacionais, os autores veem como positivo o diálogo que, através dessas instâncias, diferentes movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, rural, LGBT, de juventude, entre outros, passam a estabelecer com "instancias estatais".
Disponível em: https://undime.org.br/noticia/i-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial. Acesso em 06 março 2020.

[32] A lei do cotas na UERJ foi aprovada na Assembleia Legislativa do estado e não pelo Conselho Universitário da universidade. A lei utilizada hoje pela UERJ prevê a reserva de "20% das vagas reservadas a negros, indígenas e alunos oriundos de comunidades quilombolas, 20% das vagas reservadas a alunos oriundos de ensino médio da rede pública, seja municipal, estadual ou federal e 5% das vagas reservadas a estudantes com deficiência, e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão de serviço". Contudo, todos os candidatos à reserva de vagas devem comprovar ter renda per capita bruta de até 1,5 salários mínimos. Disponível em: https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/sistema-de-cotas/. Acesso em 06 março. 2020.

[33] No livro "Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior", publicado em 2005, José Jorge de Carvalho reúne um conjunto de textos resultantes de reflexões e propostas em torno do tema da reserva de vagas para indígenas e negros, em especial o caso da Universidade de Brasília (UNB). O autor ressalta que a emergência do debate racial e a organização política em torno da política de cotas tem seu início ainda em 2000, mas o crescimento exponencial de movimentações sobre o tema passa a ocorrer a partir da última década (Carvalho, 2016).

[34] O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos. Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 28 maio 2017.

o Reuni e a posterior aprovação da Lei de Cotas (12.711/2012), no Supremo Tribunal Federal (STF), tornaram-se as políticas que diretamente contribuíram para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras.

O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi[35]. Segundo Facchini et al. (2013), um impacto positivo provocado pelo Reuni foi alocar pesquisadores em instituições espalhadas por regiões mais distantes do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, vários dos quais com pesquisas sobre sexualidade, gênero e raça, descentralizando e expandindo este campo científico brasileiro. Outra consequência deste processo, apontada por Marcia Lima (2018), foi a diversificação no corpo discente e, por conseguinte, uma redefinição nas agendas de pesquisa.

Segundo Daflon et al (2013), apesar das universidades estaduais terem sido pioneiras na implantação de políticas afirmativas, a entrada de negras e negros na universidade cresceu exponencialmente por meio da implantação do Reuni. Marcia Lima (2015) ressalta que uma das diretrizes do Reuni era também a criação de mecanismos de inclusão. Segundo ela:

> O resultado disto foi que em 2008 o número de universidades federais com alguma política de inclusão aumentou de forma significativa. Mais recentemente, em 2010, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que buscou unificar o processo de acesso às vagas oferecidas nas instituições federais, a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao ENEM, a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), completam o rol das mais importantes iniciativas do governo federal para o sistema de ensino superior. Em resumo, é importante frisar que a cota racial faz parte de um conjunto de ações voltado para a expansão e inclusão de indivíduos pobres e negros neste nível de ensino. (LIMA, 2015:28)

Como aponta a autora, o ano de 2012 foi marcado pela sanção da Lei de cotas[36] (12.711/2012), responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas).[37] Ao fim de todo o processo, no Supremo Tribunal Federal (STF), aprovou-se por unanimidade a constitucionalidade do uso do critério racial, o que provocou um grande debate público

[35] Disponível em: < http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 07 set. 2015
[36] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 14 out. 2016.
[37] Segundo Dos Santos (2012), a partir dos anos 2000, foi criada uma área temática no âmbito da pós-graduação em torno das ações afirmativas. O crescente número de teses e trabalhos sobre o tema foi observado pelo autor que, nos anos de 2012 e 2013, organizou dois livros, o primeiro levantando onze artigos sobre o processo de inclusão de cotas nas universidades e o segundo com oito artigos analisando os impactos das cotas nas universidades públicas brasileiras, entre 2004 e 2012.

nacional sobre o tema[38] (LIMA, 2015). Quatro meses depois da sessão no STF, a Lei de Cotas foi sancionada pelo governo federal.

Compreendo que os mecanismos e imbricações de ordenação política são relacionais e contextuais. Portanto, o Reuni e a Lei de Cotas aparecem no campo como oportunidades políticas centrais; como resultado de um conjunto de ações e conquistas do movimento negro que possibilitaram o aumento no número de negras e negros nas universidades públicas no Brasil[39]. Dessa maneira, o argumento exposto pela bibliografia apresentada ajuda-nos a compreender o processo anterior à formação e organização dos coletivos e grupos negros, e, por conseguinte, a do **sujeito político negro universitário**.

Isto nos leva ao cenário atual, no qual um conjunto de pesquisadores que buscam compreender o momento recente dos movimentos sociais têm assinalado formas de reação das gerações mais recentes ao processo de institucionalização intensificada nas últimas décadas[40], nos moldes vistos acima (ALVAREZ, 2014; FACCHINI, 2011, DANILIAUSKAS, 2016, RIOS E MACIEL, 2017-8; GOMES, 2018; BRINGEL, 2018; LIMA, 2016). Essas pesquisas apontam para a última década como um marco do surgimento de coletivos e organizações formadas por jovens – que não necessariamente reivindicam o uso da categoria juventude. Por reação, esses autores têm observado um distanciamento de características *institucionalizadas* e a defesa da *autonomia*, o uso do corpo, dos *afetos* e da *experiência* como formação política.

Ao pesquisar os encontros e coletivos universitários organizados em torno da diversidade sexual e de gênero, ainda no mestrado (Lima, 2016), pude observar estas reações, mas também um processo de incorporação e contestação no âmbito do movimento LGBT, do movimento estudantil[41] e da própria universidade. Ao longo dos, até então, 14 anos de mobilização em torno dos ENUDS, formaram-se gerações de estudantes para os quais a *experiência* ocupava um lugar central na formação política, mas também na produção dos enquadramentos e do próprio sujeito político do movimento. Os coletivos relacionados à

[38] Para uma melhor compreensão da reverberação do debate das cotas raciais tanto nas ciências sociais quanto na mídia, ver: FRY & MAGGIE, 2004; GUIMARÃES, 2005.

[39] Vale ressaltar, que a partir de 2015 foi decretada a Década Internacional de Afrodescendentes 2015 – 2024 pela Organização das Nações Unidas (ONU), na qual instaura programas de apoio a esta população, gerando financiamentos e investimentos de projetos no Brasil para a população negra.

[40]O processo de institucionalização, visto como a maior aproximação do movimento social com as políticas de governo, tem seu início ainda na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, a intensificação deste processo, ao qual as recentes mobilizações se põem em "oposição", ocorreu na última década e meia com o início do governo Lula e durante o governo Dilma.

[41] As observações de campo, em conjunto com trabalhos anteriores, apresentam uma disputa entre o termo "universitário" e "estudantil". O "movimento universitário" é utilizado como forma de diferenciação do "movimento estudantil", este usado como sinônimo de coletivos e grupos que têm como foco ocupar e disputar as instâncias universitárias (CA, DCE, DA) e mantêm relações com partidos políticos. Estas diferenciações serão expostas com mais detalhes no segundo capítulo.

diversidade sexual e de gênero se constituem em um processo de crítica à institucionalização e ao "essencialismo estratégico"[42] no movimento LGBTI, que acompanha a intensificação da divulgação de perspectivas teóricas pós-estruturalistas e *queer* no Brasil.

A partir das observações nos ENUDS, pude perceber que no contexto dos coletivos universitários, tal crítica deu lugar a um processo de articulação entre múltiplas diferenças - relativas à diversidade sexual e de gênero e à raça - que se dava interna e externamente (no encontro com outros atores da universidade e de movimentos sociais fora dela). Os integrantes desses coletivos participam tanto de encontros de coletivos universitários, como de redes de coletivos de determinada identidade específica, do movimento estudantil, de partidos políticos etc. Assim, os coletivos universitários tornam-se uma lente privilegiada para explorar as transformações nos movimentos sociais recentes, já apontada por um amplo conjunto de pesquisadores. Além disso, a proliferação e articulação desses **sujeitos políticos negros universitários**, ou seja, do estudante negro que entra na universidade e se engaja politicamente neste contexto pós cotas, vêm gerando variados processos de produção de sujeitos políticos, de enquadramentos e de repertórios políticos, sobretudo no que tange às relações e diferenciações dinâmicas e múltiplas que se dão em relação aos vários "movimentos" em jogo – movimento estudantil, feminista, LGBT, negro, etc.

Isto posto, para analisar esse contexto, farei uso da proposta analítica de Carla Gomes (2018), que em tese sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, aponta a centralidade do corpo, das emoções e da experiência para além de repertórios[43], isto é, também para a produção de enquadramentos. Em outras palavras, a partir de uma revisão da literatura a autora dialoga criticamente com autores da sociologia das emoções e dos estudos de performance com o objetivo de pensar o corpo não só como repertório, mas como enquadramento. Para isso, ela aciona a definição de "frame", ou seja, enquadramento, criado por Snow e Benford, com base no trabalho de Goffman, que afirmam que "frame é um esquema interpretativo que simplifica e condensa o 'mundo lá fora' através da pontuação e codificação seletiva de objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ação em determinado ambiente presente ou passado" (SNOW; BENFORD, 1992:137).

Gomes aponta que, como moldura os enquadramentos necessariamente selecionam certos elementos e excluem outros na definição de problema social. Contudo, ela propõe expandirmos as noções cognitivas de "frame" e desenvolvê-lo em suas dimensões corporais e

[42] Este conceito foi originalmente proposto por Gayatri Spivak (1990) ao se referir a um tipo de "escolha" temporária de alguma identidade ou pauta para efeitos de ação social.
[43] Repertório aqui é compreendido como o conjunto de táticas e estratégias mobilizadas como instrumentos políticos.

emocionais e sugere que como o corpo e as emoções são transformados em mensagens pelos movimentos, eles, então, são produzidos para gerar efeitos políticos e podem ser lidos como "frame". E continua: "*Frames*, portanto, não são apenas 'pensados', 'ditos', 'escritos', mas também incorporados. Pensar corpos e emoções como *frames* amplia as possibilidades analíticas sobre o que fazem os "movimentos sociais" (GOMES, 2018:107).

Além disso, para analisarmos o momento recente em que se encontram os sujeitos e coletivos presentes nesta tese, é necessário compreendermos que dado o conjunto de estruturas de oportunidades das décadas anteriores – como apresentados acima – podemos observar hoje um fluxo horizontal entre os diversos "movimentos sociais", nos quais os enquadramentos ultrapassam os limites dos mesmos. Portanto, além da proposta teórico analítica de Gomes (2018), esta tese vale-se, para suas reflexões a perspectiva teórica proposta por Sonia Alvarez (2014), a qual afirma que estaríamos atualmente num momento de "sidestreaming". Segundo a autora, ao recuperar uma tradição dos estudos da antropologia política e/ou dos movimentos sociais, se enfatiza a importância dos aspectos relacionais e processuais (DOIMO, 1995; CARDOSO, 2008). Assim, propõe pensarmos os movimentos sociais como "campos discursivos de ação" que se constituem como "teias político-comunicativas", dando ênfase à gama de articulações entre diversos atores. Segundo ela:

> Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo. (ALVAREZ, 2014:19)

Esta dinâmica assinalada a partir da noção de "teias político-comunicativas" (ALVAREZ, 2014) é relevante para compreender os processos de constituição mútua de sujeitos políticos e de enquadramentos no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos. Isto posto, compreendemos que os coletivos e os sujeitos que esta tese investiga se encontram num fluxo horizontal em que enquadramentos e repertórios de diversos movimentos circulam e são reformulados.

Além dos processos ocorridos no interior dos "movimentos sociais" nas quase duas décadas – como apresentamos acima –, a internet também surge como elemento central para estas transformações e circulações observadas no momento recente. Em acordo com uma gama de autores, entendo que os efeitos da popularização da internet e de seu uso por atores políticos, além da expansão do acesso ao Ensino Superior, possibilitam acesso mais facilitado a diversos autores e teorias que se identificam como *queer*, interseccionais, decoloniais e feministas negras (BULGARELLI, 2017; FALCÃO, 2017; FERREIRA, 2015; CARMO,

2018; FACCHINI, 2018). Os usos de recursos teóricos se dão via traduções coletivas que circulam nas redes sociais, ora realizadas desde a academia, ora desde a militância, ampliando as possibilidades de significações de conceitos, como interseccionalidade, por exemplo (RIOS e MACIEL, 2017-8).

Além das características apresentadas acima, pelo fato do campo desta pesquisa ser realizado em universidades, observa-se que categorias analíticas exploradas pela literatura acadêmica estão sendo usadas e deslocadas por diversos atores e movimentos. Beatriz Bagagli (2019) e Viviane Vergueiro (2015) observam, por exemplo, como pelo aumento, mesmo ainda que pequeno, do número de pessoas trans na universidade, as categorias *cisgênero* e *cisgeneridade* são tomadas dos *transgender studies* e passam a circular no âmbito dos movimentos. Desse modo, uma das preocupações da pesquisa será observar os deslocamentos realizados pelos usos nos movimentos de determinadas categorias, dentre elas: interseccionalidade, experiência e afeto, entendidos como apresentamos a seguir.

Segundo Jurema Werneck (2016) e grande parte dos interlocutores desta tese, interseccionalidade é uma categoria de extrema importância para a análise social, gerada no bojo da teoria feminista negra. A autora afirma que, apesar de ter sido cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 2002, análises sociais interseccionais já estavam presentes em obras de feministas negras norte americanas e brasileiras, na década de 1980, como nas obras de Angela Davis ([1981] 2016) e Lélia Gonzalez (1983)[44]. Werneck (2016) define interseccionalidade como:

> Assim, ao destacar a intersecção, a conexão, a interdependência das diferentes 'variáveis' presentes nas relações sociais e políticas, essa ferramenta permite dar um sentido mais complexo a noções de diversidade, diferença e discriminação. A interseccionalidade permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes. Permite, ainda, maior consistência na compreensão dos modos de aproximação e realização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade na política pública (WERNECK, 2016:543).

As definições de experiência na literatura são múltiplas e diversas, porém, assim como Avtar Brah (2006), compreendo a experiência, como um campo de contestação e "um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo que chamamos de realidade" (p.360). Já afeto é compreendido a partir de um conjunto de produções – que se formam no campo da Antropologia das Emoções[45] – o qual entende emoções e afetos como

[44] Pedro Lopes (2020), em tese que se dedica a refletir acerca da noção "deficiência", desenvolve um capítulo apresentando um panorama histórico e as recepções dos conceitos "interseccionalidade" e "marcadores sociais na diferença" nas ciências sociais no Brasil.

[45] Consultar: Rezende; Coelho, 2010; Lara; Dominguez, 2013.

socialmente produzidos e um aspecto central para se entender o "nível macro da organização social" (COELHO, 2010). Apesar de concordar com essa definição, os interlocutores desta tese não estabelecem nenhuma distinção entre emoção, afeto e sentimento, como é realizado neste campo de estudos (LARA; DOMÍNGUEZ, 2013). Assim, afetos, emoções, cuidado e sentimentos serão tratados, no decorrer do texto como sinônimos por serem lidos assim pelos interlocutores. O objetivo, é entender como essas categorias têm efeito nos tecidos relacionais e na construção subjetiva desses sujeitos, e não suas definições teóricas. Assim, os autores surgirão no texto mais para compreender como as categorias sofrem deslocamentos, dado que grande parte destes autores, que serão acionados no decorrer da tese, também são lidos no contexto das *formações*[46].

Além disso, a entrada em cena do **sujeito político negro universitário** colabora para o surgimento e questionamento de categorias a partir da *vivência* e da *experiência* dos mesmos. À luz de Collins (2016), sob a noção de "outsider within", o fato desses sujeitos não compartilharem os mesmos marcadores de raça e de classe com relação à maioria dos estudantes que compõem as universidades públicas brasileiras, produz transformações na produção de conhecimento. Desse modo, assim como afirma Lima (2018), o crescimento da presença desses sujeitos nas universidades é acompanhado de uma diversificação de temas de pesquisa e de perspectivas epistemológicas acerca das questões relacionadas às vivências e experiências, deslocando, assim, categorias de análises e bases teóricas estabelecidas em diversas áreas de conhecimento.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, explorando processos de produção de sujeitos políticos e modos do fazer político em universidades, tendo em vista a ampliação do acesso de negros/as nas universidades, bem como a proliferação de sujeitos políticos e a negociação das diferenças. Tomo como foco privilegiado o movimento constituído por coletivos universitários, que se reúnem a partir de encontros de diversidade sexual e de gênero e encontros de negros, com foco especial em como a questão racial está sendo articulada nesses contextos. Nesse sentido, a pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos: 1) compreender a articulação entre processos de identificação subjetiva e de engajamento político de negros universitários; 2) compreender as formas de produção cotidiana do fazer político em coletivos universitários negros ou que articulam questões raciais entre as

[46] Retomarei essa categoria nos capítulos seguintes. A ideia de *formação*, aqui, é o processo de realizar leituras de teóricos negros que abordem, principalmente, a *questão racial*, coletivamente. Entretanto, aqui a *questão racial* não está isolada de *questões de gênero e sexualidade*, o que faz com que teóricas feministas negras sejam as autoras mais lidas, como também iremos explorar, principalmente, no segundo capítulo

diferenças mobilizadas; 3) analisar transformações e articulações entre a produção de conhecimento e a atuação política entre esses atores.

O campo

Como apresentado na primeira parte desta introdução, o "achar" desta pesquisa teve início no Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Negros Universitários, o EECUN. Informada pela experiência da pesquisa realizada durante meu mestrado com as edições do ENUDS, decidi, inicialmente, estabelecer como recorte da presente pesquisa apenas os Encontros nacionais que reuniriam estudantes e coletivos negros, além de alguns poucos coletivos-chave. Entretanto, durante a reestruturação do projeto de pesquisa, o ENUDS, que eu acreditava estar fora desse recorte, fez a chamada para sua 14ª edição com o título "Povo que não tem virtude acaba por escravizar: por uma política antirracista e a [r]existência dos corpos colonizados e do movimento LGBT", o que chamou atenção dos integrantes do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP, que acabaram por organizar um ônibus para ida ao Encontro.

Por essa razão, percebi que os integrantes dos coletivos negros não participavam apenas de encontros nacionais de negros, e algumas vezes também não integravam grupos que tinham como foco a questão racial, com o argumento de que *eles não eram só negros*. Assim, o campo desta pesquisa deixou de ter o foco apenas em grupos e encontros voltados para a temática racial e passou a acompanhar os estudantes negros em sua organização política na universidade de uma maneira mais ampla, em diferentes coletivos, com objetivo de compreender a produção subjetiva destes sujeitos e, por conseguinte, de seus enquadramentos políticos.

Para isso, estabeleci três coletivos focais para aproximação e diálogo com esses estudantes negros universitários. Digo que foram coletivos focais porque, no decorrer da observação nos/dos coletivos, fui levada pelos interlocutores a *conversar* com outras pessoas de outros coletivos que tinham atuado anteriormente ou que *tinham a mesma pauta*. Assim, a pesquisa teve como foco os coletivos Frente Negra/UERJ; Kiu!/UFBA e o Núcleo de Consciência Negra (NCN/UNICAMP), mas deparou-se com a história de outros coletivos que, ainda que não venham a ser centralmente abordados na tese, fizeram parte da trajetória de muitos dos interlocutores da pesquisa, tais como Denegrir/UERJ; Colorir/UERJ; Pontes/UFRRJ; NENU/UFBA; Enegrecer/UFBA; Quilombo/UFBA e Frente Pró-Cotas/UNICAMP.

A Frente Negra (UERJ), fundada no segundo semestre de 2015, durante as ocupações dos estudantes àquela universidade, apresenta-se como um espaço que nega a aproximação com o movimento estudantil e reivindica um "protagonismo preto" na universidade. Organizada na primeira universidade que aderiu às cotas no país, a Frente surge como um coletivo fértil de conexão e análises com o passado histórico de mobilizações das quais a UERJ foi palco, e por isso também continua reunindo grupos de outras universidades cariocas[47].

O KIU!/UFBA, fundado em 2004, é um dos coletivos de *diversidade sexual* mais antigos do país, ainda ativo. Pela composição discente da UFBA – que mantém cotas desde 2004 –, o KIU! é formado majoritariamente por pessoas negras[48]. Além disso, pela filiação de seus integrantes ao Partido dos Trabalhadores (PT), o coletivo se consolidou na articulação de debate de *diversidade sexual* e *raça* nos espaços do movimento estudantil e partidos políticos. Desse modo, a longa trajetória do KIU! nos possibilitou observar as transformações ocorridas no campo dos coletivos universitários[49].

O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP, fundado em 2012, fez de sua articulação com o movimento negro e da ausência de cotas na universidade um espaço propício para observar as diferentes relações entre gerações e as transformações das táticas e estratégias na disputa de políticas públicas. A luta pelas *cotas raciais*, intensificada em 2016, possibilitou observar como estes estudantes negros universitários organizam e mobilizam os diversos atores dentro e fora da universidade. Além disso, o coletivo, situado em uma universidade reconhecida pelo histórico de produção e protagonismos nos debates sobre gênero e sexualidade, nos possibilitou observar como as negociações das diferenças ocorrem tanto no âmbito político quando intelectual[50].

Dito isso, compõem o recorte empírico da pesquisa, coletivos compostos por negros universitários e os espaços de articulação em encontros negros, bem como os encontros de diversidade sexual e de gênero, nos momentos que estes tematizam a questão racial, visto que interessa à pesquisa observar processos de produção desses sujeitos políticos em suas especificidades e no âmbito de sua circulação. O trabalho de campo, então, também foi

[47] As observações na Frente Negra/UERJ ocorreram no período de maio de 2018 até o primeiro semestre de 2019.
[48] O quadro discente da UFBA contem 75,4% de negros (pretos e pardos). Disponível em: https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/74455,levantamento-aponta-que-756-dos-alunos-sao-negros-na-ufba. Acesso em 06 março 2020.
[49] As observações no KIU!/UFBA ocorreram no período de outubro de 2017 até abril de 2018.
[50] As observações no NCN/UNICAM ocorreram no período de setembro de 2016 até setembro de 2017.

realizado, de forma articulada, em quatro encontros: ENUDS, o Encontro Nacional de Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE) e EECUN[51].

O ENUDS tem um histórico de 14 edições e, nesse contexto, aparece como um encontro que permitiu observar as articulações entre os campos da *diversidade sexual e negro*, como também os processos de transformação nas suas formas de organização. Com um tempo menor de existência, o ENUNE, que surgiu em 2007 e teve sua 5ª edição, em 2016, na UFBA, aparece como espaço propício para observar as relações desses **sujeitos políticos negros universitários** com os movimentos estudantis e negros, que estão historicamente dentro da universidade. Por conseguinte, em aparente diferenciação ao ENUNE – por desejo de distanciamento com o ME –, o EECUN, que ocorreu pela primeira vez em 2016, na UFRJ, teve como objetivo reunir negras e negros universitários de todo país para refletir *política e academicamente*. Deste modo, esse encontro surge como território rico para a observação acerca das distinções que são feitas com movimentos cujos modos de operar são tidos como institucionais – estudantil e negro -, mas também da forma como esses sujeitos estão articulando sua relação política com a *academia*[52]. Assim, os encontros aparecem como lugares para observar a circulação dos sujeitos no âmbito nacional e na circulação de debates.

Em vista do objetivo desta pesquisa voltar-se para a construção desses **sujeitos políticos negros universitários** foram realizadas também entrevistas semi-estruturadas. Durante a realização das entrevistas, os interlocutores mencionavam pessoas que tinham *militado antes* ou que *também seriam muito interessantes*. Assim, foram realizadas 19 entrevistas, todas com estudantes negros que compunham os coletivos focais ou que eram *militantes negros* de outros coletivos ou *das antigas*. Além disso, foi utilizada também uma entrevista realizada ainda no mestrado (2015), contabilizando o total de 20 entrevistas[53] como material de análise da tese. Deste número, 19 eram da área de estudos das Humanidades, no

[51] Durante a etnografia na UFBA, o ENJUVE surgiu como um encontro marcante para a trajetória dos interlocutores. Assim, apesar de não ter tido o Encontro como foco, foi realizada, a partir do levantamento dos materiais e das entrevistas., a descrição de uma das edições no capítulo dois.

[52] De modo geral, o termo *acadêmico* (ou *academia*) apareceu em campo para designar o conjunto de professores e pesquisadores que participam do campo científico, ora usado para marcar a diferença com o que seria *político*, e ora utilizado como termo de acusação. Isto será tratado no decorrer da tese.

[53] Em anexo, foram organizadas informações sobre todos os interlocutores que me ofereceram entrevistas. No anexo 1 as Tabelas de Entrevistados (Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) foram divididas por estado com objetivo de facilitar a leitura e o acesso as informações no decorrer dos capítulos. Além deste anexo, foi passado para os entrevistados um formulário contendo perguntas acerca de seus dados socioeconômicos, orientação sexual, identidade de gênero e outras informações consideradas relevantes para as análises desta tese. Pela extensa quantidade de informações obtidas foram divididas em duas partes disponíveis nos anexos 2 e 3, também organizadas por estado.

momento da entrevista[54]. Destas entrevistas, 7 foram realizadas na UNICAMP, 5 na UERJ e 8 na UFBA. Por ter entrevistado interlocutores de *gerações passadas*, a idade variou entre 20 e 44 anos, entretanto 16 participantes tinham entre 20-35 anos e apenas 4 na faixa etária de 36-45 anos. Do conjunto dos entrevistados, 4 se identificaram como do gênero masculino, 9 do feminino, além de 1 como bicha, 1 como mulher cisgênero e 1 como "masculino"[55]. Por identidade de gênero 8 se identificaram como mulher ou feminino, 4 como mulher cisgênero, 4 como homem e masculino, 1 como bicha e 1 como não-binárie. Dado o interesse da intersecção entre raça, gênero e sexualidade, dos 20 participantes, 8 se apresentam como heterossexuais, 7 não heteros (usando as categorias *homossexual*, *sapatão*, *lésbica*, *bicha* e *LGBTQI+*) e 2 bissexuais[56]. Dos oito participantes de Salvador, 6 eram filiados ao PT. Em São Paulo 2 eram do PT e apenas um era filiado ao Psol. Nenhum entrevistado do Rio de Janeiro tinha filiação partidária (Anexo 1).

Através das Tabelas Sócio Referenciadas 1 e 2 (Anexo 2 e 3) podemos observar outros dados interessantes, no entanto, 3 entrevistados não responderam[57]. Acerca do nível de formação, no momento de entrevista, 3 eram graduandos, 1 graduado, 7 mestrandos, 1 mestres, 3 doutorandos e 3 doutores. Dez fizeram uso da política de cotas para ingresso na graduação ou na pós-graduação e, do total de entrevistados, 15 foram os primeiros de suas famílias a entrarem em uma universidade pública. Além disso, dos 20 participantes[58], 5 estudaram em PVNC e 11 se deslocaram de seus locais de origem para iniciar seus estudos de graduação ou pós, sendo que 6 destes deslocamentos se concentram nos entrevistados da UNICAMP. Por fim, com relação à renda atual dos participantes, cinco disseram ter renda de até 2 Salários Mínimos (SM), cinco de 2 a 4 SM, sete de 4 a 10 SM e um afirmou ter de 10 a 20 SM.

Em todas as entrevistas, iniciei perguntando sobre a trajetória dos entrevistados no movimento, cuja resposta pautava sempre que 'não tem como falar da militância sem falar da minha vida'. No contínuo das entrevistas, foram realizadas perguntas sobre o processo de engajamento político e a relação com outros atores, dentro e fora da universidade (movimento

[54] Além disso, a maioria dos entrevistados era das ciências sociais. Apesar de, na maioria das vezes, grande parte dos integrantes dos coletivos serem deste curso, acredito que o maior número de entrevistados desta área de estudo se deu pela inserção da pesquisadora.

[55] Como afirmado nos Anexos 1, 2 e 3, quatro dos 22 participantes não responderam ao formulário ao qual obtive estas informações.

[56] Apesar de Tifanny ter respondido ao formulário ela não completou estas questões.

[57] Apesar de Felipe Doss não ter respondido ao formulário as informações apresentadas no Anexo 2 e 3 foram oferecidas pela sua mãe e por Rebeca Benevides, sua amiga.

[58] Como este dado foi mencionado nas entrevistas, temos as informações mesmo daqueles que não preencheram o formulário.

estudantil, feministas, negro, LGBT). Veremos no decorrer da tese, que a complexidade trazida por eles nas narrativas nos oferece um campo fértil de análise acerca da produção deste **sujeito político negro universitário**.

Para além da universidade e dos espaços off-line de encontro, alguns trabalhos sobre movimentos sociais, principalmente de jovens, vêm focalizando a importância das "redes sociais" no processo de articulação, debate e publicização das ações políticas recentes. Dessa forma, a internet, como mostra Falcão (2017), tem um papel de destaque fundamental na proliferação, organização e articulação de debates dos diferentes atores aqui acionados. Com isso, fez parte também da pesquisa a observação em espaços on-line das páginas públicas no Facebook dos núcleos, coletivos e Encontros delimitados como campo desta pesquisa.

Para esta pesquisa foi realizada uma etnografia multissituada com múltiplas frentes. Além da observação participante nos coletivos e nos Encontros delimitados e apresentados acima, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análises de documentos produzidos por/para os estudantes e coletivos e no/sobre os Encontros nacionais. Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual de Campinas. Além disso, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido permitindo ou não o uso de seus nomes[59].

Mapa da tese

De acordo com as questões e objetivos já mencionados, apresento breves descrições dos capítulos da tese:

Seguindo o caminho apresentado pelos meus interlocutores, a estratégia de apresentação dos resultados da pesquisa na tese procura articular os encontros nacionais e os coletivos, e as trajetória de engajamento político dos sujeitos. O primeiro capítulo terá como objetivo refletir sobre o processo de produção desses **sujeitos políticos negros universitários**. Através das narrativas de alguns interlocutores, busco compreender como os diferentes pertencimentos dos sujeitos – raça, gênero, sexualidade, classe e territorialidade – são negociados nos processos de engajamento político. Dessa forma, o corpo tem uma centralidade nestes processos subjetivos e, dada esta centralidade que ele toma, falar e pautar os afetos torna-se importante nas narrativas de construção do engajamento político. Assim, veremos neste capítulo como após a entrada na universidade, inicialmente vista como um lugar inacessível, é relatado o sentimento de *solidão* por não se sentir pertencente, dando

[59] Grande parte dos entrevistados autorizou o uso de seus nomes. Para a interlocutora que utilizo um pseudônimo, este será marcado no texto e no Anexo 1.

ensejo à **busca** pelo *acolhimento* através da "escolha" do coletivo. Entretanto, veremos que o contexto pós implementação da Lei de Cotas e consequentemente o aumento massivo de estudantes negros, além de uma mudança simbólica de quem "pode" estar na universidade pública, transformaram o processo de "escolha" destes estudantes.

Ainda neste capítulo sigo compreendendo a importância dos Encontros Nacionais na trajetória desses sujeitos, a partir dos processos articulados e apresentados no capítulo anterior e de como os enquadramentos das pautas coletivas são estabelecidos. Para isso, darei atenção às narrativas e aos materiais produzidos por/sobre os Encontros nacionais, presentes na trajetórias dos sujeitos: o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS); o Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE); o Encontro Nacional de Negras, Negros e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE); e o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN). Sigo as edições com o objetivo de analisar a incorporação dos debates de gênero e sexualidade nos encontros com foco na questão racial e como este debate adentra os espaços dos encontros de *diversidade sexual*. Passar pelas diversas edições nos ajuda a compreender como a busca por uma ação política *interseccional* se torna foco neste contexto em conjunto com uma hierarquização das identidades.

No segundo capítulo, busca-se compreender como, na gestão das diferenças e das múltiplas definições de coletivo, se constitui uma noção de *nossa forma de fazer política*, perpassada principalmente pela *interseccionalidade* e pela gestão dos *afetos.* Levando em conta a afirmação dos interlocutores de que os 'coletivos são as pessoas e a história dos coletivos também é a história deles próprios', seguirei neste capítulo a mesma estratégia narrativa acionada no primeiro. Assim, pretendo, através das narrativas dos sujeitos, contar as histórias dos coletivos, e, a partir desse processo, analisar e refletir sobre o processo de produção das pautas políticas e sobre as relações destes grupos com os atores com quem se relacionam.

Dito isso, neste capítulo exploro, a partir do trabalho de campo nos cotidianos dos coletivos, como esses espaços se constituem mutuamente fazendo *política com afeto*. Além disso, as articulações entre os diferentes atores (movimento estudantil, feminista, LGBT, negro, partidos políticos, entre outros) possibilitaram identificarmos as estratégias políticas diferenciadas que estes atores operam em campo. Desse modo, foi estabelecida uma ordem cronológica que tem como ponto inicial a entrada dos sujeitos nas universidades, de maneira semelhante ao movimento feito no primeiro capítulo.

No terceiro capítulo da tese, iremos explorar a gestão dos *afetos* que surgem em todo processo apresentado anteriormente. Um processo que se inicia por entender a universidade como um lugar possível de acesso, seguido por um sentimento de *solidão*, por não se ver parecido ou localizar pares entre o conjunto de alunos. Assim, a figura da mãe passa a ser acionada como a razão para a permanência, apesar da *solidão*, e, posteriormente, como a representação *dos seus* no encontro e na construção da identidade coletiva, além de estar relacionada ao sentimento de *responsabilidade* que justificaria o engajamento político. Veremos como a *solidão* é "superada" no encontro com *os seus*, dando lugar ao *acolhimento*. Nesse sentido, a busca pelo *acolhimento* perpassa a construção das identidades dando lugar à noção de *tornar-se negro na universidade*. Aqui, iremos explorar como, a partir do processo de enegrecimento, inicialmente forçado, se constroem as múltiplas identidades desses sujeitos, e, por conseguinte, a noção de *acolhimento*. Após esse momento, veremos que ao passarem a entender a política, os sujeitos são tomados pelos sentidos de *responsabilidade* – com os que não entraram –, que geram também adoecimentos, por serem militantes, ao mesmo tempo em que surgem lugares de cuidado e cura através das mesmas redes políticas.

A partir da compreensão de que o *adoecimento* surge como um afeto central na produção desses sujeitos, o *epistemicídio* aparece como uma de suas causas. No quarto e último capítulo da tese, veremos como todo esse processo narrado cria representações acerca da produção intelectual, onde a *experiência* surge como diferenciação, sendo definidora da *nossa forma de fazer pesquisa*, que tem como características o *cuidado* e o *afeto*. Nesse sentido, o *epistemicídio* aparece como uma das formas de *genocídio da população negra*, e, por isso, um enquadramento central desses coletivos. Com isso, neste capítulo, irei explorar como são operadas as denúncias do *epistemicídio* por esses coletivos e sujeitos e como a mesma transforma a circulação e constituição de categorias na produção de conhecimento já estabelecida na universidade. Ao final, resgato a etnografia nos Encontros e nos eventos de apresentação de trabalho realizados pelos coletivos, para apresentar um panorama das pesquisas recentemente desenvolvidas por esses sujeitos.

CAPÍTULO 1 – "APARECER" E SE ENCONTRAR: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO NEGRO UNIVERSITÁRIO

"Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos."
(FANON, 2008)

Cena 1

Era 2016 e eu caminhava para a reunião do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP, que ocorria todas as sextas, às 12h. Para essa reunião havia sido separado o quinto capítulo de Pele Negra, Máscaras Brancas, chamado "A experiência vivida do negro", para debatermos em grupo. Andando com um colega a caminho da reunião, ele falou: 'foi a primeira vez que li esse texto e eu sentia que ele estava comigo, caminhando dentro da universidade e falando essas coisas'. Chegamos na reunião e logo no início ouço: "Uma frase que me marcou foi: 'não sou escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas da minha aparição (...)' não tem como esconder que a gente é negro e eles vão lembrar isso para a gente todo dia. A gente tem que tá ligado!"[60]

***

Esse primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre a constituição do **sujeito político negro universitário**. Lanço mão desta categoria como meio de compreender o conjunto complexo que reuniria estudantes negros que passam a adentrar a universidade após a aprovação das políticas de cotas e passam a se organizar politicamente. À luz de Franz Fanon (2008) – além de estudos da teoria feminista (BUTLER, 2010; DAS, 2011; BRAH, 1996) – o qual argumenta que a experiência de tornar-se sujeito está ligada à experiência de sujeição, se faz necessário, para analisarmos os processos de engajamento político que constituiriam o **sujeito político negro universitário**, compreendermos os processos de constituição subjetiva desses sujeitos.

Nesse sentido, a noção de "aparição", apresentada por Fanon (2008) e desenvolvida por Butler (2018) nos ajuda a compreender esses processos. Em sua obra Pele Negra, Máscaras Brancas, Fanon (2008) nos oferece uma análise elaborada dos efeitos sociais do colonialismo

[60] Retirado do caderno de campo.

na construção subjetiva, com recorte principal na questão racial. O autor nos leva, em seu capítulo "A experiência vivida do negro", para um caminho da "chegada" do negro no "mundo do colonizador – ou dos brancos" –, para compreendermos o processo de racialização como relacional, no qual o negro se faz diante do branco. Ainda neste capítulo, ao fazer uma comparação com a racialização dos judeus, o autor põe o corpo no centro desta construção subjetiva afirmando:

> [O judeu] É um branco e, sem levar em consideração alguns traços discutíveis, chega a passar despercebido[...] O judeu só não é amado a partir do momento em que é detectado[...] [Eu] Sou sobre determinado pelo exterior. Não sou escravo da "ideia" que os outros fazem de mim, mas da minha aparição. (FANON, 2008:108)

Aparecer para Fanon é colocar o corpo e, nesse ato, se construir como sujeito. Colocando também o corpo no centro da compreensão da importância da colonialidade nas relações sociais, Ane McClintock evidencia em seu livro Couro Imperial (2010) que o "projeto do imperialismo" faz uso do "culto da domesticidade". Demonstrando, portanto, que a história da colonização foi e é materializada na corporificação, ou no "aparecimento" dos sujeitos, na qual as relações são interseccionadas por questões de raça, gênero e classe. Nesse sentido, para esses dois autores analisar o "projeto do imperialismo" é compreender como a colonização cria sujeitos e não sujeitos, humanos e não humanos. Para Fanon, a colonialidade cria o humano e o "outro", que seriam os negros. Para McClintock, esse "outro" não digno de humanidade é atravessado por raça, mas também pelo gênero e classe. Assim, de certa forma, ela avança na análise proposta por Fanon, onde não haveria um "eixo de diferenciação" primeiro.

Apesar de não fazer referência direta a nenhum destes autores, em seu livro "Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia" (2018), Judith Butler sintetiza as noções complexas deste processo a partir da noção de "aparição". A obra, que se dedica a pensar as mobilizações e ocupações mundiais que ocorreram entre 2012 e 2014, como o Occupy Wall Street, faz uso da noção de "aparição" para pensar o ato desses corpos concretos irem às ruas para reivindicar direitos. Nesse processo de colocar o corpo no campo político, se reivindica para o corpo as reclamações colocadas. A autora afirma que não se põe só o sujeito e/ou a pauta na disputa política, mas o corpo, isto é, o direito de "aparecer" como uma reivindicação corporificada de uma "vida vivível". Contudo, a autora chama atenção de como a presença de determinados corpos, em determinados ambientes, não necessita de um ato ou mobilização para transformar esse espaço, já que a "aparição" desses sujeitos transforma as próprias relações.

Além disso, Butler reflete sobre como existe uma regulação da "aparição" pública e, para isso, ela segue a pista da compreensão de humanidade. Ou seja, o estabelecimento de quem pode aparecer e colocar seu corpo no processo de reivindicação passa pela compreensão desse corpo ser considerado humano, acrescentando a sexualidade como um marcador importante na intersecção deste processo. Aqui acredito ser o ponto de interconexão entre esses três autores – Fanon, McClintock e Butler.

Nesse processo, o corpo toma centralidade na construção subjetiva, mas também se torna veículo de protesto. Pensando no campo desta pesquisa, a entrada desses estudantes negros na universidade constituiria um processo de "aparição", no qual esses corpos (dotados de fala ou não) passam a ser construídos em relação aos outros já presentes naquele local. Desse modo, é necessário levar em consideração que o processo de construção desses corpos, por conseguinte dos **sujeitos políticos negros universitários**, é perpassado por processos múltiplos, dentre eles a oposição negativa aos sujeitos simbolicamente pertencentes aos espaços das universidades públicas, ou seja, brancos, masculinos, heterossexuais e de elite (FANON, 2008; MCCLINTOCK, 2010; BUTLER, 2018).

Para melhor organização narrativa desse capítulo, uma determinada ordem cronológica foi estabelecida para articular o modo como diferentes contextos político-sociais perpassam esses processos de "aparição", permanência e a participação nos espaços políticos que cada um segue em sua trajetória. Assim, as duas primeiras seções passam por dois conjuntos de narrativas de interlocutores que ingressaram na universidade em distintos períodos de um rápido processo de mudança no que concerne à presença de negros nas universidades públicas brasileiras. O primeiro período corresponde ao marco do início da implementação das ações afirmativas, entre 2002-2011 e o segundo, reúne um conjunto de narrativas de atores que ingressaram na universidade após a aprovação da Lei de cotas (2012), ou seja, entre 2012-2016. As seções seguintes, seguem a mesma ordem cronológica, passando por diferentes momentos da organização de grupos e coletivos negros universitário, de encontros de estudantes negros ou que tematizem a questão racial, e o modo como se articula raça e outras diferenças.

1.1 Entrando na universidade na *efervescência* das cotas (2002-2011)

Nessa seção, a partir de um conjunto de narrativas, iremos acompanhar como o "aparecimento" desses corpos negros na universidade os coloca inicialmente em um momento

de *solidão* e posteriormente em **busca** por se sentir *acolhido*. Jamile Carvalho se apresenta para mim como uma *mulher negra e heterossexual*, que entrou na graduação em ciências sociais na UFBA em 2005, ano da entrada dos primeiros cotistas na universidade. Para me contar *toda a história*, me levou para sua casa e, sentadas na cozinha, foi me narrando 'a história do início do movimento de estudantes negros e negras da UFBA'. Com um adendo, porém: 'a história do NENU [Núcleo de Estudantes Negros da UFBA] é a minha história[61]'.

Com isso, ela narrou detalhadamente o momento antes de entrar na universidade que passava por marcar o seu lugar de origem, na periferia[62] de Salvador, todo o *esforço* de sua mãe para que ela estudasse e da descoberta da universidade como um lugar que ela poderia acessar por causa das cotas recentemente aprovadas. Os pontos centrais da narrativa de Jamile se reproduzem em todas as entrevistas realizadas. As distâncias físicas e simbólicas da universidade na vida desses sujeitos são resgatadas como retrospectiva para dar sentido a todas as situações vistas como violências relatadas no momento posterior, com a entrada na universidade. Assim, Jamile narra:

> "Então, quando eu entrei, foi o primeiro vestibular com cotas [...]. Era aquele momento de efervescência aqui em Salvador sobre essa discussão das ações afirmativas, né? Só que eu não vim de grupo de militância, diferente de Anderson ou outros amigos que eu poderia te indicar no grupo, no coletivo, que formaram o NENU, que já vinham de cursinho como o Steve Biko, que já formavam os jovens antes, já sabiam o que iam encontrar na universidade. Eles já vinham de um ativismo político negro[...]. Eu vinha de uma realidade de bairro pobre e estudava em um colégio... e acho que isso também foi importante. Minha mãe sempre entendeu que eu devia estudar distante do bairro onde a gente morava[...], que são essas estratégias que as mulheres negras adotam também. As vezes elas não sabem bem por que, mas elas percebem isso. E de fato acho que isso foi determinante[...]. Em 2003, quando eu ainda estava no 2º ano, começava a falar muito sobre cota. Então, os professores traziam muito isso, porque era um momento de efervescência [...]. A UNEB estava também fazendo esse trabalho de incentivar os estudantes a tentarem, porque não adiantava nada você ter cota se os estudantes que de fato eram alvo da política não tentassem o vestibular. Porque hoje em dia isso não é mais uma questão, naquele momento era [...]. Foi quando eu comecei a me perguntar o que era mesmo esse negócio de universidade e o que era vestibular. Porque eu não entendia qual era a diferença entre vestibular e faculdade, universidade. Eu não entendia o que era isso, eu só sabia que era uma coisa que estava ali, que estava se falando[...]. Para a grande maioria dos estudantes, a meta era terminar o ensino médio para trabalhar[...]. Quando eu entrei na UFBA, eu não conhecia ninguém que fosse estudante universitário ou tivesse nível superior. Ninguém, ninguém mesmo, ninguém mesmo[...]. Eu não conhecia absolutamente ninguém que tinha passado pra universidade. Ninguém, ninguém, ninguém próximo. Nem vizinho distante, nem amigo, ninguém na minha família. Nada. Não conhecia. Então, fui entender isso mesmo, ali, na escola, com os professores mesmo, auxiliando a gente pra conseguir fazer vestibular[...]. E aí, quando eu entrei, eu falei "meu deus, e agora?". Eu já tinha terminado o ensino médio quando

[61] Retirado da entrevista realizada em 17/01/18.

[62] Apesar da categoria "periferia" não ser uma classificação comum em Salvador, a utilizo aqui como categoria analítica. À luz de Das e Poole (2004), periferia aparece como a "margem" de lugares, onde direitos podem ser violados e as pessoas são tidas como insuficientemente socializadas de acordo com a lei e a ordem do Estado. Assim, a localização habitacional dos meus interlocutores transpassa os limites territoriais mesmo quando os mesmos circulam entre a periferia e o centro.

> saiu o resultado e eu estava trabalhando em um *call center*[63], que isso é importante dizer. Na minha geração, 2003, 2004 e 2005, o emprego sonhado, principalmente das meninas, era o *call center*, aqui em Salvador. [...] Porque era um trabalho remunerado, de carteira assinada. Era um trabalho, frente aos outros, que você tem disponível como serviço doméstico. Era um trabalho celetista, minimamente regulamentado, você tem um salário, horas, jornada de trabalho definido, e era o sonho [...]. O resultado saiu em março, coisa assim. Eu já estava trabalhando no *call center*. Aí, eu falei "puta merda, e agora, o que eu vou fazer? Porque eu não sei nem o que é isso"[...]. Então, assim, eu quase não acessava esses lugares, eu não fazia a mínima ideia de onde era a UFBA, não sabia onde era. Aí, me vi dentro da universidade, tendo passado, e eu "puta merda, e agora que eu não sei nem o que é isso direito?"[...]. Aí, eu fui mesmo, com minha mãe ajudando, cheguei lá na UFBA, fui me informando, levei as documentações todas e entrei." (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Logo no início, ela assinala que diferente dos futuros amigos de movimento, que frequentaram pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC)[64], como o PVNC Steve Biko, a ideia de universidade como possibilidade só chegou a ela pela *efervescência* do debate sobre a aprovação das cotas. Em seu horizonte naquele momento, antes de ser estimulada a buscar o ingresso em um lugar que sequer sabia muito bem como e o que era, tratava-se de ter um emprego formal e poder escapar ao lugar destinado no trabalho doméstico[65].

No decorrer do trabalho de campo realizado na UFBA, a marcação de uma diferença entre os alunos que vinham destes pré-vestibulares (identificados como politizados) era feita pelos que não passaram por esses mesmos lugares. A diferenciação era afirmada para marcar que aqueles já tinham uma aproximação maior com os debates raciais (esse era o aspecto mais pontuado), enquanto os outros tiveram de aprender esse debate na universidade[66]. Contudo, essa diferenciação não era posta no sentido de marcar um conflito ou afastamento entre esses estudantes, mas de demarcar que *vir da escola normal* não *preparava* os alunos negros para o que estava por vir na universidade e que os PVNC, além de *preparar* esses alunos, contribuíram para a construção dos primeiros grupos de estudantes negros, na UFBA por exemplo.

---

[63]Há um grande número de pesquisas sobre telemarketing e call-centres, no Brasil, que afirmam serem estes, postos de trabalhos precários, onde a maioria dos funcionários e funcionárias é jovem, mulher e negra. Ver: (HIRATA, 2011)

[64] Há, no campo da educação e das ciências sociais, diversos trabalhos acerca do processo de formação dos PVNC pelo Brasil. Contudo, para este trabalho, interessa a relação dos mesmo com o movimento negro. Para isso, ver: Rios, 2008.

[65] Segundo Marcia Lima e Ian Prates (2019), o conjunto de trabalhadores domésticos sofreu uma redução de 280.554 entre 2002 e 2012. Entretanto, as mulheres negras continuam representando a grande maioria desse conjunto, sendo que, em 2002, 93,6% dos trabalhadores domésticos eram mulheres e deste número 56,7% mulheres negras. Como veremos nas narrativas, e mais densamente no sexto capítulo, grande parte das mães dos interlocutores trabalharam ou ainda trabalham no emprego doméstico.

[66]Essa marcação feita na fala dos meus interlocutores se encontra com a questão mais ampla dos processos de intensificação, por parte do movimento negro, para a entrada de jovens negros nas universidades via criação de pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC), como apresentado na introdução.

Identificado como 'estratégias que as mulheres negras adotam', o incentivo ao estudo, e a matrícula em escolas *centrais* são meios que a mãe de Jamile – empregada doméstica grande parte da vida, assim como outras mães que surgirão nesta tese – *adotaram* por ver na educação um meio de criar outras possibilidades de emprego para além do trabalho doméstico, presente em seguidas gerações na família. Além disso, a ideia do estudo como meio de *ter uma vida melhor* ultrapassa a perspectiva de empregabilidade, mas também aciona a crença de que, através *dos estudos,* a filha poderia se distanciar das situações de dor, humilhação e solidão impostas pelo racismo e vividas cotidianamente por essas mães. Contudo, ainda no relato de Jamile percebemos que o acesso a um lugar onde não se conhece *ninguém, ninguém mesmo* não a isenta dos sentimentos de dor. A *solidão* surge como o primeiro *afeto* nesse processo de "aparição" na universidade.

A narrativa de Ane[67] vai ao encontro desse primeiro *afeto* trazido por Jamile e nos ajuda a compreender como esses corpos e, por conseguinte, o processo de subjetivação desses sujeitos ocorre após suas entradas num espaço majoritariamente branco e de elite, no qual os códigos e linguagens são diferentes de seus locais de origem[68]. A entrevista com Ane Souza foi realizada em outubro de 2019, já no contexto da escrita do texto desta tese.

Assim como em todas as entrevistas, pedi a ela, logo no início, que me falasse de sua trajetória. Ela me conta, então, que nasceu em um bairro periférico da região metropolitana do Rio de Janeiro, descreve sua trajetória escolar nas escolas públicas e me diz que, por influência de seu irmão que estava *mais inteirado no movimento negro mais cultural*, se inscreveu no vestibular da UERJ, para Ciências Sociais, ingressando na primeira turma de *cotistas* daquele curso. Ela recordou em sua narrativa que, em razão da 'grande polêmica em torno das cotas', pediu para que seu irmão a acompanhasse no primeiro dia de aula, por 'medo de ser agredida'. Ela disse:

> Entrei na primeira turma de cotas. Fiz [a prova em] 2002, tava fazendo vestibular normal, sem cotas. Aí Garotinho[69] foi lá, assinou as cotas. Aí meu irmão já estava mais inteirado, porque tinha uma coisa do movimento negro mais cultural, foi e falou 'faz por aqui, que você tem mais chances de entrar'[...]Tinha questões gravíssimas de escrita, porque vim da escola estadual, do município, minha mãe só tem a 2ª série. Meu pai tinha até a 5ª série, mas faleceu quando eu tinha sete anos, então eu fui criada pela minha mãe sozinha.[...] Aí eu entrei na UERJ e tal, e eu

[67] Ane é um nome fictício a pedido da interlocutora. Apenas essa entrevistada pediu para manter seu nome anônimo.

[68]Vale ressaltar, como apresentado na estrutura da tese, que farei uma discussão mais atenta acerca dos afetos acionadas neste processo de engajamento, assim como a importância da figura da mãe no terceiro capítulo. Contudo, destaco esse ponto pois, além das entrevistas, a figura da mãe surge como central em diversos espaços de organização desses jovens negros na universidade.

[69] Antony Garotinho era o governador do Rio de Janeiro na época e foi quem sancionou a Lei de Cotas do estado do Rio de Janeiro, em 2002.

> lembro que as cotas foram tão polêmicas, que eu falei assim com meu irmão 'vai comigo'. Eu sabia que existia o racismo, sofria pela existência do racismo, mas a internet naquele momento, em 2002 pra 2003, não era a mesa coisa que é hoje. Não tinha acesso a essa literatura, assim PDF[...]Sempre me foi falado 'você é negra, você tem que estudar. O Brasil é racista'. Quantas vezes algumas pessoas falavam assim 'ah, porque você não bota sua filha pra trabalhar aqui no mercado?'. Aí minha mãe falava 'ah, porque ela é preta tem que trabalhar no mercado?' Assim, a gente sabia mas não conseguia entender esse racismo no todo. Que mexe na auto estima, que te destrói, que te enlouquece, que te mata, que te faz abandonar a sua ancestralidade africana.[...]Aí, quando você entra na universidade, você vê o nível de como o racismo está em tudo. Questão com o cabelo, questão da descrença na capacidade cognitiva. Então assim, muito forte. Eu não tinha essa consciência. Aí eu entrei na universidade, com muito medo. Mas eu via os filmes americanos, eu vi tanto ódio na TV das cotas, que eu falei com meu irmão 'po, vamos comigo que eu tô com medo de apanhar'. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Ane me contou também das dificuldades dos primeiros anos na universidade pela falta de auxílio para permanência[70], e que foi *pelo cabelo* que entrou no movimento negro e que passou a ter uma renda que lhe permitisse frequentar as aulas. Ela diz:

> Eu comecei indo três vezes na semana porque eu não tinha dinheiro de passagem. Aí, comecei a usar uma questão que também vem da minha família, que é o ofício das tranças. Pra fazer, pra ganhar um dinheiro. Eu ia pra universidade toda trançada quando eu comecei a parar de usar química e deixar meu cabelo. Fiz esse processo, também, graças a pensar a partir da antropologia. E aí eu comecei a usar muita trança, e as pessoas perguntavam quem fazia. Era a minha mãe. Aí, eu comecei a fazer trança na universidade e ganhava uma renda. E eu fui, assim, aprendendo, né? O primeiro dia que eu fui com o cabelo solto[sem tranças], tinha um menino, que depois a gente fez movimento negro junto depois que veio falar comigo sobre ser negro e tals[...]Nessa época eu já frequentava um lugar na UERJ que se chamava Espaço Afirmados[71]. Eu sabia que tinha gente do movimento negro, fui conversar com um amigo meu, e falei 'ah, eu quero entrar no movimento negro'. Aí ele, muito assim, 'po, então, a gente tem reunião no IFCS[UFRJ]'. Então, foi isso, quando eu cheguei na universidade, nos primeiros meses, acho que meu cabelo foi o que fez me levar pro movimento negro[72]. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Vale ressaltar que, em 2003, a UERJ era a única universidade do estado do Rio de Janeiro a incluir em seu vestibular a política de cotas raciais e sociais, o que se iniciou naquele mesmo ano. Naquele momento, então, Ane era ingressante em uma universidade pública pelas políticas afirmativas, em um contexto de grande efervescência do tema e de aprovação de cotas em outras grandes universidades, como na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também em 2003, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004[73].

---

[70] O auxílio permanência é uma política da universidade, conquistada pelos estudantes, que prevê o recebimento de bolsas para alunos que ingressam pelas cotas ou que comprovem uma renda per capita considerada baixa.

[71] Esse espaço foi um local desenvolvido pela universidade com apoio da Fundação Ford para alunos que tinha adentrado através da política de cotas. No capítulo dois, ao descrever sobre a ação dos coletivos na UERJ, irei descrever melhor acerca deste espaço.

[72] Diversos trabalhos já apresentaram a relação de proximidade entre estética e construção da identidade negra. Trabalhos etnográficos recentes, como de Letícia Pavarina e Marcela Berti, nos mostram como o crescimento da busca da "transição capilar" está intrinsecamente relacionada à construção da identidade racial e, por conseguinte, do crescimento da autodeclaração (como pretas e pardas).

[73] Para maiores informações acerca dos anos de implementação de ações afirmativas nas universidades públicas do Brasil, ver: http://gemaa.iesp.uerj.br/mapa-da-acao-afirmativa/

Um outro aspecto trazido por Ane diz respeito à maneira como a entrada na universidade e o debate das cotas transformou sua percepção racial. Desse modo, a reunião de uma diversidade de pessoas negras, colocadas em uma mesma categoria, *cotistas*, e incentivadas a se mobilizar, gerou, a partir do relato de Ane, uma autorreflexão sobre noções de raça e autoidentificação desses sujeitos. Ela afirma:

> E na minha cabeça, quando eu era criança, sempre fazia um nó. Porque lá uma pessoa que era parda, ou vista como mestiça aqui, era negra e aqui a pessoa não era. Porque eu carregava isso. Pra mim negro eram só pessoas como eu, retintas. E a minha percepção também sobre minha cor, é que eu era o último tom de negro. Então não tinha percepção racial de nada. Então foi, assim, um grande aprendizado. A gente foi prendendo e foi tendo que lutar, denunciando. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Ainda nesse contexto, foi criado, em 2005, o primeiro coletivo de alunos negros da UERJ, nomeado Denegrir[74]. Ao ser questionado sobre esse coletivo, Ane disse que foi uma das fundadoras, mas que em '2006, e 2007 mais ou menos. Saí por conta do machismo'. Ela continua:

> Saí por conta do machismo.[...]eu vi[falas como]'ah, isso aqui tá parecendo briga de mulherzinha, fala como homem', essas coisas me fizeram sair, óbvio[...]Comecei a compreender o machismo e tal[...]Um dia uma mulher negra mais velha chegou e falou 'po, cara, não sei como vocês aguentam o machismo deles. Parece que eu tô no MNU da década de 70'. E aí meio que a ficha caiu. Eu e outras meninas saímos.[...] E aí, por exemplo, [um outro integrante homem gay][75], também saiu. Ele ficou depois um tempo mais, depois ele saiu. Porque ele fez santo, acho que em 2004. O grupo era neopentecostal, meu bem. E aí todo mundo olhando de ladinho pra ele. Hoje em dia tem um montão de gente feita [no santo]. Nessa época eu também não desrespeitava, mas também não estava no terreiro, assumo[76]. Mas, assim, naquela época eles queriam ser islâmicos, queriam ser Malcolm X[77]. Então assim, [esse integrante] em algum momento se sentiu afinado pra levar o debate da sexualidade. A gente tem que discutir a questão da sexualidade do homem negro ser gay. E, óbvio, os caras não defenderam e naquela minha formação em formação, também não defendi. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Na continuação da narrativa, ela conta que um grupo de mulheres sai do Denegrir e cria o coletivo Aqualtune[78], o qual ela passa a integrar de 2008 a 2009. Assim, podemos perceber que o sentido para a categoria *machista* guardava relação com a não inclusão do debate sobre gênero no grupo, que 'era formado majoritariamente por homens negros

---

[74] Segundo informações colhidas no blog e na página do coletivo no Facebook – que permanece ativa e atuante – , ele surgiu com o objetivo de "criar um espaço para trocas e atuação política dos estudantes negros". Além disso, afirmam que o nome do coletivo foi escolhido com o propósito de denunciar o racismo e ressignificar o verbo para "Denegrir: tornando a universidade mais negra".

[75] Durante a entrevista Ane nomeia este integrante. Como não obtive autorizações do uso do nome do mesmo, foi retirada a citação direta ao nome.

[76] Ane relata em entrevista que hoje segue a religião do Candomblé.

[77] Como apresentado na introdução, no segundo capítulo irei desenvolver mais sobre as linhas teórico-política dos coletivos. Além disso, no terceiro e quarto capítulo a relação entre o pertencimento com as religiões afro-brasileiras e *evangélicas* retomam nas narrativas.

[78] O coletivo "Aqualtune: associação de mulheres negras" foi criado em 2007 e se encontra ativo até o momento. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/aqualtune.associacao/about/?ref=page_internal. Acesso em 09 jan. 2020.

heterossexuais'. Apesar de compartilhar a mesma identidade racial (negro) e a mesma orientação sexual (heterossexual) com grande parte dos integrantes do Denegrir, para Ane, 'ser mulher e preta passou a não caber mais ali, depois de um certo tempo'. Além disso, apesar de não ter conseguido entrevistar nenhum homem gay que tenha integrado o Denegrir, Ane afirmou que tinha colegas que acusavam integrantes do coletivo por *homofobia* e que saíram pela 'ausência do debate acerca da sexualidade'. Isto posto, em conjunto com o sentimento de *solidão,* se constrói um processo narrado como a **busca** por encontrar um lugar, relacionado ao desejo de se sentir *acolhido* e *pertencente*. Entretanto, nesse processo, as diversas identidades dos sujeitos são negociadas e "hierarquizadas" de diferentes maneiras. Para Ane, apesar de ressaltar a todo tempo na entrevista a importância do coletivo na sua formação *como pessoa*, a ausência da discussão sobre gênero, em conjunto com o apontamento de outras mulheres negras, eliminava um aspecto essencial para que ela se sentisse *pertencente*.

Retomando a entrevista de Jamile (BA), podemos perceber a importância dada ao *acolhimento* e como ele se constitui de diferentes maneiras, a partir da negociação das diversas identidades dos sujeitos, mas também do contexto ao qual pertence. Jamile relata que o primeiro coletivo a que se *conecta* ao entrar na UFBA foi o coletivo feminista, mas que a condição de cotista do primeiro vestibular da universidade surge como um ponto central nesse processo de negociação das suas múltiplas identidades:

> Mas criei uma conexão muito rápido com o que elas estavam dizendo. Porque tudo que elas estavam falando, tinha muito a ver comigo, muito a ver com as minhas escolhas. Então, eu já me conectei imediatamente com aquelas meninas[...]. A partir daí, eu comecei a acompanhar e foi o primeiro coletivo que eu fiz parte[...]
>
> Pra nós, e na minha turma entraram muitas pessoas que vinham de uma realidade muito parecida com a minha, era tudo muito estranho. Era um movimento de recuo, de você não se posicionar porque você não tinha nem o que dizer. Então, a partir disso, quando eu entro na universidade é que eu começo a me reconhecer desde uma pessoa negra. Refletir sobre isso, pensar sobre isso. Pensar sobre o meu lugar e de onde eu vim. Até começar a perceber a necessidade de me engajar politicamente. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Como estudante negra e cotista, a trajetória de Jamile nos apresenta, ainda, outros dois prismas desse processo de entrada na universidade. Primeiro, a aproximação com espaços que se relacionam com as *experiências* de vida do sujeito, e, segundo, o processo de constituição da identidade racial. Como ela aponta, entrar como cotista a colocava num lugar racial que passou a ser formulado no momento em que ingressou na universidade. Ou seja, o acesso aos coletivos universitários passa a informar os significados de ser mulher (ao discutir o direito ao

aborto) e de ser negra. Disso decorre a *convocação* para uma atuação política e, em 2005, passa a compor o Núcleo de Estudantes Negros da UFBA, o NENU[79].

A narrativa de Carolina também nos ajuda a compreender esses processos de "aparição" e, por conseguinte, de engajamento político de jovens negros universitários que adentram esse espaço de ensino, na primeira década dos anos 2000. Tendo ingressado na UFBA no mesmo ano que Jamile, Carolina Pinho se apresenta como mulher negra professora, doutora em educação pela UNICAMP, afroempreendedora[80] e, no momento da entrevista, em 2018, apresentadora de um programa de televisão na TV dos Trabalhadores[81]. Ao lhe perguntar sobre sua trajetória, logo no começo da entrevista, ela me respondeu: 'Eu não consigo separar [a trajetória acadêmica e de vida], então vou começar do início'[82]. Disse, então, que nasceu em Recife/PE, mas foi em Salvador/BA que cresceu, e por isso se considera baiana: 'meu pai e minha mãe trabalharam em vários lugares – assim, eles trabalhavam aonde tinha emprego – então, a gente ficou pulando de cidade em cidade e em algum momento da vida a gente foi parar em Salvador quando eu ainda era criança'[83].

Estudante de uma escola pública, ao final do ensino médio passou a trabalhar em uma academia de ginástica, para pagar o curso pré-vestibular, pois, como sua mãe dizia, 'a única coisa que você tem para sempre é educação'. Sua mãe evocava a mesma perspectiva da mãe de Jamile, na qual a educação surge como meio para *uma vida melhor* que a vivida pela mãe e por ela mesma naquele momento. Diante da impossibilidade de continuar pagando uma faculdade particular e após seguidas tentativas, ela conseguiu ingressar na UFBA, em 2003, no curso de licenciatura em educação física. Conciliar o trabalho com a universidade a faz ter que manejar a identidade de *estudante* e *trabalhadora*. Apesar de compartilhar a diferença de raça e classe com os demais estudantes da universidade, assim como Ane e Jamile, a identidade de *trabalhadora* surge como central na narrativa de seu processo de "aparição". Nesse sentido, relata que foi a partir da 'experiência de violência da precariedade como

[79] O NENU foi criado em 2003 e teve atuação contemporânea ao KIU!, na UFBA – coletivo o qual realizei etnografia. A descrição acerca das formas de atuação do NENU e suas relações com movimentos sociais dentro e fora na universidade serão apresentadas no segundo capítulo, em conjunto com a etnografia do KIU!.

[80] Afroempreendedora é uma categoria recente para demarcar pessoas negras que realizam empreendimentos. Ver: Silva, 2016.

[81] Segundo o site do canal: "A TV dos Trabalhadores é uma emissora de televisão brasileira concessionada em Mogi das Cruzes, porém sediada em São Bernardo do Campo, ambas cidades do estado de São Paulo". http://www.tvt.org.br/quem-somos/

[82] Carolina, entrevista em 28/09/18

[83] Segundo Carol, no momento da sua entrada na graduação sua mãe tinha o ensino médio incompleto – o que se mantem até hoje – e a renda de sua família era de 2 a 4 salários mínimos. Para mais ver em Anexo 2: Tabela Sócio Referenciada 1 – Campinas (SP).

trabalhadora' que passou a 'buscar explicações e querer entender como a sociedade funciona'. Ela diz:

> Eu não tinha direito trabalhista nenhum, tipo, nada, zero. Eu fiquei sem salário e doente [...], daí caiu a ficha tipo 'véio, que sociedade merda é essa que a gente vive? Eu trago dinheiro pra esses caras pra caramba, na hora que preciso de 15 dias de férias eu não tenho nenhum suporte? Que porra é essa?' Aí, ao mesmo tempo, eu conheci o centro acadêmico[84]. Aí, juntou uma coisa com a outra, você vai buscando explicação pras coisas[...]e aí é quando eu entro pra pesquisa, que eu começo a querer entender isso, né, eu falo 'por que que é assim? Por que a sociedade funciona assim? Por que que uma mão de obra tem mais valor do que a outra?' E aí, então, eu começo a me interessar e vou estudar, vou pesquisar. Entro num grupo de pesquisa e começo a fazer iniciação científica, desde 2003. Isso foi no primeiro ano na graduação na UFBA. Fiz a iniciação científica, entrei no centro acadêmico ao mesmo tempo, virei coordenadora geral do centro acadêmico, virei coordenadora geral da executiva nacional de curso, entrei pra UNE, diretora da UNE e diretora do DCE. Isso conciliando pesquisa e trabalhando. Minha mãe ficou desempregada nessa época, então era eu e meu irmão que bancávamos tudo. Eu tinha 3 empregos, se você me perguntar como é que eu fazia isso... não faço ideia. (Carolina, entrevista em 28/09/18)

Desse modo, a questão *dos trabalhadores*, ou seja, o marcador de classe aparece como central ao processo de engajamento político e à constituição subjetiva de Carolina como sujeito político. No entanto, foi na UFBA e no movimento estudantil, onde atuou politicamente durante toda sua graduação e se filiou ao PT, onde participou - de maneira tangencial, segundo ela - de debates sobre gênero e a questão racial. Ao término da graduação, decidiu prestar a seleção para o mestrado na UNICAMP. Em tal universidade, conseguiu uma bolsa de auxílio, uma vaga na moradia universitária[85] e, também, passou a receber uma bolsa de pesquisa para o mestrado, o que lhe permitiu realizar sua pesquisa longe de casa e sem a necessidade de conciliar estudo e trabalho. Dada sua trajetória na UNE, após quatro meses no mestrado se tornou vice-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG)[86]. Contudo, relata que a chegada na UNICAMP, *com esse bando de gente branca,* lhe proporcionou *experiências* nunca vividas na UFBA:

> Eu chego na UNICAMP, uma pessoa acostumada a ser[negra], assim eu era preta em todos os lugares, né, [mas]eu cheguei aqui eu virei um bicho: 'Nossa, quando você chegou, a gente achou que você ia seduzir todos os homens da faculdade de educação, nenhuma das mulheres daqui gostava de você'[...]. E aí eu comecei a ver essas coisas: as pessoas virem conversar comigo em inglês achando que não era brasileira, aí eu falava 'não, eu sou brasileira', 'ah, então você é estudante da graduação', 'não, eu faço mestrado'. Aí na hora que ouvia meu sotaque, mais ainda, tipo, 'mas que que cê veio fazer aqui, por que que você não ficou no Nordeste?', essas coisas. Quando começou a rolar isso, eu morando na moradia, comecei a falar 'velho, ou eu vou me organizar pra me juntar com pessoas como eu ou eu vou morrer aqui dentro'[...]. E aí eu comecei a achar que eu ia morrer, eu falei 'se eu não me organizar eu vou morrer'. Aí foi quando eu comecei a conversar com outras pessoas pretas. (Carolina, entrevista em 28/09/18)

[84] Centro Acadêmico é uma instância de representação estudantil para cada curso de graduação na universidade.
[85] A moradia universitária é um programa de permanência e espaço de habitação para estudantes da graduação e da pós-graduação da universidade que comprovem baixa renda.
[86] Disponível em: http://www.anpg.org.br/. Acesso em 19 dez. 2019.

Entrar na pós-graduação em uma universidade onde a composição racial era tão diferente daquela onde teve seu primeiro contato com este ambiente, na UFBA, fez Carol viver e relatar *experiências* de racialização distintas. Em entrevista, ela afirma já ser *acostumada a ser negra*, mas é quando entra na UNICAMP que *vira um bicho* e para tentar deixar de *ser bicho*, se *organiza para não morrer*. Essa afirmação de Carol nos remete às colocações de Fanon (2018) apresentadas no início deste capítulo.

Para o autor, e podemos dizer que também para McClintock (2010), é no encontro com o "colonizador" ou, nos termos que venho colocando, no momento de "aparição" na universidade, que esses sujeitos deixam de ser sujeitos para ser "uma forma" (FANON, 2008), ou *bicho*. Assim, a narrativa de Carol nos oferece a possibilidade de analisar como nesse processo de "aparição" se constrói um sujeito, um humano, o "outro", ou o *bicho*, que é interseccionado por raça, gênero, classe, sexualidade e território. Nesse sentido, é devido a esse processo que se relata um primeiro sentimento de *solidão* e, por conseguinte, a **busca** pelos *seus para não morrer*, ou seja, o encontro com *pessoas parecidas com você* ou, *os seus*, como uma forma de se reconstruir subjetivamente.

Nesse sentido, a narrativa de Carol, em conjunto com Ane (RJ) e Jamile (BA) nos apresenta como, no processo de "aparição", as diversas *experiências* estabelecem a construção subjetiva desses sujeitos, que por compartilharem um lugar comum de "outro" – ao que seria o sujeito comum ao espaço da universidade – constroem em algum momento a ideia de *pessoas como eu*, ou seja, uma identidade comum compartilhada – que estou propondo nomearmos de **sujeito político negro universitário**. Desse modo, o encontro com *os seus* surge como maneira de fugir da solidão, se sentir *acolhido* e até de *sobrevivência para não morrer*. Entretanto, a narrativa destes atores também nos apresenta como que a construção *dos seus* é perpassada pelo contexto e pela negociação das múltiplas identidades dos sujeitos. Assim, ora o coletivo negro pode ser o lugar de *acolhimento*, ora o coletivo de mulheres negras, ora o movimento estudantil. Apesar da multiplicidade de encontros e acolhidas, as narrativas desta seção, assim como as da seguinte nos apresentam que o período de entrada na universidade, ou de "aparição" é um processo de reconstrução de si.

1.2 Entrando na universidade cada vez mais negra (2012-2016)

Compreendendo os processos de "aparição" como contextuais, a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, é um marco importante, que intensifica o debate racial no âmbito nacional e

intensifica o crescimento do número de estudante negros nas universidades públicas. Como diversos trabalhos vem apresentando (LIMA, 2018; SILVÉRIO, 2011), a aprovação da Lei de Cotas não modificou apenas o cenário das universidades nas quais ocorreu a implementação, mas produziu um contexto de movimentações em todo o conjunto das instituições de ensino. Nesse sentido, apesar das universidades focais da tese (UFBA, UNICAMP e UERJ) não terem implementado cotas nesse contexto, as mobilizações em torno dessa conquista transformam o cenário mais amplo, o que, por conseguinte, possibilita *experiências* de "aparição" distintas desses jovens negros, que passam a adentrar e atuar nas universidades após a Lei, se comparadas às décadas anteriores.

Desse modo, nesta seção, irei percorrer, a partir de outro conjunto de *experiências*, o momento mais recente da entrada de estudantes negros na universidade pública. Inicialmente, me debruçarei sobre a trajetória narrativa de Rodger Richer, com quem conversei em uma das salas de aula da UFBA. Ele se apresentou como integrante do coletivo Enegrecer, diretor de combate ao racismo da UNE, na gestão 2015-2017, e disse que estava finalizando sua graduação em Ciências Sociais, na UFBA. Assim como em todas as entrevistas que realizei, pedi que o entrevistado contasse sua trajetória até aquele momento, ao que ele respondeu: 'tá, então preciso começar de antes de entrar na universidade'[87].

Rodger entrou na UFBA, em 2010, e diz ter sido através de um professor da Steve Biko – mesmo PVNC citado por Jamile (BA) e apresentado na introdução –, que conheceu no Ensino Médio 'quem despertou em mim o debate racial. De eu ser negro, de sofrer racismo por causa da minha estética, do meu nariz, do meu cabelo e pela minha cultura'. Para ele, aquele foi o momento no qual 'começou a tomar uma consciência de raça'. No seguimento da narrativa é possível observar que essa *consciência* é relacionada, posteriormente, ao início do engajamento político no debate racial.

Como Jamile, Carol e Ane, na primeira semana de aulas, Rodger foi apresentado aos diversos coletivos da UFBA. Inicialmente, foi com o *pessoal do DCE e do CA* que se deu seu envolvimento[88]. No conjunto dos novos códigos que a universidade trazia, a existência dessas formas de organização e da participação de jovens em partidos políticos foi o que mais chamou sua atenção. Desse modo, os primeiros coletivos que conheceu foram grupos que afirmavam a importância da disputa nos espaços de deliberação da universidade (CA; DCE;

[87] Rodger, entrevista em 24/04/18

[88] O Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Centro Acadêmico (CA) e o Diretório Acadêmico (DA) são entidades de organização estudantil presentes nas universidades.

DA). Logo nesse primeiro momento, foi convidado a participar de uma *eleição do CA*, decidindo aceitar a proposta em razão da 'pouca presença dos negros naqueles espaços'. A esse respeito, o processo apresentado por Rodger sobre sua entrada no movimento estudantil teve, assim como Carolina (SP), um momento inicial, marcado pelo não encontro de pessoas parecidas com ele (ou seja, negras) nesses grupos, seguido por um momento de criação de vínculos e, por conseguinte, do sentimento de pertencimento, justificado pelo desejo de *aumentar a presença negra no ME*. Em suas palavras: 'a gente quer que a gente também esteja lá, falando. Então, a partir disso, a gente começa a se questionar e a criar vínculos de redes de solidariedade que vão contribuindo para o aumento da organização do movimento estudantil e para a ampliação de presença negra'[89].

Após esse primeiro momento de participação, durante as eleições do CA, Rodger passou a fazer parte do coletivo Enegrecer (Coletivo Nacional de Juventude Negra), que é um coletivo nacional que tem inserção na UFBA, vinculado à Democracia Socialista, corrente interna do PT, e fundado em novembro de 2009[90]. Na página do grupo, no Facebook, eles se afirmam como: "uma expressão do movimento social negro que luta contra as opressões da sociedade em favor da juventude negra"[91].

Na continuação da narrativa, Rodger produz certas articulações para explicar porque ele e outros jovens negros que entram na universidade *devem* se engajar politicamente. Afirmou ele:

> A gente conquistou os direitos, mas a gente não tá aqui por nós mesmos. Não estamos aqui por uma conquista individual. Não foi Rodger, que é bom para caralho, que passou na UFBA, não foi outras pessoas que estudaram que passaram, e sim foi o fruto de um processo histórico que, desde o Movimento Negro Unificado na década de 1970, pautou um projeto político para o povo negro no Brasil. Até mesmo antes. Então, tem que afrontar o racismo. Você tem essa responsabilidade. Você conquistou o direito, agora você vai afrontar o racismo e afrontar muito na perspectiva da geração tombamento que traz as identidades. Afrontar na perspectiva dos pesquisadores negros, dos PIBIC[92] negros, enfim, de quem tá fora da universidade também. Eu

[89] Rodger, entrevista em 24/04/18

[90] Não obtive informações em quantos estados e universidades o Enegrecer está presente, mas destaco que apesar dos coletivos focais (NCN/UNICAMP; Frente Negra/UERJ e KIU/UFBA) atuarem apenas em uma universidade, os mesmo se relacionavam com coletivos de dimensão nacional como o Enegrecer e o Quilombo, que será apresentado mais à frente. Em campo, os coletivos que se apresentaram como nacionais tinham alguma relação com partidos políticos.
A Democracia Socialista, mais conhecida como DS, é uma corrente interna do PT que integra um quadro complexo de outras correntes dentro do partido. Grande parte dos interlocutores desta tese que foram ou eram, no momento da entrevista, estudantes da UFBA compunham o PT (Anexo 1: Tabela Entrevistados – Salvador (BA). Dentre eles, alguns integravam a Democracia Socialista (DS) e outros a Esquerda Popular Socialista (EPS). Para mais, ver: SECCO, 2011.

[91] Uma descrição mais atenta sobre o Enegrecer também estará no terceiro capítulo.

[92] O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é oferecido pelas instituições de fomento em pesquisa para alunos de graduação visando incentivo à pesquisa nacional.

> estou aqui porque minha mãe se fodeu lá atrás para eu tá aqui. Minha avó que era analfabeta lutou para eu tá aqui. (Rodger, entrevista em 24/04/18)

Davison Faustino (2015), em tese acerca das obras de Fanon, afirma que Avtar Brah (1996), influenciada por Fanon (2008), afirma que "a cultura ancestral (ou mesmo no caso em que o ancestral é uma reinvenção) e a experiencia comum da racialização operam nesse contexto como estopins políticos poderosos". Nesse sentido, apesar de compreender que os processos de "aparição" são perpassados por situações tidas como de violência, o potencial político dos mesmos está na construção de uma noção de *ancestralidade*[93], ou seja, de sujeitos que compartilham *experiências* para além do tempo.

Além dos vínculos com o movimento negro, a figura da mãe (ou as mulheres negras da família) reaparece como um fator importante no conjunto de significados que se dá para essa noção de *responsabilidade*. Diferente das interpretações atuais que estabelecem a noção de responsabilidade como uma representação da racionalidade neoliberal (BUTLER, 2018), em campo, a noção de *responsabilidade* surge a partir da ideia de se compreender como parte de um grupo, que seriam os negros e pobres, que não acessam o espaço da universidade. Assim, o sentimento de *responsabilidade* surge em campo num sentido de pertencimento coletivo, onde muitas vezes a figura da mãe é apresentada como metáfora de parte desse grupo que não pode acessar esses espaços de ensino.

Entretanto, a forma de *continuar a luta* assume para Rodger uma perspectiva delineada pela ideia de *afrontamento*, própria da geração atual, que ele nomeia de *geração tombamento*. Esta é uma categoria recentemente acionada para nomear o crescimento do uso da moda e da estética como ferramentas políticas de desconstrução de estereótipos de raça e gênero[94]. Junto com ela, a noção de *afrontar* surge no vocabulário das gerações mais recentes de jovens negros. O uso do verbo deve-se a seu prefixo afro, que pauta um sentido de enfrentamento às desigualdades numa perspectiva afro, ou seja, negra. Assim, termos como *afrontamento* são comumente utilizados por jovens negros, em espaços de discussão política ou não. Além de afrontar pela afirmação racial e através da estética, Rodger aponta também a pesquisa como um meio de combate ao racismo. Para ele, assim como para todos os

[93] *Ancestralidade* surge em campo como uma categoria êmica. Além de ser acionada para marcar um pertencimento histórico em uma identidade coletiva, a negra, esta categoria é utilizada muitas vezes como forma de reverenciar militantes negros mais velhos. Muitas vezes vem acompanhada da expressão "nossos passos vem de longe" de Jurema Weneck – referência importante no movimento de mulheres negras e muito acionada em campo.

[94] Para mais ver: Dos Santos e Santos, 2018.

interlocutores desta tese, a pesquisa realizada por pesquisadores negros dentro da universidade é uma importante forma de *afrontamento*[95].

A questão da saúde mental foi outro aspecto levantado por Rodger, diretamente relacionada à sua trajetória como um **sujeito político negro universitário**. Após narrar sobre suas *experiências* e atividades no movimento estudantil, ele disse ter ficado muito doente em razão de todo o trabalho dedicado à organização: 'eu fiquei muito doente fisicamente e psicologicamente, mas a gente acredita na importância, e o meu coletivo foi essencial para eu ficar bem... sem eles, eu teria pirado muito mais'[96].

Compreendendo que a construção subjetiva desses sujeitos passa por processos tidos como de violência, os relatos de adoecimento se tornam comuns nas narrativas, mas ao mesmo tempo os coletivos dos quais eles participam surgem como lugares de *cuidado, afeto* e *sobrevivência*. Nesta perspectiva, a narrativa de Taina, que primeiro atua no movimento estudantil, tem um momento de adoecimento e depois passa a compor um coletivo negro, nos ajuda a compreender como vão se estabelecendo as noções de *cuidado e de afeto* nesses processos de **achar** o seu lugar.

Conheci Taina Santos em minha primeira reunião do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP), no segundo semestre de 2016. Por haver outros novos participantes, ela pediu a fala e passou a explicar o que era o NCN/UNICAMP e como ele surgiu[97]. Após um ano e meio compartilhando o cotidiano da universidade, amigos e as pautas e eventos organizados pelo Núcleo, nos sentamos para que eu pudesse realizar a entrevista sobre a qual me atenho agora. Assim começa sua narrativa:

> Eu vou começar da minha trajetória familiar, porque eu acho que muito da minha formação política eu devo à experiência que eu tive com a minha mãe, que nunca foi uma militante nesses termos que a gente conhece e que a gente faz ou que pelo menos eu depois fui seguir. Mas foi uma pessoa que me ensinou muito sobre essas questões dos direitos[...]. Foi por ela que eu conheci essas questões que hoje eu sou tão sensível[...]. Conforme o meu pai foi causando [violência doméstica], a minha mãe foi procurando formas de se defender. Então, eu passei por todas as delegacias da mulher de São Paulo pra fazer B.O. [Boletim de Ocorrência] contra o meu pai com minha mãe, conselho tutelar, sempre tem esses encaminhamentos pra psicólogas, grupos de assistentes sociais, mulheres pra conversar sobre a questão da violência e tal. E cresci, tive uma infância muito boa. Eu acho que pra uma criança pobre, negra, na condição que eu estava, eu tive uma infância muito boa, entre muitas aspas, porque não foi melhor, mas eu acho que foi muito mais... Como eu posso falar? Eu tive muito mais acesso a algumas coisas, por exemplo, o fato de eu ser a única pessoa da minha geração que foi pra uma universidade. Eu fui pra uma universidade primeiro que todo mundo e eu sou mais nova que

[95] Nessa perspectiva, como apresentado na introdução, a *luta contra o epistemicídio* surge como uma importante agenda em campo e por isso irei me ater mais detidamente a essa questão no último capítulo desta tese.
[96] Rodger, entrevista em 24/04/18
[97] A história de formação do NCN/UNICAMP será trabalhada no segundo capítulo da tese.

> todo mundo, por exemplo. Uma universidade pública que foi a UNESP. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Assim como nas outras narrativas, Taina escolhe começar me contando sobre sua trajetória familiar, antes de entrar na universidade e na militância *nos termos que a gente conhece*. Vinda de uma região periférica de São Paulo, sua mãe passou a vida como empregada doméstica[98]. No início da entrevista, Taina me contou um pouco da trajetória de vida de seus pais para explicar que o que *me ensinou sobre essas questões dos direitos* correspondia ao fato de sua mãe ter sofrido violência doméstica recorridas vezes. Por isso, os espaços das delegacias da mulher, conselho tutelar, psicólogas e assistentes sociais compuseram a sua infância e seu primeiro contato com *questões dos direitos*.

Como na narrativa de Jamile (BA), Carol (SP) e Rodger (BA), a mãe de Taina aparece como a principal incentivadora de seus estudos; fato que fundamenta sua chegada ao pré-vestibular social do Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN/USP)[99], e, logo depois, à universidade. Por seu tempo e força de atuação, o NCN/USP se constituiu como um importante ator na história do movimento negro no Brasil e compõe um conjunto de pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC), como a Steve Biko, que contribuem para que esses jovens acessem a universidade pública. Além disso, com o crescimento do número de estudantes negros na USP, o NCN/USP passou a ter, em sua composição, uma maioria de estudantes que protagonizaram o momento de luta e aprovação das cotas na USP, em 2017[100].

Segundo Taina, foi no pré-vestibular que ela se aproximou de alguns *movimentos sociais*, mas foi ao entrar na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em 2013, que se formou enquanto militante. Resgatando esse processo de formação, ela contou que, ao entrar na UNESP, em um campus com muitos alunos de origem popular, *você se reconhecia no outro*. Por esse motivo, segundo ela, a *força* da universidade era a luta pela permanência,

---

[98] Segundo Taina, sua renda familiar antes de entrar na graduação era de até 2 salários mínimos e sua mãe concluiu o ensino médio após os 30 anos. Ver em Anexo 2 a Tabela Sócio Referenciada 1 – Campinas (SP).

[99] Segundo o blog: "O Núcleo de Consciência Negra é uma entidade sem fins lucrativos e autônoma do movimento negro que tem como objetivo a luta contra o racismo, o preconceito e todas as formas de discriminação (racial, sexual, etc.). Fundado em 1987, a partir da iniciativa de funcionários, estudantes e professores da Universidade de São Paulo, o NCN, além de atuar em várias instâncias do movimento negro, desenvolve diversos projetos educacionais e sociais, como o Curso popular pré-vestibular, o Centro de estudo de idiomas (inglês, francês e espanhol) e atividades de formação como debates e cursos sobre a questão racial no Brasil, oficinas de grafite e hip hop, dentre outros. Embora realize uma grande quantidade de projetos, o NCN não recebe nenhum tipo de financiamento ou apoio institucional da Universidade de São Paulo." Disponível em: <http://www.ncn.org.br/index.php/quem-somos/historico>. Acesso em: 22 junho 2018

[100] Durante a etnografia no NCN/UNICAMP, pude acompanhar o processo de luta e aprovação das cotas na universidade. No conjunto das mobilizações na UNICAMP, a USP intensificou as mobilizações e também conseguiu aprovação das cotas para a graduação em 2017.

protagonizada por pessoas *como eu*, de origem de classe e, muitas vezes, de raça. Esse reconhecimento aparece como aspecto central de significação para sua *entrada na militância*:

> Fui morar num campus em que a moradia era super politizada. Lá, eu tive acesso também a debates sobre feminismo, sobre raça, sobre a questão da pobreza e tal. Aí, como eu já vinha dessa coisa de participar de grupos de mulheres, dessas coisas assim que eu me enfiava com a minha mãe, eu entrei no grupo de mulheres quando eu entrei na UNESP. Só que não deu muito certo, o grupo se dissolveu[...], muitas pessoas brancas que tinham uma realidade, um feminismo totalmente..., hoje eu consigo fazer essa leitura, naquela época eu não conseguia..., um feminismo que não me contemplava. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Compreendendo que o coletivo de mulheres não a *contemplava*, o movimento estudantil, considerado como diferente por ser protagonizado *pela galera popular da universidade*, se tornou seu espaço de atuação política. Desse modo, assim como Carol, naquele momento, a sua identificação de classe a fez se aproximar do movimento estudantil. Assim, ainda em 2013, passou a integrar o DCE e, no mesmo ano de diversas manifestações pelo país[101], contribuiu para a mobilização e aprovação das cotas na UNESP[102]. Contudo, a dinâmica entre se formar politicamente e *aprender* a ser militante foi acompanhada por um processo de adoecimento mental que a fez deixar a UNESP e ir para a UNICAMP.

> [...]a gente panfletou na porta dos parlamentares, na assembleia legislativa. Esses caminhos que a gente tem que seguir pra poder encaminhar as coisas, com quem que a gente vai falar, o que que a gente negocia, com quem que a gente senta, como e tal...Só que eu saí da UNESP muito detonada. Eu saí de lá com depressão profunda. Tanto é que sair de lá foi uma decisão que eu tomei porque eu queria sair daquela vida, queria recomeçar[...]A UNESP foi muito importante pra mim e eu falo que lá foi onde eu me formei enquanto militante, a desenvoltura que eu tenho pra falar, pra resolver coisas, pra organizar coisas[...]. Esse espaço foi muito importante pra que eu me desenvolvesse, pra eu me formar enquanto uma militante, por mais que eu sinta que o movimento estudantil não é a minha praia, meu negócio já tá consolidado em outro sentido que é outro tipo de movimento social, mas esse movimento foi, pra mim, uma escola. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Taina, assim como Rodger (BA), decide contar sobre o processo de adoecimento que passou nas atividades do movimento estudantil. Para ele, narrar o processo de adoecimento é uma forma de marcar que, apesar das dificuldades, é no próprio coletivo que se **acha** a *cura* e o *acolhimento*. Já para Taina, narrar o adoecimento é utilizado para apresentar sua mudança de percepção sobre a forma de ação política em que acredita. Em outras palavras, para ela,

[101]Após uma série de manifestações de rua que ocorreram no ano de 2013, autores que se dedicam a refletir sobre movimentos sociais nomearam essas movimentações como "Jornadas de Junho". O caráter aparentemente autônomo dessas manifestações passa a ser ressaltado pelos autores como meio de marcar a diferença entre essas manifestações e as anteriormente utilizadas pelos movimentos estudados. Além disso, outras marchas, como a Marcha das Vadias, que ocorreu pela primeira vez no Brasil, em 2011, vêm sendo trabalhadas como outros exemplos de formas contemporâneas de manifestação, em especial por seu caráter "autônomo". Ver: GOMES e SORJ, 2014; ALBUQUERQUE, et. al, 2014.

[102] Em 2013, a UNESP se tornou a primeira universidade estadual paulista a implementar cotas sociais e raciais em seu vestibular.

essa *experiência* é utilizada para defender uma forma de fazer política que deve se basear no *afeto* e no *cuidado* com a saúde mental dos colegas de coletivo[103].

Taina passa a integrar o NCN/UNICAMP em companhia de Bruno, seu colega de moradia. Bruno Ribeiro, *bicha preta* do Grajaú – zona sul de São Paulo -, foi o primeiro integrante do Núcleo que eu conheci quando cheguei à UNICAMP, em 2016. Aqui, vale destacar que pude perceber durante a pesquisa que grande parte dos jovens negros gays se identificam como *bichas pretas*. Segundo Megg Oliveira (2017) e Fábio Cordeiro (2019) o termo "bicha preta" é uma categoria identitária que surge, principalmente, no ambiente da internet nos últimos cinco anos. Para Cordeiro os termos "bicha" e "preta", comumente utilizados para ofender, são ressignificados:

> Dessa forma, o termo está direcionado para aqueles que tensionam a heteronormatividade, permitindo-se vivenciar comportamentos ditos femininos, usado distintamente do termo gay.[...] Dentro deste universo LGBT e negro, temos dois sujeitos distintos, o gay negro e a bixa-preta, que vivenciam suas expressões raciais, de gênero e sexualidade de forma diferenciadas. O gay negro se constitui a partir de perspectiva de masculinidade, ajustada e normatizada que se distingue da afeminação relativa às expressões de gênero da bixa-preta[104] (CORDEIRO, 2019:30)

Retomando a narrativa de Bruno, ele resgatou seu primeiro contato com o *movimento social* através de seus pais, que foram moradores de ocupação e filiados ao PT[105]. Crescendo envolto em associações de moradores, igrejas e projetos de organizações para jovens da região em que morava, Bruno diz que, a partir desse momento, a universidade passou a ser apresentada como uma possibilidade. Também aluno de um pré-vestibular social, ligado ao PSOL, na zona sul da cidade[106], já sabia o que era 'partido político, movimento estudantil, DCE e outros movimentos' antes de entrar na UNICAMP.

Bruno entrou na universidade em 2014 e começou a frequentar as reuniões do NCN/UNICAMP no mesmo ano, junto com Taina (SP). Apesar da existência de outros coletivos na universidade, o entrevistado marca que é o sentimento de *acolhimento* que o faz compor o Núcleo e não outros grupos. Ele diz:

---

[103] Apesar do tema do adoecimento no movimento social ser algo falado e escrito dentro dos movimentos, não foram encontrados trabalhos acadêmicos sobre o assunto no portal de periódicos da Capes.

[104] Ainda segundo os autores, a grafia bixa-preta é utilizada como referência a música "Bixa-preta" da artista trans Linn da Quebrada. Durante a pesquisa pude perceber a variação das grafias (com x ou ch), contudo nas respostas dos entrevistados (Anexo 1: Tabela de entrevistados) foi utilizado bicha. Assim no decorrer da tese farei uso da grafia bicha preta.

[105] "Ocupação" é o modo de conquistar e habitar uma propriedade considerada improdutiva que tenha uma função social. O termo é utilizado para habitações urbanas e rurais e consiste em uma grande organização e mobilização política.

[106] A zona sul da cidade de São Paulo é compreendida como uma região "periférica".

> Em 2014, além do Núcleo, existiam outros grupos, você tinha a Frente Feminista, você tinha o Babado, que eram grupos do tamanho do Núcleo, assim com a força que o núcleo tem na universidade, mas eles se esfacelaram em 2015 [...] O Babado mesmo era um coletivo que de fato eu tinha interesse de tocar aquelas pautas, só que eu nunca me senti nem um pouco à vontade de entrar [...] Era um espaço extremamente hostil... meio GGG[107] branco, tinha pessoas negras também, mas era uma panelinha muito mais formada[...], nunca me senti à vontade pra entra no Babado. (Bruno, entrevista em 15/07/18)

Ao mesmo tempo em que o Babado, que é um coletivo de diversidade sexual, surge como um lugar *hostil*, na fala de Bruno, o NCN/UNICAMP surge como um espaço onde se pode discutir sobre as múltiplas identidades dos sujeitos que o compõe e essa forma de fazer política é marcada como diferente dos *modelos velhos e atrasados*:

> Não acho que a gente [NCN/UNICAMP] é um grupo que só vai discutir relações raciais. A gente vai discutir a partir disso, a partir disso a gente vai discutir tudo. Então, eu acho que ele [o NCN/UNICAMP] é um espaço onde a gente tem possibilidade de fazer isso, é um espaço autoconstruído, é um espaço, hoje, de bastante respeito. Acho o movimento tradicional muito equivocado, velho, atrasado, sabe? (Bruno, entrevista em 15/07/18)

Com isso, a forma de fazer política do movimento estudantil aparece como *velha* e *atrasada*, no sentido de não compreender e respeitar as diferentes *experiências* dos sujeitos que compõem esses grupos. Em contrapartida, os coletivos negros aparecem como um lugar de *cuidado* e *afeto*, onde a política é compreendida como uma forma de diálogo entre as diferentes *experiências* e não como *sobreposição*. Portanto, *respeitar* os sujeitos em sua diversidade é um desafio para os grupos, ao relacionarem não só a identidade racial, mas as múltiplas identidades dos diferentes sujeitos que compõem o coletivo, isto é, construir uma forma de ação política *interseccional*. Taina afirma que a percepção de que o Núcleo só tem debate racial é uma perspectiva racista:

> Não é só um debate racial, puramente racial, a gente não é só negro, a gente é mulher, é bicha, é sapatão, é trans, é gay, é hetero, tem um monte de coisa ali e essas coisas ressoam na nossa convivência[...]. Não é uma coisa só! Rola sociabilidade, né, as pessoas são amigas, as pessoas se pegam, as pessoas vão pra cama, as pessoas se odeiam. (Taina, entrevista em 10/10/18)

A noção de que *a gente não é só negro* perpassa todas as narrativas trabalhadas até aqui, que por sua vez são produzidas em diferentes contextos e realidades locais. Apesar das diferenças de trajetória e até de organização política que estes sujeitos passam a compor, essas narrativas nos apresentam como, associada à construção de uma noção de *ancestralidade* e de *responsabilidade*, a afirmação da diversidade dos próprios sujeitos do coletivo, e o desejo de tornar os coletivos um lugar de *afeto* e *afrontamento*, produzem a noção de fazer daquele lugar parte de um movimento maior e, ao mesmo tempo, diferenciar-se do que teria sido feito antes. Contudo, as narrativas de Bruno, Taina e Rodger (BA) nos apresentam um processo de

[107] GGG se refere a "gay, gay, gay", termo usado como crítica à presença às vezes quase exclusiva de homens gays nos espaços de fala pública e na tomada de decisões dentro dos grupos LGBT.

"aparição" onde os sujeitos, de certo modo, já estão informados dos códigos e das linguagens dos espaços da universidade por terem passado ou se aproximado de professores de PVNC. Com narrativa diferente, apresento a seguir, o último interlocutor desta seção, que não teve acesso a PVNC, mas também possibilita observarmos como a diversidade de identidades dos sujeitos na ação política torna-se central nesse contexto e transforma os próprios processos de engajamento político.

No final de 2018, passei a realizar as entrevistas com alguns interlocutores da UERJ. Ayie TiEso, nome que recebeu de sua mãe de santo, se apresenta para mim como estudante de Ciências Sociais na UERJ, integrante da Frente Negra da mesma universidade, *bicha preta* e *não binária*[108]. Como nas outras entrevistas, pergunto da sua trajetória e ele diz ser *nascido e criado*[109] no morro do Salgueiro – zona norte do município do Rio de Janeiro – onde sua família sempre frequentou a escola de samba e sua avó era uma importante mãe de santo de Candomblé. Conta que, ainda pequeno, sua avó jogou todos os instrumentos e materiais da casa de santo fora e se converteu à igreja Universal do Reino de Deus, o que acabou fazendo com que sua criação fosse na igreja[110]. Ele diz:

> Tem a questão da minha deficiência física, que é uma coisa que eu tenho uma perna mais curta que a outra. Eu tenho um problema na bacia, fruto de um acidente que eu sofri quando eu tinha uns 13 anos. E isso teve um impacto em toda a questão da minha autoestima, a questão do meu corpo, o ideal do que é colocado em ser um homem preto (Aiye, entrevista em 10/11/18)

Após o acidente, ele relata que voltou a andar aos 20 anos, quando também voltou para a escola, na sexta série (atual sétimo ano). Abandonou a escola no Ensino Médio e passou a trabalhar em uma empresa que apoia portadores de deficiência física como ascensorista. Depois de anos nesse emprego, decidiu fazer o *supletivo*[111] e, por insistência de um professor, fez o vestibular da UERJ, onde começou a cursar, em 2013, o curso de Ciências Sociais. Sobre sua entrada na universidade ele diz:

> Tinha tudo isso e o processo da UERJ foi muito interessante. Porque eu entrei pra fazer Ciências Sociais, no momento eu já estava meio de saco cheio da igreja. E aqui na UERJ foi quando, sei lá, dei o meu primeiro beijo, quando eu fiquei com alguém pela primeira vez,

[108] Apesar de não ser seu nome de registro Ayie diz preferir o uso deste nome por ter sido o nome africano dado pela sua mãe de santo. O uso do termo "não binário" é utilizado por pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros (masculino ou feminino). Para compreender melhor a incorporação do termo no campo, ver: Carvalho, 2018.

[109] A expressão "nascido e criado" é comumente utilizada por pessoas moradoras de favela do Rio de Janeiro para marcar seu pertencimento ao seu local de origem.

[110] A *criação na igreja* se apresentou como algo recorrente em campo, principalmente pelos interlocutores da UERJ. Como veremos na narrativa de Ayie, por exemplo, a *criação na igreja,* neste caso de matriz neopentecostal, é colocada como um aspecto importante de sua vida antes de entrar na universidade e ter suas experiências de maior *liberdade sexual*.

[111] Supletivo era o termo anteriormente utilizado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que tem como objetivo possibilitar às pessoas que não terminaram o ensino básico fazê-lo em tempo abreviado.

> quando comecei a olhar pra mim de uma ótica, pelo menos nesse sentido da intimidade, diferente do que o mundo queria pra mim. Do que era colocado como sendo correto para as pessoas. E foi um processo muito complicado, não foi fácil. Mas foi fundamental. E aí foi isso, a partir do momento que eu entrei na UERJ, que eu comecei a dizer essas coisas, eu comecei a entrar em contato com militância preta. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

Ao mesmo tempo em que a entrada na UERJ marca o início da sua descoberta sexual, ele pontua veementemente que não foi na universidade que *tornou-se negro*. Afirma que, ainda que o contato com a *militância preta* tenha se dado dentro da universidade, *sua negritude* sempre foi parte constitutiva de sua vivência familiar anterior[112]. Ele diz:

> Minha vivência foi atravessada pela minha negritude. Eu não tive essa coisa de me tornar negro dentro da universidade [...]. Mas eu sou uma bicha preta. Aí sim, com toda essa questão de ser uma bicha preta e com relação à questão de gênero, essas coisas, isso sim a faculdade foi um marcador determinante pra eu poder ter condições de fazer escolhas, minimamente. Então, eu posso dizer que, ao mesmo tempo, sim, foi [na universidade] a primeira vez que eu me engajei numa parada abertamente do movimento negro[...] Ao mesmo tempo que eu não me entendo sendo alguém que se tornou negro dentro da universidade, eu sou alguém que, estando dentro da universidade, talvez pela diversidade de pessoas e pela quantidade de debate que eu tive acesso, consegue olhar pra negritude que eu já tenho, de uma outra maneira. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

A partir das observações em campo pude perceber, que o uso do termo *tornar-se negro na universidade* se fez mais presente nas falas públicas destes **sujeitos políticos negros universitários**. Em contrapartida, alguns estudantes negros fazem questão de demarcar que 'sempre foram negros e não se tornaram na universidade'. Essa marcação enfática de Aiye, sem que eu sequer tivesse perguntado sobre isso, demonstra a relevância dessa afirmação no processo de construção subjetiva dele. Compreender as múltiplas dimensões da afirmação ou negação de *tornar-se negro na universidade* requer uma análise mais elaborada dos diversos *afetos* acionadas nesse processo[113]. Para esse momento, vale ressaltar que, apesar de não *tornar-se negro na universidade*, Aiye afirma que foi nela que ele se *engaj*a na 'militância preta'[114] e consegue olhar para a negritude, 'que já tenho, de outra forma'.

Entretanto, o processo de tornar-se militante e **achar** um lugar para se sentir acolhido fez Ayie passar por diferentes movimentos dentro da universidade. Assim como em alguns casos relatados por Ane (RJ), de amigos gays que atuaram com ela ainda no início das cotas, o primeiro espaço que frequentou foi um antigo grupo de estudantes negros da UERJ, do qual decidiu se desligar por ter sofrido agressão homofóbica. Os relatos de Ayie e Ane (RJ) acerca

---

[112] Durante o terceiro capítulo desta tese, ao explorarmos melhor os sentidos do termo *tornar-se negro* na universidade, veremos que essa noção é utilizada no sentido não apenas de marcar uma construção de uma identidade racial, mas das múltiplas identidades dos sujeitos. Ou seja, tornar-se negro é tornar-se militante.

[113] Esse debate será adensado no terceiro capítulo da tese.

[114] Veremos no decorrer da tese o uso diferenciado de *preto* e *negro*. Essa diferença é muitas vezes utilizada por sujeitos que tem algum tipo de proximidade com a linha política nomeada em campo de pan-africanista. Na próxima seção iremos apresentar pontualmente esta linha teórico política, mas será no capítulo três que adensaremos essa discussão.

de vivências consideradas homofóbicas e machistas em alguns espaços do movimento negro dentro e fora da universidade são comuns. A necessidade de um espaço que o fizesse se sentir acolhido como *uma bicha preta com deficiência* o afasta desses grupos do movimento negro e o aproxima do coletivo LGBT da UERJ, chamado Colorir. Nesse sentido, do mesmo modo como a narrativa de Aiye se aproxima de relatos trazidos por Ane (RJ), ela se afasta da de Bruno (SP), o qual afirma que seu desconforto ocorreu quando se aproximou dos coletivos LGBT. Enfim, o processo de **achar** um lugar corresponde, a partir da narrativa dos sujeitos, mais às dimensões de *cuidado, afeto e acolhimento* que cada coletivo mobiliza, do que, especificamente, às identidades.

Segundo a página do coletivo no *Facebook*, o "Colorir – LGBT+ UERJ" foi criado em 2013, e pretendia "fomentar a interação dos LGBT+ da UERJ entre si e a inclusão dos membros nos debates, sejam internos ou externos à Universidade"[115]. Para Ayie, sua entrada no Colorir se deu em meio a uma tensão racial posta no grupo entre os integrantes negros e brancos. Ele conta:

> A primeira experiência com coletivo LGBT foi no Colorir, só que teve um racha no Colorir que foi basicamente racial, das pessoas pretas não se entenderem como pertencentes àquele espaço por uma série de questões do espaço LGBT. Eu entrei bem nessa época, eu entrei quando o racha estava acontecendo. Então eu recebi toda a influência daquele discurso de 'ah, o LGBT é muito branco, é muito racista e não sei o que'. Então, eu já entrei no role enviesado. Enviesado, assim, já com esse posicionamento, buscando alguma coisa relacionado à minha negritude e que ao mesmo tempo não cerceasse a questão da minha identidade homossexual que estava sendo construída. Então foi muito esse role. Foi muito pesado pra mim estar em alguns espaços e perceber que eu sofria homofobia naqueles espaços (Aiye, entrevista em 10/11/18)

A **busca** relatada por Aiye, assim como outros interlocutores, é mobilizada para explicar o processo de engajamento político, até o momento da entrevista. Apesar de não ter sido no coletivo LGBT que Aiye continuou sua trajetória, afirma que ali ele **achou** e construiu seu lugar de *acolhimento*, pois relata que foi a partir do grupo de negros do Colorir - que passaram a se 'sentar, andar e pensar juntos' - que a Frente Negra da UERJ, criada em 2015, foi composta[116]. Além de ser um importante espaço de 'articulação e cuidado coletivo' para Aiye, a Frente Negra foi um dos grupos organizadores do Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros, o EECUN, ocorrido no ano seguinte de construção da Frente Negra, em 2016.

---

[115] De acordo com alguns interlocutores, o Colorir, até o fim de 2018, não estava mais ativo.

[116] A etnografia da Frente Negra, assim como sua composição, relação com movimentos e ações serão trabalhadas no quarto capítulo.

Como dito no início deste capítulo, foi estabelecida uma divisão cronológica na apresentação dos interlocutores. Primeiro, percorremos um conjunto de narrativas de sujeitos que entraram na universidade nos primeiros anos das cotas (2003-2005) e num segundo momento (2012-2014) os que entraram após a Lei de Cotas de 2012.

A narrativa de Jamile (BA), que abre este capítulo, reforça as cotas como um importante acontecimento em campo, ao relatar que foi devido à *efervescência* das cotas que a universidade surge para ela como lugar possível. A distância física e simbólica da universidade surge logo no início de sua entrevista, assim como em todas as outras, para explicitar que além da marcação racial, a questão de classe é um fator central para o posterior sentimento de não pertencimento e *solidão*. Contudo, a passagem ou aproximação com PVNC surge nos dois conjuntos de narrativas como uma diferença. Os PVNC são vistos por alunos que fizeram parte (Bruno e Taina), assim como por quem *militou* com alunos que estudaram nestes pré-vestibulares (Jamile), como um lugar onde se *prepara os alunos para a universidade* e os *forma no debate racial*, o que, por conseguinte, tem papel central na produção de repertórios dos grupos e coletivos de que estes sujeitos irão participar.

Outro ponto de conexão entre esses dois conjuntos é a relação direta entre *acolhimento* e engajamento, contudo as justificativas para os mesmos variam de um momento para o outro. Apesar de entrarem no início das cotas, Jamile (BA), Ane (RJ) e Carolina (SP) assim que chegam à universidade são apresentados tanto para grupos do movimento estudantil como para coletivos específicos (negros, feministas e de diversidade sexual) que estavam atuando ou se formando. Do mesmo modo, Rodger (BA), Taina (SP), Bruno (SP) e Aiye (RJ), que fazem parte do segundo grupo de ingresso na universidade, também são apresentados para coletivos diversos assim que iniciam seus cursos. Mesmo com as críticas já existentes no ambiente da universidade ao movimento estudantil, Carolina e Rodger se aproximam, se sentem *acolhidos* e se engajam politicamente neste movimento. A narrativa de engajamento e justificativa destes dois interlocutores nos permite observar a diferença entre estas duas marcações temporais. Como vimos, Carolina relata que, após uma experiência de *precariedade como trabalhadora,* encontrou no movimento estudantil um espaço que a ajudava entender como a *sociedade funciona.* Já Rodger justifica seu engajamento no movimento estudantil pela 'pouca presença de negros', mas com abertura para esta discussão. A aproximação das narrativas de Aiye e Ane também organizam esta comparação. Com uma diferença de 10 anos de entrada na universidade, os dois inicialmente participaram do Denegrir – coletivo negro da UERJ – e saem por terem passado ou presenciado situações tidas

como *homofóbicas e machistas*. Ane relata que entra no Aqualtune pela importância do debate sobre gênero. Para Aiye, que antes passou pelo Colorir – coletivo de diversidade sexual –, diz ter ingressado na Frente Negra/UERJ porque foi ali que se sentiu *acolhido* sendo uma *bicha preta com deficiência*, ou seja, dele como *um todo.*

Desse modo, o primeiro conjunto de narrativas apresentadas, composta por Jamile, Carolina e Ane, e esse segundo conjunto, que reúne Rodger, Taina, Bruno e Ayie, nos oferece dados de análise de aproximação e possíveis mudanças no processo de construção subjetiva e, por conseguinte, de engajamento político desses sujeitos que adentram a universidade em contextos políticos distintos. Podemos afirmar que, apesar das diferenças de localidade e temporalidade, o processo de "aparição" desses sujeitos é marcado por situações percebidas como violência, por verem a si mesmos como o "outro" – em relação ao sujeito comum ao espaço da universidade – e também pela **busca** de *pessoas como eu*.

Através das narrativas podemos perceber que as situações percebidas como violência, central na construção subjetiva desses sujeitos e no engajamento político, perpassam enquadramentos estabelecidos pelos diversos movimentos sociais a que esses sujeitos são apresentados ao entrarem na universidade – ou até antes, nos PVNC. Em outras palavras, as violências passam a ser lidas através dos enquadramentos do machismo, racismo, opressão de classe e homofobia apresentados pelos movimentos feministas, negros, estudantil e de diversidade sexual. Jamile por exemplo, relata que após a sua aproximação com o coletivo feminista passa a compreender que *vivências* anteriores, lidas como violentas, foram reflexos do machismo e que após sua aproximação com o coletivo negro passou a *se reconhecer como negra* e 'refletir e pensar sobre isso do lugar que veio'. Para Carolina foi no movimento estudantil que passou a compreender as suas *vivências* como *trabalhadora*, na chave da opressão de classe, e foi após a sua entrada numa universidade *cheia de brancos* que o enquadramento do racismo toma uma posição mais central. Apesar desse processo ser observado nos dois conjuntos de narrativas, percebemos que no momento mais recente, com Rodger, Taina, Bruno e Aiye, a compreensão das *experiências* de violência através do enquadramento estabelecido pelo movimento negro, ou seja, do racismo, toma uma maior centralidade, mas está associada à noção de que "a gente não é só negro", ou seja, apontam que para esta nova geração, a questão racial vem articulada a outras diferenças, tais como de gênero, sexualidade e classe.

Uma das hipóteses para essa mudança refere-se à expansão do número de estudantes negros e não-negros de camadas populares nas universidades públicas, devido a políticas

como o REUNI e da Lei de Cotas. Essa transformação no cenário da universidade gerou uma *pulverização das pautas*, ou seja, um processo que dificultava a escolha pura e simples de uma pauta ou movimento em detrimento de outros, a partir do qual os coletivos passam a dialogar com as diversas identidades dos sujeitos. Como afirma Taina: 'a gente não é só negro, a gente é mulher, é bicha, é sapatão, é trans, é gay, é hetero...', com isso os coletivos passam a ser o espaço de construção de narrativas de *experiências*, mas também de aprender a *dar conta* de todas as diferenças.

Desse modo, a centralidade que o corpo toma na narrativa de engajamento coloca o *afrontamento,* para usar o termo de Rodger, como estratégia política, ou seja, o uso da estética e a intersecção de raça, gênero, sexualidade e classe tornam-se centrais para atuação política, assim como falar dos *afetos* e do *adoecimento*. Nesse sentido, ao falarem que 'não tem como falar da minha trajetória política, sem falar da minha vida', a construção de sentidos para o engajamento político mostra-se indissociável de um processo de reelaboração sobre si e sobre as relações sociais que produzem a dissociação entre negros e universidades públicas.

1.3 Construindo as pautas e produzindo enquadramentos: Os Encontros Nacionais entre 2003 - 2012

Compreendendo a importância dos Encontros Nacionais na trajetória desses sujeitos, nesse segundo conjunto de seções irei analisar como, a partir dos processos articulados de identificação e engajamento apresentados nas seções anteriores, as pautas coletivas são estabelecidas. A divisão cronológica se manterá. Assim, num primeiro momento serão apresentadas edições ocorridas entre 2003-2012 e, num segundo momento, os encontros do período entre 2013-2019.

Nessa seção serão apresentados três Encontros Nacionais presentes nas trajetórias dos sujeitos: o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS); o Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE)[117]; e o Encontro Nacional de Negras, Negros e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE), com objetivo de analisar as pautas e formas de atuação estabelecida por esses **sujeitos políticos negros universitários** que adentraram à universidade pública na primeira década dos anos 2000.

[117] Apesar o ENJUNE não ter sido um encontro delimitado como campo da pesquisa trago a descrição dele para este capítulo por sua realização ter perpassado a trajetória de Jamile (BA) e por sua realização ter gerado reflexos nos ENUNE da época.

1.3.1 O início da incorporação do debate racial no Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) – (2003-2007)

O ENUDS, surgido em 2003, foi objeto de investigação de minha pesquisa de mestrado (LIMA, 2016). A pesquisa o apresentou como um espaço híbrido, o qual se forma, inicialmente, em oposição à institucionalidade dos movimentos estudantis e LGBT e vê na *academia* um campo fértil de diálogo. Contudo, a trajetória de mais de uma década de edições demostrou como as fronteiras entre os diferentes atores relacionados ao ativismo em favor da diversidade sexual e de gênero são fluidas e contextuais. Em outras palavras, na sua trajetória, a relação com distintos atores (movimentos estudantil, LGBTI, feminista e negro, academia etc.) variou de acordo com o contexto mais amplo de cada ano e com os *enudianos*[118] e grupos que organizavam cada edição, sendo uma relação muitas vezes ambígua de constantes diferenciações, afastamentos e retomadas entre os distintos atores[119].

Para este trabalho interessa-nos analisar os momentos de intersecção dos temas comuns ao ENUDS (gênero e sexualidade) com o debate racial. Isto posto, retomando as atas das primeiras edições para compreender o início desse diálogo entre raça e sexualidade no caso do ENUDS, pude perceber que na ata da Plenária Final[120] do II ENUDS (2004)[121] aparece um ponto que diz: "incluir discussão de gênero e etnia no próximo ENUDS"[122]. Já na ata da edição seguinte (2005), há uma recomendação para a "presença de trabalhos com negras, negros e identidade de gênero"[123]. Na plenária do IV ENUDS, surgiu a recomendação de "inserir atividades com recorte racial e apoiar a visibilidade lésbica"[124]. Entretanto, apenas

[118] O termo *enudiano* é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias, etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS, o termo começa a aparecer, também, como *enudianx ou enudian@*. Neste trabalho será usado *enudiano* para referência aos participantes do Encontro.
[119] O ENUDS tem como pressuposto ser realizado a cada ano em uma universidade diferente. Ao final de cada edição, na Plenária Final que encerra o evento, um ou mais grupos e coletivos que tiverem desejo candidatam-se para *levar* a próxima edição. Assim, é feita uma votação com os *enudianos* presentes e decide-se a próxima sede. Os grupos e coletivos responsáveis por organizar o Encontro são nomeados de Comissão Organizadora (CO) e Comissão Nacional (CN). Cada edição tem duração, em média, de cinco a seis dias que são tomados por uma programação com rodas de conversa, apresentação de trabalhos, Plenárias Iniciais e Finais, Culturais (festas), Ato-público, mesas etc. Para uma descrição mais atenta do formato organizativo do ENUDS, ver: LIMA, 2016.
[120] A partir do II ENUDS, os Encontros passaram a ter uma estruturação que corresponde à organização de uma Plenária Inicial (quando é lido o regimento do Encontro, escrito pela Comissão Organizadora (CO), para os participantes) e uma Plenária Final (as propostas feitas nos espaços de encaminhamentos são lidas e aprovadas ou não). Nas duas plenárias, as mesas são formadas por um representante da CO e dois representantes da Comissão Nacional, convocados pela CO, sendo normalmente um do gênero feminino e outro masculino.
[121] Não tive acesso a ata do I ENUDS
[122] ENUDS, 2004.
[123] ENUDS, 2005.
[124] ENUDS, 2006.

na edição seguinte (2007) foi incluído um Grupo de Discussão Temática (GDT)[125] de raça, com a proposta final de manutenção desse eixo temático em todas as mesas.

O V ENUDS, realizado em 2007, na Universidade Federal de Goiás (UFG), teve como tema "Militância e Academia: ressignificando práticas e conceitos para a subversão da heteronormatividade" e foi organizado pelo Colcha de Retalhos, em conjunto com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NDH) da UFG e o Grupo de Pesquisa SerTão[126]. Vale ressaltar, que o NDH da UFG nasceu como parte de uma ação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)[127], no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia[128]. Desse modo, a participação de membros da Comissão Organizadora (CO) em outros espaços para além dos grupos universitários, principalmente no grupo de pesquisa, influenciou o grande tema do evento. Assim, além da incorporação do debate racial, a promoção do diálogo com *a academia* ocupou o lugar de outros diálogos anteriormente estabelecidos no Encontro (movimento estudantil e movimento LGBT), e representou a influência de grupos de pesquisa e das críticas a essas duas bases de diálogo anteriores.

Com o objetivo de dialogar com *a academia*, o V ENUDS modificou a estrutura da programação, o que perduraria nas próximas edições. Além de ocupar as mesas do Encontro majoritariamente com pessoas que pertencem à *academia* (pesquisadores/professores universitários), a programação dedicou um tempo maior para apresentação de trabalhos acadêmicos (esse espaço já existia desde o primeiro ENUDS, porém com um tempo mais reduzido), para oficinas e minicursos. Elencando três temas-chave que envolvem o debate

---

[125] Os GDTs são grupos de discussão temáticas que ocupam toda uma tarde da programação, onde são debatidos os temas definidos durante os Pré-Encontros. Eles são "encaminhativos", ou seja, dos debates que nele ocorrem são formuladas propostas que serão encaminhadas para a Plenária Final.

[126] "Ser-Tão é um núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Criado no final de 2006, o Núcleo tem como missão a produção e a divulgação de conhecimentos voltados à promoção da equidade de gênero e à garantia dos direitos sexuais. É composto por professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es e por representantes de entidades civis interessados nas áreas de gênero e sexualidade. As reuniões são abertas ao público em geral". Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/p/166-quem-somos>. Acesso em: 20 nov. 2015.

[127] Em 1997, a Secretaria dos Direitos da Cidadania foi substituída pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, tendo entre as suas atribuições monitorar as ações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), ainda compondo a estrutura do Ministério da Justiça. Em 1999, a Secretaria foi transformada em Secretaria de Estado de Direitos Humanos e ganhou assento nas reuniões ministeriais. Em 2003, a Lei nº 10.683, de 28 de maio, criou a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação passou a fazer parte da sua estrutura. Em 2010, a Secretaria deixou de ter caráter especial: uma medida provisória presidencial "transforma a secretaria em órgão essencial da Presidência" e então passa a ser chamada de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Em 2016, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, a secretaria deixou de existir e foi agregada ao Ministério dos Diretos Humanos, criado pelo então presidente Michel Temer. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/sobre/historico/>. Para isso, ver também, AGUIÃO et. al, 2014, p. 58.

[128] Criado em 2004, a formulação e importância deste Programa já foram abordadas na introdução.

sobre sexualidade - gênero, raça e classe - tanto para o movimento social quanto para o debate acadêmico, o Encontro, naquele ano, acionou o diálogo entre esses dois atores sociais. A programação indica que houve esforço no sentido de manter a paridade de gênero e de raça (pela primeira vez) entre os convidados acadêmicos, assim como foram escolhidas apenas mulheres trans para representar o movimento LGBTI[129].

Retomando a narrativa formulada por alguns interlocutores ainda na dissertação, o ENUDS se tornou um lugar de engajamento político para eles. Para um dos entrevistados que se identificava como gay e negro e tinha participado desde a quarta edição, a recepção e a compreensão por parte do coletivo organizador da importância do tema racial, vinculadas à articulação entre *militância* e *academia*, foram as causas colocadas por ele, para a consolidação de seu processo de engajamento político (LIMA, 2016).

Os significados associados ao engajamento nesse espaço político passam inicialmente pela incorporação do tema racial e pelo diálogo proposto com a academia, mas, ao fim, a compreensão do Encontro como um lugar de formação é retomada em toda a narrativa sobre ele. A convergência política entre os atores ali presentes é realizada através de suas *vivências* e *experiências* comuns da sexualidade. Em outras palavras, no processo de construção de justificativas para seu engajamento político, as narrativas de grande parte dos participantes aciona como base o ENUDS como um momento de encontro entre as *vivências* e *experiências* próximas que fazem de tal espaço um *lugar seguro*, de *acolhimento* e, por isso, político[130].

Para Ricardo Santana, do coletivo KIU![131], participante e organizador do ENUDS desde sua segunda edição (2004), o espaço do Encontro também surge como um momento de compartilhamento de *vivências* e *experiências*, mas não sem conflitos. Segundo ele, o KIU! sempre tentou realizar um ENUDS em Salvador. Contudo, apesar da incorporação do debate racial no Encontro, diz que o coletivo era sempre *mal visto*, atribuindo esta imagem negativa dado a *maioria negra e partidária* do KIU!:

---

[129] O movimento LGBTI aqui é identificado como organizações que se aproximam de decisões de políticas públicas e institucionais. Ver: LIMA, 2018.

[130] Segundo Facchini; França (2011), durante a década de 2000 em redes feministas jovens era possível notar a presença de "dupla militância", que aparecia articulada à noção de "transversalidade" como algo desejável e que deveria ser produzido nos processos participativos para a elaboração ou avaliação de políticas públicas. Desse modo, mulheres deveriam ser vistas como também marcadas por raça, geração, classe, regionalidade, etnicidade entre outras. Isso, sem dúvida, repercute também sobre a possibilidade de conceber um espaço político como "seguro", podendo marcar diferenças como o modo como essa noção era até então compreendida dentro do movimento feminista.

[131] Segundo Ricardo Santana, este coletivo surge do desejo de ressignificar *experiências*, vistas como de violência, por isso, se chama KIU, termo usado de forma pejorativa em Salvador, como sinônimo de "viado" e "bicha".

> O KIU! continuou indo para o ENUDS para disputar. Não se conta a história do KIU! sem contar a história do ENUDS. Nós éramos mal vistos porque éramos de esquerda, preto e petista. Muito preto! O KIU! sempre teve muito preto! Tem muito preto! Era só a gente que tinha a maioria preta, além de alguns no Rio [de Janeiro] e de Pernambuco, o resto era tudo barbie branca dos olhos azuis. (Ricardo, entrevista em 21/04/18)

Desse modo, o fato do ENUDS ser lido como um espaço para trocas de *experiência* e *vivência*, ou como eles afirmam um espaço de *formação via experiência*, correspondia ao desejo de *acolhimento* dos integrantes. Contudo, com a entrada cada vez maior de participantes negros, o Encontro passa a ter que *dar conta* da complexidade das identidades, além da LGBTI, e isso, como observado na fala de Ricardo, é acompanhado por conflitos e tesões. Na próxima seção, iremos observar como, no mesmo recorte temporal, os Encontros com foco nos estudantes negros negociam a pluralidade levada pelos próprios integrantes.

1.3.2 A timidez dos temas de gênero e sexualidade nos Encontros de negros e negras (2007- 2011)

No mesmo ano (2007) do marco de incorporação do debate racial no ENUDS, foi realizado o Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), em Lauro de Freitas/Salvador. Segundo a ata de resoluções finais do ENJUNE:

> O Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE, realizado na cidade de Lauro de Freitas - BA, entre os dias 27 e 29 de julho de 2007, com o tema 'Novas perspectivas na militância étnico/racial', é a consolidação de um processo organizado pela juventude negra brasileira e que vem se construindo desde novembro de 2005, ocasião em que se deu a Marcha ZUMBI + 10[132]. A proposição do ENJUNE, por jovens militantes do movimento negro, surge como um momento de convergência entre os grupos e indivíduos jovens negros(as) militantes, uma oportunidade de análise das ações do Movimento Negro brasileiro, e de construção de novas perspectivas no panorama étnico/racial (ENJUNE, 2007)

Jamile, uma das organizadoras do ENJUNE, afirma que, naquele momento, além do grupo que fazia parte (o NENU), existiam outros grupos de estudantes negros universitários que se conheciam e todos debatiam em listas de e-mails[133]. Segundo ela, através da pauta conjunta das ações afirmativas, as pessoas de diversos grupos se conheciam e usavam a lista de e-mails e outros diversos encontros nacionais, que tinham essa pauta ou não, para se encontrar. Desse modo, o ENJUNE (figura 1) surge da necessidade de debater as inúmeras questões e pautas que estavam aflorando com o início das ações afirmativas e a entrada de jovens negros na universidade.

---

[132] A Marcha Zumbi + 10, foi realizada em 2005 e compõe um conjunto de marchas que marcam a história do movimento negro brasileiro.

[133] Durante a pesquisa da dissertação pude perceber que esta forma de diálogo e organização, via listas de e-mails, também foi utilizada nos primeiros ENUDS. Ver: Lima, 2016.

Figura 1 – Cartaz ENJUNE:

Fonte: ENJUNE, 2007

De acordo com o documento final do ENJUNE, ele reuniu em torno de 700 pessoas, entre delegados, observadores, convidados e apoio. Contou com a participação de 17 estados da federação de todas as regiões do país, contemplando em sua totalidade as regiões sudeste e nordeste. Precedido de encontros estaduais, regionais e municipais, o processo de construção do ENJUNE se deu a partir das comissões organizadoras e nacionais, responsáveis por captação de recursos, comunicação, mobilização, infraestrutura, regimento e programação cultural. O texto de apresentação, no relatório final, traz, ainda, a seguinte definição para o Encontro: 'afrocentrado, suprapartidário[134] e sem vínculos religiosos, privilegia a construção coletiva e contempla os diferentes perfis de juventude'. Exaltando essa perspectiva como *nova*, o relatório final do ENJUNE coloca que o contexto possibilitaria a formação desse tipo de organização e o desejo de criação de um Fórum Nacional de Juventude Negra[135], que teria como foco o 'combate ao extermínio da juventude negra e a defesa das reparações e ações afirmativas'.

O Encontro teve divisões de eixos temáticos, como cultura; segurança e vulnerabilidade social; educação; saúde; terra e moradia; comunicação e tecnologia; religião e povo negro; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; trabalho; intervenção social nos espaços políticos; reparação e ação afirmativa; gênero e feminismo; identidade de gênero e orientação sexual; inclusão de pessoa com deficiência. Além disso, os objetivos centrais foram o intercâmbio entre os grupos, coletivos e organização negra; orientação para a

[134] Essas duas definições (afrocentrado e suprapartidário) também aparecem como "princípios" no EECUN, realizado em 2016.
[135] Segundo sua página no facebook: "O Fórum Nacional de Juventude Negra - FONAJUNE é um espaço de articulação, interação e aglutinação de grupos, organizações e articulações de juventude negra interessados na organização e articulação nacional.". Disponível em: https://www.facebook.com/pg/fonajune/about/?ref=page_internal. Para mais, ver: MORAIS; RAMOS, 2013.

implementação de políticas e ações focais para esta juventude; criação de uma rede de comunicação para juventude negra; efetivação de um Fórum Nacional de Juventude Negra que articulasse e promovesse a participação política e social dos(as) jovens negros.

Apesar da delimitação do ENJUNE ser focada em estudantes e coletivos negros, observa-se a partir dos eixos temáticos um interesse em dialogar sobre as diversas formas de ser jovem negro, por exemplo nos eixos sobre 'gênero e feminismos; identidade de gênero e orientação sexual e inclusão da pessoa com deficiência'[136]. Além desses eixos, o Encontro trouxe em seu cartaz imagens relacionadas ao movimento negro, contando com o rosto de Ângela Davis, intelectual norte-americana conhecida pela sua luta no movimento negro, mas também por seus escritos que reafirmam a importância da articulação entre raça, gênero, sexualidade e classe nas análises intelectuais e no fazer políticos dos movimentos sociais[137].

Ainda em 2007, foi realizado o I Encontro Nacional de Negras, Negros e Cotistas da UNE (ENUNE). De acordo com o trabalho de dissertação de Rodger Richer (2020), o I ENUNE teve como mote "Por uma universidade sem racismo!" e foi realizada na UFBA, em 2007. Segundo o autor, o tema deste Encontro teve influência da assinatura do documento Brasil Sem Racismo[138], realizada pelo presidente Lula, em 2002, pois havia uma relação direta entre o ENUNE, a Diretoria de Combate ao Racismo da UNE e o PT. Ele diz:

> A Diretoria de Combate ao Racismo que liderou o ENUNE era vinculada à Articulação de Esquerda (AE), tendência interna do PT. Essa corrente foi a responsável por indicar o primeiro Diretor de Combate ao Racismo, em 1999. Todavia, o segundo ENUNE passou a ser coordenado por militantes negros do Coletivo Kizomba (que mais adiante fundaram o Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, em 2009). A partir de então, esse Coletivo foi responsável por liderar todos os eventos. (RICHER, 2020:89)

Dois anos depois, em 2009, a diretoria de combate ao racismo da UNE realizava o II ENUNE. Nesse Encontro, além da participação e colaboração na organização de parte dos integrantes do KIU!, Jamile também relata que, apesar da relação de distanciamento do NENU com o movimento estudantil, participou do II ENUNE e disse ter ido em razão de esses encontros serem poucos, até então. Apesar dos usos das mesmas cores no cartaz do II ENUNE e do ENJUNE, na entrevista, Jamile localiza o ENUNE como um encontro *muito partidarizado*, justificando isso pelo momento auge que o PT passava na época. Esse seria, segundo ela, o motivo de o encontro não ter sido *positivo*.

---

[136] Esse aspecto já é levantado como uma característica central de articulação do movimento da época, vide: FACCHINI; FRANÇA, 2011

[137] O livro mais conhecido da autora que articula a relação de raça, classe e gênero foi "Mulher, Raça e Classe", publicado em 1982, mas que obteve uma tradução oficial em português apenas em 2016.

[138] Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/brasilsemracismo.pdf. Acesso em 03 março 2020.

Figura 2 – Cartaz II ENUNE:

Fonte: http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2009/03/enune-2009.html

O ENUNE fez parte de meus materiais de pesquisa, mas foi objeto de reflexão de maneira mais detalhada do trabalho de conclusão de curso defendido por Rodger Richer (2017), no curso de ciências sociais na UFBA, e nomeado "A negritude e a UNE: A presença negra e sua influência no movimento estudantil brasileiro (2007-2017)". Em seu trabalho, Richer (2017) entrevistou quatro ex-dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) que foram diretores da pasta de combate ao racismo da entidade. O primeiro entrevistado da pesquisa, conforme nos apresenta o texto, foi diretor da UNE entre os anos de 1999 e 2001, formado em ciências sociais na UFBA e, no momento da entrevista (2016), filiado ao PT e assessor parlamentar de um deputado federal do PT da Bahia[139]. Segundo esse dirigente, na Bahia, as principais contribuições, na época da diretoria, foram a estruturação de núcleos de estudantes negros em diferentes institutos da UFBA, na universidade católica de Salvador, na UNEB e em Feira de Santana – segundo maior município do estado.

O segundo entrevistado de Richer foi o ex-diretor de combate ao racismo da UNE, tendo atuado entre os anos de 2007 e 2009, pertencente à Democracia Socialista (DS) – força interna do PT – e, até o momento da entrevista (2016), dirigente do Movimento Negro Unificado (MNU). Para esse entrevistado, o debate em torno da questão racial surgiu na universidade antes mesmo de ser realizado pela UNE. Ainda segundo Richer (2017), o II ENUNE (2009) aparece como relevante por organizar a posição da UNE na defesa das políticas afirmativas nas universidades brasileiras. Na entrevista realizada com o diretor de combate ao racismo da UNE e organizador de tal ENUNE, ele se contrapôs à avaliação feita

[139] No trabalho, Richer (2017) não identifica os nomes dos entrevistados, mas oferece informações políticas e de formação acadêmica deles. Vale ressaltar que seus interlocutores também acionam marcações de classe, raça e seus momentos anteriores ao ingresso na universidade como meio de *dar sentido* a sua atuação política.

por Jamile (BA). Natural de Minas Gerais e pertencente à DS (PT), ele cursava, em 2016, o mestrado em ciências sociais na UFRGS. Para ele, o cenário favorável ao PT contribuiu muito para o debate e o avanço das questões raciais durante o Encontro e, posteriormente, na própria entidade e em disputas nacionais. Vale ressaltar que, naquele mesmo ano, as movimentações que geraram o Estatuto da Igualdade Racial, o qual se torna lei em 2010, estavam articulando o movimento negro e o debate racial nacionalmente[140].

Apesar da afirmação de um avanço no debate racial, já no II ENUNE, em 2009, outros documentos e análises afirmam que a incorporação da defesa das políticas de ação afirmativa pela UNE veio apenas quando a mesma já era uma realidade em muitas universidades (RIOS, 2008;2014). O III ENUNE, realizado em 2011, também na UFBA, teve como tema "O Brasil após as políticas das ações afirmativas: desafios e novas perspectivas", estando presentes representantes da SEPPIR, Educafro, SEPROMI, UNEGRO e ABPN[141].

Figura 3 – Cartaz III ENUNE:

Fonte: http://unecombateaoracismo.blogspot.com/2011/02/convocatoria-do-iii-enune-2011_18.html

[140] "O texto foi instituído pela Lei 12.888, de 2010 para garantir a efetivação de oportunidades e direitos a todos e para combater o racismo e o preconceito". Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?p=51506. Acesso em 19 dez. 2019.

[141] Assim como apresentado na introdução, essas secretarias e organizações são essenciais para o movimento negro no início da década de 2000, e seu apoio ao ENUNE demonstra sua relação também com o movimento de universitários negros. Fonte: https://ujs.org.br/noticias/iii-enune-o-brasil-apos-as-politicas-de-acoes-afirmativas/

Richer (2017) afirma que o III ENUNE foi considerado um momento de conquistas para os negros e negras da UNE, pois a entidade incorporou de fato a defesa das cotas raciais como um 'importante instrumento de reparação'. Com figuras de diversas organizações do movimento negro nacional, o III ENUNE ocorreu no meio da *efervescência* das cotas, que receberam parecer de constitucionalidade no ano seguinte pelo STF, em 2012. Segundo Richer (2020), foi na resolução final desse Encontro que surge pela primeira vez o nome de figuras políticas contrárias as cotas raciais, nomeados de "conservadores", como Jair Bolsonaro – à época deputado federal pelo Partido Progressista (PP). Vale ressaltar que, no documento de resolução deste ENUNE, o acionamento da importância de estreitar laços entre movimento estudantil e movimento negro apareceu mais de uma vez e se manteve nos documentos das edições seguintes.

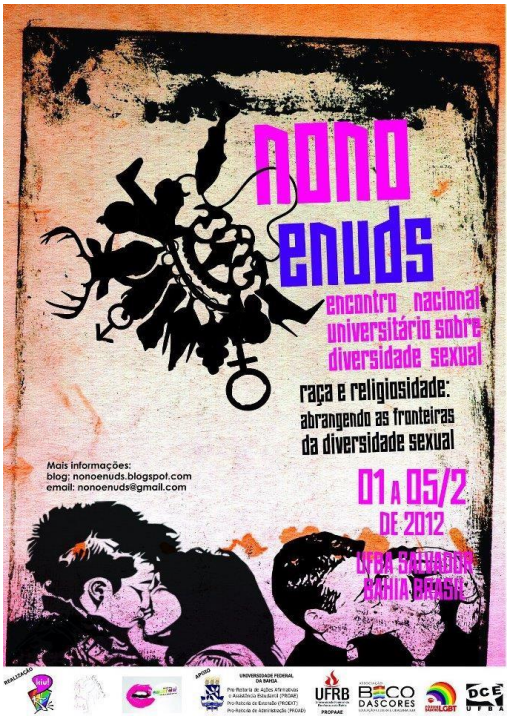
A partir desse levantamento, podemos observar que, nos Encontros com a temática racial, a incorporação do debate de gênero se encontrava muito incipiente e o de sexualidade era até mesmo inexistente. Assim como observado, nos processos de "aparição" no início deste capítulo, as pautas políticas e debates destes Encontros reproduzem o desejo de constituição de uma identidade e, por conseguinte, de um grupo político fortalecido por compreender a sua presença na universidade como algo sempre em ameaça. Contudo, esse diagnóstico também vai ao encontro de um conjunto de trabalhos que vem apresentando a dificuldade histórica de protagonismo das mulheres e incorporação do debate da sexualidade no interior do movimento negro (CARDOSO, 2012).

1.3.3 A territorialidade articulando o diálogo: o primeiro ENUDS com a temática racial (2012)

No mesmo ano da realização do III ENUNE, a UFBA recebeu seu primeiro ENUDS. Apesar da incorporação do debate racial na programação do Encontro ter ocorrido em 2007, foi apenas no IX ENUDS, em 2012, que o tema do encontro incorporava a questão racial explicitamente. O IX ENUDS em Salvador teve como tema "Raça e Religiosidade", questões inéditas até então. O cartaz do evento apresentou um patuá[142], contendo, além de elementos tradicionais como a figa, os símbolos do feminino e masculino e as figuras de um salto alto e a cabeça de um veado. Embaixo, o cartaz traz os desenhos de um casal de lésbicas e um casal de gays (Figura 4).

[142] Patuá é um amuleto utilizado por pessoas de religiões de matriz africana, como o Candomblé.

Figura 4 - Cartaz do IX ENUDS



Fonte: http://nonoenuds.blogspot.com/

Para as mesas de debate, o Encontro contou com representantes do movimento negro e falas sobre a laicidade do Estado – poucos meses antes, houve o veto presidencial ao "Programa Escola Sem Homofobia"[143], batizado por seus opositores de "kit-gay", por pressão da "bancada religiosa" do Congresso Nacional. Estes acontecimentos de 2011 repercutiram de diferentes maneiras nos debates deste ENUDS. Início do Governo Dilma Rousseff, 2011 foi um ano movimentado, marcado pelo lançamento do Disque 100[144] da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; pelo reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal; e, principalmente, pela realização da Segunda Conferência Nacional LGBT (AGUIÃO, 2014). Essa última teve

[143] O Programa foi lançado com o objetivo de combater a violência contra LGBT nos ambientes escolares. O veto presidencial ocorreu em 2011. Para saber mais sobre a polêmica do "kit-gay", ver: Vital e Leite Lopes (2013) e Leite (2014). Nas eleições de 2018, o debate do "kit-gay" voltou à tona e se tornou a principal bandeira política do atual presidente eleito, Jair Bolsonaro. Ver: Leite (2019).

[144] Segundo o site da SDH: "É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade". Disponível em: < http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>. Acesso em 22 nov. 2015.

presença de muitos integrantes do Coletivo KIU!, pois o mesmo, além de ser um coletivo universitário, é filiado ao Fórum Baiano LGBT[145] e à ABGLT[146].

A abertura do Evento ocorreu em formato solene, com representações dos movimentos sociais e governamentais. Logo em seguida, houve a primeira mesa, que conduziu um debate sobre a "vivência das mulheres negras lésbicas em espaços religiosos". A segunda mesa pretendeu estabelecer um diálogo entre diferentes movimentos étnico-raciais no Brasil e suas formas de valorizar e integrar a diversidade sexual, e recebeu três indígenas da Bahia. Versando sobre o tema de movimentos religiosos, a terceira mesa recebeu militantes de religiões de matriz africana e cristãs. Por fim, o Encontro formou pela primeira vez uma mesa só de pessoas travestis e transexuais, com o objetivo de debater a *experiência* desses atores nos campos da religião.

Em entrevista, ainda para minha dissertação de mestrado, Rebeca Benevides, que se apresenta como uma *mulher negra sapatão*, no momento era integrante do Kiu! e organizadora dessa edição afirma:

> Foi a partir de um ENUDS ser em Salvador, a minha identidade de gênero estava em construção, foi a partir disso que eu acabei adentrando para a construção do ENUDS e me organizando, e depois daquele ENUDS nunca mais parar de se organizar no movimento de diversidade sexual, começar angariar em outros movimentos, inclusive baiano do movimento LGBT, e depois participação na ABGLT. Foi tudo importante, a construção do primeiro ENUDS foi a porta para compreender que o projeto de sociedade que eu acredito e que eu construo com vários outros companheiros e companheiras, que ele não está somente nesse espaço que o ENUDS proporciona, ele está além disso, então é um movimento que parece meio individual de alguns estados ou de algumas pessoas que começam a sua vida política a partir desse evento. Que não é menor e nem maior, mas eles se complementam porque cada um tem uma função. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014)

Neste conjunto de encontros ocorridos entre 2003-2012, podemos observar aspectos semelhantes às narrativas sobre o mesmo período apresentadas nas seções anteriores. Inicialmente, a partir das primeiras edições dos ENUDS, podemos observar como, num encontro com o foco na diversidade sexual, a introdução das pautas reflete as hierarquias do próprio movimento. Organizado por uma maioria de sujeitos identificados como *gays brancos,* as resoluções das primeiras edições apresentavam uma disputa inicial para a ampliação do debate da lesbianidade e a exigência de paridade de gênero na composição de comissões e mesas de debate. Após cinco edições, apesar de já ter surgido nas recomendações

[145] Uma descrição deste Fórum e suas relações com o KIU! se encontram no segundo capítulo.
[146] A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e hoje é considerada a maior associação LGBT da América Latina, com mais de 200 organizações associadas.

de encontros anteriores, a questão racial é disputada e a exigência deste debate nos GTs e a paridade racial nas mesas é objetivada[147].

Em seguida, os encontros de estudantes que tinham como foco a questão racial, apresentam as mesmas disputas observadas nos ENUDS. Os conflitos entre pautas lidas como do movimento negro perpassaram a centralidade dos eventos, apesar da existência tímida de debates acerca de gênero, sexualidade e deficiência, por exemplo. Assim, o foco dos ENUNE, por exemplo, foi no debate acerca das ações afirmativas e do diálogo com os *movimentos sociais*. Apesar de terem ocorrido ENUDS entre 2007-2012, estas edições não apresentaram nenhum debate distinto das edições anteriores, com relação ao debate racial. Portanto, foi apenas quando o ENUDS ocorreu em Salvador que raça tornou-se tema, junto com religiosidade. Nesse sentido, podemos afirmar que a escolha do tema foi realizada pela territorialidade, dado que o estado da Bahia é reconhecido por estabelecer essa forte relação.

Novamente, de acordo com os escritos de McClintock (2010), a territorialidade surge como um agente central para compreender a constituição subjetiva, assim como outros marcadores como raça, classe, gênero e sexualidade. Nesse sentido, a importância política e subjetiva que a religiosidade e a raça têm no contexto baiano possibilita que um Encontro que estava se aproximando do debate racial adote o mesmo como tema geral da edição. Assim, esse ENUDS, que finaliza a seção com o recorte temporal anterior à Lei de cotas de 2012, nos apresenta um cenário onde a incorporação da diversidade e pluralidade das identidades estava sendo cada vez mais concebida nas articulações individuais e nos enquadramentos políticos, mas ainda era pontual com relação ao território. Entretanto, como iremos perceber nas próximas seções, a entrada massiva de estudantes negros em suas complexidades no interior da universidade leva os indivíduos e, por conseguinte, o estabelecimento das pautas políticas, a considerar cada vez mais o que eles nomeiam de *interseccionalidade*.

1.4 Encontros nos Encontros: EECUN, ENUNE e ENUDS.

Como organizado nas primeiras seções, pretendo, a partir dos Encontros ocorridos nessa delimitação temporal – pós aprovação da Lei de Cotas -, demostrar como a pretensa centralidade da diversidade – ou da *interseccionalidade*, termo que aparecerá com mais força nos próximos capítulos – é negociada no campo público e no encontro entre diferentes grupos

[147] Entretanto, vale ressaltar, que uma disputa mais enfática da incorporação da pauta trans, que gerou até a mudança no nome do Encontro, ocorre apenas na edição de 2014. Ver: Lima, 2016.

e pautas. Para isso, o ENUNE ainda se mantém como um importante encontro que reúne coletivos vinculados ao movimento estudantil. Além dos últimos ENUNE (2015, 2016 e 2019), as duas últimas edições do ENUDS (2015 e 2016) serão analisadas aqui com objetivo de refletir acerca dos momentos de inserção das pautas de raça, gênero e sexualidade. Além desses encontros, o EECUN surgiu como espaço catalisador da reunião de diferentes coletivos negros, onde foi possível observar disputas teórico-políticas dentro do campo.

1.4.1 *Eu nunca me senti tão preto*!: o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) – (2016)

O Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) foi realizado em maio de 2016, contando com coletivos de estudantes negros de todo o país em sua organização. Em conversa com um dos organizadores, Danilo Lima, ele afirmou que um encontro para reunir coletivos negros das universidades passou a ser pensado a partir da Plenária Nacional do Fórum Nacional de Juventude Negra, o FONJUNE, em 2014[148]. O FONJUNE, que Danilo integrava, fora criado após o I ENJUNE, em 2007, do qual Jamile (BA) participou. Além do Fórum, naquele momento, Danilo integrava a Juventude da Educafro e o Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial (CONAJIR), que reunia estudantes da UFSCAR, onde realizava sua graduação em Ciências Sociais. Ainda na conversa, Danilo afirmou que, após a reunião do FONJUNE, ele e outra amiga, na época integrante do coletivo negro Carolina de Jesus, da UFRJ, decidiram voltar para suas universidades e mobilizar o que posteriormente seria o EECUN.

Para alguns interlocutores que participaram do EECUN, foi a partir das trocas de *experiência* que a *vivência do racismo na universidade* pôde ser percebida como algo em comum entre aqueles estudantes. Assim, surgiu a ideia de 'juntar toda essa negrada e pensar numa pauta política e objetiva que é pensar a permanência universitária'. Danilo Lima, em vídeo feito pelo Alma Preta[149], afirma que a ideia foi criar um espaço 'plural e aberto, onde estudantes que passam pela mesma dificuldade [racismo] pudessem construir juntos alternativas'.

[148] Disponível em: http://fonajune.blogspot.com/

[149] "O Alma Preta é uma agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil. Em nosso conteúdo você encontra reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente". Fonte: <http://almapreta.com/sobre>. Acesso em: 28 maio 2017.

Logo após esse primeiro diálogo, um projeto foi enviado para a pró-reitoria de graduação da UFSCAR, solicitando alimentação e alojamento para a realização do Encontro. Segundo Danilo, a Executiva[150] não teve apoio e só aconteceu 'pela nossa militância e resistência, pegando dinheiro com professor e fazendo vaquinha na universidade, criando alternativas e pedindo dinheiro para a militância parceira'. Ainda no processo de organização do EECUN, o mesmo foi visto como a possibilidade de se criar um 'marco na militância universitária negra brasileira'. A ideia de que o EECUN seria um espaço de fortalecimento dos estudantes negros em âmbito nacional perpassava as falas de todos militantes da organização e representava para eles a realização de um sonho.

Em conversa com Danilo, ele afirmou que desde o início o *princípio da afrocentricidade* estava garantido sem muitas discussões e os outros pontos também foram acrescentados "por uma percepção coletiva dos objetivos do EECUN". Segundo ele, foi nessa reunião que a Carta de Princípios foi escrita e nela tais princípios aparecem sistematizados:

> Por Negro(a) entendemos todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra, sendo um fator determinante da sua identificação social. O EECUN é uma organização política que fomenta a participação política e o combate a todas as formas de racismo, discriminações, preconceitos, intolerâncias e violências contra a população negra. Fundamenta-se e declara publicamente que defenderemos e seguiremos fielmente os seguintes princípios:
> 1.**Afrocentricidade como método político**: Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do EECUN. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada, tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais quais conferências e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica.
> 2.**Suprapartidário**: Tendo em vista a concepção afrocentrada supracitada, a construção deste encontro não será permeada por nenhum vínculo partidário e/ou ligação, direta ou indireta. Entende-se por ligação direta ou indireta: correntes, coletivos, setoriais, que atuem com subnomes/subtítulos orientados diretamente por instituições partidárias[...]. Todavia, o EECUN conclama negras e negros diaspóricos, em situação universitária, para fortalecer esse novo passo coletivo de maneira independente.
> 3.**Autonomia financeira**: Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos, sendo possível a captação de recursos públicos e privados.
> 4.**Contra todas as formas de opressões**: Haverá enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo. Reiteramos o direito essencial de todas as pessoas gênerodiversas e orientações sexuais diversas. (EECUN, 2016)

Em oposição à afirmação de Danilo de que os *princípios do EECUN* foram garantidos *sem muita discussão*, ou seja, não havia muitas divergências, outros organizadores afirmaram que as decisões foram centralizadas. Grazielle era integrante da Frente Negra da UERJ, na época, e foi uma das organizadoras do EECUN. Ela afirmou em entrevista, concedida em

[150] Nome dado para os espaços de articulação nacional do EECUN.

2018, que o Encontro tinha uma linha político-teórica muito bem estabelecida e as decisões estruturais foram tomadas nesta perspectiva, sem abertura para o diálogo. Ela diz:

> Era uma parada que também tinha uma disputa política, aquele espaço estava de alguma forma estruturado[...]Uma linha pan-africanista torta/afrocentrada[...]A galera que foi achando que ia ajudar a construir alguma coisa não conseguiu construir. As pessoas que não eram da linha só ficavam com as comissões administrativas, por exemplo[...]. O encontro não foi muito diferente disso. As pessoas que estavam nas mesas tinham todas a mesma linha de pensamento, exceto uma, que acho que foi pra dizer que teve uma pluralidade. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

Em consonância com o entendimento quanto à centralização no processo organizativo do Encontro, Bruno, na época integrante do NCN/UNICAMP, afirmou:

> Eu gostei muito do EECUN em vários aspectos, mas eu achei ele muito quadrado ainda[...]. Quadrado, a forma de organização dele muito centralizado, muito centralizado, sem espaços pra construir outras coisas, ou pra fazer uma organização mais ampla. Enquanto núcleo, a gente tentou, eu mandei mensagem pra galera, mas não teve muito espaço pra entrar depois de São Carlos. Na época de elaboração pra ser em São Carlos era um pouco mais aberta, mas quando foi pro Rio de Janeiro já ficou mais fechado e isso refletiu nas mesas também. As mesas eram o que a organização queria discutir[...]. Era pra discutir racismo, era pra discutir protagonismo negro, era pra discutir, não acho que também não era importante, mas mais naquele lado pan-africanista[...]. Não acho que a gente discutiu, por exemplo, suficientemente educação, coletivos universitários e estudantes negros, sabe? A gente não discutiu estratégia de sobrevivência, de articulação, de uma rede pra gente conseguir. A gente não conseguiu elaborar essas propostas, e era fundamental ter feito elas, né?[...] Não teve plenária final, não teve confusão, não teve baixaria. Isso é um problema em alguma medida, né? Não tem certeza de nada...nem sei se vai ter no próximo ano. (Bruno, entrevista em 15/07/18)

A partir de materiais do EECUN pude compreender que a afirmação da linha política do Encontro vinha por uma aproximação de integrantes do Coletivo Carolina de Jesus da UFRJ – que se tornou o principal organizador, dada a mudança de sede do Encontro para a UFRJ – com a campanha Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!. O grupo Reaja ou será mort@! segue a linha teórico-política Pan-africanista Garveynista[151]. O debate teórico-político acerca do Pan-africanismo e suas linhas é extenso e controverso. Muryatan Barbosa (2012) nos oferece uma definição desta linha política pan-africanista que nos ajuda a compreender sua influência na forma de atuação política da Reaja e de coletivos que se aproximam:

> O Pan-africanismo nasceu da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade étnico-racial. Sua marca original é a construção de visões positivas e internacionalistas acerca desta identidade, entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente. [...] Jamaicano de origem, Marcus Garvey fez sucesso nos EUA no início do século XX, com seu projeto de "volta à África". Com isto, ele não queria dizer que todos os negros americanos deveriam realizar este regresso – pelo menos, não em curto prazo –, mas que alguns deles, em especial aqueles que possuíssem conhecimentos técnicos modernos, deveriam fazê-lo, em prol do desenvolvimento do continente e de si mesmos. Garvey não foi um acadêmico, mas um homem político. Possuía notável oralidade e personalidade carismática. Suas passeatas em prol do negro reuniam milhares de adeptos. Com isto, ganhou projeção

[151] Cada coletivo segue aproximações com linhas teórica-políticas distintas a depender de seu histórico de formação e relações com outros movimentos sociais. A descrição dessas linhas e dessas relações estará presente no segundo capítulo.

> internacional desde a imprensa estadunidense, fato que o ajudou a participar da formação de diversos grupos pan-africanistas em todo o mundo. Sua retórica era de um anti-integracionista convicto. Acreditava que não havia saída para o negro na América. Para ele, só os mestiços teriam lugar neste continente, como auxiliares dos brancos. Por isto, dizia que os negros deveriam ir gradualmente voltando para a África. Lá seria o seu único e verdadeiro lar. Para concretizar este ideal de retorno coletivo à África, formou a Associação Universal para o Melhoramento do Negro. (BARBOSA, 2012:137)

Além da presença de figuras vinculadas a essa linha teórico-política, bandeiras que representam as cores Pan-Africanistas (vermelho, preto e verde) foram colocadas no palco do auditório e no cartaz do Encontro.

Figura 5 - Cartaz do EECUN

Fonte: https://www.facebook.com/events/ufrj-rio-de-janeiro/encontro-nacional-de-estudantes-e-coletivos-universit%C3%A1rios-negros-eecun/1678772022365592/

A programação do EECUN contou com mesas formadas exclusivamente por pessoas negras que integram o movimento negro nacional, além de rodas de conversa e Culturais organizadas com o objetivo de fortalecer e criar um *protagonismo preto* nas universidades. A programação contou com mesas sobre permanência, *balanço* do movimento negro, identidade negra, a presença negra na universidade, extermínio da população negra e epistemicídio[152].

Apesar do EECUN ter sido lido como tendo uma linha teórico-política específica e que recebe críticas de outros grupos do movimento negro, a questão que mais chamou atenção foi a dimensão que o Encontro ganhou, conseguindo reunir aproximadamente 3.000 jovens

[152]Vale ressaltar que as chamadas Culturais, ou seja, as festas organizadas pelo próprio Encontro, contaram com a festa Batekoo em um de seus dias. Segundo a página do Facebook, a festa é um "movimento que se expressa através da dança, da música, do corpo, da pele preta, do suor, da liberdade corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana, do empoderamento coletivo e representatividade preta dentro de qualquer espaço". Disponível em:< https://www.facebook.com/pg/batekoo/about/>. Bruno Ribeiro, além de amigo e interlocutor desta pesquisa, desenvolve seu trabalho de mestrado em antropologia sobre esse circuito de festas e, dentre elas, a Batekoo.

negros e coletivos em uma universidade federal, segundo a organização. Em entrevista, Letícia (SP) ressaltou o impacto de ter visto todo contingente de jovens negros reunidos:

> O que me deixou bastante impressionada foi a quantidade de pessoas[...], a quantidade de pessoas negras, porque a gente não tá acostumado, né. Você vê um pouquinho aqui, um pouquinho ali... E as mesas, eu gostei muito! As pessoas que falaram, algumas eu já tinha visto falar, mas algumas eu não tinha visto ao vivo. E eu achei legal, eu achei que a ideia foi boa porque teve apresentação de trabalho. (Letícia, entrevista em 14/09/18).

O sentimento de pertencimento e coletividade que aquele espaço nutria, reunindo mais de 3000 participantes para falar da força do *povo preto*, tomava mais significado do que a forma como alguns debates eram colocados. A chamada ao *protagonismo preto* tornava-se a principal e mais importante frente para todos que estiveram ali. Um sentimento que deveria ser gerado em cada um dos participantes para que, depois, cada um voltasse para sua universidade e seus coletivos e, da forma que *achassem melhor*, se organizassem e fizessem força na construção de um *protagonismo preto na universidade*.

A impressão que tive ao chegar no espaço de abertura do EECUN foi compartilhada por outros ali presentes. Um auditório *todo preto* formou-se aos olhos dos que chegavam; algo inimaginável em uma universidade pública. Bruno, em conversa informal na qual se lembrava desse momento de chegada ao evento, falou: 'Me senti em casa. Me senti representado. Me senti mais preto do que nunca'. O sentimento compartilhado por ele se fez presente nas manifestações já na mesa de abertura do Encontro e em momentos de conversa posteriores. O formato do EECUN, com a presença de figuras antigas do movimento negro brasileiro nas mesas, de coletivos negros de todo Brasil e o número de participantes que o Encontro conseguiu reunir criou, naquele momento, o reflexo do que o *protagonismo preto* significava para os organizadores e para os ali presentes que compartilhavam esse desejo.

Contudo, para Grazielle (RJ), por exemplo, o EECUN trouxe visibilidade para os coletivos negros, mas nada objetivamente político para os mesmos. Como ela afirma:

> A minha avaliação do evento, foi foda, enfim, tinha muita gente preta, linda, maravilhosa, todo mundo sarrou. Mas e aí? Não saiu nada do encontro, sabe? Não temos por exemplo um programa nacional dos estudantes negros pensados a partir daí. Foi um encontro praticamente de exposição, e, até hoje, pelo que eu vejo nos grupos que eu ainda estou, e na própria articulação, é não ter perspectiva pro encontro acontecer de novo. E na primeira reunião, a perspectiva era de que acontecesse de dois em dois anos e isso realmente não aconteceu. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

Muitos dos interlocutores de minha pesquisa afirmam que o EECUN foi o encontro de estudantes e coletivos negros mais importante dos últimos tempos. Segundo Danilo, o EECUN fez uma marca no movimento negro de maneira geral, e 'só iremos entender a dimensão dele daqui a alguns anos'. Porém, como a fala de Grazielle aponta e como também

expressaram outros interlocutores, permaneceu uma certa decepção de nada ter *saído do Encontro*.

Apesar do desejo e afirmação constantes durante o EECUN de sua diferenciação ao movimento estudantil, houve a presença de participantes que integravam coletivos ou possuíam algum tipo de aproximação com o movimento estudantil. Também para esses participantes a ausência de resoluções finais no EECUN foi uma questão a ser problematizada. Felipe Doss, na época estudante de geografia da UFBA, integrante do Coletivo KIU! - o mesmo de Ricardo e Rebeca - e do Coletivo Quilombo – coletivo de estudantes vinculados a força política EPS do PT – afirmou:

> A organização de estudantes negros [do EECUN] não reivindica o movimento estudantil. Porque, pra eles, eternamente o movimento estudantil vai ser branco e elitista. Então, eles também não se sentem confortáveis com a disposição de disputar os espaços de movimento estudantil. O que eu acho errado. Acho que todo espaço é disputável. Até mesmo pra poder demarcar politicamente. [...] [Os integrantes do movimento estudantil que estavam] Sentiram muita dificuldade de estar e permanecer no espaço. Esses foram os relatos que eles trouxeram. E aí eu já imagino quais foram essas dificuldades, né? Dificuldades metodológicas, dificuldades teóricas. [...] Se existem essas dificuldades epistemológicas e de vivências no movimento negro em Salvador, imagine lá no Rio de Janeiro. (Doss, entrevista em 20/01/17)

As dificuldades epistemológicas a que ele se refere estão relacionadas à dita linha teórico-política do Encontro. Samira Soares, estudante de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFBA, na época do EECUN, e integrante do coletivo Enegrecer, junto com Rodger (BA), afirmou:

> Eu soube, mas eu não participei. Não pude ir por questões estruturais mesmo, financeiras. Mas eu tive um retorno das pessoas que foram, que foi um espaço importante[...]. Eu achei massa que os vícios do movimento estudantil não conseguiu acompanhar aquela galera. A galera era assim, metia o louco, tinha inscrição, não tinha inscrição, fora todos e não sei o quê. Foi uma loucura. Mas que pra mim foi bom em termos de que a gente precisa lidar, quem é da política tem alguns vícios, então precisa aprender a lidar com as diferenças. E são diferentes formas de luta e que são importantes também porque conseguem interferir em algum lugar. Então, eu soube de várias resenhas sobre, mas não tive como ir não, mas queria[...]. Disseram que foi aquela pegada meio *Facebook*, textão um atrás do outro, babilônia e fora UNE. Até pra mim que tenho críticas ao movimento estudantil ia ficar um pouco assustada. Não encaminhou nada. É isso que eu acho um problema. Porque, por exemplo, eu participei da organização do último ENUNE. E no ENUNE a nossa maior preocupação era o que a gente teria de saldo político. (Samira, entrevista em 17/04/18)

Em contraposição ao EECUN, o ENUNE aparece, então, na fala de Samira, como um Encontro que, apesar dos possíveis vícios do movimento estudantil, teve um *encaminhamento*. Nesse sentido, na próxima seção iremos nos ater aos últimos três ENUNE (2015, 2016 e 2019) com objetivo de compreendermos o processo de enquadramento nos espaços do *movimento negro estudantil*.

1.4.2 *Por uma UNE cada vez mais negra*: os encontros nos ENUNE (2015-2019)

Antes do ENUNE referido por Samira anteriormente, ocorrido em 2016, houve ainda em 2015 o IV ENUNE, na UNEB, que teve como tema "O Brasil que queremos para a população negra".

Figura 6 – Cartaz IV ENUNE

Fonte: https://www.facebook.com/events/4%C2%BA-enune-encontro-de-negros-negras-e-cotistas-da-une-salvador-ba/677972105665165/

Richer (2017) afirma que o IV ENUNE foi realizado em Salvador e contou com a presença aproximada de 700 jovens. Segundo a coordenadora, em um dos documentos do site da UNE:

> As edições anteriores foram extremamente importantes, mas estiveram em grande parte focadas no jovem negro dentro da universidade. Neste IV ENUNE, traremos uma agenda mais global abrangendo tanto a vida universitária como o genocídio da juventude negra, a criação de políticas de segurança pública anti-racistas, e também o aspecto cultural[153]

O desejo de dialogar para *além da universidade* aparece nos documentos pré e pós Encontro. Por conseguinte, a luta contra o 'genocídio da juventude negra' aparece como central. A carta final do Encontro foi nomeada de *Carta Cabula*[154], fazendo referência à chacina ocorrida naquele ano, no bairro do Cabula em Salvador, na qual 13 jovens negros e pobres foram assassinados pela polícia local[155].

[153] Disponível em: https://une.org.br/2015/03/iv-enune-traz-programacao-diversificada-com-convidados-especiais/. Acesso em 03 março 2020.
[154] Disponível em: <http://www.une.org.br/2015/04/4%C2%BA-enune-aprova-importantes-resolucoes-para-o-proximo-periodo/>. Acesso em 25 jun. 2018.
[155] Disponível em: https://www.geledes.org.br/tag/chacina-do-cabula/

Após esse ENUNE, Rodger (BA) se tornou diretor de combate ao racismo da UNE. Relatou que a primeira campanha criada tinha como pauta a "luta contra a brutalidade policial e o super-encarceramento". Segundo ele, a campanha foi pensada pois: 'morre jovem negro toda hora! Não é porque eu estou na universidade que estamos livres disso. Então, sempre pode ser eu. Assim, a luta contra isso tinha que ser prioridade'[156].

A campanha iniciada em 2016 se encontra com a organização do V ENUNE. Com o tema "Minha presença te incomoda? Conquistar direitos e afrontar o racismo", esse ENUNE foi realizado na UFBA, em julho de 2016. Segundo Rodger, o tema veio como um diagnóstico da sua própria realidade como estudante negro.

Figura 7 – Cartaz V ENUNE

Fonte: https://www.facebook.com/events/universidade-federal-da-bahia-ufba-ondina-salvador-ba/5%C2%BA-enune-encontro-de-negros-negras-e-cotistas-da-une/252550805133217/

Na continuação da narrativa de Rodger, ao relembrar a imagem usada para o Encontro, ele afirma que a mesma foi uma forma de homenagear as mulheres negras da sua família e sua ancestralidade através da religião:

> A gente colocou uma mulher negra com a cabeça de favela, como se o black dela fosse a favela, e com uma conta de Ogun, porque minha avó era mãe de santo e Ogun é o orixá que acompanhava a minha família. Então, o ENUNE para mim também foi uma forma de homenagem as mulheres como elas, né. Ela era lavadeira do Abaeté Itapuã, criou 7 filhos e eu sou o primeiro da minha família a entrar na universidade. Então, eu pensei, 'pô deve ter uma galera que nem eu que deve lembrar das suas avós'[...]. Na abertura eu falei que essa era uma homenagem para mulheres como ela (Rodger, entrevista em 24/04/18)

O V ENUNE, coordenado por Rodger, foi realizado em conjunto com o "Festival de Cultura e Juventude Negra – Afrotombamento". A programação manteve o diálogo com o movimento negro estadual e nacional, trazendo convidados e propondo discussões em torno

[156] Essa afirmação de Rodger surge em outras narrativas quando se fala acerca dos afetos e dos processos de adoecimento. Essa relação entre genocídio e adoecimento será trabalhada na terceira parte desta tese.

da pauta do genocídio, do racismo e da política de drogas[157]. Vale ressaltar que cresceram na programação os espaços de debate sobre estética, gênero (feminismo negro) e sexualidade, além de ter recebido um número superior de participantes, aproximadamente 2000, segundo os documentos finais.

Em dissertação, Rodger Richer (2020) chama atenção que, em 2016, também ocorreu o VII Encontro de Mulheres da UNE (EME), no qual se "assumiu uma centralidade na relação entre raça, classe e gênero (p. 119). Para o autor, naquele ano houve um "EME enegrecido e um ENUNE massificado", transformando de certa forma a correlação de forças do debate racial na entidade (RICHER, 2020). Desse modo, a pluralização das pautas nos dois últimos ENUNE (2015 e 2016) vai ao encontro da observação sobre o processo de incorporação da *interseccionalidade* na ação política. Desse modo, o debate de sexualidade e gênero cresceu nos espaços do *movimento negro estudantil*, acompanhado pelo crescimento da participação de sujeitos que passaram a reivindicar a presença dessas pautas nesses espaços.

Contudo, Samira (BA) pontua a grande diferença de investimento que a UNE oferece para os Encontros das pastas de negros e LGBT, por exemplo:

> No ENUNE a gente já teve dificuldade estrutural, dificuldade de verba, que pra mim foi muito assustador. A diferença de verba, por exemplo, de investimento de verba da UNE pro encontro de negros foi muito menor do que os outros encontros. O LGBT, meu deus, foi capenga! Você vê essa questão da prioridade[...]. Então, a partir desse investimento de estrutura logo você já vê quais prioridades se dão. (Samira, entrevista em 17/04/18)

O Encontro LGBT referido por Samira foi o II Encontro LGBT da UNE, realizado em 2016, em São Paulo. Segundo ela e Doss (BA), em entrevista, este Encontro teve pouquíssimo investimento por parte da entidade, mas, *apesar do atraso*, foi um marco importante na luta LGBT dentro da instituição. Nesse sentido, Samira, Doss e Rodger pontuam que a maior importância do ENUNE foi marcar uma posição política dos coletivos e estudantes negros dentro da UNE e para com o *movimento negro mais velho*, representado pelas figuras de alguns convidados. Afirma Samira:

> Na minha opinião, foi essa questão de mostrar pro movimento negro mais velho que as organizações todas de juventude estavam preocupadas com a pauta racial nacional de construção, de empoderamento, pra compreender o contexto político nacional. E de auto organização nas universidades. Então, pra mim debateu muito sobre essa questão que a gente tinha que ter uma intervenção na perspectiva racial no movimento estudantil. De enfrentamento mesmo, de que nas nossas organizações a gente tinha que tensionar que não tinha condição da gente fazer movimento estudantil enquanto negro e não ver a perspectiva racial contemplada.

[157] O debate sobre política de drogas é recorrente no movimento negro. Segundo um dos interlocutores, em um Encontro de formação do Coletivo Quilombo (UFBA), em 2016, "a política atual de criminalização às drogas é um principal aspecto que resulta no genocídio da população negra, sendo esta pauta prioridade do movimento negro estudantil"

> Então, teve esses enfrentamentos, que pra mim foram da micro política. A Convergência Negra[158] enxergou a juventude no ENUNE e legitimou a juventude no ENUNE (Samira, entrevista em 17/04/18)

A ideia de fortalecer a organização dos estudantes negros na universidade se constitui como síntese do ENUNE, segundo Doss:

> A síntese política foi muito boa. A gente vai fazer um fórum, deliberou que vai fazer um fórum de diretores negros dentro da UNE, pra que a UNE passe a demarcar mais dentro da política racial, dentro da entidade [...] Porque a gente sabe que movimento estudantil é muito branco, né? Hegemonicamente é muito branco. E quando a gente desce ao Brasil, a gente encontra isso materializado. Então, isso mexe com o tamanho das forças, quando você fala que vai ter diretor preto. Tem organização que só tem gente branca. Mas e aí? O que a gente quer, na verdade, é interferir na política mesmo. 'Ó, por você, você não vai organizar preto agora? Tá na hora, está na hora de organizar esse povo" (Doss, entrevista em 20/01/17)

Nesse sentido, os primeiros ENUNE ocorridos após a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, pontuavam em seus materiais a necessidade do fortalecimento dos estudantes e coletivos negros dentro da UNE e a necessidade de uma aproximação crescente com o movimento negro. Este movimento negro esteve representado em mesas e rodas de debates, com convidados nos Encontros, como MNU, CONEN, Marcha das Mulheres Negras[159] e figuras que representam o movimento de luta contra o racismo religioso[160], além de parlamentares e militantes negros de outros movimentos sociais, como LGBT, feminista, luta pela terra[161] e etc.

Sendo um Encontro da UNE, os temas e organização do Encontro são afetados diretamente pela conjuntura nacional, dado que seus organizadores – ligados a partidos políticos – têm suas tarefas também com o partido, no caráter nacional. Assim, por exemplo, o V ENUNE, que deveria inicialmente ocorrer em maio de 2016, ocorreu em agosto em razão do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em maio daquele ano, na Câmara Federal. Portanto, o Encontro fora adiado, pois se compreendeu que a mobilização nacional contra o impeachment deveria reunir todas as forças naquele momento. O mesmo aconteceu com a edição mais recente do Encontro. O VI ENUNE deveria ocorrer, dada a

---

[158] Segundo sua página no facebook: "A Convergência Negra é uma articulação política que envolve as organizações nacionais do Movimento Negro, a saber, CEN (Coletivo de Entidades Negras), MNU (Movimento Negro Unificado), CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), APNs (Agentes de Pastoral Negros, IGZ - Instituto Ganga Zumba, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) e ENEGRECER (Coletivo Nacional de Juventude Negra), entre outras que se unem sob a égide da Convergência, buscando construir incidências políticas de maneira mais eficaz". Disponível em: https://www.facebook.com/convergencianegra/. Acesso em 16 julho 2019.

[159] A Marcha das Mulheres Negras aconteceu em 2015, mas nos anos anteriores houve uma grande articulação nacional. No capítulo seguinte, ao descrever os coletivos, iremos analisar a influência desta marcha para o fazer política desses coletivos.

[160] O movimento contra o racismo religioso é protagonizado por lideranças de religiões de matriz africana, que historicamente sofrem violência por suas crenças religiosas.

[161] O movimento de luta pela terra presente era o MST e o MTST.

programação da diretoria de combate ao racismo, nos finais de 2018. Porém, tendo em vista a corrida eleitoral acirrada entre o candidato Fernando Haddad (PT) – apoiado pela UNE – e o candidato Jair Bolsonaro (PSL), além da posterior derrota em tal eleição presidencial, não foi possível a realização do Encontro.

Desse modo, o VI ENUNE ocorreu apenas em abril de 2019 - pela primeira vez fora de Salvador – no estado do Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Com o tema "Meu Quilombo, Meu Lugar: nas ruas, nas periferias, nas universidades", recebeu aproximadamente 400 participantes. Segundo interlocutores, o Encontro foi para o Rio de Janeiro pois a diretoria da pasta era composta por estudantes da UFF. Contudo, durante o Encontro fora dito que o alto índice de homicídios de jovens negros no Estado, além da recente execução da Vereadora Marielle Franco[162], em março de 2018, teriam sido as razões para a realização do ENUNE na cidade carioca.

Figura 8 – Cartaz VI ENUNE

Fonte: https://www.facebook.com/events/uff-campus-gragoata/6%C2%BA-enune-encontro-de-negros-negras-e-cotistas-da-une/261420521413114/

O Encontro contou com diversas mesas em que os temas de gênero e de sexualidade foram muito presentes. Assim como no Encontro de 2016, nos momentos das mesas, foram constantes as solicitações da plateia pedindo paridade de gênero para as falas, o que foi respeitado em todas as mesas em que estive presente. Apesar do Encontro ser da UNE, em

[162] Marielle Franco foi assassinada em março de 2018. Para maiores detalhes do caso ver: https://anistia.org.br/?no-high. Acesso em 09 março 2020.

diversos espaços houve perguntas questionando a relação entre marxismo e o racismo, demonstrando a presença de estudantes e até coletivos com linhas teórico políticas distintas dos coletivos organizadores.

Enquanto o mote dos Encontros anteriores (2015 e 2016) foi fortalecer as ações com o movimento negro, neste Encontro (2019) o mote central foi a defesa das ações afirmativas e da permanência estudantil. Foram realizadas falas afirmando que, dado o *conservadorismo* do governo atual, ataques às políticas afirmativas seriam feitos, e o dever daquele espaço, dos coletivos e da UNE era defendê-las. Repetidas vezes as frases *não vamos sair daqui*, se referindo à universidade, eram proferidas para mostrar que, agora que entraram, os estudantes negros não iriam mais sair, independente do desejo do governo. Portanto, a ideia de que a universidade também se tornou o *meu quilombo, meu lugar* foi presente e forte nas falas emocionadas durante toda essa edição do ENUNE.

1.4.3 *A gente é preto e LGBT*: os ENUDS de 2015 e 2016

Retornando para 2016, enquanto no ENUNE a palavra de ordem era fortalecer o movimento negro, no EECUN era *criar um protagonismo negro na universidade*. Já no XIV ENUDS, o desejo dos participantes e da organização era *enegrecer* um espaço que teria como foco questões de gênero e de sexualidade. Como apresentado no início deste capítulo, desde o primeiro contato com os materiais produzidos para e no ENUDS foi possível perceber as transformações ocorridas e o surgimento de novos debates e sujeitos. A partir das entrevistas com antigos organizadores, como Ricardo (BA), Rebeca (BA), entre outros, tornou-se perceptível nas narrativas a constatação do aumento no número de negras e negros no evento, a partir de 2007[163], assim como o crescimento nas pautas e no número de pessoas trans nos espaços do ENUDS, sobretudo a partir de 2012[164].

Em uma das entrevistas realizadas ainda no mestrado, um interlocutor afirmou que a partir da V edição, em 2007, o tema racial passou a fazer parte de oficinas e rodas de conversa no Encontro. Apesar desse apontamento, Ricardo afirmou que 'o ENUDS só passou a dar atenção para a questão racial quando tornou-se insustentável', referindo-se mais diretamente à

[163] Segundo um dos organizadores, o X ENUDS, em 2007, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), teve em sua programação o debate racial pelo contexto dos debates que ocorriam na época acerca da recente aprovação de cotas raciais na Universidade de Brasília (UNB).

[164] Em tese acerca do movimento travesti e transexual, Carvalho (2015) estabelece a conexão entre o aumento do número de pessoas trans nas universidades com a aprovação do uso do nome social nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

primeira edição com tema racial, realizada em 2012, em Salvador, 9 anos após o primeiro ENUDS, em 2003.

No início de 2016, começaram a circular as chamadas para o ENUDS daquele ano, que tinha como palavra de ordem principal *Vamos enegrecer esse Babado!*. Em toda a minha trajetória como pesquisadora e participante do ENUDS, nunca tinha observado tamanha ênfase no tema racial, já na chamada do Encontro. Questionado por mim sobre essa ênfase em entrevista, Felipe Doss (BA) relatou que na plenária final do XIII ENUDSG, em 2015, ocorreram brigas e tensões raciais entre os *enudianos* e acreditava ser por isso a escolha do tema da edição de 2016.

O XIII ENUDSG foi realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2015, e recebeu como tema "Radicalizando as lutas: o enfrentamento cotidiano ao cis-tema em tempos de crise". A página do Encontro no facebook apresentou a seguinte definição:

> Em sua décima terceira edição, o Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero [ENUDSG] se propõe a radicalizar as lutas no enfrentamento cotidiano aos cis-temas em tempos de crise. Empunharemos nossos corpos a partir de nossas [r]existências no combate aos silenciamentos e assassinatos diários de nossas afet-ações, afetos, trabalhos, famílias e das condições dignas de vida enquanto pessoas lésbicas, trans, travestis, bissexuais, intersexo e gays [LGBTTI]. Marcharemos contra o PL 5069, contra o Estatuto da Família e contra o genocídio da população negra, de mulheres cis e trans e de pessoas LGBTTI. Pela liberdade de gênero e a autonomia sobre o corpo! Suas leis não nos representam! Tirem suas leis de nossos afetos, de nossos ovários, de nossas corporalidades e de nossas famílias![165]

Em entrevista, Doss me contou detalhes deste ENUDS. Apesar da longa narrativa, acredito que a mesma é interessante para observarmos os pontos de análise e interseção dos Encontros LGBT com o debate racial. Ele diz:

> O ENUDS de 2015 foi realizado pelo pessoal da federal de Goiânia, da UFG, da PUC também em Goiânia[...]. Foi um ENUDS que nós tivemos um debate identitário muito forte. Sempre houve o debate identitário dentro do ENUDS. Mas [foi] pra além dos espaços livres, pra além dos espaços auto organizados. Isso só mostra a responsabilidade, a maturidade, que o próprio evento alcançou. E a maturidade das próprias pessoas que não só organizaram, mas que também estavam experimentando o ENUDS, estavam tendo, naquele momento, com esses debates identitários. Um deles era sobre a questão racial. Porque a gente sempre fala assim: o movimento LGBT é o movimento GGG. Porque os homens cis gays aparelham, em sua maioria são homens brancos e tal. E também por a gente compreender que o debate racial não está descolado do debate de classe. Falar de classe aqui no Brasil é falar de raça[...]. Então, a gente teve uma gama de debates, espaços auto organizados, espaços livres e, até mesmo, as próprias apresentações de trabalhos dentro do ENUDS. Foi muito marcado por esse debate identitário, pra falar do espaço de negros e negras, sobretudo. Teve muito esse debate de negros e negras, a gente sempre demarcava a política racial em todos os espaços, todas as mesas, toda a programação. A gente sempre demarcava esse debate racial. Até mesmo porque a gente estava vivendo a contradição naquele espaço, que por mais que fosse o ENUDS e que tivesse muita gente na CO que era negra, e que tivessem muitos espaços institucionais no evento voltados pra temática, pro debate racial, ainda sim estava tendo muito caso de racismo. Era racismo de diversas formas. Era racismo na lógica da estética, era racismo na lógica da

[165] Disponível em: <https://www.facebook.com/xiiienudsg/>. Acesso em 02 abr. 2015.

> exotificação, era racismo na lógica que é essa lógica implícita, indireta e subjetiva, até também da lógica direta, que se dão com as agressões verbais, o perjúrio, a calunia, difamação. Não houve agressão física, mas violência verbal houve muito. E psicológica, que é consequência, né?[...] Então, devido a esses casos de racismo, foram se formando as comissões. As comissões foram se formando ao longo de cada atividade, ao longo de cada atividade auto organizada, espaço livre. Mas dentro do encontro, na plenária final, a gente criou a comissão de... São comissões identitárias. Comissões de mulheres lésbicas e bissexuais. Comissões de pessoas trans e travestis e comissão de negros e negras LGBT. Pra poder ser mais incisivo. Ter uma atuação mais forte pra dentro do ENUDS. Sendo que essas atuações eram diversas, a fim de combater os casos de racismo, machismo, misoginia, a própria transfobia.[...]. E não era só problematização à toa. E também não era publicidade à toa. Estava acontecendo de verdade[...]. E ambas funcionavam coletivamente, ambas funcionavam juntas. Tanto a de negros e negras, quanto as demais identitárias. (Doss, entrevista em 20/01/17)

Cabe lembrar que, nas edições anteriores havia apenas a *comissão de mulheres*, criada desde a segunda edição do encontro com o objetivo de *empoderar as mulheres participantes do ENUDS*. Em conversa informal com uma das organizadoras do VII Encontro (2009), ela afirmou que a partir de tal edição foi criada uma Comissão de Segurança de Mulheres, que seria responsável por denunciar casos de machismo durante o evento. Assim, em grande parte das edições, manteve-se a existência desta Comissão. Em 2013, na XI edição, ano em que o ENUDS foi organizado pela primeira vez por um coletivo exclusivamente de mulheres, essa Comissão recebeu autonomia para a resolução dos casos de machismo no Encontro. Ainda nessa edição, a Comissão de Segurança de Mulheres terminou expulsando participantes do Encontro na Plenária Final, acusados de *machismo* e *racismo*. Na época, um *enudiano* negro chegou a afirmar: 'se fizerem uma Comissão de negros, quero só vê o que vai acontecer! Aí é que o ENUDS acaba mesmo!'. A forma como se deu essa tensão é considerada um marco nos ENUDS e agitou as falas para além do Encontro, reverberando nos encontros e nas formações e ações das Comissões posteriormente criadas[166]. A fala de Doss quanto a comissão de negros não ser *problematização à toa* se relaciona a essas expulsões, entendidas por ele, naquele momento, como atitudes autoritárias.

Em conversa com Tatiana, uma das organizadoras do XIV ENUDSG (2016), ela iniciou a conversa falando sobre a importância do tema daquela edição ter centralidade na raça, pois aconteceram várias *coisas racistas no último Encontro*. Ela continua:

> Começando com os exemplos das festas, quem estava no meio das pistas eram os brancos padrões, e quem ficava de fora (fundo da festa) era a galera preta gorda [apontando para si, por ser uma mulher preta e gorda]. Depois teve uma mesa sobre raça que tinha uma mulher branca falando [faz uma cara de reprovação], e, depois, o auge [do racismo] foi na Plenária Final. Estavam concorrendo o Tocantis [Universidade Federal do Tocantins - UFT] e o Rio Grande [Universidade Federal do Rio Grande - FURG]. Aí, abre para votação e 90% das pessoas negras e os do norte e nordeste votam no Tocantis [UFT]. Mas só porque um dos organizadores

[166] No texto de minha dissertação de mestrado foi descrita uma cena de tensão que envolvia a criação da *comissão de mulheres*, ver: Lima, 2016.

> era da [União da Juventude Socialista] UJS, o Rio Grande leva o ENUDS. Isso foi muito bizarro. E foi por isso que o tema desse ano é preto.[167]

Em entrevista, Bruno (SP) relata que diziam, durante o Encontro de 2015, daquela ser a edição com mais negros na história do ENUDS. Por isso, foi organizada uma reunião de negros e negras – que não estava inicialmente na programação – e houve debates e denúncias de racismo durante todo Encontro:

> Isso[o racismo] aparecia durante as mesas. Numa mesa, tava lá o pessoal falando 'enquanto negro não me sinto contemplado, porque tão debatendo lesbianidade, mas lesbianidade negra também é assim, isso aqui também é assim, porque isso aqui também é assim... Estão falando de criminalização da homofobia, mas a gente tem que pensar que tem isso'. Então, isso aparecia, pipocava em tudo que era espaço, com críticas à programação e tal, e na plenária final isso apareceu com mais força. (Bruno, entrevista em 15/07/18).

Em conversa informal com um outro organizador da última edição (2016), ele falou: 'o que aconteceu no ENUDS da Universidade Federal de Goiás (UFG) [2015] foi insustentável. Teve muito racismo. Aquele velado. Nas festas, na pegação. E agora, com o Evento cheio de preto, não dá mais para esconder o racismo, né. Por isso a edição de 2016 teve esse tema. Não é presente, é constrangimento mesmo'.

O XIV ENUDSG, ocorrido em 2016, foi realizado na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul. Com o tema "Povo que não tem virtude acaba por escravizar: por uma política antirracista e a [r]existência dos corpos colonizados e do movimento LGBT", foi organizado pelo coletivo de diversidade sexual Camaleão – criado em 2011 – e pela Associação LGBT de Rio Grande e Apoiadores. A edição contou com o financiamento de instâncias da universidade (secretaria de extensão, pró-reitoria de graduação etc.) e grupos vinculados ao movimento LGBT da cidade, além do apoio na organização de um grupo ligado ao movimento negro na cidade.

A centralidade na chamada *interseccionalidade* - entendida como a articulação entre raça, gênero, sexualidade e classe[168] – foi a base desta edição, estando presente desde a chamada pública para o evento até os espaços das mesas, convidados e temas das oficinas. Com todas as mesas formadas por integrantes negros[169] da organização e por convidados negros, a grande palavra de ordem do encontro foi: *Vamos enegrecer esse babado!*, referindo-se ao desejo de *enegrecer* o ENUDS. Logo após o texto que apresentava o evento, o cartaz da

---

[167] Retirado do caderno de campo.

[168] Vale ressaltar que nesta edição o acionamento dos marcadores de raça, gênero e sexualidade eram mais preponderantes que classe. As relações desiguais de classe eram acionadas, mas com muito menos frequência que as experiência marcadas por sexualidade e raça, por exemplo.

[169] Nestes dois encontros, o acionamento da identidade racial foi constitutivo das falas e dos espaços. Assim, o uso de negros/negras e brancos/brancas corresponde a como os sujeitos ali presentes se apresentavam.

edição trazia a imagem de uma mulher mais velha, negra, gorda e com um lenço na cabeça, segurando o corpo de um rapaz jovem, negro, magro e ensanguentado, estando os dois sobre uma bandeira LGBT.

Figura 9 – Cartaz XIV ENUDS

Fonte: https://xivenudsg.wixsite.com/xivenudsg

Já na Plenária Inicial – primeiro espaço da programação do Encontro –, observou-se aspectos que perpassariam por todos os momentos daquele ENUDS. Apesar do coletivo que o estava organizando ter sido formado por negros e brancos, apenas organizadores negros sentavam-se às mesas para as falas ou mediação. Constantemente, as pessoas brancas da organização e apoio eram colocadas como *aliadas*, com o argumento de que a participação ativa e presença de negros em *espaços de visibilidade* fazia parte do desejo de *enegrecer o ENUDS*.

Além da mediação das mesas por parte de um integrante negro da organização, as mesas foram compostas exclusivamente por negros e negras LGBT, ativistas do movimento trans, movimento de lésbicas e do movimento LGBT, que atuam principalmente na internet. Vale ressaltar que, em duas das cinco mesas propostas pela organização, houve também a presença de indígenas ligados ao movimento social local, algo até então nunca observado em nenhuma edição do Encontro. Reverberando os acontecimentos da edição anterior, nessa edição também foi criada uma Comissão auto-organizada de negras e negros para *resolver*

qualquer caso de racismo no ENUDS. Essa Comissão foi composta por grande parte dos negros presentes no Encontro, que também representavam uma grande parte dos participantes.

Em pesquisa anterior acerca do ENUDS, ressaltei a importância da *fechação*[170] no Encontro. A *fechação* presente em todos os espaços, mas principalmente no Ato público e nas Culturais (festas), se faz como um ato político e ao mesmo tempo compõe a *experiência* que é o ENUDS (LIMA, 2017). No caminho para uma das Culturais, que teve como tema a *festa preta*, uma participante que já tinha ido a outras edições comentou: 'nesse ENUDS as pessoas estão mais tímidas', referindo-se ao pouquíssimo número de pessoas nuas ou seminuas nas festas. Em resposta, outra participante disse, ironicamente: 'É por causa do frio, mas não é só. Quem vai chocar nesse ENUDS são os pretos. A fechação vai ser preta e não LGBT!'

No dia seguinte, ocorreu o Ato-público e o desfile de tranças e roupas coloridas junto aos cabelos *blacks*, que compuseram a estética do ato em conjunto com cartazes escritos: "tá achando ruim? Vai ter preto, sim!"; "seu racismo bate no meu *black* e volta"; "bicha preta é resistência", dentre outros. No *bandejão* da universidade, os participantes se reuniram para a leitura de um texto que seria repetido outras vezes em formato de *jogral* e sintetiza o que, para os ali presentes, era *enegrecer* um espaço:

> Estamos aqui hoje no encontro de diversidade sexual e gênero para mostrar que nós somos corpos que resistem. Enquanto negros, não nos calaremos diante dessa sociedade racista e enquanto LGBT não toleraremos a LGBTfobia. Várias manas e manos foram no atacadão [mercado da cidade] e sofreram racismo, machismo e LGBTfobia. Apesar dos sentimentos ruins, decidimos transformar isso em força e mostrar que nós existimos e viemos para incomodar: nós negros e LGBT estamos aqui. Estamos conquistando o nosso espaço. Atura ou surta! [gritando].[171]

Apesar, de ter observado que o tema desta edição foi comemorado na página e no evento do ENUDS, no *Facebook*, o Encontro teve pouca participação. Segundo os relatórios finais dos ENUDS, a XII e XIII edições, em 2014 e 2015, respectivamente, receberam aproximadamente 700 *enudianos*. Contudo, o XIV ENUDS recebeu, aproximadamente, 250 participantes e, pela primeira vez, nenhuma *delegação*[172] do Norte e Nordeste. Podemos aproximar esse dado a algumas questões: uma *resposta*, em forma de boicote, a esta edição

[170] Segundo MacRae (1982), "fechação" era o termo usado para a característica principal da diferença entre o movimento homossexual da época e os outros movimentos e grupos, e tinha como sinônimo "desmunhecação" e "escândalo". Naquele momento, o autor observa que a prática estava ligada ou até mesmo estabelecia um sentido de "ser homossexual militante". Para ele, o que mais irritaria os "militantes mais sérios" dos movimentos homossexuais e feministas era a falta de seriedade na "fechação", visto que além de ser uma reprodução de estereótipos, não levaria à mudança: quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Segundo o autor, o aspecto lúdico da 'fechação' serve como forma de evitar o surgimento de novos padrões identitários e até mesmo como meio de sobrevivência. (MACRAE, 1982).

[171] Retirado do caderno de campo

[172] Delegação é o nome dado aos diferentes estados presentes nos Encontros.

pela escolha da sede ter sido interpretada como um caso de racismo, dado as pessoas negras terem votado, em maioria, na UFT; a distância da cidade de Rio Grande/RS para os estados do norte e nordeste; e a primeira edição realizada após o início do governo Michel Temer, em que houve sucessivos cortes de orçamento para as universidades públicas[173].

Em entrevista, Doss confirmou essa análise, feita também por outros interlocutores:

> Eu desde sempre demarquei o meu posicionamento pra que fosse no norte e nordeste, porque a conjuntura de educação não estava fácil[...]A gente estava antecedendo toda a narrativa do golpe, ainda. Lá em Goiânia. Ainda era tudo muito anterior. Mas a gente já estava sentindo os efeitos do que foi o primeiro ano do governo Dilma, né? Foi totalmente diferente do que ela colocou em campanha. Então, o posicionamento da Bahia foi apoiar que fosse aqui mesmo no norte e nordeste, porque pra gente era melhor. E até mesmo viabilizar uma maior organização aqui dos coletivos universitários e não universitários do próprio movimento LGBT pra poder participar e disputar o ENUDS[...]. Mas com o tempo foi se evidenciando. A própria conjuntura já estava dizendo isso. Das dificuldades que a gente passaria. Eles deixaram de ter muita coisa na universidade, faltou muita coisa, ficou precarizado, ficou muito difícil de conseguir[...]. E a gente aqui na Bahia, sobretudo, manteve um posicionamento político de não ir, de não ir porque não tinha condições. A universidade aqui não tinha condições de oferecer (Doss, entrevista em 20/01/17)

Além do número reduzido de *enudianos* nesta edição, pude perceber que as chamadas *capivaras* – participantes mais antigos – não estavam presentes. O modelo de programação foi reproduzido como o de todas as edições, com: Plenárias Inicial e Final, GDT (grupo de discussão temática), Plenárias Regionais, apresentações de trabalho, mesas e culturais. Contudo, a própria organização não sabia muito bem o que fazer em determinados momentos, como nas Plenárias Regionais. Foi comum durante o Encontro dúvidas sobre como conduzir esses momentos. Quando alguns participantes mais antigos diziam como aquele momento normalmente era realizado, eram rebatidos com falas que diziam querer *reinventar o ENUDS*. No início do GDT Rumos e Perspectivas[174], Tatiana interrompeu Wellington – uma das *capivaras* ali presentes e integrante do Pontes (UFRRJ) – e disse: 'vamos aproveitar que esse ENUDS está cheio de pessoas novas para reinventarmos. Isso aqui existe há 14 anos e para mim, até agora, não foi a lugar nenhum. Vamos aproveitar esse momento para fazer do ENUDS um lugar que de fato produza propostas e ação política'.

O debate sobre para que *serve* o ENUDS perpassou toda sua história e intensificou debates em todas as edições. A disputa entre torná-lo um Encontro de onde saíssem *propostas políticas diretas* e *ser um lugar de experiência* foi observada em todas as edições em que participei e sempre foi colocada como um debate antigo e recorrente, no qual entender o *papel*

---

[173] Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/educacao-sofre-bloqueio-de-r-43-bilhoes-no-orcamento.ghtml. Acesso em 27 dez. 2019.

[174] O GDT Rumos e Perspectivas ocorre antes da Plenária Final e é o momento onde todos os encaminhamentos e propostas feitas nos espaços de deliberação (GDTs e Plenárias Regionais) são lidos.

do ENUDS como um Encontro de *formação via experiência* sempre sobressaía[175]. Nesse sentido, ao retornar na XIV edição do Encontro, essa discussão sobre tornar o ENUDS um lugar de *propostas políticas diretas* ganhou, pela primeira vez, mais adesão na Plenária Final. Contudo, pela baixa participação, durante a Plenária apenas se formou uma Comissão Nacional que ficaria responsável por pensar a *reestruturação do ENUDS*. Essa organização, posterior ao Encontro, acabou não acontecendo e, segundo interlocutores, por uma ausência de sede e pela *conjuntura política nacional*, o *ENUDS acabou*. Ou seja, a periodicidade foi rompida e o XIV ENUDSG foi o último a ser realizado, até o momento.

Assim como na primeira parte deste capítulo, foi estabelecida uma apresentação cronológica dos Encontros, tendo 2012 como marco divisor. Um primeiro aspecto que vale ressaltar foi que, durante todo o marco temporal estabelecido (2003-2019) diferentes "estruturas de oportunidades políticas" perpassaram a realização e organização dos encontros. Na primeira parte (1.3), ao apresentar os encontros que ocorreram entre 2003 e 2012, foi possível observar que a intensificação do diálogo entre os movimentos sociais e o governo federal, promovidos durantes os mandatos de Lula e a primeira gestão de Dilma Rousseff, já apontados na bibliografia (RIOS, 2014; AGUIÃO, 2014; FACCHINI, 2019), construíram um cenário favorável para a realização e fortalecimento destes Encontros. Durante este período, as edições do ENUDS, assim como o ENJUNE e ENUNE receberam financiamento de secretarias do governo criadas a partir de demandas e diálogos com os movimentos, tais como a SEDH, SEPPIR e SEPROMI.

Já nos encontros realizados no final deste primeiro período (2011-2012) vimos como o acirramento dos debates no cenário político federal sobre o Programa Escola Sem Homofobia e as cotas raciais (LEITE, 2014; CARVALHO, 2016) colocaram um novo ator também no campo dos Encontros. A *luta* contra os chamados *conservadores* passa a circular nos debates e torna-se tema de mesas e rodas de conversa.

Nas edições mais recentes (2015-2019), podemos perceber como a intensificação deste conflito, que logo se refletiu no corte de financiamentos de secretarias e universidades, além do posterior impeachment da presidente Dilma e a eleição de Jair Bolsonaro, modificaram o cenário dos Encontros. A ausência de auxílio financeiro e os ataques constantes das últimas gestões do governo federal aos temas discutidos nestes Encontros, resultou na impossibilidade de realização tanto do ENUDS como do EECUN. Assim, atualmente, apenas o ENUNE tem a

[175] No primeiro capítulo da dissertação, retomo todas as edições do ENUDS e seus debates, em detalhes, ver: Lima, 2016.

perspectiva de realização de novas edições, dada a estrutura da UNE, que o encontro se utiliza.

No campo do ENUDS, o Reuni é visto como um programa importante, que auxiliou a expansão de núcleos de pesquisa de gênero e sexualidade em diversas universidades do país, o que reverberou no fortalecimento da articulação entre *academia e militância* na edição 2007, a mesma que passou a incorporar a *transversalidade do tema – sexualidade, travestilidade, saúde e raça*. Nos encontros com temática racial, o diálogo com a academia aparece de maneira mais tangencial no ENJUNE (2007) a partir da noção de 'construção de novas perspectivas no panorama étnico racial', presente nos objetivos do Encontro. Entretanto, é apenas no EECUN (2016) que o interesse de fortalecimento do diálogo com a academia surge por meio do enquadramento do *epistemicídio*. No caso dos ENUNE, a primeira vez que este tema apareceu foi em uma mesa da última edição, ocorrida em 2019.

Conectada a esta noção de *epistemicídio*, outro enquadramento que surge, inicialmente apenas no ENJUNE, é o *combate ao extermínio* ou *genocídio da população negra*. Enquanto no ENJUNE o foco era 'combater o extermínio da juventude negra e a defesa da reparação e das ações afirmativas', os ENUNE realizados entre 2007 e 2011 tinham como foco o diálogo e a disputa para que a UNE, de fato, pautasse e defendesse as cotas raciais. No entanto, esse enquadramento, assim como o do *epistemicídio*, se fez presente em todos os Encontros aqui apresentados, que foram realizados entre 2015-2019, ou seja, no EECUN, nos ENUNE (2015;2016;2019) e nos ENUDS (2015 e 2016).

Além destes aspectos, percebemos que o processo de incorporação de temas como gênero e sexualidade em encontros negros e da questão racial em encontros de diversidade sexual reproduzem o que já vem sendo observado historicamente nos movimentos negro, LGBT e feminista (CARDOSO, 2012; FACCHINI, 2019; CARMO, 2018). Desse modo, vale ressaltar que a diferença de enquadramentos incorporados nos Encontros acompanha a linha teórico-política com que cada um tem maior proximidade. Como exemplo, o Encontro de Mulheres da UNE (EME), conhecido pelo seu foco exclusivo na relação entre gênero e classe, incorpora na edição de 2016 o tema racial, ou seja, amplia o debate para 'gênero, classe e raça'. No mesmo ano, o ENUDS, ao incorporar o debate racial, estabelece a interconexão entre 'gênero, sexualidade e raça'. Apesar de raça e gênero se manterem nos dois encontros, a ausência de classe e/ou sexualidade correspondem às aproximações teórico-políticas destes

Encontros, que no caso do EME é a teoria feminista marxista e no do ENUDS (2016) são os estudos *queer* e a teoria feminista pós-colonial[176].

Outro aspecto de distinção e aproximação entre os Encontros do primeiro e segundo períodos é a centralidade da *vivência* e da *experiência*. Desde o início, o ENUDS vem se afirmando como um 'encontro de vivência e experiência' e um *lugar seguro*. A centralidade destes aspectos, como vimos, é atribuída principalmente a um desejo de diferenciação em relação ao movimento estudantil. Apesar do ENJUNE também se construir em oposição ao movimento estudantil e marcar ser um Encontro 'suprapartidário e afrocentrado', a *experiência* não foi mobilizada como repertório político, como visto nos ENUDS. Nos Encontros com o foco na temática racial que pude observar, apenas o EECUN (2016) faz uso da *experiência e vivência* como repertórios. Assim, o desejo de criar um *protagonismo preto*, presente na chamada do EECUN, e de *enegrecer esse babado*, objetivo do ENUDS (2016), tornaram-se sinônimos de fazer daqueles encontros 'lugares seguros de compartilhamento de vivência e experiência'. Deste modo, esses Encontros se aproximam de um uso político da *experiência*, observado nos movimentos sociais mais recentes (LIMA, 2016; FACCHINI, 2018; CARMO, 2018; FACCHINI et. al, 2020; RIOS e MACIEL, 2017-8). Entretanto, o uso desse repertório vem acompanhado de críticas, por parte de alguns participantes e/ou interlocutores, por esses Encontros não terem *resoluções finais*, *encaminhamentos* ou *objetivo político explícito,* como afirmou Grazielle, Samira e Doss. Por um lado, nos Encontros se afirma que a 'formação via experiência' é um *objetivo político* e por outro, a ausência de *resoluções finais* com *encaminhamentos políticos* para os coletivos e os participantes é visto como 'ausência de finalidade ou objetivo concreto'.

***

Este capítulo teve como objetivo compreender a construção do que nomeei como **sujeito político negro universitário**. Seguindo a proposta de Fanon (2008), McClintock(2010), Butler (2018) e dos estudos da teoria feminista, que trabalham com um entendimento que para compreendermos as ações de um grupo é necessário compreendermos o processo de produção desses corpos e suas subjetividades, se fez necessário refletirmos acerca da complexidade colocada e gerida nos processos de construção subjetiva. Para esses autores, "aparecer" é colocar o corpo e este corpo é colocado no campo político como

[176] Pelo amplo número de edições e diferentes coletivos a frente da organização dos ENUDS poderíamos dizer que um conjunto bem mais amplo de teorias-políticas perpassam o Encontro. Entretanto, segundo a observação na edição de 2016, a qual incorpora o tema racial, percebi uma maior aproximação com os estudos *queer* e a teoria feminista pós-colonial.

"veículo de protesto" (BUTLER, 2018). Desse modo, a partir das narrativas, podemos observar que o ato de entrar na universidade ou "aparecer" dá início a um processo de reconstrução subjetiva no qual se reivindica para o corpo as reclamações políticas.

No que se refere a esta reconstrução, percebemos que em todas as narrativas apresentadas tornar-se sujeito é tornar-se militante. Assim, as observações de campo se encontram com as análises de Neusa Santos Souza. Em seu livro "Tornar-se Negro" (1983), a autora, influenciada por Fanon (2008), propõe uma extensa reflexão acerca do processo de subjetivação do negro brasileiro frente ao "mundo branco". Em sua análise, a autora afirma que, dada a história de negação de sua humanidade, a única saída para o negro se tornar sujeito, ou seja, humano, é produzindo um discurso sobre si, que teria como referência o colocado pelo movimento negro. Como exemplo, Carolina quando narra que ao ser vista como *bicho*, ao chegar à UNICAMP, busca *os seus* e identifica no racismo a justificativa para essas violências, ela está relatando o seu processo de deixar de ser *bicho* (ou não humano) para ser sujeito e, por conseguinte, militante. Nesse sentido, em conjunto com esse processo de tonar-se sujeito e militante, ocorre uma reformulação das *vivências* e das *experiências,* que passam a ser lidas a partir de determinados enquadramentos (racismo, machismo, LGBTfobia e opressão de classe). Retomando a narrativa de Carolina, foi a partir da lente enquadrada pelo movimento negro que ela passa a identificar suas *experiências* desde a entrada na UNICAMP como resultado do racismo.

Como foi possível observar através das narrativas e das etnografias nos Encontros, apesar de todos os interlocutores serem negros, o racismo tem centralidade nas reivindicações, mas não é o único tema. Aiye, por exemplo, afirma que após sua entrada ou "aparecimento" na universidade e aproximação com os coletivos 'descobre melhor sua sexualidade' e apesar de 'não tornar-se negro na universidade' é ali que ele 'complexifica a ideia que tinha de negritude'[177]. Nesse sentido, os coletivos aparecem como lugares nos quais os sujeitos articulam subjetividades múltiplas e instáveis (HALL, 2000). Assim como aponta Gomes (2018) em relação a outra iniciativa política recente, a Marcha das Vadias, o corpo passa a ter uma centralidade no "fazer política" desses encontros e coletivos, assim como as diferenças recebem status hierárquicos distintos a depender do corpo que fala e do contexto no qual se faz uso da palavra, como já afirmado. Vale destacar que, em acordo com outras etnografias que se dedicam a analisar movimentos sociais contemporâneos (GOMES, 2018; CARMO,

[177] Como apresentado durante este capítulo, a noção de tornar-se negro na universidade será aprofundada no terceiro capítulo desta tese.

2018), as identidades são compreendidas como fluidas e intersubjetivas, as quais devem ser compreendidas a partir de jogos de negação, negociação e hibridismo (HALL,2000; BRAH, 1996) e, por esse mesmo motivo, as negociações entre as diferenças, ou seja, a *interseccionalidade*, torna-se o cerne destas organizações.

Como recurso analítico para compreender os processos apresentados, proponho pensarmos este campo, em que os atores estão inseridos, como "campos discursivos de ação" que se constituem por "teias político comunicativas" (ALVAREZ, 2014). Em outras palavras, apesar da centralidade observada na questão racial, percebe-se um fluxo contínuo entre diversos movimentos, promovido pela própria circulação dos atores em diversos coletivos, como o feminista, LGBTI e estudantil, o que gera uma reelaboração de diversos enquadramentos. Assim, podemos dizer, em acordo com Vinícius Zanoli (2019), que, por estes atores estarem em um lugar de interconexão entre diversos campos e dada a centralidade do corpo, a *interseccionalidade* surge como enquadramento que poderia ser flexível e inclusivo o suficiente para ser definido como um "*master frame*"[178] (BENFORD; SNOW, 2000). Visto que, uma das bases desse enquadramento é a própria crítica às identidades e à ideia de que um movimento social construído a partir de uma dessas identidades, não daria conta das desigualdades sociais às quais estes sujeitos estão inseridos.

Como refletem Facchini (2018) e Rios e Maciel (2017-8), entendo que a *interseccionalidade* tem operado como um enquadramento flexível e inclusive que transbordou o movimento feminista (BRINGEL, 2018) e o feminismo negro e que tem atravessado vários "movimentos". Entendemos que as diversas trocas entre os movimentos, propiciadas: (i) pelo incremento na participação no período do primeiro conjunto de narrativas e Encontros (2003-2012); (ii) pela difusão de informações e teorias que se deu pela popularização do uso da internet e pelo uso mais ativo de redes sociais; e (iii) pela popularização do ensino superior, possibilitaram a transversalização de agendas e formas de organização. A partir dos relatos e da etnografia dos grupos que serão apresentadas no próximo capítulo, poderemos aprofundar estas análises.

[178] Segundo Benford e Snow (2000), a flexibilidade ou rigidez e o potencial de exclusão ou de inclusão de um enquadramento pode influenciar em sua capacidade de evoluir para um "master frame", ou seja, um modo de dar sentido à atuação política que pode passar a orientar diversos movimentos sociais.

CAPÍTULO 2 – *AQUI A GENTE FAZ POLÍTICA COM AFETO!: INTERSECCIONALIDADE* E *AFETO* NA CONSTRUÇÃO DA *NOSSA FORMA DE FAZER POLÍTICA*

Cena 2

Durante a "Calourada Preta da UERJ", organizada pela Frente Negra/UERJ, foi programada uma roda de conversa com o objetivo de 'integrar os estudantes negros da UERJ'. Sentados em roda, integrantes do coletivo se misturavam com calouros e outros estudantes negros. A conversa se inicia com a apresentação da Frente, a programação da calourada, as 'burocracias da universidade' e os 'corres das xerox e cafés mais baratos'. No meio disto tudo, a filha de uma das estudantes presentes começa a chorar. Com olhar que parecia estar com medo do choro de sua filha pequena estar incomodando, ela pega a criança e levanta para sair daquele espaço. Neste momento, uma integrante da Frente interrompe a pessoa que estava falando e pede para elas continuarem ali, porque 'nós temos que lidar com estas situações das estudantes mães nos espaços'. E continua: 'já que a universidade não oferece creche e lugares para as crianças, elas têm que ter o direito de estar nesses espaços, assim como as mães. A gente é mãe, é pai, é pobre, muitas vezes têm que cuidar da família e a universidade não está nem aí para isso. Então, pelo menos aqui, entre nós, a gente tem que se cuidar. É responsabilidade de todos cuidarmos de cada um de nós, porque se a gente não fizer isso a gente não sobrevive aqui dentro'.

***

No primeiro capítulo da tese foi possível observar, a partir da narrativa dos sujeitos, como o processo de entrada na universidade ou de "aparição" é perpassado por um conjunto de acontecimentos percebidos pelos interlocutores como violentos e atribuídos, principalmente, ao racismo, o que incide sobre os processos de subjetivação e engajamento político. Nesse momento, a **busca** por um lugar ou grupo de *acolhimento,* se faz presente. Assim, a aproximação aos coletivos aparece como meio de *dar sentido* a própria presença desses sujeitos – estudantes negros – na universidade.

Levando em conta a afirmação dos interlocutores de que 'os coletivos são as pessoas e a história dos coletivos também é a história deles próprios', seguirei a mesma estratégia narrativa acionada no primeiro capítulo. Assim, pretendo, através das narrativas dos sujeitos,

contar as histórias dos coletivos e, a partir desse processo, analisar e refletir sobre as articulações destes grupos com os atores com os quais se relacionam e, por conseguinte, o processo de produção dos enquadramentos e repertórios políticos. Portanto, neste capítulo busca-se compreender como, na gestão cotidiana das diferenças e das múltiplas definições de coletivo, se constitui uma noção de *nossa forma de fazer política*, perpassada principalmente pela *interseccionalidade* como enquadramento e pela gestão dos *afetos* e do uso do corpo como repertórios políticos.

As diferenças entre os diversos estados e universidades nos quais emergem os coletivos estudados demandam apresentar previamente o contexto mais amplo no qual eles estão inseridos. O Núcleo de Consciência Negra (NCN/UNICAMP), primeiro coletivo que abordarei, surgiu em 2012 e está inserido na Universidade Estadual de Campinas (SP), uma das últimas universidades a aprovar cotas no país. Esta instituição mantém uma estrutura de auxílio permanência e moradia para estudantes considerados de baixa renda[179]. Contudo, até 2016, apenas 14,5% dos estudantes ingressantes eram negros[180]. Além do NCN, não havia mais nenhum coletivo negro na universidade e a etnografia foi realizada durante as mobilizações para aprovação das cotas, ou seja, o grupo estava muito ativo. Durante esse tempo, havia aproximadamente 30 pessoas em seu grupo de Whatsapp, mas os participantes mais ativos eram cerca de 15.

A Frente Negra/UERJ, apesar de surgir em 2015, está inserida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que é considerada pioneira na implementação das cotas, ocorrida em 2003. Veremos, pela narrativa dos estudantes do período que, a partir disso a universidade se tornou foco de investimentos e pesquisas de organizações internacionais e do próprio movimento negro da época. A UERJ hoje conta com auxílio permanência e transporte para alunos de baixa renda, conquistado pelos estudantes, mas não dispõe de qualquer auxílio para moradia.

Diferentes do NCN/UNICAMP, a Frente não era o único coletivo negro da universidade ativo no momento da pesquisa, mas se apresentava como o único coletivo de 'toda UERJ', ou seja, discentes de toda UERJ poderiam compor o coletivo. Outra diferença foi que, ao procurar interlocutores chaves que compunham a Frente Negra/UERJ, fui informada que o coletivo 'praticamente não existia mais ou no máximo uma reunião aqui,

[179] Em todas as universidades apresentadas (UNICAMP, UERJ e UFBA), baixa renda é considerado quando o aluno tem renda per capta, por família, de até 1,5 salário mínimo.
[180] Informação obtida através de um documento interno produzido pelo NCN/UNICAMP. Não tive acesso a fonte.

outra ali'. Segundo os interlocutores, a desarticulação da Frente estava relacionada a um processo de *crise da UERJ* que se intensificou ainda em 2016, que irei descrever em maiores detalhes. Para este momento, é importante ressaltar que as análises e reflexões acerca deste coletivo, correspondem, em grande parte, a informações retiradas das entrevistas com interlocutores. Além disso, pela impossibilidade da participação mais cotidiana nas ações do coletivo, me aproximei de um número menor de integrantes, resultando em uma reduzida quantidade de entrevistas.

Desse modo, foram realizadas 4 entrevistas com integrantes ou ex-integrantes da Frente. Apesar da pesquisa ter como foco os coletivos atuantes das universidades e seus membros, durante o trabalho de campo fui levada pelos próprios interlocutores a *conversar* com pessoas que tinham *atuado antes*. Assim, tanto na Unicamp quanto na UFBA e na UERJ pude realizar entrevistas com pessoas que não eram integrantes dos coletivos focais, mas eram consideradas das *gerações passadas* e *importantes*. Na UNICAMP foram realizadas 8 entrevistas com participantes e ex-participantes do NCN, e uma dessas foi com a *geração passada*. Além das 4 entrevistas com ativistas da Frente Negra, na UERJ realizei mais uma com uma militante que entrou no início das cotas na universidade, além de utilizar uma entrevista, realizada ainda no mestrado, com outro ingressante desse momento. Já na UFBA, entrevistei 8 interlocutores, sendo três de *gerações passadas* (Anexo 1).

Durante o tempo da etnografia com o KIU! Coletivo de Diversidade Sexual da UFBA, fui levada também a conhecer o Núcleo de Estudantes Negros da UFBA (NENU), o Quilombo e o Enegrecer - outros coletivos que veremos no decorrer deste capítulo. O KIU! é a única organização da pesquisa que se encontra em uma universidade federal que, como a UERJ, também é considerada pioneira na aprovação das cotas. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de manter cotas desde o vestibular de 2004, está localizada no estado mais negro do país e é reconhecida nacionalmente como um importante centro de pesquisas sobre relações raciais. Além da histórica atuação do movimento negro na cidade e na universidade e das cotas, a UFBA, mantém auxílio permanência e moradia para os estudantes de baixa renda. Portanto, é a que oferece mais suporte para seus estudantes entre as três universidades estudadas. Outra importante marca de diferenciação do KIU!, além de ser o coletivo com mais tempo de existência (2004), é sua relação com o PT. Todos os integrantes do coletivo com que tive contato eram filiados a este partido[181]. Assim, a análise desse

[181] Segundo Tifanny, em entrevista realizada em 18 abril. 2018, o KIU! contava com 50 pessoas, mas apenas 10 integrantes estavam ativos naquele momento. Não consegui obter o número de participantes da Frente Negra/UERJ enquanto o grupo estava ativo.

coletivo busca compreender como ele se relaciona com os outros atores em campo e como a noção de *nossa forma de fazer política* dele se aproxima e/ou se distancia dos coletivos anteriormente apresentados.

Dito isso, o capítulo será dividido em três grandes seções, cada uma com foco em um coletivo estabelecido como recorte da pesquisa: o Núcleo de Consciência Negra/UNICAMP; a Frente Negra/UERJ e o KIU!/UFBA. Ademais, foi estabelecida uma ordem cronológica que tem como ponto inicial a entrada dos sujeitos nas universidades, de maneira semelhante ao movimento feito no primeiro capítulo. Além disso, as narrativas serão tratadas em conjunto, com o objetivo de refletir acerca também dos processos de subjetivação.

2.1 *O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP) são as pessoas*

2.1.1 O início do NCN/UNICAMP

Ingressante no curso de história no ano de 1997, Anselma Sales, durante entrevista, relatou sua trajetória antes de entrar na universidade e também as mobilizações feitas junto aos estudantes negros na Unicamp. Por incentivo de sua mãe, ainda antes de entrar na faculdade, passou a integrar a Pastoral da Juventude, que mantinha diálogo com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB)[182], na igreja que frequentava. Quando entrou na Unicamp, se aproximou dos cursos de pré-vestibulares populares (PVNC), se filiou ao PT e criou, em conjunto com outros estudantes negros, um Grupo de Estudos. Ela conta:

> "Em 2003, 2004, a gente já se encontrava para ler texto, [Franz]Fanon, Abdias [Nascimento], Lélia [Gonzalez]. Em 2005, a gente começa a se assumir como coletivo e aí fazemos o primeiro seminário de pesquisa e estudos negros, em 2006 e 2007[...]. O grupo era equilibrado entre alunos da pós e da graduação, mas em 2007 muitos entram na pós e aí fica mais alunos da pós que da graduação. Era um grupo de 8 pessoas, 7 da pós e um finalizando a graduação. Quase todo mundo estudava questão racial e socializava nossas leituras e os textos[...]. Começamos a fazer essas atividades mais acadêmicas e o grupo vinha desse perfil de debate, não propriamente como o NCN de hoje, que tem mais um perfil de intervenção política. Fazíamos o debate mais no nível teórico mesmo e mais formação acadêmica[...]. O grupo dispersa quando as pessoas começam a se mudar e acabar a pós e algumas divergências. Algumas pessoas queriam criam um NEAB, outras não concordavam pois diziam que iríamos perder a autonomia. Não queriam que o grupo fosse formalizado[...]. A dispersão foi meio entre 2009 para 2010." (Anselma, entrevista em 11/10/18)

[182] Segundo Fabiane Barbosa (2007), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) surgem nos anos 1960, no interior da igreja católica, ligadas à Teologia da Libertação. De acordo com a autora: "A partir de sua organização em pequenos grupos comunitários, as CEB articularam com eficiência a relação Fé e Política, constituindo-se num importante movimento organizativo e reivindicatório das classes populares, com papel destacado nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, no contexto da ditadura militar". Para mais, ver: COSTA, et. al (2010) e PERANI (2009).

Em outros momentos da entrevista, Anselma reafirmou que a diferença entre o Grupo de Estudos e o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (NCN/Unicamp) era a forma de intervenção política na universidade, o que se justificava, para ela, pelo baixo número de estudantes negros presentes no Grupo. Ou seja, a pequena quantidade de estudantes negros mobilizados não permitiria, além do estudo coletivo de autores negros, que maiores intervenções políticas na universidade fossem realizadas[183].

Apesar de Anselma marcar a pequena quantidade de estudantes negros na UNICAMP, no início da década de 2000, já se refletiam nas universidades ações do movimento negro que ocorriam desde a década de 1970. Segundo Alex Ratts (2009), já no final dos anos 1970 se fortalece a noção de que a universidade, sobretudo a academia, é um espaço de construção e afirmação coletiva e individual para os poucos jovens negros estudantes da época. Desse modo, Ratts afirma que foi possível observar o crescimento, nos anos 1980 e 1990, dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), em sua maioria fundados e dirigidos por negros e voltados para os estudos das relações raciais. O autor ressalta que esse processo culmina no I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros[184], na UNESP, em 1989, e no I Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN)[185], na UFBA, em 1993. Assim, durante a década de 1990 se expande o número de NEAB nas universidades[186], além dos grupos voltados para implementação das ações afirmativas[187]. Toda essa efervescência, reverbera em 2000, na criação da ABPN e do I COPENE, na UFPE.

O início da década de 2000, período em que o Grupo de Estudos relatado por Anselma se organiza, foi permeado por um conjunto de intensas mobilizações do movimento negro, que tinham como foco a educação. Além de um conjunto de universidades que passaram a aplicar ações afirmativas em suas seleções de vestibular – como apresentado na introdução –, ainda em 2003 foi também promulgada a Lei 10.639. Segundo Amilcar Pereira (2011), a Lei, que incluiu no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", foi resultado das várias reivindicações do movimento

[183] No capítulo sete, ao refletirmos sobre o processo de constituição da "luta contra o epistemicídio", iremos perceber que as mobilizações dos estudantes negros na universidade estavam centradas na criação de grupos de estudos e como, com o aumento do número desses estudantes, passam a ser criados os coletivos.
[184] Para uma maior descrição deste Encontro, ver: PEREIRA, 2013.
[185] O Senun foi citado como referência pela organização do EECUN como o primeiro encontro de estudantes negros e apresentado na introdução.
[186] No processo de expansão dos NEAB houve a incorporação do debate indígena, tendo hoje núcleos que recebem a sigla NEABIs (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas).
[187] De acordo com Alex Ratts (2009), acrescenta-se a esse processo o Núcleo de Consciência Negra da USP, criado em 1987, e o Comitê de Cotas para Negros na USP, criado em 1995.

negro ao longo das décadas anteriores e sua implementação efetiva continua sendo uma pauta do mesmo.

Nesse sentido, apesar de ser colocado como um *primeiro* Grupo de estudantes negros da UNICAMP, o Grupo de Estudos narrado por Anselma foi criado num contexto onde intensas mobilizações do movimento negro na universidade já ocorriam. Desse modo, possibilitada pelo contexto, a defesa da *autonomia* já aparece como característica desse primeiro Grupo. Por exemplo, ela relata que o Grupo rechaçou a ideia de se tornar um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB), pois haveria a necessidade de ser coordenado por um professor, o que foi visto como uma *perda da autonomia*. Como ocorre com frequência em grupos universitários, a *dispersão* do Grupo de estudos ocorreu pela saída dos integrantes da universidade.

No mesmo ano da dispersão do Grupo de Estudos, Carolina, vinda de Salvador, iniciou seu mestrado no Instituto de Educação da Unicamp. Como apresentada no primeiro capítulo, Carolina, também filiada ao PT, foi militante da UNE e de entidades estudantis - DCE e CA – durante sua graduação na UFBA. Relatou *experiências* identificadas como racismo e machismo no momento de sua chegada à Unicamp, que a levaram a se 'organizar para me juntar com pessoas como eu ou eu vou morrer aqui dentro'[188]. Nesse processo, de se juntar com *os seus*, Carolina relata que o incômodo com o racismo na universidade era coletivo e narra que participou do movimento de *ocupação da moradia*, onde conheceu pessoas que posteriormente iriam integrar o NCN/UNICAMP.

Vale ressaltar que a moradia universitária é um programa de permanência e espaço de habitação para estudantes da graduação e da pós-graduação da UNICAMP que comprovem baixa renda[189]. Além de Carol, dos sete integrantes do NCN que entrevistei, cinco tinham morado ou ainda moravam na moradia estudantil no momento da entrevista. Essa proporção majoritária se reproduz no conjunto dos integrantes do NCN até o momento, demonstrando também a situação socioeconômica da maioria dos integrantes. Desse modo, a chamada *ocupação da moradia* surge nas narrativas como um momento importante de aproximação inicial dos primeiros integrantes do Núcleo.

[188] Retirada da entrevista realizada com Carolina em 28 set. 2018.
[189] As bolsas de auxílio na UNICAMP são concedidas a aluno com renda per capita, por família de até 1,5 salários mínimos. Disponível em: https://www.sae.unicamp.br/portal/pt/3198-o-crescente-apoio-a-permanencia-estudantil-na-unicamp-nota-sobre-o-processo-seletivo-2019. Acesso em 09 jan. 2020.

Retomando a narrativa de Carolina, ela afirma que após a *ocupação da moradia* acabou se construindo um ciclo de *acolhimento*, a partir do qual foi criado o Quem Tem Cor Age, em 2012, e, por conseguinte, do Núcleo de Consciência Negra/Unicamp. Durante a entrevista, Carolina contou que inicialmente a ideia era 'só organizar um evento', mas com a repercussão alcançada o grupo foi criado. Ela afirma:

> A ideia inicial era organizar um evento, aí quando a gente começa a chamar as pessoas pra fazer o evento, a gente chama o Maurício[...]. A gente começou a se empolgar de aquele monte de gente preta junto fazendo um evento com uma sala cheia de preto nessa UNICAMP branca horrorosa[...]. Pensamos: vamô desafiar, vamô fazer um evento e agente ainda vai botar eles pra pagar[190][...]. Então foi uma coisa assim do evento pela necessidade de demarcação de posição[...]. E aí então, nesse processo de encontro, de ver que ia dar certo, de ver que tinha muito problema da discussão racial[...] a gente foi se ajeitando e todo mundo amadurecendo, fazendo um processo de formação, e aí, nesse processo veio o Teófilo e mais gente." (Carolina, entrevista em 28/09/18)

Desse modo, o primeiro Quem Tem Cor Age teve como tema "Desmistificando o racismo à brasileira" e foi realizado na Unicamp entre 12 a 29 de novembro de 2012. Naquele ano, foi criado um blog onde foram divulgados os textos de chamada do evento e a programação. A extensa programação contou com mesas, rodas de conversa e oficinas que perpassavam o debate da relação de gênero e raça, ação afirmativa, espiritualidade e corpo. No texto de apresentação do evento foi possível observar de imediato o interesse da discussão entre racismo e produção de conhecimento, algo relatado também nas narrativas e justificado pela composição do NCN, de maioria da pós-graduação, naquele momento.

> A realização do I Quem Tem Cor Age: desmistificando o racismo à brasileira vem contribuir para os debates e mobilizações para a conquista dos direitos e espaços historicamente negados. Busca reunir intelectuais acadêmicos, intelectuais militantes, representantes da comunidade campineira e integrantes de grupos do movimento negro – a partir do reconhecimento da importância política de todos nesse processo − em torno do debate público sobre as relações raciais no Brasil. Nesse sentido, a proposta passa por fomentar o debate acerca da relação entre racismo e conhecimento científico.[191]

Teófilo Reis, outro integrante desse momento inicial, informou em entrevista ter entrado na graduação em Matemática na Unicamp em 2002 e terminado seu mestrado em Filosofia pela USP em 2008, mesmo ano em que foi chamado para tomar posse como funcionário na Unicamp. Contou que, apenas depois de se tornar servidor público da UNICAMP, se envolveu com o movimento sindical, passando a prestar 'mais atenção sobre a questão racial'. Ele relata que o conjunto das mobilizações e criação do NCN/Unicamp ocorreu paralelamente ao debate e aprovação da lei de cotas no STF, e por isso também foi criado um grupo de estudos sobre cotas que, ainda em 2012, deu origem à Frente Pró-Cotas

[190] Para esse evento foram enviados e aceitos ofícios de pedido de financiamento para a Reitoria da universidade.
[191] Disponível em: http://quemtemcorageunicamp.blogspot.com/. Acesso em 26 nov. 2019.

da UNICAMP (FPC/UNICAMP). Cabe lembrar que, no contexto que antecede a criação do NCN/UNICAMP e da FPC/UNICAMP, universidades federais de São Paulo, como a UFABC e a UFSCAR, implementaram políticas de cotas em seus sistemas de ingresso, em 2007 e 2008, respectivamente. Apesar da UNICAMP ser uma universidade estadual, já se sentia também os reflexos da implementação do REUNI (2008) e do Sistema de Seleção Unificada - SISU[192] (2010). Além disso, dado as várias mobilizações nacionais em torno do debate da Lei de Cotas, no contexto das universidades estaduais paulistas se intensificou um debate acerca da criação de um programa de inclusão unificado, que geraria a criação do PPISES e do PIMESP[193] – que serão tratados mais adiante –, em 2013.

Desse modo, é neste contexto que se cria a Frente Pró-Cotas, que se apresenta como:

> Somos um grupo formado em 2012 por alunos da Unicamp dispostos a construir a luta pela democratização do acesso à universidade. Atuamos na elaboração do primeiro projeto de cotas da Unicamp, aprovado em 2015 para a pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, após intensa articulação política na unidade. Em seguida, somamos na luta pela implementação de projetos de cotas nas pós-graduações do Instituto de Economia, Instituto de Estudos da Linguagem e na Faculdade de Educação. Em 2016, ao lado do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, colocamos as cotas como uma das pautas centrais de uma greve geral que estourava na universidade.[194]

Teófilo descreve que, no início de 2013, o Núcleo passou a realizar reuniões semanais nas quais seus integrantes, majoritariamente alunos de pós-graduação, iam para discutir sobre 'questões relacionadas às necessidades dos estudantes negros'. Durante a entrevista, ele trouxe aspectos importantes acerca da composição e da organização do NCN/Unicamp, naquele primeiro momento, e explicou o porquê de terem se criado dois grupos e suas composições:

> Eu começo a participar do NCN, em 2013. Em final de 2012 tem o primeiro Quem Tem Cor Age. As pessoas se juntaram para organizar esse primeiro Quem Tem Cor Age com o tema 'desmistificando o racismo à brasileira'. Com discussões de uma semana e no final da organização perceberam que tinha um grupo ali e resolveram dar o nome de 'Núcleo de Consciência Negra/UNICAMP'. Tava ali o Maurício, Carolina Pinho e algumas pessoas brancas nesse grupo num primeiro momento[...]. E eu lembro que nas primeiras discussões não se sabia se o grupo ia ser fechado só para pessoas negras ou não[...]. No início das reuniões do Núcleo iam ainda pessoas brancas e nessa época também começou a mobilização e criação da

[192] O SISU foi criado em 2010 com objetivo de unificar o processo de acesso às vagas das instituições de ensino federais, após a adesão de grande parte destas instituições ao ENEM. (LIMA, 2015)

[193] Segundo, Mario Vasconcelos e Eduardo Galhardo (2016), o Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior (PPISES) foi incialmente proposto pelo governo do estado de São Paulo reservando 50% das vagas das universidades estaduais fossem para alunos de escola pública e, dentre eles, 35% para pretos, pardos e indígenas. Como contraposta, comissões das universidades elaboraram o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP), no qual mantinham 50% de vagas para estudantes de escolas públicas, mas propunham que, dentro deste percentual, o número de vagas para pretos, pardos e indígenas correspondesse ao verificado no Censo Demográfico de 2010. Ao final, a proposta foi derrubada pela mobilização estudantil que era contrária por defender a implementação das cotas.

[194] Disponível em: https://www.facebook.com/pg/frenteprocotasdaunicamp/about/?ref=page_internal. Acesso em 26 fev. 2020.

> Frente Pró-Cotas[...]. A Frente Pró-Cotas que levava mais a coisa das cotas, por causa da composição do Núcleo que naquele momento nem todo mundo era a favor das cotas. Então ajuda a entender o porquê da existência desses dois grupos. As cotas acabaram ficando mais para a Frente e outras questões relacionadas às necessidades dos estudantes negros da Unicamp ficava para o Núcleo. (Teófilo, entrevista em 19/09/18)

Segundo Teófilo, junto com as formações e a necessidade de 'dar resposta às demandas', o primeiro ano da Núcleo foi perpassado por intensos debates sobre 'o que e como deveria ser o NCN'. Em outras palavras, nesse processo de formação inicial, o primeiro ano das reuniões foi tomado por debate sobre a presença (ou não) de pessoas brancas e a participação dos partidos. Teófilo, que se colocava como independente na época e o único integrante desse primeiro grupo que ainda integrava o Núcleo no momento da entrevista, contou:

> Na Frente, sim sempre teve muitas pessoas brancas. No NCN tinha poucas no início, mas as pessoas começaram a sair. Depois de um momento de discussão longa se definiu que seria um grupo de estudantes negros[...]. Tinha forças bem diferentes no início do NCN. Tinha a Carol que é do PT. Tinha um pessoal do PSTU e um pessoal independente, então em muitos momentos tinha ali a briga entre PT e PSTU. Às vezes, a briga era PT versus PSTU versus independentes. Às vezes tinha essas polarizações. (Teófilo, entrevista em 19/09/18)

Segundo as entrevistas e outros relatos de campo, nos processos de *formação*, textos sobre relações raciais eram debatidos, além dos sentidos e noções de *consciência negra* e *identidade negra*. Eles relatam que foi a partir do aprofundamento desses debates que a maioria de integrantes negros decidiu tornar o NCN um grupo exclusivamente de pessoas negras e fazer da Frente Pró-Cotas o grupo que pautaria as lutas da agenda racial e integraria pessoas brancas que tivessem interesse em participar. Outro ponto de tensão, naquele momento, se encontrava em características comuns dos movimentos sociais contemporâneos: a luta e a defesa da autonomia e o desejo de distanciamento dos partidos (LIMA, 2016; FALCÃO, 2017; FACCHINI; RODRIGUES, 2018). Carolina, que passa a ser vista de modo negativo por ser do PT, relata em entrevista sua análise acerca do *ódio aos partidos* presente na universidade.

> Existe um problema aqui na UNICAMP que é o ódio aos partidos políticos. Existe uma coisa de um independentismo que na minha opinião é extremamente nociva[...]. Aí começou a rolar um incômodo porque eu sou trotskista. Eu venho de uma história de militância, então eu não vou chegar numa reunião do Núcleo e ficar aqui falando sobre a cor da tampa da garrafa. A gente vai fazer pauta, a gente vai ter tempo de discussão, a gente vai ter ata[195] e a gente vai ter orientação política. Não existe essa coisa 'ah o que rolar, rolou'[...]. Eu não conseguiria militar num espaço que não seja assim, pra mim é impossível, é perda de tempo, só que não sei se pro núcleo funcionaria[...]. Eu não estava lá como PT, o Núcleo foi construído por iniciativa das minhas dores". (Carolina, entrevista em 28/09/18)

[195] Pauta é o termo utilizado nos espaços de movimento sociais para se referir a lista de assuntos que serão debatidos em uma reunião. Ata se refere ao registro das discussões que foram realizadas na reunião, que normalmente são anotadas por um responsável e depois repassada para os integrantes do grupo, como meio de organização e memória.

Apesar de Carolina afirmar estar no NCN *pelas suas dores,* sua crença em uma forma e modelo de atuação passou a gerar conflitos internos. Ela afirma que um *simples debate de estatuto* era motivo de muitas tensões por ela e outros integrantes *serem de partidos* e serem vistos de forma *muito negativa*. Para compreendermos essa forte reação à vinculação político-partidária, é preciso lembrar a coexistência a partir dos anos 2000 de iniciativas ativistas centradas no diálogo sócio-estatal e enquadramentos emergentes bastante críticos da institucionalização (FACCHINI et. al, 2020).

Como apresentado na introdução, no período recente, em que também se encontra a formação do NCN/UNICAMP, uma série de autores (ALVAREZ, 2014; GOMES, 2018; FACCHINI, 2018; RIOS; MACIEL, 2017-8; LIMA, 2016; CARMO, 2018) vem apresentando formas de reação das gerações mais novas ao processo de institucionalização dos movimentos sociais das últimas décadas. Por reação, os autores observam um distanciamento de características *institucionalizadas* e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia similares aos apontamentos presentes na literatura acerca do formato de organização e atuação em torno das "Jornadas de Junho de 2013"[196] e outras marchas (Marcha das Vadias, Marcha da Maconha etc). Portanto, o movimento de distanciamento dos partidos políticos, relatados por Carolina no processo de formação do NCN, se encontra num contexto mais amplo de transformações e reações a formas de organização dos movimentos sociais (FACCHINI, et. al, 2020).

Enquanto, naquele momento de formação, o NCN debatia suas estruturas internas e respondia às 'demandas cotidianas levadas pelos alunos negros da universidade', a Frente Pró-Cotas, grupo que foi criado no mesmo momento, passava a se focar cada vez mais na 'luta pela implementação das cotas na Unicamp'. A Frente Pró-Cotas era formada por grande parte do NCN e outro conjunto de estudantes brancos favoráveis à pauta. Teófilo, que na época integrava os dois grupos, afirma que durante 2013 a luta da Frente Pró-Cotas foi contra o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e ao final do ano, com aprovação das cotas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ[197] eles passaram a ser organizar para criar um projeto para cotas na pós-graduação da Unicamp:

[196] Para uma análise sobre este momento, ver ALBUQUERQUE, et al., 2014 e NOVAES; ALVIM, 2014.

[197] Durante o trabalho de campo, pude perceber que a aprovação da política de cotas étnico-raciais no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (PPGAS/MN-UFRJ), tido como um programa de "excelência", foi essencial para as mobilizações em diversos Programas de Pós-Graduação pelo país, como na UNICAMP. O argumento comumente utilizado de que as cotas afetariam a "qualidade" do

> Com muito esforço conseguimos derrotar o PIMESP, mas estávamos muito longe de conquistar as cotas. Isso no final de 2013, que já tinha as cotas no Museu Nacional, no Rio. Aí surgiu esse papo que os programas de pós graduação tinham mais autonomia e que poderíamos quebrar essa lógica que a UNICAMP não tem cotas via pós-graduação. A leitura que a gente fazia era de que seria mais fácil convencer um programa de pós do que o conselho universitário[198]. Em 2014 isso tomou bastante força. A frente começou a escrever um projeto de cotas para pós e apresentaram para o IFCH (Teófilo, entrevista em 19/09/18)

Em tese, acerca do PIMESP, Danielle Araújo (2019) apresenta como, além das fortes mobilizações dos estudantes das universidades estaduais paulistas para derrubar a proposta, houve um amplo debate entre os docentes. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que expunham os limites do Programa, o debate era enquadrado nos termos de inclusão X mérito, raça X classe e políticas universais X políticas focalizadas, o que evidenciava "a estrutura racista e elitista que informa a prática política daquela fração da classe média branca que ocupa a universidade" (ARAUJO, 2019;9). Assim como as análises de Araújo nos ajudam a compreender o contexto histórico-político narrado pelos interlocutores, em dissertação acerca da Frente Pró-Cotas e dos NCN/UNICAMP, Angélica Inada (2018) realiza um levamento que nos permite compreender as diferenças, por exemplo, de trajetória, dos militantes destes dois grupos que protagonizaram a luta e aprovação das cotas na UNICAMP.

No conjunto destas intensas mobilizações e com intuito de 'refletir sobre a temática racial durante todo ano e não somente no mês de novembro'[199], o II Quem Tem Cor Age foi realizado de 21 a 25 de outubro de 2013 e teve como tema "Racismo institucional: omissão e perseguição". O texto de apresentação do evento, presente no site, mantém trechos semelhantes à primeira edição. Além desse ponto, o segundo Quem Tem Cor Age trouxe pela primeira vez o diálogo entre sexualidade, gênero e raça, uma programação mais reduzida pelo limite de financiamento e apresentação de trabalhos.

2.1.2 Criando um *lugar confortável:* uma etnografia nos NCN/UNICAMP

Os dois primeiros anos do NCN/UNICAMP (2012 e 2013) são colocados, por parte dos interlocutores, como um momento de formação e estabelecimento *do que seria o Núcleo*.

Programa passou a se enfraquecer no momento que um Programa de "excelência" não "perdeu sua qualidade" com a implementação. Para uma descrição melhor do processo de aprovação, ver: GOLDMAN; BANAGGIA (2017).

[198] Essa leitura fora realizada a partir das mobilizações em outros programas de pós-graduação de universidades pelo Brasil. De acordo com o regimento interno da UNICAMP, as cotas na pós-graduação poderiam sem aprovadas pelos professores que compõe o departamento de determinado Instituto. Por outro lado, a votação para cotas na graduação deveria ser aprovada no Conselho Universitário, que é formado por professores, técnicos e alunos representantes de todos os Institutos da universidade. Assim, o Conselho era visto como um espaço que reuniria um maior número de *conservadores* e por isso uma instancia onde seria difícil aprovar, de início, as cotas raciais.

[199] Disponível em: http://quemtemcorageunicamp.blogspot.com/. Acesso em 26 nov. 2019.

O período seguinte, correspondente aos anos de 2014 a 2017 - ano de finalização da etnografia –, é retratado como um momento de reestruturação e estabelecimento *do que é o* Núcleo, sendo esses dois tempos marcados pela busca de criar ali um *espaço confortável*. Essa diferenciação é marcada muitas vezes pela entrada de determinadas figuras, como Taina. Em entrevista, ela contou que, em sua primeira reunião do NCN, em 2014, presenciou a saída de Carolina do Núcleo, além de integrar o debate acerca da participação, ou não, de pessoas brancas no grupo. Como dito no primeiro capítulo, Taina, naquele momento, vinha de uma *experiência* de atuação no movimento estudantil da Unesp e da recuperação de um processo de *depressão*. Em vista de seu processo de engajamento e atuação na Unesp, ela diz que ao chegar na UNICAMP buscava um lugar que se sentisse *confortável para dar sua opinião*. Afirmou ela:

> Na [primeira] sexta[200] eu já fui na reunião do Núcleo, já comecei a me envolver. Eu comecei a me envolver com outras coisas também, na moradia, tal[...]. Mas eu sentia que muitas pessoas duvidavam que eu teria alguma coisa a acrescentar, isso muito na moradia. Eu sentia de pessoas brancas, de homens brancos principalmente, mas de pessoas brancas no geral. No Núcleo também, no começo, isso foi um pouco assim[...]. Por eu ter chegado agora, por eu ser mulher[...]. Mas eu acho que o Núcleo mudou um pouco quando as pessoas antigas saíram; passou um pouco essa sensação. E aí o Núcleo era o único lugar que eu sentia que eu podia dar minha opinião nas coisas, eu passei a frequentar. Esse momento que eu chego no Núcleo é um momento realmente de mudança, porque circulavam em torno do Núcleo muitas pessoas brancas, ou muitas pessoas que tinham dúvida se elas eram negras ou se elas eram brancas[201] (Taina, entrevista em 10/10/18)

Assim como apresentado em outras narrativas, Taina constrói uma relação direta entre a presença de *homens* e *pessoas brancas* e o *sentir-se confortável* em um espaço onde *possa dar sua opinião* e ser ouvida sem que sua marcação de gênero e raça sejam um impedimento. Além disso, para Taina, o ano de sua entrada no NCN, foi um momento de transição do Núcleo em razão da saída de *pessoas antigas* e *dos brancos*. Em paralelo a esse processo, ocorreu também uma aproximação de integrantes do Núcleo com o movimento negro de Campinas e de São Paulo, devido às mobilizações para a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015[202].

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, levou 50 mil mulheres para Brasília[203] e se constitui como um marco no movimento não só de mulheres negras. A Marcha foi o resultado da

---

[200] Desde o início, as reuniões do NCN/UNICAMP ocorriam todas as sextas feiras.

[201] Mais a diante na narrativa, Taina faz uma relação dessa afirmação com a noção de colorismo. Contudo, as discussões acerca do termo serão tratadas no sexto capítulo, ao refletirmos acerca dos processos de construção das identidades coletivas.

[202] Para mais detalhes do processo da Marcha, ver: LEMOS, 2016; FIGUEIREDO, 2018.

[203] Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contra-racismo. Acesso em 26 fev. 2020.

movimentação em todas as regiões do país por mais de três anos[204] e seus reflexos são observados não apenas na organização do NCN, mas em todo o conjunto da pesquisa.

Taina, por exemplo, passou a integrar a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, percebendo ali uma forte relação entre o processo de mobilização para a Marcha e o crescimento e interesse do Núcleo nos debates sobre feminismo negro. Ela disse: 'a organização com a Marcha das Mulheres Negras foi uma coisa que a gente tava discutindo com as mulheres negras de Campinas e acabou ressoando no núcleo, porque as meninas fizeram uma discussão na UNICAMP sobre o manifesto da Marcha das Mulheres Negras. Foi super legal'[205].

Na continuação da narrativa de Taina, como apontado também por Carolina e Anselma, ela afirma que a partir das discussões proporcionadas pela mobilização da Marcha de Mulheres Negras intensificou-se um desejo de formação em teoria feminista negra, o que, consequentemente, transformou o modo de se ver e pensar a atuação política, tendo impactos também na constituição do NCN como um *lugar confortável*. Em outras palavras, para Taina, esse processo tornou o NCN *mais feminista negro*, e, por conseguinte, tornou-o um *espaço confortável*. Ela diz:

> O Núcleo sempre foi um coletivo de maioria feminina, nunca foi um coletivo de maioria masculina [...]. É óbvio que isso é impacto do genocídio[206], enfim, de várias coisas que acontecem com os homens negros. Mas essa questão de ter mulheres negras também proporcionou, não uma forma feminina, mas deu outra cara pra atuação política, entendeu? [...] Vou pegar esse exemplo do espaço confortável. A gente teve que criar um espaço afetivo, isso pra mim é uma questão que o feminismo coloca, o feminismo negro, não no sentido de se amar, mas no sentido de ter intimidade pra inclusive tretar com você e no dia seguinte você estar lá de novo, entendeu? A gente começou a criar espaços dentro do Núcleo que eram pra além daquela forma política partidária[...]. Enfim, a gente criou outros mecanismos que foram, não sei se é uma militância..., é, a cara é feminista, porque tem muita influência, mas não é uma militância feminista em si, mas a gente teve muitas lições com o feminismo. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Assim, o feminismo negro é visto, em campo, como um modo de repensar as práticas que reproduzem as formas de imposição, ou seja, um modo de atuação política que considere a 'diversidade dos integrantes'. Em muitos momentos, durante falas públicas que pude acompanhar em campo, esse 'modo feminista negra' era sinônimo de uma 'atuação política interseccional'. Nesse sentido, esta forma de atuação política é colocada como contraposição

---

[204] Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf. Acesso em 26 fev. 2020.

[205] Taina, entrevista em 10/10/18

[206] Taina, aqui, se refere a um conjunto de trabalhos que fazem uma relação da contínua feminização das universidades públicas com o aumento do ingresso de estudantes negros, por uma consequência do genocídio da população jovem negra, que atinge em sua maioria homens. Em trabalho, Marcia Lima oferece esse diagnóstico ao analisar os dados de entrada de jovens negros nas universidades privadas: LIMA, 2015.

a uma forma político partidária que não pressuporia o diálogo com as diferenças e a construção de um *lugar confortável.*

Bruno Ribeiro, que também apresentamos no primeiro capítulo e entrou junto com Taina no NCN, corrobora a narrativa de um momento de transição no Núcleo com a formação de um *lugar confortável*, assinalando a influência do feminismo negro nesta construção. Contudo, ele identifica a forma política da qual o Núcleo busca se diferenciar como uma forma *velha e atrasada*. Ao perguntar o que seriam *métodos velhos e atrasados*, ele diz:

> É uma forma de organização mais rígida[...]. A gente fica meio que se obrigando por causa de método e a gente não sai disso, não avança em relação a algumas questões. Ou não reconhecer que nós somos pessoas diferentes, temos posicionamentos diferentes e que nem tudo a gente vai conseguir ter uma síntese, embora seja um pouco raro. Mas nem tudo a gente vai ter uma síntese, e ok. O importante é que a gente vai construir a partir disso. Então eu achava que o núcleo ele era mais quadrado, quando eu entrei do que ele é hoje. (Bruno, entrevista em 15/07/18)

Bruno, que se identifica como *bicha preta*, passou a mobilizar naquele momento as ações do NCN e a integrar, como parceiro, o coletivo formado por pessoas trans na Unicamp, chamado Transtornar[207]. Além desses grupos, Bruno também passou a circular por diversos espaços do movimento negro de São Paulo, principalmente por suas relações com artistas de *pontos de Cultura* LGBT[208] de maioria negros da cidade. Na sequência da entrevista, Bruno afirma que seu desejo de circular e conhecer diversas formas de coletivos e organização o fez compreender o que para ele seria um *lugar confortável*, e também o fez querer tornar o Núcleo cotidianamente esse espaço.

Segundo Bruno e Taina, após todas as *formações* internas realizadas no núcleo, além da realização e organização do Quem Tem Cor Age e da Plenária de Negros e Negras da Unicamp[209], em 2014 e 2015, o Núcleo se transformou em um coletivo *bem estruturado*. Nesse sentido, Taina afirma que com estas intensas mobilizações do NCN e a aprovação das cotas na Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências humanas da Unicamp, em 2015[210], fortaleceu o movimento da luta pelas cotas na graduação, o que, em conjunto com

---

[207] Segundo a página do grupo no Facebook: "Transtornamos existindo, existimos transtornando: coletivo trans de Campinas que visa o empoderamento e união, assim como contratacar o CIStema.". Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coletivotranstornar/about/?ref=page_internal. Acesso em 26 nov. 2019.

[208] Aqui Bruno faz referência a festas que tem como objetivo reunir a população negra LGBT, como a Batekoo – realizada no EECUN. Bruno hoje desenvolve uma pesquisa de mestrado acerca da cena destas festas.

[209] A Plenária é uma evento convocado pelo NCN com intuito de reunir todas pessoas negras da universidade, que estejam vinculadas a movimento ou não. O objetivo da Plenária é repassar para a comunidade negra as ações do NCN e tentar obter as pautas e demandas.

[210] Em tese sobre a implementação de ações afirmativas na pós graduação, Anna Carolina Venturini (2019) apresenta uma análise detalhada deste processo entre 2015-2018. Segundo a autora, em 2015 apenas a UNEB (em 2012), UFG e UFPI (em 2015) aprovaram resolução de ação afirmativa na pós-graduação. Em 2016, houve aprovações em mais duas universidades, já em 2017, 14 universidades implementaram esse critério para seleção

reivindicação contra cortes orçamentários na universidade, se constituiu como um momento de efervescência que desembocou em uma greve geral na UNICAMP, no primeiro semestre de 2016[211]. Todos os integrantes do NCN que pude conversar afirmaram que colocar a pauta das cotas raciais como primeira reivindicação da greve foi um processo de disputas com o movimento estudantil[212]. Assim, naquele momento, o NCN entra como um dos principais mobilizadores da greve, junto com a Frente Pró Cotas, e seus integrantes passaram a participar ativamente de assembleias estudantis e outras instâncias universitárias.

Milena Oliveira, integrante do NCN, realizou sua graduação em Ciências Sociais na Unicamp e em 2016 se tornou 'a única menina negra a entrar no mestrado na demografia'[213], como afirmou durante a entrevista. Ela passou a integrar o NCN a partir de 2016, no bojo do início da mobilização da greve na universidade. Questionada quanto ao diálogo estabelecido com o movimento estudantil nesse processo, ela foi enfática em suas afirmações:

> Eu acho que eles [ME] são oportunistas. Então, quando aconteceu a greve, quem tava no movimento negro se posicionou fortemente de que cotas tinha que ser um dos pontos principais da greve, e isso aconteceu e as pessoas fizeram por onde. Nesse sentido, eu lembro bastante da Taina, do Bruno, do Teófilo se posicionando bastante forte em todos os espaços, e aí tinha um pessoal bastante contra sim[...]enfim um pessoal falando contra. Assim como aconteceu quando eu tinha entrado no IFCH, em 2011, em que as pessoas continuavam insistindo que era uma questão de classe e não uma questão de raça, embora já tendo várias pessoas mostrando e dizendo que sim, também era uma questão de raça. Eles foram convencidos que a questão das cotas entrasse. E aí foi uma das questões que eu acho que saiu mais vitoriosa da greve, que foi a conquista das audiências públicas E aí, depois da audiência pública, bom, mesmo durante, quem tava no movimento negro e na Frente Pró-Cotas continuou trabalhando bastante forte para que as coisas não parassem. (Milena, entrevista em 28/09/18)

A fala de Milena sintetiza um relato comum presente nas narrativas de outros integrantes acerca do processo inicial de diálogo com o movimento estudantil e a conquista das cotas raciais como primeira pauta das reivindicações da greve de 2016. É importante ressaltar que o movimento estudantil aparece representado pelo DCE, que à época era

---

da pós graduação. Nesse período, houve também aprovação das ações afirmativas em programas de pós-graduação, como de Antropologia Social na UFRJ, em 2012, apesar de não ter se tornado uma política da universidade. A autora afirma que um dos aspectos para aprovação das ações afirmativas, além de inciativa própria do colegiado, foi em cumprimento à uma lei estadual – como no caso das universidades cariocas, em 2014 – e por editais de incentivo da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas (FCC) (VENTURINI, 2019).

[211] Em 2016, o orçamento da UNICAMP sofreu um corte de 40 milhões, além do reajuste salarial dos servidores ser proposto abaixo da meta. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/estudantes-desocupam-reitoria-da-unicamp-apos-59-dias-de-protesto.html. Acesso em 26 fev. 2020.

[212] As cotas aprovadas na UNICAMP preveem além da reserva de vagas com entrecruzamento entre ensino público, renda e declaração racial, a reserva exclusiva para autodeclarados pretos e prados, assim como o vestibular indígena. Esse aspecto é considerado um avanço na Lei de cotas, por parte do movimento e de intelectuais sobre o tema.

[213] Milena, entrevista em 28/09/18

presidido por um coletivo vinculado ao PSOL e ao MRT[214] - outra força política partidária presente e ativa nas instâncias estudantis da Unicamp. Apesar das disputas no bojo do processo de mobilização das cotas, integrantes negros dos coletivos vinculados ao PSOL e ao MRT passaram a acompanhar mais frequentemente as reuniões do NCN[215].

Um outro aspecto levantado na fala de Milena é a categorização feita por ela do NCN como *movimento negro*. Durante este capítulo iremos perceber que a autoclassificação dos coletivos varia de acordo com o contexto e os atores que estão se relacionando. Contudo, a presença e o desejo de se afirmar como parte do movimento negro sempre surge no espectro das falas, o que retoma a noção de *responsabilidade* e *ancestralidade* que vimos no capítulo anterior. Em outras palavras, o processo de construção de uma identidade coletiva que perpassa os processos de "aparição" desses sujeitos na universidade, e são observados a partir das noções de *ancestralidade* e *responsabilidade*, surge no cotidiano dos coletivos nas disputas de sua auto-definição. Apesar de serem estudantes, estarem no espaço da universidade e muitas vezes disputando "pautas estudantis", como as cotas ou ampliação da moradia, a identidade coletiva acionada é para com o movimento negro, e raras vezes para com o movimento estudantil. Como exemplo, no processo de organização das Audiências Públicas pelas Cotas[216], os grupos externos à universidade que eram convidados por compartilharem os mesmos ideais do NCN/UNICAMP eram identificadas como do movimento negro, como a Educafro[217]. Esta esteve presente em todas as Audiência – Frei David esteve na primeira Audiência - e também no dia da votação, sendo um ator importante na mobilização e conquista da política de cotas na graduação da UNICAMP.

---

[214] Segundo a página do grupo no Facebook: "A LER-QI, da qual nos orgulhamos, correspondeu a uma primeira etapa de educação dos quadros numa estratégia e num programa revolucionário e internacionalista, assim como a batalha para fundir essas ideias com setores da juventude e em especial da classe operária". Disponível em: https://www.facebook.com/pg/MovRevTrab/about/?ref=page_internal. Acesso em 26 nov. 2019.

[215] Contudo, essa aproximação não veio sem conflitos. Após a aprovação das cotas, já no segundo semestre de 2017, por um conflito nas redes sociais, o MRT foi acusado de racismo. Como meio de defesa, o grupo utilizou sua participação no NCN, o que gerou conflitos internos e uma afirmação enfática como: 'O Núcleo não é o amigo negro do MRT'. Apesar do conflito, os integrantes do grupo continuaram participando das reuniões seguintes do Núcleo.

[216] As Audiências Públicas pelas Cotas foram uma conquista da greve em acordo com a Reitoria. As Audiências, ocorridas em três momentos, foram realizadas com o objetivo de abrir um diálogo sobre as cotas para toda a comunidade universitária antes da votação da mesma no conselho universitário. As Audiências foram organizadas por um Grupo de Trabalho, composto por integrantes do NCN e docentes negros que já acompanhavam a luta pelas cotas na pós-graduação, em conjunto com a Reitoria. As Audiências tiveram papel central na mobilização durante todo ano de 2016, e intensificaram o diálogo do Núcleo com representantes do movimento negro e intelectuais reconhecidos por defenderem a política de cotas publicamente.

[217] A Educafro, como já apresentada, é uma importante organização do movimento negro e um ator central na aprovação e luta das ações afirmativas no campo da educação.

Retomando a entrevista de Taina, ela, assim como o Bruno, Milena e Teófilo, afirma que o processo de mobilização das cotas exigiu que o Núcleo passasse a participar de assembleias estudantis. A participação nesse espaço de deliberação, antes visto com aversão pelos integrantes do coletivo, acirrou debates entre o Núcleo e o modo de fazer política *velho e atrasado*, o qual, em razão do debate em questão – as cotas – também passou a ser visto como um modo de fazer política *branco*. Ou seja, que reproduziria o *racismo na esquerda* e a *branquitude*. No trecho abaixo da fala de Taina, podemos compreender a relação:

> Com o negócio das cotas, eu tive que voltar a dialogar com o movimento estudantil diretamente, dialogar com todos os grupos: com a frente pró-cotas, com os brancos de esquerda, com os partidos políticos. E isso aí me fez falar 'mano, por que que eu tinha que falar que era do movimento estudantil?' Porque se eu não falasse, eles iam falar. Então a gente ia ficar totalmente marginalizado. A gente não é estudante, a gente é o núcleo[...]. Eu não me considerava do movimento estudantil, e eu sinto que as pessoas do núcleo também tinham muito incômodo. Mas a gente começou a perceber que, por exemplo, a gente ia nas assembleias e as pessoas tinham medo de discutir com a gente com medo de ser acusado de racista. Várias coisas assim. Ou ficar menosprezando a gente porque a gente era negro e queria colocar alguma questão racial. Aí começou a surgir esse debate de racismo na esquerda, branquitude, porque a gente tava tendo muitos incômodos, e fizemos várias rodas de conversa aqui (Taina, entrevista em 10/10/18)

Assim como Milena, Taina marca que, no processo de diálogo com o movimento estudantil, o primeiro movimento de diferenciação foi se autodenominar como *núcleo* e não como *estudante*. O segundo ponto de diferenciação ocorre após o diagnóstico do *racismo na esquerda* e da *branquitude*. Nesse sentido, recusar ou *menosprezar* a fala de um estudante negro durante os debates surge como um dos métodos identificados como do movimento estudantil e comum em *toda a esquerda*. Assim, os conflitos e ações passam a operar na chave do "racismo institucional"[218] e são categorizados como *racismo da esquerda* e *branquitude*.

Patrícia Hill Collins, em texto acerca do "poder da autodefinição", chama atenção sobre a importância da nomeação das "opressões" no ato de se construir como sujeito e como grupo. Nas palavras da autora: "Nomear a vida cotidiana ao aplicar a linguagem a experiências do dia-a-dia a impregna com o novo significado de uma consciência [...] Nomear se torna um modo de transcender as limitações das opressões que se interseccionam" (COLLINS, 2019:31). Desse modo, se autodefinir como *núcleo* e não como *estudante*,

[218] No contexto brasileiro, Sergio Guimarães (1999) observa que, a partir de 1960, as ciências sociais passaram a se distanciar da ideia de que as desigualdades raciais são produtos de ações individuais para um "esquema interpretativo conhecido como racismo institucional". Dessa forma, os mecanismos de discriminação passam a ser vistos como operativos do sistema social. Nesse ínterim, Laura Lopes (2012) afirma que foi no contexto dos anos 1990 e com maior intensidade nos anos 2000, dado o crescimento do diálogo entre organismos estatais e o movimento negros, que "o conceito de racismo institucional" emerge como organizador de uma nova pauta de ações que possibilitam a mobilização e o processo de elaboração de políticas públicas de promoção à igualdade racial".

nomear as ações, vistas como violentas, de racismo – ou *racismo da esquerda* e *branquitude* – se torna um modo de transcender essas "opressões" e, de certo modo, retirá-las do plano individual.

Portanto, os conflitos marcados entre o Núcleo, o movimento estudantil, docentes ou qualquer ator não negro eram colocados no nível da compreensão do racismo. Em outras palavras, as exposições discordantes ou formas de operar o diálogo utilizadas pelos atores brancos na disputa eram tomadas como um 'reflexo estrutural do racismo', e, assim, fazia-se necessário não um debate focado na ação do indivíduo ou do grupo em si, mais da 'estrutura histórica que constituiria aquelas ações', ou seja, sobre o *racismo na esquerda* e a *branquitude*.

Taina salienta que, após as assembleias, se discutia muito, entre os integrantes do NCN, as atitudes do movimento estudantil, o que gerava um debate interno constante sobre a "branquitude" e "racismo na esquerda" como categorias analíticas. Desse modo, esses termos, que já faziam parte do vocabulário dos integrantes, passaram a gerar um maior interesse no interior do Núcleo, o que impulsionou *formações* internas, discussões de textos e o interesse e busca por pesquisas e outros intelectuais negros, a partir de tais *formações*. Em paralelo a esse processo interno, o NCN passou a organizar mesas e rodas de conversa com os temas *racismo na esquerda* e *branquitude*, convidando para composição das mesas antigos integrantes do NCN, representantes do movimento negro da cidade e intelectuais conhecidos como pesquisadores do tema.

Apesar dos dois termos surgirem em campo, a noção de *branquitude* esteve presente durante a etnografia em todos os coletivos e eventos dos quais participei. "Branquitude", como um conceito analítico, foi cunhado pelo *critical whiteness studies*, derivado dos Estados Unidos, na década de 1990. Segundo Lourenço Cardoso (2010), o conceito de "branquitude"[219] visa a teorização da "identidade racial branca" e a análises acerca do "lugar do branco numa situação de desigualdade racial"[220]. Ainda segundo o autor, "branquitude" é compreendida como uma ficção, assim como raça, mas tão poderosa quanto esta no cotidiano da realidade social.

[219] Ainda segundo Cardoso (2010), apesar das disputas entre os termos branquitude e branquidade, se convencionou no Brasil o uso de branquitude pelo estabelecimento do termo no campo acadêmico e social. Assim, durante a tese farei uso do termo branquitude como categoria analítica.

[220] Durante o levantamento bibliográfico, pude perceber que esta categoria é mais utilizada, no Brasil, no campo de estudos da psicologia social. Ver: CARONE; BENTO, 2002.

Entretanto, *branquitude* surge no campo como uma categoria êmica para classificar ações e falas vistas como comumente reproduzidas por pessoas brancas. Além disso, o termo surge também como meio de marcar o branco também como sujeito racial, e por isso *obrigado* a pensar também o que seria *ser branco*. Assim, foi comum durante a etnografia, nos diversos coletivos, observar que, a frente de um conflito com grupos mistos – com pessoas negras e brancas – ou formados por pessoas brancas, o termo *branquitude* era usado como forma de acusação, em frases como 'precisamos discutir sobre branquitude' e 'vocês (brancos) precisam discutir sobre branquitude'. Com isso, a categoria muitas vezes era utilizada como acusatória, assim como os termos *branco* e *branquice* - este último muito utilizado para marcar ações vistas como específicas de pessoas brancas.

Desse modo, *branquitude* surge em campo não como modo simples de diferenciação e oposição, mas como meio do constante processo da construção do "nós" – negros - e, por conseguinte, do "eles" - brancos. Como dito anteriormente, o processo de construção desse **sujeito político negro universitário** passa pela reconstrução de uma identidade positiva e coletiva que elege, principalmente o racismo como enquadramento para se construir justificativas para as constantes violências sofridas. Em paralelo a isso, os sujeitos que perpetrariam essas situações tidas como violência, ou seja, "eles", os "brancos", também passam por um processo de construção constante, onde essa identidade não é fixa e as situação de violência são lidas na chave da *branquitude*. Ou seja, algo para além do indivíduo e que, por isso, pode ser modificado por ações individuais e coletivas. Essa concepção se aproxima da leitura de Fanon – constantemente acionado e lido nas formações. A partir deste autor (2008), em conjunto com as narrativas e cenas de campo, é necessário compreender a construção das identidades a partir de seus complexos relacionais e no caso da identidade racial como uma produção relacional da "negritude"[221] e da "branquitude".

Nesse ínterim, a centralidade do corpo surge tanto nas relações com os diversos atores quanto na construção da coletividade. Desse modo, com objetivo de finalizar essa seção acerca do NCN/UNICAMP e de compreender a centralidade da *interseccionalidade*, dos corpos e do *afeto* nas dinâmicas diárias para a *nossa forma de fazer política*, trago um trecho da entrevista de Taina que ilustram tais pontos:

> O corpo na obra da Beatriz Nascimento aparece como território, então assim, o corpo é um território, a partir desse território que você pode reconstruir sua identidade, suas questões, sua identidade, é, política, não só identidade política, você pode reconstruir a sua identidade e tipo

[221] Apesar de ser uma categoria conhecida pelos interlocutores, negritude era acionada apenas na oposição a branquitude.

> assim, se a gente for pensar o que que é o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP. O Núcleo de Consciência da UNICAMP são pessoas, a gente não tem uma sede, a gente não tem nada, a gente tem uma página no Facebook, que não é nada também, é um mundo virtual,..a gente não tem nada, a gente não tem um espaço físico, a gente tem nossos corpos, certo? esses corpos em movimento, esses corpos se movimentando, mas não só se falando, conversando, debatendo, se expondo, que foi ruim, mas também tem a parte boa que é isso que eu tô falando..esses corpos em movimento ressoa em outros corpos, ou seja, a comunidade negra na UNICAMP aumentou não só porque o Núcleo aumentou, mas porque isso fez eclodir outros grupos de negros na universidade e também outras pessoas negras começaram a se identificar e se apresentar também, tipo, enquanto negros, enquanto pessoas que tão interessadas em fazer esse debate, então assim, é, o que que é um território político, né, que a gente tá debatendo? Que esse debate a gente tá querendo colocar hoje dentro do movimento estudantil.. o que que é politizar a universidade? É você politizar só o espaço público ou você criar uma condição pra que as pessoas reformulem suas identidades e politizem seus próprios corpos? (Taina, entrevista em 10/10/18)

Compreender o Núcleo como um *espaço seguro*, de *acolhimento* e *confortável* faz com ele ultrapasse os momentos de reunião ou os momentos de disputas políticas. A ideia de lugar, aqui, não contém um pressuposto de espaço físico fixo, uma vez que 'os coletivos são as pessoas', e a presença das pessoas já está constitui esse 'lugar'. Em outras palavras, os coletivos se expandem para além de uma ideia de espaços políticos marcados por um tempo de reunião e determinadas ações. Os coletivos, então, compreendem também cada encontro entre os seus integrantes, seja para comer, conversar, beber, ou seja, no cotidiano. Dessa forma, segundo a fala de Taina, a *nossa forma de fazer política* seria aquela que, a partir dos encontros cotidianos, fortaleceria as diversas subjetividades, mas que para isso seria necessária uma constante *formação* na qual a teoria feminista negra se faz central.

Além da centralidade da *interseccionalidade* e da gestão dos *afetos*, no trabalho de campo e nas entrevistas, pode-se observar um outro ponto de diferenciação relacionada à estratégia política que esses sujeitos acionam. As disputas institucionais realizadas são aquelas que interessam à melhoria da 'vida do estudante negro na universidade'. Assim, não há um completo rechaço à ocupação de espaços institucionais na universidade, pelo contrário, entra-se nas disputas para a ocupação de cadeiras em Conselhos, ou em espaços onde serão votadas questões relacionadas a alimentação, moradia, mobilidade e qualquer outro tipo de auxílio que sejam vistos como essencial para a vida de estudantes negros, que também muitas vezes são pobres, na universidade.

Como exemplo, durante as mobilizações pelas cotas, em 2017, o NCN, em conjunto com a Frente Pró-Cotas, compuseram uma *chapa* nomeada Bloco da Periferia para concorrer a duas vagas no Conselho Universitário. A decisão para a inscrição da *chapa* na eleição deveu-se ao fato de o espaço do Conselho ser o local em que seriam votadas as cotas para graduação e os estudantes então eleitos teriam direito a voto e voz. Desse modo, a disputa

política desses sujeitos na universidade se estabelece na estratégia de lutar pelas *necessidades dos estudantes negros*, como afirmou Teófilo e como iremos observar também nas movimentações no contexto da UERJ.

2.2 Lutando para permanecer: as mobilizações pré e pós Frente Negra/UERJ

2.2.1 *Aprendendo e tendo que lutar*: as primeiras organizações de estudantes negros pós-cotas na UERJ

Dada a dificuldade da etnografia na Frente Negra/UERJ, como apresentada no início do capítulo, percebi a ausência e importância da geração anterior ao grupo no processo de análise dos dados. Nesse sentido, chego à Ane, apresentada no primeiro capítulo, com o interesse de ter informações acerca dos processos de mobilização dos estudantes negros na UERJ antes da Frente. Fomos apresentadas por uma também mulher negra militante. Ao saber da pesquisa, Ane aceitou prontamente conversar comigo.

Ane afirma que no momento que entra na UERJ, em 2003, ainda não existia nenhum grupo de movimento negro, mas que no seu primeiro ano de cotas a presença de pessoas negras ou integrantes do movimento que lutaram pela aprovação das cotas, como Frei David, era comum:

> O Frei David sempre aparecia lá, chamando reunião com os cotistas e tal. Aí eu comecei a ir nas reuniões, comecei a descobrir o mundo, sabe? E eu sempre falo: em 6 meses de movimento negro eu descobri o que era positivismo, eugenismo, comecei a ter acesso a literatura, a deixar meu cabelo afro. Aí, Frei David levou a gente pra conhecer os primeiros cotistas dos Estados Unidos, a primeira turma que entrou na universidade[222][...].

Flavia Rios (2008) chama atenção que, desde o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a internacionalização era uma das faces do movimento negro. Para autora, a Educafro, organização citada por Ane, foi um importante articulador com órgãos internacionais, realizando até políticas de bolsas de estudos para estudantes negros no exterior (RIOS, 2008). Além desse aspecto mais geral de internacionalização do movimento negro, a UERJ, pela então recente aprovação das cotas, estava recebendo incentivos e atenção de setores internacionais. Ainda em 2001, com financiamento da Fundação Ford, foi criado o

[222] O relato de Ane vai ao encontro de um conjunto de textos que analisam as primeiras mobilizações de cotas no Brasil. Segundo Verena Alberti (2006), a questão das cotas se torna estratégia do movimento negro a partir de 2001, mesmo ano em que ocorre a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban**.** Nesse sentido, o processo de internacionalização foi utilizado como tática de mobilização e aprovação das cotas nesses primeiros anos da década de 2000.

Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCor), por exemplo. Segundo Renato Ferreira (2008), em documento para a UNESCO, entre 2001 e 2003 o PPCor criou o Projeto Espaços Afirmados (ESAF), "um Projeto específico para o fortalecimento do primeiro grupo de alunos que ingressava na UERJ pelo sistema de cotas" (p. 181). Segundo um dos interlocutores, o ESAF foi central para a articulação do que seria o *primeiro* grupo de estudantes negros da universidade, o Denegrir. Na continuação da narrativa de Ane, acerca desse momento inicial de entrada na universidade, ela diz:

> Em 2004, a gente ficava usando o espaço dos Espaços Afirmados, que era uma coisa da Fundação FORD, depois eles fecharam do nada. Quando eles fizeram a pesquisa que eles queriam, mandou os pretinhos militantes que trabalhavam lá embora. Aí a gente começou a fazer reunião e tal. Nesse momento acho que não tinha grupo de estudo ainda. Que era uma questão emergencial, sabe? Muitas pessoas que entraram por cotas, população negra pobre, que estão passando fome, sem condição, passando mal, abandonando o curso, caso de racismo. Aí a gente começou a se tornar ativista, né? Mas tudo no ensaio. Não foi uma coisa 'ah, as pessoas já chegaram formadas'. Não. Ai em 2004, o DCE há muito tempo não tinha chapa. A gente foi e fundou a chapa Avançar, só de negros[...]. A gente conseguiu cadeira no DCE e deram pra gente a cadeira que dá pro movimento negro. Discriminação e opressão [risos]. A gente ficou no DCE e no ano seguinte [2005] a gente fundou o coletivo Denegrir, porque denegrir carrega esse peso, esse estigma que é tornar mais negro, mas é no sentido pejorativo. Aí a gente fundou [...]. Os primeiros anos de cotas foi tiro porrada e bomba. Desprezo total pelo estudante negro e muitas denúncias de racismo[...]. Ter bolsa pra cotista até o final da graduação, foi uma luta nossa. Bandejão é uma luta maior de alguns estudantes. Mas o movimento negro estudantil forçou muito. Porque muitos benefícios que tem hoje das cotas não foi porque a UERJ foi bacana, foi porque a gente brigou muito. A gente fez muito ato. Tinha uma galera do sindicato negra. Que era negro, favorável às cotas. Aí, emprestava o microfone. A gente ia lá, fazia ato, organizava, montava faixa, denunciava. Então foi isso que fez com que, hoje em dia, você entra na UERJ, você tem bolsa de cotas." (Ane, entrevista em 04/10/19)

Assim como Carolina, Teófilo, Taina, Bruno e o conjunto de integrantes do NCN/UNICAMP apresentados acima, Ane marca como a mobilização para a permanência se apresenta inicialmente como algo central, por sua situação de classe[223]. Contudo, apesar das cotas raciais na UERJ serem atreladas à questão de renda e estudos no ensino público, logo no início foi criada uma chapa de estudantes negros, dada a compreensão da articulação entre classe e raça.

Paralelo a esse processo, Ane afirma que também foi *aprendendo e tendo que lutar*. Interessante ressaltar que, naquele momento, a forma de ação encontrada foi a de mobilização com estudantes negros, mas dentro de uma instância universitária – como o DCE. Entretanto, segundo sua fala, logo após foi criado um grupo de estudantes negros, o Denegrir, que, pelas informações obtidas na entrevista, não participou de mais nenhuma disputa eleitoral para

[223] Segundo as informações oferecidas por Ane (Anexo 2: Tabela Sócio Referenciada 1), a sua renda familiar antes de entrar na universidade estava na faixa de 2 a 4 salários mínimos, e sua mãe possuía o Ensino Fundamental incompleto, escolaridade mantida até hoje. Assim como nos casos de Jamile e Taina, a mãe de Ane trabalhou a vida toda como empregada doméstica.

instâncias universitárias. Contudo, assim como nas mobilizações do NCN/UNICAMP, a estratégia do coletivo foi a disputa de espaços institucionais que votariam pelas *necessidades dos estudantes negros*, ou seja, na votação pela criação do bandejão e das bolsas permanência. Além de Ane, outros interlocutores negros que se graduaram ou ainda estão na UERJ, atribuem as *conquistas* das *bolsas permanência* e *bandeijão* à mobilização dos militantes negros da universidade – estudantes e servidores.

Apesar de ter saído do Denegrir em 2007, Ane afirma que se manteve no grupo de estudos do coletivo até 2008. Quando pergunto sobre o grupo de estudos ela responde:

> A gente tinha muitas ações. Seminários, grupo de estudos só pra negros. Porque é um processo de fortalecimento. Porque a gente percebeu que a gente ficava discutindo assim, aí, vinham os brancos, 'ah, não acho necessário vocês discutirem isso'. Aí, vinham os negros marxistas, 'ah, eu não acho necessário discutir isso'. Porque hoje em dia todo mundo tá lendo Ângela Davis, mas naquele momento era o marxismo ortodoxo, que ficava um bando de preto falando que não tinha que discutir raça. Então, a gente foi fundar o grupo de estudos, fazia seminário, denunciava a questão do racismo[...]. E nesse momento também, é importante falar, não tinha essa circulação de autores do afrocentrismo. Até os autores do pan-africanismo, mais... que não tão vivos. Não tinha acesso. Até pra você ter um texto do Abdias era difícil, você tinha que ir no Ipeafro[224]. Então, tudo isso era muito custoso pra gente. "Ah, fulana de tal, lá na UNB, do Enegrecer tem um texto, "Escrevo o Que eu Quero", do Steve Biko. Aí, mandava naquela parada do Yahoo. A gente leu Lélia, Abdias, Steve Biko, Carlos Moore. Leu até alguns brancos." (Ane, entrevista em 04/10/19)

Assim como para o NCN/UNICAMP, a *formação* interna no Denegrir também surge como um marco importante do grupo e dos sujeitos que o compõe. Apesar dos nomes dos autores se repetirem, Ane traz dois termos ao se referir à linha teórico-política que o grupo se aproxima: *afrocentricidade* e *pan-africanismo*. Ao refletirmos acerca do processo de construção e realização do EECUN – no primeiro capítulo – percebemos também o surgimento destas categorias. Nesse sentido, acreditamos que para compreendermos e analisarmos a noção da *nossa forma de fazer política* deste coletivo e dos demais é necessário termos um panorama geral destas categorias que surgem em campo de diferentes modos, diferentes marcos temporais e por diversos atores.

Dito isso, durante o trabalho de campo, pude perceber que os grupos e pessoas que se auto classificam como *pan-africanistas* afirmam se tratar de uma ação que coloca a *África no centro*. Segundo Elisa Larkin Nascimento (1980), o movimento Pan-africanista surgiu no final do século XIX, nos Estados Unidos. Para a autora, "o pan-africanista foi a teoria e a prática da unidade essencial do mundo africano, reivindicando a unificação da África e

[224] O IPEAFRO foi um importante ator neste contexto, segundo Ane, o Instituto oferecia bolsas de iniciação científica para estudantes negros da UERJ. Segundo o seu site: "O Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros nasceu em 1981 quando Abdias Nascimento voltou ao Brasil. O foco das ações do IPEAFRO tem sido a inclusão das relações etnicorraciais, da história e da cultura de matriz africana no ensino brasileiro." Disponível em: https://ipeafro.org.br/ipeafro/historico/. Acesso em 26 fev. 2020.

aliança concreta e protagonista como uma diáspora" (p.73). O movimento foi constituído por uma gama de intelectuais negros, o que formou, até hoje, um extenso campo de estudos. Portanto, as noções de Pan-africanista em campo centram-se em dois autores: WEB Du Bois e Marcus Garvey. Elisalva Madruga (1998) aponta que, para Du Bois, "a afirmação de negro não passa pelo retorno ao continente Africano, mas pela integração da vida americana"(p.59). Em oposição, afirma Madruga (1998), Marcus Garvey fundou uma companhia de navegação para retornar os negros norte-americanos para o continente Africano. Nesse sentido, Garvey compunha um outro conjunto desse movimento que não acreditava que, na integração com os brancos, os negros conseguiriam algum tipo de emancipação e poder. Segundo Kabengele Munanga (2016), o pensamento pan-africano se espraia dos Estados Unidos para o Caribe (Haiti e Cuba), chegando à Europa nos anos 1930, através de estudantes das Antilhas francesas e da África colonizada, que ao chegarem na França "começam a perceber as flagrantes contradições entre política e assimilação" (p.114). Desse contato entre colonizados e colonizadores, surge a categoria "negritude", ainda em 1930, como filha do pan-africanismo:

> A negritude é um conceito de síntese. Mas, antes de tudo, ela é uma atitude total de resposta a uma situação. Aimé Césaire, com Léopold Sedar Senghor, Léon Damas e outros, cria o termo negritude e o define como 'consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação – assumir sua negritude, sua história e sua cultura' (MUNANGA, 2016:115)[225]

Ainda segundo Munanga, as ideias da negritude como reconhecimento de ser negro, aceitação de sua história e cultura, chegam ao Brasil pela liderança de Abdias Nascimento e pela fundação do Teatro Experimental do Negro, em 1944. Desse modo, a negritude como posição intelectual e o pan-africanismo como posição política estão presentes na constituição do movimento negro brasileiro, desde suas primeiras formações. Essa relação e os autores citados surgem, por exemplo, como referências centrais para Lélia González (1988) na constituição da categoria Amefricanidade. No texto "A categoria político-cultural de amefricanidade", a autora propõe que olhemos para a América Latina ou Améfrica Ladina como um continente constituído pela diáspora. Afirma a autora:

> Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica.

[225] Vale ressaltar, que a categoria "branquitude" é estabelecida posteriormente como conceito relacional à "negritude".

> Desnecessário dizer que a categoria Amefricanidade está intimamente relacionada aquelas de Panafricanismo, 'Négritude'(GONZALEZ, 1988:76).

Além dos dois termos já citados – pan-africanismo e negritude -, Lélia Gonzalez traz a importância da afrocentricidade na formação de seu pensamento. A questão da afrocentricidade foi muito desenvolvida no Brasil, principalmente por Abdias Nascimento e a produção da coleção Sankofa[226], que reúne escritos dele e de vários autores sobre o tema. Podemos observar que pan-africanista, negritude e afrocentricidade[227] são categorias teóricas importantes do campo dos estudos raciais no Brasil, no mundo e usados em campo como categorias definidoras das formas de reflexão e ação política nos coletivos. Como vimos no primeiro capítulo, a categoria afrocentricidade, além de influência central da Frente Negra/UERJ, surge como princípio do EECUN, e que em sua Carta de Princípios a define como:

> Afrocentricidade como método político: Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do EECUN. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada, tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais quais conferências e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica (EECUN,2016)

Com isso, a noção aparece para estabelecer os limites da relação com os brancos. Em outras palavras, assim como Garvey, seu autor de influência principal, os grupos que estabeleceram essa definição dizem não acreditar na integração racial como processo de emancipação do povo negro[228]. Portanto, *afrocentricidade e pan-africanismo* surgem em campo como categorias êmicas para marcar a diferenciação de estratégias políticas entre os coletivos negros, ou seja, de qual coletivo se integrariam mais com os brancos ou não. Durante a entrevista, Ane afirma que essa posição de distanciamento no diálogo com os

---

[226] A coleção foi inicialmente lançada na década de 1980 por Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, e contou com quatro volumes, com os títulos: A matriz africana no mundo; Cultura em movimento – matrizes africanas e ativismo no Brasil; Guerreiras da natureza – mulher negra, religiosidade e ambiente; Afrocentricidade – uma abordagem epistemológica inovadora. Os títulos foram reeditados em 2008, pelo selo negro, e podem ser facilmente acessados na internet.

[227] A complexidade e uso dessas categorias no campo de estudos das relações raciais no Brasil e no mundo vai muito além do que aqui apresentadas. Apesar de saber das críticas que tanto Lélia Gonzalez, como Abdias Nascimento desenvolvem acerca, por exemplo, de um certo essencialismo de determinados autores da "negritude", o que interessa aqui é apresentar que essas categorias utilizadas em campo circulam, principalmente, pelo uso destes autores. Para análises mais elaboradas dessas categorias ver: Davison Faustino (2015)

[228] Davison Faustino (2015), em leitura das obras de Mario Silva (2013), afirma que o autor apresenta que entre os anos 1920-1960 associações negras paulistanas já tinham contato com temas e debates que se remetiam ao pan-africanismo. Mario Silva (2013) nos apresenta que o contato e leitura de obras relacionadas ao tema do pan-africanismo, negritude e entre outros autores acionados pelos interlocutores, como Fanon, circulavam nas produções de intelectuais que circulavam organizações negras desde o início do século XX.

brancos foi tomada pelo Denegrir. Apesar de defender essa característica de distanciamento, ela critica que por seguir essa linha teórico-política o grupo acabou criando 'uma ideia limitada do que é ser negro' e ser pouco receptivo a debates sobre gênero e sexualidade.

Apesar do Denegrir estar ativo até hoje, grande parte dos interlocutores atribui a sua pouca mobilização e capacidade de diálogo atual com os estudantes negros ao fato de ser um coletivo que ainda se mantém *limitado* em suas noções do que é ser negro e não ter acompanhado a *pulverização* das pautas de identidades da última década. Entretanto, essas críticas, feitas também por Ane, não reduzem sua afirmação da importância do coletivo para sua *formação e acolhimento* durante, principalmente, seus primeiros anos na universidade.

Desse modo, ao final da entrevista, além de retomar essas questões, ela aponta enfaticamente para capacidade *adoecedora* que a universidade pode exercer nos estudantes negros, e avalia que para uma mudança real no ambiente universitário é necessário uma 'incorporação curricular de professores negros'. Nesse sentido, a reforma curricular surge como uma das principais lutas para permanência e diminuição do processo de adoecimento dos alunos negros, sendo muitas vezes citada como a *luta contra o epistemicídio*. Essa reflexão se expande para todos os coletivos que pude acompanhar em campo, e, não por coincidência, o primeiro processo de mobilização que gera a criação da Frente Negra/UERJ, em 2015, foi a de alunos negros das Ciências Sociais para debater a inclusão de uma disciplina sobre relações raciais no currículo do curso.

2.2.2 *Aqui é nós por nós!*: A formação da Frente Negra da UERJ

Nesta seção iremos trabalhar em torno dos processos de criação, organização e atuação da Frente Negra/UERJ. Para isso, manterei a linha descritiva do capítulo e, através de um conjunto de narrativas de integrantes da Frente Negra/UERJ, iremos percorrer o processo que gera a compreensão da noção da *nossa forma de fazer política* presente no coletivo.

Com uma diferença de 10 anos de ingresso na universidade com relação a Ane, Vinícius entrou na UERJ em 2012, e se apresenta como uma *bicha preta* moradora de Duque de Caxias[229]. Assim como todos os interlocutores desta tese, relatou inicialmente que, ainda na escola, a universidade se apresentava como um lugar muito distante ou nem mesmo como *possibilidade*. Filho de *família evangélica*, acreditava que a universidade poderia resolver suas 'questões com relação à sexualidade'. Assim como Ayie (RJ) e Bruno (SP) - já apresentados no capítulo anterior -, que também se identificam como *bichas pretas*, para

[229] Duque de Caxias é um município da região metropolitana do Rio de Janeiro e, dados seus índices de violência e acesso restrito a serviços públicos, é compreendido como um lugar "periférico" do estado.

Vinícius, a universidade foi o espaço de *entender sua sexualidade*, mas não sem *efeitos*. Ele diz:

> Porque eu não fazia muita ideia do que era graduação. Fazia ideia, mas meu corpo não fazia ideia, minha trajetória não fazia ideia. E todo o fluxo de leituras, todas as coisas que eu ouvi em sala de aula, muitas frases racistas, como 'estudantes cotistas deveriam fazer exercícios a mais pra poder alcançar a defasagem deles do Ensino Médio', eu não tinha condição de entender até onde é que essas coisas influenciavam a minha formação, a minha graduação, meu interesse em estar dentro daquela sala de aula. E tinha efeito, tinha os efeitos da minha passagem, desse processo de trânsito entre a igreja, a minha sexualidade e a universidade[...]. Eu estava numa igreja, minha família era da igreja, tinha muita coisa que me ligava naquele lugar, pra além das minhas questões com a sexualidade. E aí, a UERJ veio me ajudando nisso, porque eu comecei a ler, comecei a pesquisar. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

Assim como Ayie – que também integra a Frente Negra/UERJ -, Vinicius afirma que logo no início do curso, por meio de diálogo com outros colegas, passou a ter contato com textos sobre sexualidade e também a entrar em grupos do Facebook com a temática LGBT. Ele conta que foi a partir desses grupos online que teve contato pela primeira vez com autores sobre o tema e com uma *diversidade de identidades*. Em sua percepção, 2013 foi um ano de *explosão* de vários grupos de internet centrados em discussões sobre gênero e sexualidade, e esse foi precisamente o ano em que passou a integrar o coletivo de diversidade sexual da UERJ, chamado Colorir[230]. Relata que, logo depois, foi criado um *setorial de negros* dentro do Colorir, no qual passaram a discutir 'o que era ser uma pessoa negra' em conjunto com as diversas *identidades possíveis* que estavam surgindo em coletivo e nos grupos online:

> Na época, tinha um amigo meu que estava louco no PSOL com esse negócio de setorial de pretos. E aí ele falou: 'vamos fazer o setorial de pretos no Colorir'. Com isso a gente resolveu fazer o setorial de pretos no Colorir. Estava o Aiye, estava a Grazi, esse menino, mais uma galera que surgiu na época. E começamos, ali, a pensar em questões do que era ser pessoas negras e ser transexuais, ser homossexual e ser bi, e tal. E ser não binário, que também era uma coisa que a gente pensa: 'e aí, vamos entender isso'. Foi em um momento que esse debate chegou pra gente. E muitas pessoas estavam descobrindo se aquilo era o que compreendia elas. Hoje eu conheço várias pessoas que se compreendem como não binárias e precisaram passar por tudo isso pra entender. E eu também estava louco, que nem arco-íris, pirada. Piradona. Refletindo sobre o que era ser gay, sobre o que era ser preto. E muita coisa na internet (Vinícius, entrevista em 12/12/18).

A fala de Vinícius recupera o que alguns trabalhos sobre movimento sociais, principalmente de jovens, têm focalizado quanto à importância das "redes sociais" no processo de articulação, debate e publicização das ações políticas recentes, para além da universidade e dos espaços off-line de encontro de grupos e coletivos (BULGARELLI, 2017; CARMO, 2018; RIOS; MACIEL, 2018). Dessa forma, a internet, como mostram também Thiago Falcão (2017) e Regina Facchini (2018), tem um papel de destaque fundamental na proliferação, organização e articulação de debates dos diferentes atores aqui acionados, e tem

[230] Segundo a página do grupo no Facebook: "Pretendemos fomentar a interação dos LGBT+ da Uerj entre si e a inclusão dos mesmos nos debates, sejam internos ou externos à Universidade.". Disponível em: https://www.facebook.com/pg/LgbtUerj/about/?ref=page_internal. Acesso em 27 nov. 2019.

produzido mudanças na circulação de referências para a produção de enquadramentos políticos. Além disso, Facchini et. al (2020) relaciona a apropriação dos discursos teóricos na internet como base possível para a ampliação da utilização política da categoria *interseccionalidade*.

Grazielle, citada por Vinícius e apresentada no capítulo anterior, também era integrante da Frente Negra e do Colorir. Ela relata, em entrevista, que no momento em que entrou no Colorir, o coletivo estava sendo *revitalizado*, pois havia ficado inativo por algum tempo. Contudo, durante esse processo, ela, em conjunto com um grupo de 'mais ou menos oito pessoas', passou a perceber que questões relacionadas à raça *não estavam sendo tratadas*, e decidiram criar o *setorial de negros* no coletivo.

> No começo, a gente teve uma atuação no coletivo como um todo. Só que depois, muito por conta dessa necessidade de discutir a - não chamo de questão racial - mas a raça como um todo[231][...]. Mas muito da necessidade que a gente tinha também de até mesmo estudar e conhecer mais a respeito de tudo. Criamos um setorial e a gente se reunia quase que semanalmente enquanto setorial. Nós éramos ao mesmo tempo um grupo de amigos que também éramos próximos, mas muitos nos conhecíamos a partir do próprio Colorir. E era mais ou menos assim: a gente se encontrava, a gente discutia alguns textos, mas pra além dessa atuação política, de sentar, discutir texto e pensar o funcionamento do coletivo, a gente também tinha essa interação mais íntima, encontro de amigos. A gente estava sempre no bandejão, no bar, em outros espaços. Acho que é mais ou menos isso. Também não durou muito tempo nossa atuação. Acho que dentro do Colorir, enquanto setorial, não duramos nem 4 meses[...]. Mas o diálogo como um todo, ele era mais rachado. Não era muito efetivo[...]. Entre os pretinhos acho que eram mais harmoniosas, como tinha uma coisa em comum, que era a negritude, rolava mais. E pra além disso, existia uma relação mais íntima e de amizade. Mas do lado de cá, digamos assim, tinha mais tensão, batia mais de frente. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

Paralela a essa movimentação, Ayie, que compunha o setorial de negros do Colorir, relata que foi criada uma Frente Negra nas Ciências Sociais com o objetivo de debater e pressionar o corpo docente para discussões acerca do currículo acadêmico. Após uma sequência de *casos de racismo e professor sendo racista*, segundo Ayie, um grupo de alunos do curso de Ciências Sociais se organizou para pressionar e exigir a criação de uma disciplina sobre questões raciais no currículo do curso, com a justificativa de aplicação da Lei 10.639. Nesse sentido, as falas de Ayie se aproximam das afirmações de Ane acerca da importância de uma mudança curricular que incorporasse autores negros nas disciplinas básicas e também o debate exclusivo das relações raciais no Brasil. Aqui, a estratégia de disputa do currículo também é vista como uma *necessidade dos estudantes negros*. Contudo, o que era uma mobilização para a criação de uma disciplina se limitou, segundo ele, a contra-proposta de um

[231] A noção de raça como um todo surge em outras falas de campo e se relaciona com a ideia de refletir sobre as 'diversas identidades dos sujeitos além da racial', ou seja, de discutir sobre como os diversos marcadores sociais em conjunto com a *negritude* operam na vida social dos sujeitos.

seminário, sob a justificativa de 'não ter professores capacitados na área de relações raciais no quadro de docentes'.

Além das questões apresentadas por Ayie e Grazielle, Suzan Stanley, também integrante da Frente Negra e graduanda em Ciências Sociais no momento da entrevista, afirma que a Frente Negra surgiu de *fato* com a 'ocupação da UERJ, em 2015, por um medo de perder os auxílios universitários' e por um sentimento de não representação na *galera de esquerda*. Ela afirma:

> Outras pessoas vão ter outra ideia sobre o surgimento, mas essa é minha ideia mesmo. Que a Frente surgiu na ocupação de 2015. As demandas da universidade começaram a ficar muito latentes para gente. Naquele momento ficou muito claro que poderíamos perder o mínimo que tínhamos conseguido. Bilhete universitário, bolsa, até as próprias cotas mesmo. Rolou a ocupação. Aí começamos a observar o movimento social dessa galera mais profissional. Dessa galera de esquerda. E aí a gente começou a não se ver ali. A gente queria fazer parte da ocupação, das futuras mudanças, mas a gente não se via naquele grupo. Psol, PSTU, PT. A gente tinha consciência de que não fazíamos parte daquele grupo. A gente se reuniu, uma galera e um pessoal do direito também, porque logo no inicio ficamos preocupados com a nossa integridade física mesmo. Aí a gente começou a pensar formas de estar e pautar o que achávamos necessário, pela nossa perspectiva. Somos pessoas negras e é isso. (Suzan, entrevista em 12/12/18)[232]

As narrativas sobre o momento de surgimento da Frente variam, entretanto, se encontram na afirmação do fortalecimento do grupo como um meio de 'lutar pelas garantias de permanência dos estudantes negros'. Grazielle confirma alguns apontamentos de Suzan, mas relembra um momento anterior da *ocupação* e o processo inicial de formação da Frente Negra e suas primeiras ações e mobilizações durante a ocupação da universidade, em 2015. Ela diz:

> Quando fundamos a Frente negra, em parte, a maioria dos fundadores eram do setorial [de negros do Colorir], e a outra parte maior era do coletivo negro do direito, que é o coletivo que eu também fundei e construo até hoje, que é o Patrice Lumumba[233]. Outras galeras que estavam independentes, outras pessoas, começaram a colar, e aí a gente fundou a Frente. Na época, inclusive, a gente deu o nome de Quilombo Lélia Gonzalez, pra fazer essa referência que pra gente era importante resgatar. E muito dessa influência de ter pessoas LGBT no meio também. Queríamos discutir, não só através de ações, mas discutir projetos e modelos sociais mesmo que marcassem nossas especificidades [...]. Até que veio a ocupação. Aí, na ocupação foi quando a Frente verdadeiramente existiu. Ela começou de fato a ter atuações dentro da universidade, voltada para aquilo que se propunha, mas eram ações muito emergenciais [...]. Aí, durante a ocupação, que durou quase dois meses, a gente reuniu quase todos os dias porque tinham pessoas que estavam dormindo na universidade. Foi quando a Frente, de fato, se colocou em outros espaços também enquanto Frente Negra. E aí a gente participou das assembleias, a gente participou dos eventos culturais dentro da própria ocupação. A gente participou dos espaços de discussão, até mesmo junto com a reitoria e junto com a secretaria que era responsável pelo pagamento na época. Só que foi um processo muito turbulento. A bomba estourava e a gente na intuição ia resolver, não tinha um debate político e nem estrutural de como a Frente deveria funcionar. Ela foi funcionando conforme foi dando. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

---

[232] Para mais informações acerca do processo que gerou e as mobilizações durante o que foi considerada a maior "crise da UERJ", ver: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso. Acesso em 28 nov. 2019.

[233] Patrice Lumumba foi um importante líder político na luta pela independência do congo.

Ao observarmos a página do Facebook da Frente Negra podemos perceber o que seriam essas *respostas emergenciais* colocadas por Grazille. A segunda postagem da página, seguida da Carta de Apresentação é uma *nota* denunciando uma *pichação* com o escrito 'tem que estuprar as branquelas como outrora estupraram nossas mães e irmãs' e assinada por *O Guetto*. A *nota* afirma que a *pichação* teve como intuito criminalizar o movimento negro:

> [...]Queremos escurecer aqui, que nunca defenderemos o que foi escrito no quadro, portanto, nosso objetivo não é comprovar nossa inocência e nem culpabilizar alguém, mas deixar bem escuro que queremos cada vez mais nos afastar de toda e qualquer tipo de doença e prática de violência que a branquitude enraizou em nosso povo."[234]

Dessa maneira, observamos que o modo de reação que a Frente Negra toma naquele momento são respostas em conjunto onde a denúncia do racismo e a noção do *povo preto* como uma unidade em oposição aos *brancos* ou a *branquitude* surge como estratégia de ação. Outra categoria que é retomada e continua em todas as postagens do grupo é *escurecimento*. Assim, os usos e mudanças de termos comumente usados nos espaços do movimento social como "esclarecimento" toma também um sentido racial e é substituída por *escurecimento*, no sentido de que escuro é positivo, resignificando os termos.

Na sequência dos acontecimentos protagonizados pela Frente Negra e tidos como chave pelos interlocutores, a atenção para o conflito com o movimento estudantil entra em cena novamente. A *treta* nomeada por eles teve como fundo a votação para a representação no Conselho Universitário, que acabou com a impugnação do processo pela ausência da *chapa* formada pela Frente Negra na cédula de votação. Todos os interlocutores relataram essa *treta* durante suas entrevistas. Trago o trecho de Grazielle que descreve com detalhes o processo e mobilização posterior. Ela diz:

> Na ocupação a gente tinha tirado que era importante a gente ter uma participação dentro dos conselhos, porque é um espaço de decisão, e que ficar só se aglutinando com o gueto que está contra todo mundo, não ia ser eficaz. E aí a gente ia compor uma chapa, os outros segmentos ofereceram a proposta de cederem uma ou duas cadeiras pra gente. Mas a gente achou que daria pra ganhar pelo menos pra representação discente, na eleição do DCE. Porque elas acontecem no mesmo tempo, mas são coisas separadas. E aí a gente formou a chapa que era Nós por Nós[...]. Formamos a chapa, concorremos, só que no decorrer da eleição acabou tendo um problema na cédula, em que não saiu nos dois primeiros dias a opção pra votar na nossa chapa. Aí foi uma treta do caralho: roubaram as urnas, implodiram a eleição. Nisso a gente convocou os outros movimentos do Rio. Aí a Frente mesmo também começou a se comportar de forma coletiva. A gente chegou à conclusão de que sozinho a gente não ia conseguir implodir. Uma galera da Rural veio, uma galera que a gente conheceu no EECUN[...]. Enfim, teve essa treta da Frente, a gente chamou os outros movimentos pra poder ajudar, publicizamos tudo que estava acontecendo e, finalmente, a gente conseguiu sentar com os outros segmentos e decidir como se daria essa eleição. Acabou que nada foi resolvido, nós ficamos quase dois anos, até agora, nas últimas eleições que nós tivemos, que foi já esse ano, sem representação discente[...]. Foi um baque politicamente pra Frente. Porque isso desarticulou completamente.

[234] Disponível em: https://www.facebook.com/frentenegrauerj/. Acesso em 26 fev. 2020.

> Também foi uma época muito ruim na UERJ, uma época que a gente estava sem bandejão, a UERJ estava passando por toda aquela crise. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

Assim como afirmado por Grazielle, esse processo gerou inicialmente uma articulação entre os diversos coletivos negros das universidades do Rio de Janeiro. Contudo, tanto pela finalização do ano letivo e dos consequentes cortes no orçamento da UERJ logo no início de 2017, a Frente Negra não conseguiu continuar articulada, o que pôde ser observado também na sua página do Facebook quando a frequência de publicações e chamadas para reuniões e atividades diminuiu consideravelmente.

O processo descrito pelos interlocutores sobre a aproximação com diversos atores e as estratégias acionadas se aproxima dos relatos feitos pelos integrantes do NCN/UNICAMP. Assim como o Núcleo, os integrantes da Frente passam a ter que dialogar com o movimento estudantil, ou seja, participando de assembleias e espaços de deliberação universitária com objetivo de defenderem as políticas de permanência universitária que estavam sendo cortadas naquele momento. Nessa aproximação, também como descrito por integrante do NCN/UNICAMP, se fortalece uma identidade estratégica, na qual estão postas em campo de disputa a Frente, que representa os interesses dos estudantes negros (ou o *povo preto*, como dito – vistos como os mais atingidos pelos cortes) e, em oposição constitutiva, o movimento estudantil, visto como *profissionais* e *reprodutores da branquitude*. Desse modo, o apontamento da *branquitude* surge novamente como estratégia de ação para marcar uma diferença na forma de fazer política e na construção do "nós" e "eles". Posteriormente, novamente como no Núcleo da UNICAMP, a Frente decide concorrer às eleições de espaços de deliberação universitária, mas com um resultado negativo, não conseguiu sequer participar da disputa. Pela dificuldade dos integrantes em se deslocarem para a universidade – dados os cortes de auxílio – o coletivo não conseguiu *se recuperar* e diminuiu consideravelmente suas ações.

Aqui podemos observar, mais uma vez, como as estratégias de disputa pelas instâncias universitárias se diferenciam daquelas identificadas como sendo do movimento estudantil. Assim como o NCN/UNICAMP, a Frente decide concorrer a vagas no Conselho Universitário, e não no DCE, visto que seria no Conselho onde se votaria acerca da permanência estudantil, que estava sofrendo recorrentes cortes na época. Contudo, por uma *treta,* onde o nome da *chapa* da Frente é retirada da cédula de votação, o coletivo não consegue concorrer. Este caso foi visto como uma *reprodução do racismo da esquerda* – ou do movimento estudantil, como vimos acima. Entretanto, os interlocutores relatam que, pela dimensão da crise da UERJ – que no início de 2017 suspendeu o ano letivo, além dos

funcionários terceirizados, os técnicos, professores da universidade ficaram sem receber seus salários e os estudantes suas bolsas por meses[235] - não foi possível manter nenhum tipo de articulação, pois os estudantes não tinham o *dinheiro da passagem.* Assim, a desarticulação da Frente, resultado da falta de pagamento do auxílio aos estudantes, reforça a leitura estratégica dos mesmos acerca das disputas institucionais objetivadas nas *necessidades dos estudantes negros*, pois só assim seria possível realizar algum tipo de organização e mobilização política.

Apesar dessas disputas colocadas, Ayie conta que, durante a ocupação, foram organizados diversos debates sobre diversos temas que perpassavam o tema racial. Ele, junto com Vinícius, organizou rodas de conversas sobre a pauta LGBT. Em uma delas, o convidado foi um ativista, que na época mantinha um Tumblr nomeado "Bixa nagô"[236], que posteriormente também foi convidado para uma mesa no EECUN e é citado por Ayie como uma referência importante da internet por trazer a ideia de ser *bicha preta*, fazendo-o 'entender melhor sua própria identidade'.

Além das mesas e rodas de conversa, Vinícius afirma que a Frente Negra realizava *formações* e leitura de textos. A partir das falas de Vinícius e outros interlocutores acerca das *formações*, podemos perceber que os textos escolhidos estavam voltados para reflexões acerca do processo de *o que é ser negro*. Contudo, os caminhos teóricos-políticos de cada grupo são diversos, por exemplo, por uma relação com figuras que se identificavam com o *pan-africanismo*, na UERJ, e outros coletivos negros do Rio de Janeiro com os quais a Frente Negra dialogava. Foi nessa linha que parte de suas formações tiveram foco e alguns integrantes passaram a integrar o grupo Afrocentricidade. Vinícius fala um pouco do início desse processo:

> A gente montou um grupo de estudos da Frente Negra. A gente fez um grupo pra poder discutir mestiçagem, discutir essa coisa de ser preto, ser branco, até onde vai violência da eugenia do Brasil. E o discurso de democracia racial[...]. A gente chegou naquela questão de 'Será que os brasileiros, somos africanos em diáspora, somos esses africanos que saíram de lá e estão tentando voltar suas mentes pra esse lugar?'. Nós somos um afro-brasileiro, que é a junção disso com toda a peculiaridade daqui e não sei o que, não sei o que? A gente resolveu romper. Começamos a chamar as pessoas brancas de brasileira. E virou uma grande

[235] A crise da UERJ que se iniciou em 2015 e teve seu augem em 2017, foi um reflexo do que se acredita ser uma política de estado onde se desestrutura as instituições de ensino para sua possível privatização. Além disso, a crise da UERJ foi vista, por parte dos interlocutores, como um aspecto do racismo, pela universidade ser a mais "diversa" do estado e a primeira a ter aprovado cotas. Para mais informações, ver: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso e https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/. Acesso em 26 fev. 2020.

[236] Tumblr é um site em formato de blog que foi muito utilizado no início da década de 2010. O Tumblr "bixa nagô" foi criado por Ezio Rosa, que se propunha discutir sobre a "afrohomossexualidade". Ele hoje também é um dos organizadores da festa Batekoo em São Paulo. Disponível em: https://bixanago.tumblr.com/. Acesso em 28 nov. 2019.

> brincadeira nossa, de dizer que nós éramos os africanos em diáspora e os brasileiros eram os outros que construíram o Brasil, a violência do Brasil. Atribuímos o Brasil às relações violentas das suas próprias construção enquanto Estado. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

Essa relação e uso com as categorias de identificação relatados por Vinícius foram observadas por mim em algumas situações de campo. Em julho de 2016, a Frente organizou um ato público convocado para a porta da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em defesa da continuidade das bolsas de permanências na UERJ. Por estar no Rio de Janeiro na data, fui ao ato, que teve uma média 150 pessoas e um contingenciamento policial considerado, por mim e pelos participantes, muito acima do esperado para aquela quantidade de integrantes. Ao chegar ao ato, revi alguns alunos negros das Ciências Sociais da UERJ que não via há mais de um ano e que não sabia serem integrantes da Frente. Inicialmente, percebi a diferença nas roupas e nos cabelos e das referências do continente africano nas joias. Além disso os termos *irmão* para se referir a uma pessoa negra e *brancão* para pessoas brancas tinham sido incorporados por todos que conversei e pude ouvir. O ato foi formado quase em sua totalidade por alunos negros, e a sensação, ali, era de que a luta da permanência estudantil era dos alunos negros.

Ainda durante o ato, encontrei com duas amigas que tinham recentemente se formado em direito, na UERJ, e acompanhado a criação do Patrice Lumumba - coletivo dos estudantes negros do curso de Direito. Durante a fala de um militante no ato, uma delas se virou e falou: 'esse aí, agora cheio de dread, era do PSOL, e do nada ficou com esse discurso dos africanos de verdade'. Uma outra continuou dizendo: 'essa galera está ficando maluca. Eu demorei um tempão para entender que era sapatão e me afirmar assim e esse pessoal vem dizendo que eu não posso ser sapatão porque em África não tem isso'. Em seguida me perguntaram: 'Em São Paulo está assim também? Porque aqui tá foda!'. Até aquele momento, eu não tinha acompanhado nada parecido em São Paulo, mas alguns meses depois, a convite de Bruno (SP), o acompanhei a um lançamento de livro onde essas categorias retornaram à cena.

Logo na primeira reunião em que participei no NCN/UNICAMP, Bruno aproveitou para convidar a todos para o lançamento do livro da Assata Shakur[237], em São Paulo. Apesar de não saber nada sobre a autora, decidi ir por achar que seria um evento importante já que ainda estava nos momentos iniciais da pesquisa. Chegando em São Paulo, descobri que o livro havia sido traduzido e estava sendo lançado pela campanha Reaja ou será morta! Reaja ou será morto!. Ao chegar, percebi que o evento só tinha pessoas negras e passei a ficar nervosa, pois tinha convidado uma amiga branca para me acompanhar. Fiquei aliviada quando descobri

[237] Assata Shakur foi uma integrante do Partido dos Panteras Negras condenada por assassinato, em 1977. Hoje ela é a única mulher caçada pelo FBI como terrorista e importante referência feminista do pan-africanismo.

que ela não iria e minha preocupação passou a ser exclusivamente se eu seria identificada naquele espaço como uma mulher negra. Penso isso pois, apesar de não ter muita aproximação com o movimento negro naquele momento, já tinha ouvido relatos de amigos negros de pele mais clara sendo hostilizados e acusados de não serem negros em espaços pan-africanistas. Bruno havia me informado que a Campanha Reaja era *pan-africanista* e tinha uma ação ligada ao grupo Afrocentricidade - termo com o qual tive contato somente depois, mas que explica bem como é vista a forma de organização da campanha. Eu sabia também um pouco mais sobre eles, pois naquele momento já tinha ocorrido o EECUN, que a todo momento, nas falas dos meus interlocutores era relacionado à Campanha e a linha *pan-africanista*.

Além do lançamento do livro, o evento também estava sendo convocado como uma reunião regional dos Coletivos Pan-Africanistas de São Paulo. Bruno diz que por seguirem essa vertente teórico-política esse grupo teria na Campanha do Reaja uma referência. O evento organizado na Galeria Olido – num grande teatro no centro de São Paulo – passou a ser tomado por pessoas negras. No palco, montaram uma grande mesa e cadeiras para o debate, com duas *bandeiras pan-africanistas* e, no fundo, um grande telão com imagens de referências do movimento negro. Antes de compor a mesa, um organizador convidou a todos para se levantarem pois iriam *tocar o hino de África*. Além do espanto de nunca tê-lo ouvido, me espantei também ao perceber que muitas pessoas na plateia sabiam cantar o *hino*. Após esse momento, algumas pessoas foram convidadas a compor a mesa, dentre elas: Gilza Marque, que traduziu o livro e é dona do blog Mulherista Africana[238] junto com outras mulheres negras, dentre elas a irmã de Luana Barbosa[239]. Cada momento de fala era marcado por agradecimentos à presença de Hamilton Borges, um dos fundadores da Campanha Reaja, que mora em Salvador mas estava presente no evento.

A primeira fala foi de uma jovem que se apresentou como sendo da Zona Sul de São Paulo e como *representante do novo*. Na fala, ela cita Malcom X[240] e os Panteras Negras, afirmando como deveríamos saber mais sobre 'a história da luta dos negros para não acharmos que existe apenas uma forma'. A segunda fala vem de Gilza, que começa com uma

[238] Tratarei dessa teoria um pouco mais adiante nesta seção.
[239] Luana Barbosa foi uma mulher negra lésbica assassinada por dois policiais, em São Paulo, no momento que estava indo buscar seu filho na escola. O caso de Luana tomou grande repercussão na mídia e no interior do movimento negro e de lésbicas em razão da declaração posterior dos policiais, que afirmaram que a "confundiram com um homem".
[240] Malcon X é uma das principais referências do movimento Panteras Negras e também uma importante figura em campo para os que se identificam com a linha política do pan-africanismo.

saudação: *Salve, salve, filhos de África*. Ela inicia saudando Hamilton pela presença e por ter escrito o prefácio do livro. Continua sua fala marcando que segue a linha do *pan-africanismo garveynista* afirmando que tal movimento 'propiciou essa reconexão com o passado e com a história do povo preto e também a história da escravidão'. Tanto sua fala quanto a da outra jovem que abriu a mesa remetiam à importância de uma 'reconexão com África'. Essa reconexão era colocada a todo tempo como a grande diferença entre os grupos que seguem essa linha teórico-política com relação a outros, com esses outros muitas vezes sendo compreendidos como grupos *embranquecidos*. Apesar de ter me convidado para o evento, Bruno afirmava discordar da linha política da Campanha. Porém, assim como outros jovens com quem convivi durante a pesquisa, ele considerava de extrema importância a atuação e as mobilizações dos grupos que seguiam essa linha.

Trago esses relatos de campo com o intuito de indicar como, independente da aproximação do coletivo ou do indivíduo com determinada teoria-política, as categorias circulam em campo e fazem surgir também, nesse espaço, diversas categorias de identificação e, paralelamente, conflitos. Grazielle, ao falar da composição da Frente Negra, ressalta a presença do *pessoal pan-africana* e *de partido*. Ao lhe perguntar quais eram os partidos, ela cita PT e PSOL, mas enfatiza o PT por eles estarem no DCE na época. Ao lhe perguntar sobre o grupo Afrocentricidade, ela faz críticas, mas diz que Ayie poderia me informar melhor uma vez que 'ele foi bastante próximo do Afrocentricidade e ele saiu justamente por esse racha relacionado à questão LGBT'.

Durante a entrevista com Ayie, a sua participação no Afrocentricidade foi narrada em diversos momentos. Assim como outros termos que surgem em campo, afrocentricidade é uma linha teórico-política ampla e complexa que não poderia ser limitada a explicações simples e objetivas. Como já foi apresentado neste capítulo um panorama deste conceito, trago o relato de Ayie para compreendermos o Afrocentricidade como grupo político. Além disso, viso compreender como essa linha teórico-política é vista por parte do campo e influencia, consequentemente, na construção do fazer política, não só da Frente Negra, mas de todos os coletivos presentes na tese e no campo da universidade como um todo, de certa forma. Ele relata:

> E agora, quase no final da minha graduação, eu entrei pra o Afrocentricidade internacional. Meio que por convite, pra discutir essa questão de sexualidade e tal. Então, quando eu peguei a afrocentricidade pra ler, nas primeiras páginas já é super homofóbico[...]. [O Afrocentricidade] é um grupo internacional, transnacional né? Eles defendem que são africanos em diáspora. É de onde vem todo esse debate racial mais extremo, menos interseccional. De raça primeiro, entendeu? [...]. Eles estão em todos os lugares. Tem um debate sobre alimentação, tem um

> debate sobre gênero, que é a oposição às feministas, as mulheristas africanas. Só que é um role que eu percebi, pra mim, sendo uma bicha preta, com deficiência física, que passou pela igreja. É uma questão muito moral. Muito problemático pra mim. A África tem muitas coisas positivas, mas você pegar África com um olhar acrítico também, e querer colocar tradição que a gente nem sabe real se é tradição, mas o que se coloca como tradição e querer impor isso na vida das pessoas. Aí eu fui convidado a me retirar do grupo. Fui convidado a me retirar por ser homossexual, por estar questionando uma questão homofóbica dentro do livro[241]. E foi isso. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

Desse modo, assim como relata que ter saído do Colorir pela 'ausência do debate racial', Ayie afirma que sua saída do Afrocentricidade foi pela 'ausência do debate da sexualidade, e também da sua deficiência'. Ou seja, de uma reflexão acerca de um todo completo de sua subjetividade. Na sequência da narrativa, afirma que não se deve descartar completamente esta perspectiva, pois ela dá sentido para a vida de muitas pessoas. Contudo, faz uma forte crítica aos usos que a teoria afrocêntrica faz de feministas negras, por exemplo. Ele afirma que o principal embate desta teoria é com a teoria interseccional, o que para ele não é nada produtivo. Ele diz:

> É disputa mesmo de narrativa[...]. Não dá pra pegar esse debate mais africano e dizer que ele não tem sentido ou botar ele numa caixinha de que é reacionário e ponto. Ele dá sentido a uma série de vidas e trajetórias[...]. Só que eu acho também que não dá pra você virar e falar que feministas pretas da década de 60, por exemplo, são descartáveis e superadas. Eu não acho que a gente, enquanto pessoas pretas, vai estar construindo uma sociedade boa pra gente nesse lugar de uma dicotomia entre nós tão profunda. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

A fala de Ayie nos apresenta uma outra disputa que surge em campo, quanto ao debate entre ser *feminista negra* e ser *mulherista* - esta última vista como seguindo a linha teórico-política da afrocentricidade. Nesse ponto, considero importante pontuar brevemente essa perspectiva política, pois, além de influenciar diretamente as ações dos coletivos, ela nos ajuda a compreender um pouco mais o campo de estudos do feminismo negro.

O mulherismo foi um termo utilizado pela primeira vez por Alice Walker em seu livro "In Search of Our Mothers' Garden" (1982), com objetivo de incorporar mulheres negras que não se encontravam representadas pela categoria "feminismo". Segundo o blog Pensamento Mulherista, escrito por Gilza Marques – a mesma que traduziu o livro de Assata Shakur -, além do *mulherismo*, surge outra categoria chamada *mulherismo africana*. Segundo ela:

> "Mulherismo e mulherismo africana não são sinônimos. "Mulherismo" é uma criação da Alice Walker que não rompe com a ótica ocidental de análise das questões de gênero. Não parte da centralidade africana[...]. O mulherismo africana é uma teoria que visa a discussão de gênero

[241] O livro referenciado tem como título "Afrocentricidade", escrito por Molefi Kete Asante e publicado em 1980.

> numa perspectiva afrocêntrica. Assim, não é possível entender mulherismo africana sem conhecer a afrocentricidade. Toda mulherista africana é afrocentrada."[242]

Em síntese, a categoria é inicialmente criada para demarcar que *feminismo* não compreenderia a luta das mulheres negras e por isso as mesmas não poderiam se identificar por esse termo. Além disso, o *mulherismo* incorporaria mais os homens negros ao debate, o que é visto como oposto no movimento feminista[243]. Durante um evento de campo, essa oposição surgiu como uma aparente questão geracional. Em uma roda de conversa, num bar, onde se encontravam jovens mulheres negras e militantes negras mais velhas, as jovens começaram a discutir sobre essa oposição entre *mulheristas e feministas negras*. Depois de apenas ouvir os termos do conflito durante grande parte do tempo, uma das mulheres mais velhas interrompe o debate e fala: 'Na nossa época, ninguém era nada disso. Nós mulheres negras lutávamos em defesa das mulheres negras, não éramos nem feministas e nem mulheristas. Esse debate de classificação é uma coisa de vocês jovens e isso só serve para separar nós mesmas'[244]. As jovens reagiram afirmando com a cabeça e encerrando a discussão.[245]

Nesse sentido, podemos perceber que, no campo de atuação dos coletivos negros universitários, é acionada uma gama complexa de atores e de teorias que formam o que nomeio de *nossa forma de fazer política*. Além dos diversos atores, como movimento estudantil, academia, movimento feminista, movimento LGBT e de mobilização e movimentações realizadas pelos coletivos, são acionadas diversas teorias que estão em conflito também no interior do campo dos estudos e ações das relações raciais. Desse modo, podemos afirmar que o conjunto dos coletivos em sua diversidade transforma também propostas reflexivas e de atuação para dentro do movimento negro, dentro e fora da universidade. Além disso, fortalece campos de estudos que não são tão comuns no Brasil, exigindo uma reflexão mais aprimorada e complexa da produção intelectual[246].

Assim, as narrativas dos interlocutores da Frente Negra se encontram com aspectos apontados no coletivo negro da UNICAMP: num primeiro momento se relata a importância de considerar a diversidade dos atores do coletivo, seguido pelo fortalecimento de uma

---

[242] Disponível em: https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2016/03/24/10-topicos-sobre-mulherismo-africana-para-escurecer-o-pensamento/. Acesso em 28 nov. 2019.
[243] Para uma compreensão melhor do termo e suas diferenciações com "feminismo", ver: Collins (2017).
[244] Retirado do caderno de campo.
[245] Em trabalho com estudantes indígenas na universidade, Juliana Jodas (2019) aponta que essa negação da categoria feminista também ocorre por parte de mulheres indígenas. Para uma descrição mais atenta as relações do movimento de mulheres negras com o movimento feministas, ver: RIOS; MACIEL, 2017-8).
[246] Influência que perpassa toda a trajetória do movimento negro, como observados nos trabalhos de Mario Silva (2018) e já apresentado em nota anterior.

identidade do coletivo no encontro com a *branquitude* e, por fim, a importância da formação teórica-política e a diversidade destas teorias dentro desses espaços. Além desses pontos, algo que perpassa como central é a noção da construção de um *lugar confortável*. Nas narrativas dos interlocutores da Frente, o *afeto* toma o espaço que *confortável* tem para os integrantes do NCN/UNICAMP. Apesar de já ter indicado que essa noção será tratada com mais intensidade no próximo capítulo, creio que, para compreendermos a *nossa forma de fazer política* da Frente Negra, no cenário de extremos cortes e ausência de auxílios básicos, faz-se importante notar que o *afeto* entre os integrantes é elemento essencial para o decorrer do processo de atuação política e também para o momento posterior, onde a maioria deles mantém intensas relações de amizade, mesmo com a relativa desmobilização da Frente Negra. Trago abaixo um trecho da entrevista de Vinícius que sintetiza essa questão de uma *política com afeto*. Ele diz:

> Acho que a Frente Negra esteve nessa situação porque a gente estava ali vulnerável, sem grana e tal. Mas a gente também precisava fazer alguma coisa. Não dava pra gente ficar em casa esperando as coisas melhorarem, sem grana. Então, também tinha essa coisa do cuidado e da cura, que estava ali na luta e que também é a cura. Porque a quantidade de afeto que a gente acaba trocando por entender o tamanho do role também é uma coisa que é interessante quando a gente vai pensar pessoas pretas. Até por isso, de ser negado também o afeto. Mas era uma coisa do abraço, de troca e ajuda com a grana do bandejão, de passagem, que é uma coisa que acontece até hoje que a crise tá pesada. Um paga a passagem do outro, dá o dinheiro do bandejão, aí até cair a bolsa o outro paga, ou não precisa também, paga em outra situação. Tem essas coisas meio comunitárias entre os pretos pra poder a parada rolar. Porque também, se não rola isso, é muito mais complicado estar. Eu vi isso, e eu agradeço por ter tido pessoas que tiveram essa sensibilidade, sabe? Porque seria muito muito muito muito mais complicado. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

Contudo, a noção de *política com afeto* não surgiu apenas nas entrevistas e nos momentos de reuniões internas do coletivo. A noção de *afeto* era colocada muitas vezes como definidor da *nossa forma de fazer política* em falas públicas. Para compreendermos essa afirmação, trago um relato de campo que ocorreu durante o primeiro semestre de 2019 e reuniu novamente integrantes da Frente Negra, mas, principalmente, do Patrice Lumumba. O processo se inicia a partir de uma mobilização, convocada inicialmente por um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro em defesa das cotas raciais na UERJ. A mobilização foi devida a uma resposta ao Projeto de Lei (PL) protocolado na ALERJ por um deputado do partido do PSL, que defendia o fim das cotas raciais na UERJ.

Participei do que foi nomeado como a primeira reunião, e ali percebi que o tema já estava sendo debatido pelo movimento estudantil da UERJ - ainda que o mesmo, em sua última assembleia, tenha considerado que o *espaço legítimo* para se debater o tema seria a reunião convocada pela Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. A reunião, que encheu uma sala de aula da pós-graduação do direito da UERJ, contou com a participação de

integrantes do movimento estudantil da universidade, da Frente Negra, do Patrice Lumumba, (que era o coletivo com maior representação na reunião), servidores da UERJ, representantes de mandatos de deputadas negras eleitas pelo PSOL, em 2018, cursinhos populares, outros conjuntos de organizações negras ou não e pessoas independentes. Logo no início, a mobilização aderiu à estratégia da realização de uma Audiência Pública para debater sobre o PL com *toda comunidade da UERJ*.

A ALERJ, vista como um lugar ostensivo para pessoas negras, foi negada como local da Audiência e esta então foi realizada em Junho, na Capela Ecumênica da UERJ. O conjunto de organizações presentes na primeira reunião esteve também presente nas falas e na plateia da Audiência Pública que estava lotada. A mesa da Audiência, convocada e formada pelas três deputadas estaduais – negras eleitas em 2018 pelo PSOL –, foi dividida também com deputados do PSL: um que propôs o PL e seu aliado, que apareceram no início da audiência e sentaram à mesa. A Audiência foi marcada por um clima de tensão e enfrentamento, em que a figura do deputado que além de protocolar o Projeto de Lei para o fim das cotas raciais tinha ganhado visibilidade durante sua campanha eleitoral por ter quebrado uma placa com o nome de Marielle Franco estava ao lado de três deputadas que antes eram assessoras e amigas de Marielle.

Em todas as falas estava contida a denúncia da *falsa democracia racial*, do *racismo estrutural*, do *genocídio da população negra* e a apresentação de dados produzidos sobre *o benefício das cotas*. Além da defesa dessas pautas, tidas como diferenciadores em relação aos deputados do PSL, o *fazer a política com afeto* esteve presente também em grande parte das falas. 'Nós fazemos política com afeto e com cuidado' foi uma das frases ditas durante audiência pública por Dani Monteiro, uma das deputadas negras do PSOL. A *política com afeto* também surgiu nas falas de representantes do movimento estudantil e do coletivo negro Patrice Lumumba. Arrisco dizer que o *afeto* era defendido como a principal e mais forte diferenciação na dicotomia "nós" e "eles" ali presente. Isso nos mostra que o *afeto* surge em campo também nas falas públicas e não só no campo dos coletivos, sendo constantemente acionado nas falas de representações negras consideradas *institucionalizadas*. O *afeto* surge em campo não apenas como ato, mas também como estratégia política, que na fala pública se torna o principal marcador de diferença.

Podemos observar, portanto, durante os relatos etnográficos e as narrativas dos interlocutores da UNICAMP e da UERJ, pontos de aproximação nas estratégias políticas entre os coletivos, apesar da diferença temporal da implementação da política de cotas, das linhas teórico-políticas de cada grupo e do tempo de mobilização de estudantes negros em cada

universidade. Um outro ponto de conexão entre eles diz respeito à oposição estratégica ao que é lido como movimento estudantil ou movimento partidário, esta oposição marcada principalmente pela diferenciação em lutar pelas *necessidades dos estudantes negros*. Para abordar tal ponto, nas próximas seções que finaliza esse capítulo, irei apresentar algumas observações levantadas durante o trabalho de campo realizado com o KIU! (coletivo de diversidade sexual da UFBA), em conjunto com outros coletivos com os quais seus integrantes se relacionam. Através das narrativas, iremos percorrer como o KIU!, visto como *movimento estudantil* pelas suas relações partidárias, se constrói como um *movimento social* por 'defender estratégia de luta pela necessidades dos LGBTI'. Além disso, busco analisar como a *interseccionalidade* como enquadramento e a *política com afeto* ou mesmo a ideia do *lugar confortável*, como repertórios, se mantêm em um coletivo lido no campo político como *movimento estudantil* ou *movimento partidário.*

2.3 *O KIU! é um movimento social dentro da universidade*

2.3.1 O surgimento do KIU! e as movimentações pós-cotas na UFBA

Conheci o KIU! em minha primeira ida ao ENUDS, em 2012. Ainda na dissertação, por questões de aproximação pessoal, parte dos integrantes se tornaram meus interlocutores de pesquisa e continuaram acompanhando o trabalho após o início do doutorado. Logo que cheguei a Salvador, fui apresentada a figuras conhecidas como *fundadores* do KIU!, que se dispuseram a auxiliar a pesquisa. Ricardo Santana, um desses *fundadores*, respondeu a minha primeira pergunta sobre a formação do coletivo falando sobre sua entrada na Universidade Católica de Salvador, em 2002, num acionamento semelhante ao de Vinícius (RJ) e Ayie (RJ). O primeiro de sua geração familiar a ingressar e a terminar uma graduação[247], relata ser naquele lugar que passou a entender *de si* e da própria sexualidade. Assim como os outros, ele marca o momento de se *sentir só* assim que entra na universidade e caracteriza como *imã* o ato de conhecer e se aproximar de outros *viados* na universidade. Segundo ele, foi assim como *imã* que 'um grupo de viado e sapatão da Universidade Católica de Salvador, da UFBA e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) passaram a se reunir na biblioteca pública dos Barris, zona central da cidade'. E continua: 'A gente era viado e sapatão que sofria dentro da universidade, mas uns eram anarquistas, outros eram comunistas, socialista, outros nada,

[247] Segundo Ricardo a sua renda familiar, antes de entrar da universidade, estava na faixa de 2 a 4 salários mínimos, e hoje se encontra na faixa de 4 a 10 salários mínimos (anexo 1).

radical livre, gente que não tinha linha ideológica, epistemológica, mas que sofria as mesmas coisas'.[248]

Afirma que, logo no início, começaram a se reunir para ir ao II Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), que seria em Recife, na UFPE, em 2004. Durante este Encontro, descobriram a existência de coletivos de *diversidade sexual* em outras universidades e decidiram criar um grupo para 'debater sobre diversidade sexual e lutar contra a homofobia na universidade'. Assim surgiu o KIU!, em 2004. Ele diz:

> Aí nós pensamos: 'existe movimento GLBT[249] (como se dizia na época na Bahia), mas ele segue uma tradição vinculada ao HIV/AIDS'. Ele tem uma tradição ao bastião do GGB[250] e o projeto SOMOS[251], ele tem uma tradição que não é nem um pouco parecida com a nossa. Hoje não somos vítima da epidemia de HIV/AIDS, hoje nós somos vítima da homofobia, da expulsão de dentro de casa, do suicídio, da patologização[252]. E lá no ENUDS que essas ideias se fortaleceram. Quando voltamos do ENUDS começamos a articular as coisas e formamos o Kiu!, que é o coletivo universitário pela diversidade sexual. (Ricardo, entrevista em 21/04/18)

O contexto de criação do KIU! e do primeiro ENUDS do qual participa Ricardo é perpassado por intensas ações no movimento LGBT. Vale destacar novamente, que o ano de 2004 é considerado um grande marco para o movimento LGBT no Brasil, com o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia[253] pela SEDH, como descreve Aguião (2014). O Programa, conforme analisado por Fernandes (2011), é apresentado como fruto de um processo do movimento LGBT, mas, principalmente, da organização e deliberações ocorridas no Encontro da ABGLT do ano anterior, propondo a "abertura completa" de diálogo com o governo. Em outras palavras, o processo de diálogo com o governo e participação do movimento GLBT[254] na Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, a partir de 2003,

---

[248] Ricardo, entrevista em 21/04/18

[249] A sigla GLBT é usada como referência aos acontecimentos anteriores ao ano de 2008, visto que a partir da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada naquele ano em Brasília, foi acordada a mudança de ordem das letras "G" e "L" na sigla, estabelecendo a referência LGBT, e não mais GLBT, supostamente para uma maior visibilidade do movimento lésbico (BRASIL, 2008).

[250] O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi um dos primeiros grupos homossexuais no Brasil, criado em 1980. O grupo foi um importante ator no início da epidemia HIV/AIDS e do movimento LGBT. Ver: FACCHINI; SIMÕES, 2009.

[251] Segundo Braz, et al (2013), o Projeto Somos foi "apoiado financeiramente pelo Programa Nacional de Aids (atualmente, Departamento Nacional DST, Aids e Hepatites Virais), do Ministério da Saúde". Ainda segundo o autor, "o Somos passou a fomentar a formação de novos grupos LGBT desde 1999, em todas as regiões geográficas do Brasil, particularmente com o objetivo de estimular a prevenção à epidemia de HIV/AIDS por meio de ações da sociedade civil dirigidas a gays e outros HSH (homens que fazem sexo com homens), vítimas prioritárias das contaminações".

[252] Ricardo se refere à patologização das identidades transexuais, ainda consideradas como doença no Brasil. Ver: CARVALHO, 2015.

[253] Em sua tese, Aguião apresenta o Programa cujo objetivo é "promover a cidadania de gays e lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais" (2014, p.59).

[254] Sigla utilizada na época.

cria uma "oportunidade política" que resulta na construção do Programa Brasil Sem Homofobia.

Assim como no NCN/UNICAMP, no Denegrir e na Frente Negra/UERJ, no KIU! se fazia *formações* durante suas reuniões, lendo textos acadêmicos acerca de temas que interessavam ao grupo. Ricardo marca, em diferentes momentos da entrevista, que o debate racial era *inerente* ao coletivo, pois *só tinha preto praticamente*. Apesar de ser de diversidade sexual, o Kiu!, segundo seus organizadores, desde sua formação é composto majoritariamente - e ora exclusivamente - por pessoas negras:

> O nosso manifesto coloca o tema racial como inerente a nós [...]. Nas nossas formações, a gente sempre falava, tem que fazer mapeamento etnográfico em todos os lugares que vai. Chegou, tem que contar quantos pretos e quantos viados tem. Isso é questão de sobrevivência. (Ricardo, entrevista em 21/04/18)

Mesmo com o debate racial sendo *inerente* ao grupo, ele pontua que o coletivo sempre *pautou o protagonismo das mulheres*. Apesar da grande maioria compartilhar a mesma identidade racial, o número de *sapatão* era menor que o número de *viados*, mas o *fazer junto* e aprender com a diversidade foi colocada como essencial por Ricardo, ao falar do Kiu!: 'teve sapatão que topou fazer junto com viado, por que não é fácil, não. Viado é machista, é misógino é classista, mas elas toparam fazer e a gente foi aprendendo na porrada mesmo'[255].

Além das formações, Ricardo relata que o coletivo passou a realizar atividades sobre o tema de diversidade sexual nas universidades, intervenções em Paradas LGBTI[256] distribuindo panfletos, festas com apresentação de Drag Queen[257], que também compunham o grupo, e a participação no Fórum Baiano LGBT, a partir de 2007. Segundo Ribeiro (2013), em 2004 fora criado um Fórum de grupos homossexuais na Bahia, convocado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), contudo, após um ano, as atividades foram praticamente cessadas[258]. Com intuito de reorganizar o Fórum, com destaque para a atuação do Kiu!(UFBA) e do Diadorim (UNEB)[259], o autor afirma que foi realizado um Seminário de fortalecimento do

[255] Ricardo, entrevista em 21/02/18

[256] As Paradas LGBTI são manifestações públicas produzidas como repertórios do movimento LGBTI, desde 1997. Ver: SIMÕES; FACCHINI, 2009.

[257] Drag Queen são performances artísticas criadas, normalmente, por figuras masculinas que travestem figuras femininas.

[258] Vale destacar que esse movimento segue o mesmo processo observado em outras localidades de criação de redes e fóruns estaduais e/ou municipais para acompanhar políticas públicas para LGBT. Em São Paulo o Fórum LGBT surge em 1998 e é retomando em 2004 (FACCHINI, 2005).

[259] Segundo o site do grupo: "O NUGSEX Diadorim foi fundado a partir da iniciativa de professores/as, alunos/as e técnicos/as homossexuais ou simpatizantes do movimento LGBTTTI. A proposta da criação do núcleo originou-se através de dois docentes que se reuniram para a criação de uma revista científica onde fossem

Fórum, em 2007, onde inclusive houve a mudança de nome para Fórum Baiano LGBT. Com isso, o Fórum Baiano LGBT se estabeleceu como local para reuniões de diversas entidades e grupos de movimento LGBT da Bahia. Ribeiro (2013) pontua que, em 2013, a entidade era composta por mais de 50 grupos de todo estado da Bahia. Com participação ativa no Fórum, durante todos esses anos, o KIU! compôs e participou de conselhos estaduais, assim como conferências LGBT estaduais e nacionais, em 2008 e 2011[260]. Além disso, vale ressaltar que os integrantes do KIU! também são filiados ao PT e o coletivo compõe o quadro de filiadas da ABGLT, tendo muitas vezes representantes na coordenadoria da associação.

Assim, as mobilizações do KIU! vão ao encontro de um conjunto de movimentações e diálogo entre o movimento social e o Estado que se intensificaram naquele contexto. Retomando o artigo de Facchini et. al (2020), as autoras afirmam que no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), são criadas a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que mantiveram status de ministérios entre 2003 e 2015. Ao longo das gestões petistas deu-se também a ampliação das formas de participação, com a convocação de conferências de políticas públicas, que foram base para a elaboração de planos nacionais de políticas para as mulheres, para a igualdade racial e de políticas para LGBTI. Além disso, foi também em 2007 – mesmo ano da entrada do KIU! no Fórum Baiano LGBT – que se criou o Programa Rio Sem Homofobia[261] no Rio de Janeiro, como um resultado do Programa Brasil Sem Homofobia (2004). Apesar do estado da Bahia não ter criado algo equivalente, os reflexos das políticas nacionais LGBT, pela articulação do KIU! com o PT, atinge mais diretamente o contexto da universidade, algo que não observamos com os coletivos no Rio de Janeiro.

Essa característica de fazer *movimento social dentro da universidade* não era exclusiva do KIU!, nem dentro da própria UFBA, também sendo utilizada como definição para as ações do Núcleo de Estudantes Negros da UFBA, NENU, criado em 2003. Apesar de contemporâneos, o NENU surge para mim, inicialmente, nas falas de Jamile (BA)[262]. Quando posteriormente questiono Ricardo sobre o NENU, ele diz que conhecia, mas que não atuavam juntos. Na fala de Jamile, a resposta foi a mesma. Desse modo, considero importante trazer a

---

publicados artigos sobre gênero e sexualidade produzidos pela comunidade acadêmica unebiana.". Disponível em: http://www.uneb.br/diadorim/sobre/historico/ Acesso em 18 JAN. 2020.

[260] A participação do movimento LGBT em conselhos e conferências nacionais foi constante durante os governos PT. Ver: Aguião, 2014.

[261] Para uma análise detalhada acerca deste programa, ver: CARRARA et, al, 2017.

[262] Como os anexos foram organizados por estados, no decorrer do texto será colocada a sigla do estado – BA, RJ e SP – correspondente do entrevistado.

história de organização do NENU para compreendermos como os repertórios foram se diferenciando ou se mantendo nos coletivos negros ou coletivos formados majoritariamente por pessoas negras, como o KIU!.

De maneira semelhante a Jamile, o início da conversa com Anderson Eslei foi marcado por um aviso: 'eu vou falar um pouco da minha trajetória entrando na universidade, porque ela se confunde um pouco com a minha entrada no NENU e com a minha mobilização como parte de um movimento social, sociedade civil organizada'[263]. Em seguida, passou a me contar que ingressou em ciências sociais na UFBA, em 2003, e, por ter vindo de um bairro de periferia de Salvador, não tinha *muita ideia do que era a universidade*. Sua narrativa também marca a localização de classe e raça na cidade de Salvador e o contexto político de intensificação do debate sobre cotas que existia naquele momento, dada a aprovação da política na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002[264]. Afirmou que, ao entrar na universidade, o sentimento de não pertencimento logo foi ocupado por uma *vontade de se juntar*, e, posteriormente, de criar laços de amizade com os *parecidos comigo*. Como ele disse: 'Foi muito 'você se parece comigo'. Aquela coisa meio que de identificação. Aí, depois dali, a gente começou a criar, obviamente, um laço de amizade'.[265]

Na sequência de acontecimentos narrados por Anderson, contou terem procurado um grupo de estudantes negros já existente na UFBA, o CENUMBA[266], mas ao serem informados que o grupo estava pouco mobilizado, decidiram criar o NENU. Naquele ano, então, Anderson e os amigos passaram a mobilizar alunos de diferentes institutos – dentro da UFBA – e criaram um estatuto que marca a formação do NENU. Dado o contexto de aprovação das cotas, outros grupos negros em outras universidades passaram a ser formados em todo o estado da Bahia. Anderson afirma que, desde o início, o NENU estabeleceu relações com esses outros grupos e constituiu 'sua forma de fazer política', que se distanciava do que identificavam como movimento estudantil, ou seja, grupos de estudantes vinculados a partidos de esquerda que disputavam instâncias dentro da universidade:

---

[263] Anderson, entrevista em 22/04/18

[264] Diferente da UERJ a UNEB aprova as cotas em seu conselho universitário. Segundo Adilson Santos (2012), na época a reitora da UNEB era dirigida por uma mulher negra militante do movimento social, Ivanete Alves do Sacramento. Para o autor, enquanto a comunidade docente da UERJ reivindicava a autonomia universitária para barrar a lei de cotas aprovada a nível de lei estadual, a UNEB, em seu Conselho Universitário, aprova as ações afirmativas para negros oriundos de escola pública.

[265] Anderson, entrevista em 22/04/18

[266] O CENUMBA, como apresentado na introdução, foi um importante ator no processo de aprovação das cotas na UFBA.

> Nossa postura era um tanto radical na época, porque a gente estabeleceu um ponto de partida: nós queremos discutir a questão racial na universidade, mas pra além dela. Dentro da universidade e fora dela. Então a gente tinha embate não só com os conservadores, mas sobretudo o racismo institucional, que a UFBA pesou bastante pra cima da gente, como também pra esquerda (Anderson, entrevista em 22/04/18)

Segundo Anderson, o objetivo central do NENU era a formação e a permanência. A partir de sua fala, podemos observar similaridades com as movimentações ocorridas na UERJ no mesmo período. Além das organizações internacionais serem novamente citadas, como a Fundação Ford, há também a necessidade da criação de uma política de permanência e da formação política e no debate raciais para os recém ingressos na UFBA. Ele diz:

> Essa ideia de permanência era uma ideia que partia também da nossa vivência. Então, a gente começou a escrever um projeto, e esse projeto teve ajuda de duas pessoas que foram magníficas pra gente nesse processo. Que foram a finada professora Luiza Bairros[267] e a professora Maria de Lourdes Siqueira, Lourdinha[268][...]. E aí a gente foi conseguindo algumas parcerias, inclusive com a Fundação Kellogg[269] e a Fundação Ford[270][...]. E era um projeto de permanência, mas era um projeto também de atuação política[...]. Até porque, tinha algo no projeto que a gente não largava mão de jeito nenhum, que era parte da perspectiva política, baseada na ideia do que a gente chamava de IPA, Introdução ao Pensamento Africano. Que é discutir exatamente o pensamento africano dentro da universidade, de uma perspectiva não racista, e que essa perspectiva fosse acadêmica, mas sobretudo, fosse política. (Anderson, entrevista em 22/04/18)

Apesar de marcar as inúmeras adversidades para a aprovação do projeto, ele diz que toda a movimentação contribuiu para que o NENU se estruturasse como um grupo 'atuante dentro e fora da universidade com relação ao debate racial', ou seja, sobre o 'racismo institucional e como ele afeta o cotidiano e a vida dos estudantes negros'. Anderson aponta, como um exemplo disso, a participação do NENU na organização da campanha Reaja ou será morta! Reaja ou será morto!, em 2005, em Salvador.

Segundo o blog, a campanha surgiu de uma articulação com movimentos e comunidades negras e negros da capital e do interior da Bahia, sendo articulada

---

[267] Luiza Bairros foi uma intelectual e militante negra. Foi uma das fundadoras do MNU, compôs Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) em 2008 e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), entre 2010 a 2014. Luiza Bairros faleceu em 2016 e deixou para trás um grande legado de luta e resistência para a comunidade negra e em especial as mulheres negras. Disponível em: https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica. Acesso em 19 JAN. 2020.

[268] Maria de Lourdes Siqueira é funcionária da UFBA, autora de inúmeros livros acerca da população negra e religiões de matriz africana. Disponível em: https://www.geledes.org.br/maranhense-maria-de-lourdes-siqueira-lanca-livro-na-feira-do-livro/. Acesso em 19 JAN. 2020.

[269] "A Fundação W.K. Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg, pioneiro na fabricação de cereais matinais. Durante todos esses anos, a programação da Fundação Kellogg evoluiu, esforçando-se para continuar inovando e atendendo às necessidades da sociedade. Atualmente, a organização está entre as maiores fundações privadas do mundo. As doações são concedidas nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe e em sete países do sul da África Botsuana, Lesoto, Maláui, Moçambique, África do Sul, Suazilândia e Zimbábue." Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-fundacao-kellogg-no-brasil/. Acesso em 19 JAN. 2020.

[270] Segundo o site da fundação: "Desde 1962 incentivamos o debate aberto e a ação relacionados aos principais desafios enfrentados pelo Brasil: fortalecer os valores democráticos, promover a cooperação internacional e erradicar a pobreza e a injustiça.". Disponível em: https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/history#lang-pt . Acesso em 19 JAN. 2020.

nacionalmente com "organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítima do Estado"[271]. A campanha reforça, no cenário do movimento negro nacional, a categoria *genocídio* como forma de denúncia às mortes da população negra no Brasil[272]. Como afirmou Anderson na entrevista, a campanha surgiu em 2005, num contexto de enfrentamento político ao programa de governo para segurança pública realizado por Jaques Wagner (PT)[273]. Ele também frisou que 'a campanha Reaja ou será mort@ não é uma ONG, não tem vinculação partidária, nosso único compromisso é com a vida'.

Para Anderson, a participação de grupos de estudantes negros de diversas universidades é marcante e representativa da relação do NENU com a atuação dentro e fora da universidade:

> Tudo isso, acabou criando um contexto muito favorável pra criação dessa campanha. E o NENU fez parte. Não só o NENU, o UBUNTU[274] [UNEB], uma galera. Muita gente fez parte, e a gente esteve na Secretaria de Segurança Pública, lá na Piedade, no Centro [Salvador/BA]. E a gente fez a vigília[275]. Antes de fazer a vigília, a gente parou o trânsito, lá no centro. Pra poder falar sobre esse genocídio. Depois a gente fez uma vigília, a gente passou a noite toda na frente da Secretaria de Segurança Pública. Ali, foi o marco do nascimento da campanha [Reaja!], que depois virou um grupo específico. O Reaja não é mais uma campanha com vários grupos, ele já é um grupo. Em 2005, a gente teve isso. Então, em todas as pautas no que tange a questão racial, não só dentro da universidade, mas também fora da universidade, a gente teve. (Anderson, entrevista em 22/04/18)

Contudo, Anderson também marca que essa relação não era isenta de desconfiança e gerou dois questionamentos para dentro do NENU: um quanto ao tipo de movimento social que o grupo seria, e o segundo, se ele era *geracional*, ou seja, se o coletivo acabaria quando seus primeiros integrantes se formassem. Com relação à primeira questão, ele afirmou que, por virem da universidade, havia uma desconfiança colocada por esses outros movimentos, acusando-os de não *conhecerem a rua*. Por esse conjunto de relações e questionamentos, o NENU passou a se nomear como um *movimento negro estudantil*:

> Aí a gente acabou dizendo, 'olha, nós somos um movimento negro estudantil, porque somos estudantes de fato, mas também somos um movimento social negro, portanto, nos respeitem. A gente faz movimento social negro dentro da universidade'. E outra discussão que a gente teve foi essa coisa do geracional, se o NENU vai ser uma instituição ou se vai ser geracional. (Anderson, entrevista em 22/04/18)

---

[271] Disponível em: <http://www.reajaouseramortx.com/p/quem-somos.html> Acesso em: 22 junho 2018.
[272] Ver: FLORES, Tarsila (2017)
[273] Em 2005 o governador da Bahia era Paulo Souto (PFL – Atual DEM). Jaques Wagner (PT) governou a Bahia de 2007 a 2015.
[274] Não obtive nenhum dado sobre esse grupo nas pesquisas.
[275] A forma de ato em vigília é comum no movimento negros desde a década de 1970, ver: Rios, 2018;2014.

Nesse sentido, o NENU, com intuito de se diferenciar do *movimento estudantil* e respondendo a uma diferenciação imposta pelo *movimento negro* fora da universidade, passa a se autodeclarar como *movimento negro estudantil*. Assim como o NCN/UNICAMP e a Frente/UERJ, a autodefinição do NENU passa por uma maior aproximação e identificação com o *movimento negro* do que com o *movimento estudantil*. Entretanto, vale ressaltar que a autodefinição varia de acordo com o contexto e com os atores envolvidos. Apesar de se distanciar do movimento estudantil e, por conseguinte, dessa nomeação, o NENU tenta se afirmar como movimento negro, mas nas interações com os atores deste movimento ele é marcado pela identidade universitária. Ou seja, mesmo que o NENU não se identifique com o ME, ele é visto como tal pelo MN, o que leva o núcleo a se autodefinir como *movimento negro estudantil*[276].

Essa marcação de diferenciação com movimentos que atuam dentro e/ou fora da universidade não foi observada apenas no NENU. O KIU!, que também se identifica como *movimento social* quando se relaciona com atores do movimento estudantil, é levado a se auto definir como *movimento social universitário* quando os atores em diálogos são o movimento LGBTI – que estaria fora da universidade. Além disso, assim como o Fórum Baiano LGBT estava para o KIU!, a Reaja! estava para o NENU. Em outras palavras, o Fórum Baiano LGBT e a Reaja! surgem, nas falas de Ricardo e Anderson, como espaços da política *real*, onde as disputas e ações dos coletivos, como *movimento social universitário* LGBT e negro, são realizadas.

Por fim, trago a fala de Jamile para compreendermos a ausência da relação entre o NENU e o KIU! e do porquê do KIU! ser ativo até hoje e o NENU ter *morrido*. Para isso, ela localiza em seu último ano de graduação, 2009, um processo de mudança na atuação política na universidade, justificado pela entrada de cada vez mais estudantes negros. Segundo ela, houve um *crescimento de outros debates* e, nesse conjunto, o NENU não *acompanhou essa mudança*, encerrando-se no ano seguinte, em 2010. Diz ela:

> Acho que a gente estava muito preocupado[...] de se proteger. Eu acho que até demais. A gente se proteger enquanto jovens negros, de se proteger sobre o assédio que era colocado sobre nós de diversas frentes, e era um grupo de uma ajuda muito mais fraternal mesmo. Então, a gente não tinha pretensão de ser grande, de expandir, de ter grupo de vários setores da universidade, de vários campi da universidade. Não era essa pretensão, inclusive acho que foi por isso que a gente morreu. O coletivo morreu. Porque a gente não conseguia se renovar, porque esse discurso no formato com que a gente fazia não ia sobreviver, já estava fadado a acabar em algum momento. Todos os coletivos que eram mais endógenos assim não conseguiram se

[276] Como observado por Ratts (2009) e Silva (2013), a construção da oposição entre o movimento negro e o movimento negro na universidade sempre foi um ponto de tensão. Além disso, a diferenciação entre ativismo político e ativismo intelectual também gera conflitos nos coletivos universitários de modo geral, como apresentado por Lima (2016).

> manter. E acho que as pautas foram ficando pulverizadas, surgiram muitos coletivos de trans, de mulheres negras, lésbicas... as pautas foram de gays, as pautas foram ficando muito pulverizadas[...]. Aqueles coletivos muito fechados em torno de uma identidade especifica foram ficando meio obsoletos. Porque cada pessoa também tinha múltiplas identidades, ali. A pessoa era mulher, mas é lésbica, mas é feminista ou não feminista e não sei o que... então, assim, o sujeito nunca é um só. Ele não era só negro, ele não era só mulher negra... e naquele tempo também, a discussão da sexualidade também era algo que eu acho que ainda estava começando entre movimentos estudantis. Não era uma pauta muito presente[...]. E essas pessoas entraram, começaram a se sentir isoladas, porque continuam ainda sendo minoria. E começaram a se sentir isoladas nos seus colegiados, aí agora estão se reunindo pra fazer esses momentos de encontro. E fazer, assim como a gente fazia em 2005, discutir as nossas questões enquanto estudantes negros na universidade. Então é o que eu mais vejo próximo do que a gente fez lá atrás. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Portanto, a *endogenia* do NENU, em conjunto com a percepção da *pulverização das pautas*, é colocada como o aspecto central para a finalização do grupo. Contudo, segundo ela, apesar das mudanças nas formas de organização política na universidade, a questão racial ainda se apresenta como algo central. Desse modo, podemos estabelecer uma relação entre a noção de *diálogo com as múltiplas diversidades* – ou com a *interseccionalidade* - e a *pulverização das pautas* colocada por Jamile. Isto posto, Jamile afirma o que já venho apresentando, em diálogo com outros trabalhos (LIMA, 2016; CARMO, 2019, FACCHINI, 2018; GOMES, 2018; ALVAREZ, 2014; RIOS e MACIEL, 2017-8; BRINGEL, 2018), de como a centralidade no corpo e, por conseguinte, a negociação da multiplicidade de identidades dos sujeitos políticos se torna central nas organizações dos coletivos na década recente. Para isso, a partir das recentes articulações do KIU! iremos observar como o coletivo mais antigo, ainda ativo em campo, se mantém num cenário de *pulverização das pautas.*

2.3.2 *O KIU! é um movimento social em que se pauta a interseccionalidade*

Como dito na seção anterior, eu me aproximo do KIU! e parte de seus integrantes em 2012, no ENUDS. Pelos laços de amizade, Rebeca, integrante do KIU! e apresentada no capítulo um, me auxilia em todo processo de mudança para Salvador em outubro de 2017. Assim que chego à cidade, Rebeca diz que por estar mais afastada da UFBA, pelo seu trabalho na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do governo da Bahia[277], eu precisaria falar com Felipe Doss para conhecer as *bichas e sapas novas do KIU!*. Doss – também apresentado do capítulo um - que conheci, em 2014, também no ENUDS, diz estar *nos corres para finalizar a graduação,* mas que me apresentaria Tifanny, *uma bicha*

[277] Rebeca, outros integrante do Kiu! e Vinícius Alvez, trabalhavam na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) em cargos de indicação política do governo, que na época estava sob o comando de Rui Costa, da EPS/PT, ou seja, mesma força política da qual grande parte dos integrantes do KIU! fazem parte. Durante o tempo que acompanhei o KIU!, a SJDHDS tinha conseguido um financiamento do governo para abrir um de Centro de Referência de Direitos Humanos. Hoje o centro é coordenado por Symmy Larrat, atual presidente da ABLGT. Rui Costa é o atual governador da Bahia.

preta maravilhosa que está no KIU!. Desse modo, conheço Tifanny Conceição logo nas primeiras semanas em Salvador. Assim como ocorreu com outros interlocutores, a entrevista foi realizada já no final do tempo do trabalho de campo, sete meses depois de nos conhecermos.

Tifanny[278] entrou na graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Naturais, em 2016, na UFBA, e no momento da entrevista disse estar 'nos corres do movimento estudantil, do movimento social, pautando as lutas que acho importante, as lutas que eu entendo enquanto marcadores importantes das minhas vivências, das vivências dos meus semelhantes'[279]. Como em todas as entrevistas, pedi para que me contasse sua trajetória. Ela, então, afirma que é necessário contar *de onde veio,* pois isso conta sobre a sua *ancestralidade*. Ela narra a história de sua família, na qual novamente a mãe surge com uma figura central de *resistência* e razão de sua entrada na UFBA. Ela diz:

> Quando eu era pequeno, eu sempre falava: 'com 18 anos, mãe, eu vou sair da sua casa, vou morar na capital, vou cursar uma universidade, porque eu quero melhorar a vida da minha família' [....] Eu sou o primeiro da minha família a entrar na universidade, e eu também sou o primeiro da minha família a concluir o Ensino Médio. Nenhum dos meus pais tem o Ensino Médio completo, a gente sempre meio que viveu dos corres da vida. Minha mãe já foi empregada doméstica, já foi costureira, já foi auxiliar de limpeza. Meu pai foi a vida inteira, pedreiro. Então, condições financeiras nunca foi um corre muito fácil pra gente[280]. Aí, com 18 anos eu consegui fazer tudo que eu sempre planejei fazer. Eu consegui entrar pra Universidade Federal da Bahia, vim morar em Salvador, passei a me sustentar financeiramente - o que já aliviou na verba de casa -.e consigo, hoje, oferecer um retorno financeiro pra minha família[281]. Mas minha entrada na UFBA, o que mais me marcou, foi a possibilidade de poder experimentar quem eu realmente sou. Porque, como eu falei, eu vim de uma cidade do interior, de uma zona periférica dessa cidade[282]. Então, vivenciar a minha sexualidade, vivenciar as possibilidades de ser eu, sempre foi algo muito restrito pra mim. Quando eu pude gozar desse dom de ser eu, e do prazer de experimentar o meu corpo e as N possibilidades que ele pode oferecer, foi o que realmente me marcou na entrada da UFBA. Foi onde a Tifanny surgiu, foi onde a bicha preta que sempre viveu dentro de mim pôde se aflorar um pouquinho mais, pôde vivenciar essas possibilidades de ser uma bicha preta, de fazer política, de fazer cultura, de poder intervir politicamente nas formulações do conhecimento. Isso pra mim é uma coisa muito importante. (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

Podemos perceber que a história familiar e a universidade como um lugar de *vivenciar a sexualidade* surgiu na narrativa da trajetória de Tifanny de maneira semelhante às narrativas de outros interlocutores LGBTI. Apesar de afirmar o desejo de entrar na universidade, disse que a UFBA só surgiu como possibilidade através de um professor, que também era *bicha*

---

[278] Nas relações com os amigos de movimento, o uso do feminino ou masculino variava tanto por ela, quanto pelos outros. Assim, ao me referir a Tifanny no texto farei uso do pronome feminino, porém manterei a variação masculina utilizada por ela em alguns momentos de sua entrevista.

[279] Tifanny, entrevista em 18/04/18

[280] Segundo Tifanny, sua renda familiar antes de entrar na graduação era na faixa de até 2 salários mínimos (Anexo 2: Tabela Sócio Referenciada 1 – Bahia (BA).

[281] A renda de Tifanny vem do auxílio permanência da universidade e de trabalhos pontuais remunerados ofertados pelo partido.

[282] São Francisco do Conde, na Bahia.

preta e tinha se formado lá. Além disso, esse mesmo professor 'era organizada[283] dentro do movimento estudantil, dentro do movimento LGBT e negro e a partir dela eu fui me incluindo dentro do debate'. Desse modo, por influência desse professor, passou a compor o movimento estudantil secundarista e, posteriormente, *os coletivos que constrói*:

> Coletivo Kiu!, coletivo CONEN[284], coletivo Quilombo. Então, simultaneamente, eu entrei nesses coletivos a partir da minha entrada na UFBA. Eu já tinha uma bagagem a respeito disso, então eu meio que já sabia como me locomover dentro disso. Já tinha um debate político também, porque a gente aprende muito com as nossas vivências. Então eu, enquanto bicha preta e periférica, já tinha um debate político que eu criei a partir das minhas vivências. Mas referenciais teóricas de autores eu nunca tive, porque não tinha a possibilidade de eu pegar num livro que eles tinham escrito e ler. (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

Vale ressaltar que a noção de *saber se locomover dentro disso* vem da aproximação com o movimento estudantil secundarista e do PT. Ela afirma que se aproximou do PT por meio de uma prefeita da cidade que criou *programas sociais* dos quais sua família foi beneficiária. Ela afirma: 'Quando eu soube que esses coletivos eram do Partido dos Trabalhadores, eu não tive nenhum tipo de repulsa, pelo contrário, eu me agreguei mais a eles por ter vivido a força de mudança que o Partido dos Trabalhadores tem nas nossas vidas, a força de movimentação que esse partido tem'.[285] Assim como Tifanny, as mudanças sociais identificadas como realizadas pelo PT[286] foram acionadas por outros integrantes dos coletivos, vinculados ao PT, que pude acompanhar durante a etnografia no KIU!.

Nesse sentido, Tifanny diz ter entrado nos coletivos que constrói quase que *no automático*, por suas relações com o PT e com 'pautas, como a LGBT e a questão racial', que para ela já eram importantes dada sua *vivência*. Ela conta sobre sua entrada no KIU! e a movimentação dentro do coletivo da seguinte maneira:

> O Kiu!, quando eu entrei [na UFBA], sempre foi uma coisa que eu almejei. Me movimentar dentro do movimento LGBT. O Kiu! se organiza de uma maneira bem aberta por ser um coletivo do movimento social. Então, quando eu entrei, a agenda do Kiu! estava um pouco louca, porque era um momento de muita movimentação. Foi o ano do golpe político que a gente sofreu[287]. As pessoas estavam cumprindo outras agendas além do movimento LGBT[...].

---

[283] Foi comum em campo observar o tratamento muitas vezes no feminino entre as bichas pretas.

[284] A CONEN é a Coordenação Nacional de Entidades Negras. Apesar de ser uma organização nacional a presença da CONEN em campo foi observada apenas com os interlocutores da UFBA. Disponível em: http://www.conen.org.br/. Acesso em 09 jan. 2020.

[285] Tifanny, entrevista em 18/04/18

[286] As políticas sociais citadas por Tifanny como tendo modificado a realidade social da sua família e da sua vizinhança foram o Bolsa Família, criado em 2004 e o Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, ambos no governo Lula. Ver: PAIVA, 2013.
Além desses programas, o REUNI também é marcado como uma política que transformou realidades locais. Devido ao programa de expansão universitária, gerada pelo REUNI, houve a criação e ampliação de universidades, sendo o estado da Bahia o que mais recebeu esse impacto. Como exemplo, em São Francisco do Conde, cidade de Tifanny, foi inaugurada um campus da UNILAB, em 2013, modificando consideravelmente a realidade desta cidade do interior do Recôncavo Baiano.

[287] O Golpe aqui é usado como referência a retirada da presidenta Dilma de seu cargo, em 2016.

> Apesar de a Quilombo ser um coletivo que constrói uma tendência do PT[288], o Kiu! se organiza dentro do movimento social. Ou seja, apesar da gente, que constrói a Quilombo, ser a grande maioria dentro do Kiu, existem pessoas que fazem parte de diversos tipos de movimentos, pessoas que se organizam dentro de outros partidos, pessoas que não se organizam partidariamente[289]. Por ser um coletivo de movimento social, se entende que a perspectiva partidária institucional é importante, mas que nem todo militante tem a obrigação de estar organizado em algum partido, ou que seja organizado no PT. As pessoas se organizam em diversas formas possíveis. A gente hoje tem um núcleo que tem umas 60, 50, 40 pessoas. Nessa faixa, entre 40 e 60 pessoas. Alguns são militantes orgânicos do Kiu!, outros têm uma proximidade muito grande e constroem quando a gente chama. (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

A noção do KIU! como um *coletivo de movimento social* surge nas falas de todos os integrantes do coletivo com os quais pude conversar. Apesar do coletivo ser formado por estudantes universitários, ele é auto identificado como um 'movimento social que se articula no campo do movimento LGBTI'. Durante o trabalho de campo, pude acompanhar um seminário que sintetiza essa noção do KIU! como um *movimento social.* O Seminário Construindo a Política LGBT foi convocado pelo Laboratório Interdisciplinar de Política LGBT da UNEB (LABI)[290] e realizado em dezembro de 2017, na cidade de Lauro de Freitas/BA[291]. O seminário contou com convidados de vários estados, representantes de secretarias governamentais, instituições de ensino e organizações de movimento social, onde o KIU! se colocava. Na mesa de abertura, Ricardo estava presente e foi apresentado como representação do KIU! e do *movimento LGBT jovem*. Durante os três dias do Seminários, as mesas, Grupos Temáticos (GT) e debates informais giraram em torno da construção de uma política LGBT nacional, 'já que agora não estamos mais no governo' – dado o impeachment da presidenta Dilma, em 2016 –, como disse Symmy Larrat presidente da ABGLT[292]. Cabe registrar, que pela idade dos meus interlocutores e por serem filiados ao PT, durante toda sua trajetória de militância eles *estiveram no governo*. Assim, era comum ouvir que estava-se *reaprendendo a fazer política*, já que agora não existia mais *o diálogo com o governo* e nenhuma possibilidade de financiamento para projetos e trabalhos sociais. Entretanto, esse

---

[288] A Quilombo constrói a Esquerda Popular Socialista (EPS), tendência interna do PT. Apesar do nome, o coletivo não é restrito a pessoas negras e se identifica como um coletivo de movimento estudantil.

[289] Durante todo o tempo da etnografia não conheci nenhum integrante do KIU! que não fosse vinculado a alguma tendência interna do PT.

[290] O LABI é vinculado ao Diadorim, também da UNEB. Disponível em: https://www.facebook.com/nugsexdiadorim. Acesso em 09 jan. 2020.

[291] Foi dito durante o evento que, o Seminário foi realizado em Lauro de Freitas e não em Salvador para que pudesse ser utilizado politicamente pelo governo do estado (PT) e não pela prefeitura de Salvador – na época comandada por ACM Neto (DEM).

[292] Symmy Larrat, mulher trans, oriunda do Pará, antes de se tornar presidente da ABGLT foi convidada a ser coordenadora do Centro de Referência de Direitos Humanos, em Salvador (2018). Ela também foi coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no segundo governo de Dilma Rousseff. Coordenou o programa Transcidadania, na gestão da prefeitura de Fernando Haddad, em São Paulo.

processo não era colocado como algo difícil, já que 'as bichas, as travas e as sapas sempre resistiram com governo ou sem governo', como disse Ricardo durante este Seminário.

Se o KIU! seria o grupo que Tifanny identifica como o meio de atuar no movimento social, a Quilombo[293] surge como o meio de atuar no movimento estudantil partidário e a CONEN no movimento negro.

> Por se organizar dentro do movimento estudantil, entender que a universidade vem mudando a sua cara, a gente se organiza pra além do debate racial, pra além do debate da educação, a gente se organiza em outras formas de debate. Sempre que a gente é convidado pra fazer algum debate político, a gente sempre está construindo debates que voltem pra pauta da interseccionalidade. Porque como eu falei, pessoas que constroem o KIU!, também constroem a Quilombo. Então, a gente meio que articula o mesmo debate político, apesar do KIU! ser um movimento social e o Quilombo ser movimento estudantil. Dentro do CONEN, a pauta racial é muito forte, muito forte, muito forte[...]. Dentro do movimento negro, há uma carência muito grande de outros debates pra além da questão racial, porque há pessoas que são afetados apenas por isso. Movimento negro ainda é comandado por homens negros que são afetados, homens negros heterossexuais, que são afetados com o racismo como grande opressor e que acham que esse debate é o único importante. A juventude vem tentando mudar um pouquinho disso, a gente vem tentando se articular politicamente com outros coletivos, com outros militantes que não se organizam em coletivos, pra que a gente possa pautar outras demandas[...]. Essa questão geracional é uma coisa sempre muito presente[...]. As pessoas ainda não entenderam que a gente tem muito conhecimento, sim, porque a gente está tendo acesso através da internet, das redes sociais, dos debates políticos dos autores. (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

O Coletivo Quilombo atua no movimento estudantil, nas disputas de CA e DCE, além de ser identificado como *o movimento estudantil da EPS* – força política do PT. De acordo com a página do Facebook, o coletivo Quilombo se define como:

> O Coletivo Quilombo há mais de 10 anos luta pela bandeira da Educação Democrática e Popular priorizando o protagonismo das mulheres, LGBTs, negras e negros[...]O Coletivo Quilombo é um espaço de organização para a juventude que carrega em suas bandeiras de luta o desejo por uma sociedade justa e igualitária, acreditando e defendendo que outro mundo é possível. Temos a responsabilidade de debater com a juventude a influência dos diversos fatores políticos e econômicos na construção do modelo de sociedade que queremos.[294]

A Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) é vista como uma organização do movimento negro, como nos afirmou Tifanny, da qual grande parte dos interlocutores de Salvador eram integrantes, além de seus coletivos universitários. Fundada em 1991, a organização se consolidou como uma instância nacional e "um espaço de construção de unidade da ação de centenas de entidades negras"[295]. Cabe ressaltar que a articulação entre organizações como a CONEN e o MNU com os coletivos universitários foi observada apenas no contexto de Salvador. O NCN/UNICAMP, por exemplo, mantinha relações com o movimento negro local e a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região

[293] Em campo foi recorrente o uso do pronome feminino para se referir a Quilombo, apesar de se nomear como coletivo.
[294] Disponível em: https://www.facebook.com/pg/quilombobahia/about/?ref=page_internal. Acesso em, 27 fev. 2020.
[295] Disponível em: https://www.conen.org.br/. Acesso em 27 fev. 2020. Para uma maior compreensão acerca desta organização, ver: NOGUEIRA, 2004.

e a única organização do movimento negro nacional com a qual a Frente Negra/UERJ mantinha alguma aproximação era a Reaja!

Retomando a narrativa de Tifanny, apesar da separação de definição de cada coletivo que participa, ela marca enfaticamente na fala e durante toda a entrevista a importância de pautar a *interseccionalidade.* Nesse sentido, os coletivos são diferenciados por seus focos de atuação, mas a "forma de fazer política" em todos teriam ou *deveriam ter* como foco a 'articulação de todas as pautas', ou seja, uma *pauta interseccional*. Desse modo, percebemos, a partir das falas de Tifanny, que a centralidade da *interseccionalidade* como forma de ação, que perpassa as narrativas também do NCN/UNICAMP e da Frente Negra/UERJ, organiza politicamente os atores que atuam no KIU!. Além disso, Tifanny ressalta que os conflitos geracionais e a importância da internet para a formação política e teórica desses sujeitos se mantém até mesmo em coletivos que são identificados em campo como *velhos e atrasados* por atuarem estrategicamente na política partidária ou institucional, para usar os termos de Tifanny. Desse modo, para atuar estrategicamente tendo como objetivo *as necessidades dos estudantes negros*, e nesse caso também LGBTI, é necessário estar em vários movimentos. Ou seja, a importância dada para essa diferenciação estratégica surge na narrativa de Tifanny, mas para que ela seja realizada é necessário estar em três coletivos. Portanto, apesar de aproximações entre os coletivos em campo, que incialmente se colocam e podem parecer tão distantes, as diferentes estratégias políticas continuam sendo uma marca central de diferenciação.

Ao ser questionada sobre o que seria uma *ação política interseccional*, Tifanny afirma que o Festival Afro Choque realizado pelo KIU! - e hoje a principal mobilização do coletivo - seria um exemplo. Ela o define: 'O Afro Choque é isso, é um movimento artístico cultural, com embate político muito forte, que demanda a questão LGBT e racial, pautando elas juntas por entender a importância disso'.[296] Pude acompanhar o Festival realizado no início de 2017, um pouco antes de realizar a entrevista com Doss. Durante a entrevista, Doss descreve o Festival como uma ação política que 'reflete o cenário do movimento de jovens negros atualmente'[297].

O Festival, realizado no Museu de Arte Moderna de Salvador, contou com apresentações artísticas variadas de *jovens negros LGBT* e *Drag Queens*. Uma das cenas que pude acompanhar durante o Festival foi a apresentação de Rosa Morena, uma *Drag Queen* integrante do KIU! que também se identifica como *bicha preta*. Ela fez sua apresentação ao

[296] Tifanny, entrevista em 18/04/18
[297] Doss, entrevista em 20/01/17

som de "500 graus"[298], uma música gospel amplamente conhecida neste setor musical que teve seu auge nos anos 2000, década que Rosa e outros integrantes do KIU!, como Doss, eram adolescentes e iam a igrejas neopencostais acompanhando suas famílias[299].

Durante a entrevista, Doss conta que grande parte dos jovens negros presentes no Festival não eram do KIU! e nem se organizavam em coletivos do movimento estudantil. Contudo, ele aponta a importância de se dialogar e as transformações que *a galera do afrotombamento* vem produzindo. Ele diz:

> É a partir da estética que eles impactam de um modo geral na política. Eles são diferentes. É uma sobrancelha cortada aqui, é um cabelo louro de água oxigenada, isso chama a atenção. Destoa de uma hegemonia presente, as pessoas passam a perceber. É uma galera que não topa ser rebaixada, não topa sofrer misoginia, não topa sofrer machismo. Racismo, piorou! É uma galera que, inclusive, não precisa usufruir das teorias que a universidade possibilita conhecer. É uma galera que vem com sua vivência aqui e dá um show. Obviamente que a gente compreende que tem as influências teóricas pós modernas[300]. Elas influenciam bastante esse grupo de narrativas e faz com que, em muitos momentos se distanciem do debate que a gente propõe. Legitimando atitudes a ponto de dizerem: 'Odeio essa forma de partido e tal'. Mas eles não se dão conta que eles acabam se organizando de uma forma semelhante, né? Ou seja, existe uma contaminação estrutural que é da própria conjuntura, né?[...]. Mas eles não deixam de trabalhar com a gente por conta disso, né? Eles trabalham porque eles conseguem enxergar, eles tem horizonte político, eles conseguem enxergar o quão importante vai ser esse projeto que a gente vai estar fazendo, o quanto vai impactar. E é nesse sentido, de trabalhar num projeto que nos une. É de se unir. É de se unir[...]. Então, pra mim, dentro do movimento negro, quem disputa as narrativas do movimento negro atualmente, que vem crescendo, é essa juventude. Afrotombadora, do rolezinho, afrofuturista[301]. (Doss, entrevista em 20/01/17)

Nesse sentido, a noção de *afrontamento* trazida por Rodger (BA) no primeiro capítulo, ressurge nas falas de Doss como uma marcação importante de uma forma de atuação identificada como *da juventude negra*. Contudo, para Doss, apesar de identificar que muitas vezes 'a galera do afrotombamento se distancia da forma de partido, a conjuntura estrutural nos aproxima na luta comum, além de compartilhar vivências e experiências comuns'. A partir da revisão de um conjunto de trabalhos, Gleicy Silva (2019) nos oferece um panorama do que seria essa *conjuntura estrutural* e chama atenção para aspectos de transformação no "setor da cultura e do mercado" que contribuem para as transformações apresentadas acima. Diz a autora:

---

[298] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gis7a0KKhO8. Acesso em 09 jan. 2020.

[299] Pelos dados obtidos na pesquisa, não é possível identificar de quais congregações religiosas os interlocutores ou suas famílias faziam parte, mas quando o termo *igreja evangélica* surge em campo, na maior parte das vezes, está se referindo às igrejas neopentecostais.

[300] No campo com o KIU!, no qual integrantes eram vinculados ao PT, o termo pós-moderno era utilizado de forma pejorativa para classificar grupos ou sujeitos que criticavam a forma de organização do movimento estudantil partidário e não se reivindicavam como marxistas.

[301] Em síntese "O Afrofuturismo, movimento pluridisciplinar que utiliza a música, as artes plásticas, a moda, entre 'otras cositas más', e que estabelece o encontro entre a história, o resgate da mitologia e cosmologias africanas com a tecnologia, a ciência, o novo e inexplorado.". Disponível em: https://www.geledes.org.br/dossie-afrofuturismo-saiba-mais-sobre-o-movimento-cultural/. Acesso em 09 jan. 2020.

> Com a virada dos anos 2000, um conjunto de transformações político econômicas se dá no país, impactando particularmente as camadas populares. Nesse cenário de mudanças, quatro aspectos merecem destaque: 1) a ampliação do acesso ao ensino superior, com a intensificação de medidas de ação afirmativa e cotas raciais; 2) a ampliação das políticas de cultura em nível federal, favorecendo a participação de uma variedade significativa de coletividades e grupos marginalizados que historicamente não constituíam o público-alvo dos financiamentos desse setor (Lima; Ortellado, 2013); 3) o aumento do poder de consumo da população em geral que, embora não incorra de fato em uma mudança social em termos de classe (Pochmann, 2014; Souza, 2012), opera uma mudança significativa no comportamento das camadas populares; e 4) o modo como o consumo e o mercado fortalecem seu lugar enquanto espaços de construção de experiências identitárias de engajamento (Yúdice, 2013) e de reivindicação de cidadania (García Canclini, 2010). Esse conjunto de transformações atinge, especialmente, jovens negros e negras de camadas populares, os quais ao experienciarem o acesso ao ensino superior, a elevação de seu poder de consumo, bem como a ampliação de políticas públicas para a cultura, se constituem como um novo sujeito de direitos, cuja subjetividade irá perpassar experiências culturais, políticas, educacionais, estéticas, afetivas e de consumo de maneiras até então inéditas. (SILVA, 2019:176)

Apesar de Doss afirmar que acredita ser importante *estarmos em todos os espaços*, e isso inclui a política institucional, ele aponta que 'o movimento estudantil ainda está longe de ser de fato interseccional'. Ao fim da entrevista, ele diz: 'Nós avançamos, mas qual espaço que o movimento estudantil dá para as bichas pretas? O espaço da cultura. Não que não acho a cultura importante, mas se você for olhar, as bichas pretas só estão lá'.[302]

Um exemplo dessa afirmação de Doss foi a ausência de eventos promovidos por organizações do movimento estudantil que articulassem as relações de raça e sexualidade. Os únicos eventos que pude acompanhar, durante toda etnografia, que tinham como objetivo de *pautar a questão LGBT e negra* e eram organizados por *bichas pretas,* foram o Seminário Perfomático Negras Utópicas e a Festa AfroBapho. O Seminário, realizado na faculdade de dança da UFBA, contou com dois dias de programação com apresentações de dança, DJ, poesia, apresentações áudio visual e apresentação de *Drag Queen*, onde Rosa Morena se apresentou. A festa AfroBapho foi realizada também em dezembro de 2017 e foi classificada como uma *festa preta LGBT*. Apesar de Doss marcar em sua fala uma diferença entre ele próprio e a *galera do afrotombamento*, que organizaria essas festas, sua figura era identificada em campo como um importante articulador dessas festas e de movimentações dessa *galera do afrotombamento*. Por esse motivo e em razão de seu assassinato, ainda naquele ano, a edição de 2017 da festa foi realizada como uma homenagem a ele, sendo descrita da seguinte maneira no evento do Facebook: "Em memória do companheiro, que sempre nos incentivou, FELIPE DOSS."[303]

---

[302] Doss, entrevista em 20/01/17. Vale ressaltar que, essa distinção entre movimento cultural e político, no interior do movimento negro, não é algo recente (RIOS, 2014)

[303] Felipe Doss foi assassinado com dois tiros na cabeça em frente à sua casa em 09 de novembro de 2017. Até esse momento o caso não foi solucionado. Aposta-se na possibilidade de um homicídio por LGBTIfobia e racismo por nada ter sido roubado. Logo após o caso, durante um encontro da EPS/PT, com a presença do governador Rui Costa, Rosa Morena – que era muito amiga de Doss – faz a leitura de um texto denunciando o

Retomando a afirmação de Doss acerca do espaço dado pelo movimento estudantil para as *bichas pretas*, é possível perceber como, de certo modo, ele concorda com Samira – também apresentada no primeiro capítulo – quanto à *negligência* da pauta racial dentro do movimento estudantil. Samira, que logo no início da entrevista disse ter uma *atuação política interseccional*, aponta esta *negligência* como o motivo de sua saída do Enegrecer. Ela diz:

> A minha crítica é porque é uma pauta usada de uma maneira negligenciada e oportunista. É muito duro dizer isso, mas nessa situação de compreender o ritmo do movimento estudantil, ele acabava que não adequava aquele estudante negro do movimento estudantil que queria acompanhar as agendas. Então, pra você fazer movimento estudantil, você tem que só estudar, ou, minimamente trabalhar e ter disposição pra não ter final de semana, sua vida ser voltada para aquilo. E aí a pauta antirracista eu consigo ver muito mais nos discursos do que na prática[...]. Eu participo do comitê de fiscalização contra as fraudes das cotas raciais. E não vi as entidades num todo se mobilizarem em relação a isso[...]. Nesse processo de fiscalização, muitos se ausentaram. Isso pra mim foi o estopim pra sair[...]. Eu posso generalizar, dizer que todas as organizações são ausentes no acompanhamento dos estudantes que sofrem racismo. E isso é uma contradição muito grande, porque esse estudante é perseguido institucionalmente, tem que passar por várias sindicâncias, confronto com professores, que têm uma estrutura financeira e acadêmica de influência política pra poder boicotar a carreira daquele estudante que denunciou. O psicológico daquele estudante está completamente abalado. Então, se você não tem o aparato coletivo, você sai, como alguns saíram. Pra mim é muito foda dizer isso, que a gente enquanto movimento estudantil, e eu enquanto parte, via isso, que a gente falava de uma população que quando sofria violência, a gente queria combater institucionalmente pelos CAs, DAs, DCE, pelas UNEs da vida. A gente via que essa estrutura toda não conseguia acompanhar os casos. Então, pra mim é muito desgastante, porque eu, enquanto negra, tenho a violência que eu sofro, mas eu percebo que eu, enquanto ativista, tenho que acompanhar. Eu via situação de priorizar a eleição de um centro acadêmico em detrimento de um caso de racismo que tá caminhando. E pra mim isso é algo que é uma contradição imensa. Eu não quis compactuar e me afastei dessas coisas. (Samira, entrevista em 17/04/17)

Para Samira, assim como para Taina (SP), Vinícius (RJ), Bruno (SP) e outros interlocutores, a centralidade do coletivo deve ser no *cuidado* para com os estudantes negros, e a ausência desse aspecto é colocada como justificativa para a saída do coletivo. Samira diz que, ao sair do Enegrecer, focou sua atuação no movimento negro, especificamente no MNU. Em consonância com Samira, trago uma colocação feita por Tifanny acerca da compreensão do que seria essa *forma de ação política interseccional,* que nos ajuda a localizar essa categoria em campo. Ela diz:

> O debate da interseccionalidade é o debate de militância mais certeiro pra que a gente derrube essa sociedade. A gente precisa debater outras questões pra além da LGBT. A gente precisa debater outras questões pra além da racial. A gente precisa debater outras questões pra além de gênero. A gente precisa debater outras questões pra além de classe. Pra que a gente tenha efetividade nas nossas lutas. Se organizar a partir do debate da interseccionalidade é um debate que o Kiu! vem tentando fazer de uns tempos pra cá. E é uma coisa que a gente acha muito importante e a gente defende. Porque, além de sapatões, são mulheres, pra além de bichas são pretas, pra além de sapatões e mulheres, são sapatões e mulheres negras. Então a interseccionalidade, o debate racial, é sempre algo que a gente tá atrelando aos movimentos políticos que a gente faz. (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

---

genocídio da população negra e jovem, perguntando o que ele iria fazer, agora que um deles tinha sido vítima dessa política genocida. Apesar da denúncia não há respostas ao caso. Para mais informação, consultar: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/apos-6-meses-morte-de-aluno-da-ufba-em-assalto-segue-sob-investigacao-familia-protesta-e-pede-justica-resposta-positiva.ghtml. Acesso em 27 fev. 2020.

As falas de Samira e Tifanny sintetizam aspectos que foram apresentados durante todos as seções deste capítulo. Samira, que era integrante de um coletivo do movimento estudantil – o Enegrecer – decide sair do grupo por não acreditar que as estratégias políticas respondiam às 'demandas e necessidades dos estudantes negros'. Desse modo, ela entende que o espaço da comissão das cotas[304] e o diálogo direto com os estudantes negros cotistas seria um lugar mais efetivo de atuação política, onde se defenderia as cotas e a resolução dos problemas cotidianos desses alunos.

***

Neste capítulo tive como objetivo analisar, por meio das narrativas e etnografias, como a noção de *nossa forma de fazer política* é produzida no cotidiano dos coletivos. Durante este percurso foi possível perceber continuidades com os processos narrados no capítulo anterior. Portanto, retomaremos aqui alguns pontos que se mostraram centrais para compreender os processos de produção da *nossa forma de fazer política*, como, por exemplo, o papel fundamental que o corpo tem na construção subjetiva e como "veículo de protesto" (BUTLER, 2018).

O NCN/Unicamp, coletivo que abre este capítulo, tem seu início em um evento que teve como objetivo "aparecer" para a universidade. A partir do encontro de alguns estudantes negros pela reivindicação de mais vagas na moradia universitária, eles passam a compartilhar *experiências* e *vivências* que são identificadas como comuns entre eles e a *lidar* com elas como um reflexo do racismo. Assim foi criado um evento "Quem Tem Cor Age", com o objetivo de 'reunir os negros da universidade para compartilharem publicamente suas experiências', colocando o corpo no campo político e como um "veículo de protesto".

No caso do NCN, presente em uma universidade onde não se tinha outras referências de organizações políticas de estudantes negros, foi apenas com a chegada de estudantes que tinham origem em PVNC (Bruno e Taina) que um dos objetivos passou a ser a discussão de textos que debatiam acerca da 'construção da identidade e da consciência racial'. Outra perspectiva teórica que marcou as *formações* do Núcleo foi a Teoria Feminista Negra, por influência direta da pré-organização da Marcha das Mulheres Negras em Campinas. Assim, como apresentado durante o capítulo, foi após essas *formações* que o coletivo passou a ser composto exclusivamente por pessoas negras e a ter como um dos objetivos fazer dali um *lugar confortável*.

[304] Esse era o nome dado por Samira para o grupo que acompanhava as denúncias de fraudes nas cotas raciais na UFBA.

Como observado, as linhas teórico-políticas de cada grupo organizam as diferenciações que são operacionalizadas por eles no campo político onde o corpo continua sendo acionado. No caso do NCN, a partir das descrições, vimos que a organização de uma Plenária de Negros e Negras, a participação nas assembleias estudantis, a organização de eventos onde se convida apenas o movimento negro, são momentos onde o corpo é "veículo de protesto" e onde se marca as diferenciações como: núcleo x estudante e/ou ser preocupado com as 'necessidades dos estudantes negros' x ser preocupado 'apenas com a política'.

Ao entrarmos nas descrições que envolvem o período da pré-criação da Frente Negra/UERJ, vimos como, diferente do NCN, este coletivo parte de um conjunto distinto de referências, tanto no que se refere à organização política de negros na universidade, como em relação ao número de estudantes negros de cada instituição. O Denegrir, identificado como o primeiro coletivo negro da UERJ, se aproxima do NENU/UFBA. Contemporâneos, estes coletivos apresentam similaridades por partirem de um conjunto de "estruturas de oportunidades políticas" semelhantes, pelas universidades e estados em que estão situados, como apresentado na introdução deste capítulo. Tanto o Denegrir, como o NENU, se formam com o objetivo de reunir *estudantes pretos* e, inicialmente, realizam este objetivo com o apoio de outros atores, internos e externos à universidade, que passa do movimento negro local e nacional a organizações internacionais. Contudo, vale destacar que apenas o NENU relata o apoio de docentes nestas primeiras mobilizações, o que pode representar uma diferença na recepção das cotas nas duas universidades.

É na luta pela permanência, ou seja, pela manutenção destes corpos negros na universidade, que os integrantes do Denegrir e do NENU se aproximam mais e, apesar da diferença temporal, mas com a proximidade de atuarem nos respectivos períodos de implementação das cotas, esta é também uma luta do NCN. Esses dois coletivos mais antigos também têm em comum a *formação*, ou seja, determinada linha teórico-política como organizadora das diferenciações estabelecidas interna e externamente. Pela identificação com a teoria política *pan-africanista*, para estes coletivos as diferenciações são operadas centralmente na oposição racial, na qual raça é tida como primeira na *lista de opressões*. Neste sentido, apesar do Denegrir ainda ser ativo, é por operar a partir desta hierarquização das opressões que, nas palavras de Jamile, 'estes coletivos acabam', por não acompanhar a *pulverização das pautas*, isto é, por não compreender que 'não se é só negro ou não se é só mulher' que se justifica o fato destes coletivos não serem mais ou tão ativos.

Apesar da Frente Negra ser identificada como tendo fortes aproximações com a mesma linha teórico política do Denegrir e do NENU, a *pan-africanista*, é permitida a

participação de ‘qualquer estudante negro da universidade’, sendo ele do ‘movimento estudantil, independente, pan-africanista etc’. Assim como o NCN, a Frente é criada após um evento no qual se leva o corpo para reivindicar o currículo acadêmico e depois para *ocupar* a universidade. Como disse Suzan, a Frente surgiu após alguns estudantes negros verem a necessidade de marcar, com seus corpos, a presença na *ocupação* que estava se iniciando na universidade em 2015. Assim como nos outros coletivos, é a partir das *formações* que as diferenciações são operacionalizadas, neste caso como: *povo preto* x *os brancos*, *irmão* x *brancão*. Um aspecto interessante, visto no NCN, mas enfatizado com mais força na Frente, é o uso da estética. Ser *irmão* exige o uso de um conjunto de marcas estéticas, que passa por cabelo, roupas, joias, turbantes etc, portanto, é novamente pelo corpo que as diferenciações são operacionalizadas.

Fazer um evento para toda a universidade para falar de *bicha preta*, fazer Assembleia ‘só de pretos para pretos’, disputar com o movimento estudantil a vaga no Conselho Universitário, são exemplos de como o corpo é colocado como “veículo de protesto” no campo político e de como nestas disputas as diferenciações entre *política com afeto* x a *pura política* é acionada. No entanto, vimos nas descrições da Frente Negra que, a depender do contexto, esses repertórios ultrapassam determinados movimentos, como no caso da Audiência Pública pela Defesa das Cotas. A *política com afeto* foi usada como marca de diferenciação em um ambiente formal e por figuras institucionais (deputadas), mas estas eram mulheres negras. Portanto, vale destacar que, além das diferenças receberem status hierárquico a depender do corpo que fala (GOMES, 2018), há uma hierarquia também de qual corpo pode acionar para si determinados repertórios, como neste caso a *política com afeto*.

Aqui, vale destacar que, assim como no capítulo anterior, à luz de Avtha Brah (2006) compreendo as identidades como relacionais e contextuais. Além disso, em seu texto acerca da produção da “Diferença, diversidade e diferenciação”, por meio de análise da construção da categoria negro no contexto da Grã-Bretanha, Brah sugere compreendermos as categorias de oposição operadas no campo político como historicamente contingentes dentro de um conjunto de práticas discursivas e materiais. Afirma a autora:

> Minha proposta de que os feminismos “negro” e “branco” sejam tratados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes[...] O mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes. Por sua vez, a articulação das práticas culturais dos sujeitos assim constituídos marca “histórias” coletivas contingentes com novos significados variáveis. (BRAH, 2006:362)

Desse modo, compreendo que as diferenciações e aproximações operadas em campo são contingenciais e devem ser lidas a partir de um recorte histórico e relacional entre os

atores e o conjunto de oportunidades políticas colocados para cada um deles. A partir dessa perspectiva de análise e em conjunto com as observações e narrativas nos coletivos apresentados, podemos afirmar que nos processos contingentes de oposição, como por exemplo, ser *núcleo*, *movimento negro estudantil*, *movimento social na universidade* x ME ou *institucionalizado*, se constitui também relações horizontais com outros "movimentos". Nessas relações, ocorre um processo de mobilização em que enquadramentos e repertórios são reformulados, onde o corpo emerge como central e as *experiências* e as *vivências* se tornam foco pela importância de se dar conta da diversidade dos sujeitos.

Já a longa trajetória do KIU! demonstra, assim como afirma Alvarez (2014), que, a depender do contexto, os repertórios ultrapassam os movimentos. Este coletivo surge com o objetivo de reunir 'os viado e sapatão da universidade', também faz *formações* e, apesar de ter começado em 2004, Ricardo diz que desde o início o coletivo era preocupado em 'fazer política pela diversidade'. Assim, paralelo ao observado no ENUDS, encontro fundamental na organização política do KIU!, a *experiência* é colocada como meio para a formação política e, por isso, a 'política pela diversidade' é objetivada. Apesar de em campo aparecer uma oposição entre *política institucionalizada* e 'política via experiência', o coletivo é composto até hoje por pessoas filiadas ao PT, que também atuam no movimento estudantil e disputam o movimento LGBT por meio de sua participação no Fórum LGBT Baiano e na ABLGBT, por exemplo. Um dos argumentos que podemos afirmar para esta diferença na UFBA, em comparação com a UERJ e a Unicamp, são as diferentes relações que os partidos tem a depender da localidade. A força política que o PT tem na história recente na Bahia, não se reflete no Rio de Janeiro e em São Paulo, e este dado é colocado em campo como a principal razão para esta diferente percepção e relação com a política partidária.

Apesar dos amplos aspectos de distinção contextual em que o KIU! se encontra, percebemos nas descrições que, assim como no NCN e na Frente, o corpo se torna mais uma vez "veículo de protesto", mas aqui é através das festas que ele se coloca no campo político reivindicando para si as 'necessidades dos estudantes negros e LGBT'. É nas apresentações das Drags e nas performances das *bichas pretas* que a política é corporificada e disputada e, novamente, o *afrontamento* se coloca como forma de atuação política e a estética como repertório. Pelo seu tempo de existência, o KIU! passou por momentos distintos do contexto político geral e negocia sua existência com a incorporação de repertórios e enquadramentos, como podemos observar nas descrições e narrativas. Por exemplo, em suas falas Tiffany afirma a importância da *interseccionalidade* e das festas para o KIU!, o que não impede que partidos e movimento estudantil também utilizem esse enquadramento (*interseccionalidade*) e

o uso do corpo (festas) como repertórios políticos, como visto em sua narrativa e de outros interlocutores.

A observação deste coletivo nos apresenta como, apesar de todo conjunto de mudanças relatadas e apresentadas, há uma coexistência com formas mais institucionalizadas de atuação (FACCHINI, 2018). Embora, pelo fato de não 'estarem mais no governo', vemos como o Kiu! procurando incidir politicamente em espaços mais permeáveis, como o das *bichas pretas*, mas sem deixar de identificar a importância da 'ênfase institucional', visto na sua presença no Fórum Baiano LGBT.

Após o resgate de alguns pontos apresentados na descrição, considero importante aqui realizarmos algumas possíveis análises que vão ao encontro a reflexões tecidas por outros autores. Como já apontado no capítulo anterior, ao compararmos as distintas estruturas de oportunidades que envolveram a realização de cada Encontro, observamos também, através das etnografias dos coletivos, uma diversificação nos modos de fazer política, muitos dos quais deixam de ter na figura do Estado o principal interlocutor. Assim como venho afirmando, tal mudança poderia ser pensada em relação com as transformações na estrutura de oportunidades, por exemplo, no que toca ao ataque aberto a movimentos sociais e ao desmonte de instâncias de participação, que foram criadas e fortalecidas nos governos Lula e no primeiro governo Dilma. Contudo, ao nos remetermos à literatura sobre movimentos sociais, é possível perceber continuidades em relação a processos de transformação que se faziam sentir desde a década anterior à intensa institucionalização e à centralidade das apostas no diálogo socioestatal.

No campo do ativismo LGBT, por exemplo, são descritas reações críticas à institucionalização tecidas por iniciativas majoritariamente compostas por jovens ou estudantes universitários (LIMA, 2016; DANILIAUSKAS, 2016). Com foco em um recorte mais diverso de movimentos nesse período, Lopes e Heredia (2014) também identificam críticas à institucionalização entre setores dos movimentos de juventude. Além disso, diversas etnografias no campo feminista apresentam o mesmo processo de crítica a institucionalização e defesa da horizontalidade (GOMES,2018; CARMO, 2018; ALVAREZ, 2014; RIOS e MACIEL, 2017-8). Segundo Regina Facchini et.al, (2020), tais reações, que ganham corpo e visibilidade nos anos 2000, em setores anticapitalistas, no movimento antiglobalização e/ou apoiados nos *queer studies,* tornam-se ainda mais intensas na última década, intensificando as críticas à institucionalização dos movimentos sociais e à possibilidade mesma de representação política, com desvalorização do "essencialismo estratégico" e descrédito nas possibilidades de obtenção de direitos via diálogo com instâncias estatais.

Para além desse processo de quase duas décadas de reconfiguração de repertórios e enquadramentos, que se constitui como condição de possibilidade para as mudanças observadas neste momento, através das observações também podemos ressaltar a importância dos modos de produção e de circulação de conhecimento como parte da estrutura de oportunidades com a qual interagem as ações políticas observadas (FACCHINI, 2018). Como já retomado, as *formações* que são realizadas em todos os coletivos revelam como os mesmo se organizam politicamente e se relacionam com os autores. Contudo, como podemos perceber, os referenciais teóricos acionados nos diversos coletivos não vão ao encontro das teorias apresentas no currículo oficial da universidade, o que gera também conflitos diretos como vimos na etnografia da Frente Negra/UERJ. Como relatado por Vinícius é por meio da internet que o acesso a este conjunto de autores está sendo resgatado pelos sujeitos. Como apontado durante o capítulo, os dados observados em campo mais uma vez se aproximam das análises dos estudos de movimentos sociais que afirmam que o processo de popularização da internet em conjunto com as políticas de acesso ao Ensino Superior compõem oportunidades políticas que fazem referências teóricas circularem por diferentes meios e subsidiar a produção de enquadramentos políticos, como, por exemplo, a interseccionalidade (BULGARELLI, 2017; FALCÃO, 2017; RIO e MACIEL, 2017-8).

A centralidade do corpo e das emoções para produção de repertórios e enquadramentos, foi também apontada por Carla Gomes (2018) a partir de pesquisa sobre a Marcha das Vadias no Rio de Janeiro. Nessa direção, o acionamento da noção de *interseccionalidade* pode estar articulado à mobilização de outra noção, a de *experiência.* Contudo, não se trata da mobilização de narrativas, *experiências*, a fim de construir discursivamente a igualdade, como se identificou nos grupos feministas e homossexuais da década de 1970 (MACRAE, 1990). O acionamento da *experiência* em afirmações como de Jamile 'a pessoa é mulher, mas é lésbica, é feminista[...] o sujeito nunca é um só...', implica também lidar com várias diferenças - que são compreendidas como operando na produção do sujeito e da subjetividade, mas de modo indissociável de aspectos *estruturais*, como o racismo, o machismo e a cis-heteronormatividade[305] – e aprender a *dar conta* de todas as diferenças.

[305] Uso a dicotomia cis/tras em conformidade aos escritos do movimento transfeminista. A categoria cis ou cisgênero remete às pessoas que têm sua identidade de gênero em acordo com o sexo designado no nascimento. Em oposição ao termo trans, o binarismo colocado pelo movimento protagonizado por pessoas trans está em negar a ideia de que as pessoas trans se constituem em relação a um "outro normal". Para uma descrição mais atenta do termo ver: Carvalho, 2015.

CAPÍTULO 3 – O *AFETO* E A *EXPERIÊNCIA* COMO LINGUAGEM E AÇÃO POLÍTICA

A partir das narrativas e do trabalho de campo apresentado no primeiro e no segundo capítulo, percorremos o processo de construção dos **sujeitos políticos negros universitários** que a tese investiga, assim como pudemos perceber como este processo é permeado por um conjunto de *afetos.* Conforme apresentado na introdução, interessa-nos menos compreender as distinções e definições do que seria ou não afeto, mas sim compreender os efeitos destes nas relações e na construção dos sujeitos (COELHO, 2010). Com isso, partimos da compreensão dos interlocutores dos usos de *afeto, emoções, sentimentos e cuidado* como sinônimos.

Neste capítulo seguimos as reflexões de um conjunto de autores que defendem que as "emoções" devem ser pensadas num conjunto de micropolíticas que podem iluminar aspectos da organização social (COELHO, 2010; REZENDE e COELHO, 2010). Assim, investigar o que é colocado como afeto e como ele acionado torna-se essencial para pensarmos também os processos produção de enquadramentos e outros repertórios políticos. Além disso, compreende-se que para a transformação dos afetos em linguagem e, por conseguinte, em ação política – ou repertório – é necessária uma reformulação de si (HOOKS, 2000; SOUZA, 1983; FANON, 2008) e a construção de um "espaço seguro" (COLLINS, 2019). Desse modo, a "aparição" desses afetos no decorrer da tese e neste capítulo, corresponde as suas emergências nas narrativas dos sujeitos, que tem início no momento anterior à entrada na universidade, até a circunstância de realização da entrevista.

3.1 Entre *dois mundos*: levando a mãe para a universidade

Cena 3

Era janeiro de 2018 e por motivos de reposição de aula a UFBA estava ativa. Estávamos eu, Samira, Tifanny e Juliete[306] nos gramados da universidade esperando para o início de um evento no qual Samira iria fazer uma fala e apresentar sua pesquisa de iniciação científica. Em algum momento, Juliete se vira para mim e pergunta: 'Amiga, como você que não é branca e rica e gosta de gastar a onda, tem 26 anos e tá terminando o doutorado?'. Eu respondi constrangida: 'mamãe'. Samira riu e acenou com a cabeça sugerindo que se a

[306] Juliete, até o momento de finalização deste trabalho, se identificava como sapatão preta e era estudante da UFBA no curso de Biologia. Foi integrante do coletivo Enegrecer e apesar de não ter realizado entrevista com ela, foi uma importante interlocutora de campo.

pergunta tivesse sido feita para ela a resposta seria a mesma. Eu continuei 'mamãe sempre me colocou para estudar, e muito! Ela sempre dizia que a única responsabilidade que eu tinha era estudar e ela iria fazer de tudo para isso acontecer. Acho que levei isso a sério demais e tô aqui (risos)'. Rimos, concordamos e cada uma passou a contar o que a mãe fazia como estratégia para que estudássemos na infância e adolescência, mas como também esses estudos tinham ajudado a romper com as regras e verdades estabelecidas por elas, já que éramos sapas e bicha preta.[307]

***

Como vimos na narrativa de Jamile (BA), Taina (SP), Carolina (SP) e Rodger (BA) ainda no primeiro capítulo, a entrada na universidade é vista como uma conquista por representar a possibilidade de ter *uma vida melhor*. Assim, o incentivo aos estudos surge como uma *estratégia que as mulheres negras adotam* e a figura da mãe é acionada como a razão para que, apesar das dificuldades e da *solidão* sentidas ao entrar na universidade, esses jovens tenham uma *responsabilidade* para com esse esforço. O acionamento da figura da mãe surge muitas vezes como metáfora de uma relação entre *dois mundos* que esse sujeito passa a ter que manusear.

Como mencionamos anteriormente, a figura da mãe é constantemente acionada durante a entrevista de Jamile em diferentes momentos. Ao narrar a sua inquietação sobre quando pensa do porquê dela ter sido a única de sua geração, na família e na vizinhança, a ter entrado em uma universidade pública, retoma a mãe como meio de tentar encontrar essa justificativa e traz um caso que nos ajuda a refletir acerca de como a universidade se constrói como uma ideia. Ela disse:

> Aí eu fico me perguntando 'o que foi?'. Porque não teve nada... minha mãe não entendia o que era faculdade, até hoje minha mãe não entende o que eu fiz. Ela sabe que eu estudo, mas não entende o que é Ciências Sociais, não passou por essa experiência. Sabia que era uma coisa boa, sempre me incentivou quando eu decidi que ia continuar estudando depois do Ensino Médio, mas a partir do exemplo que ela via na casa onde ela trabalhou a vida toda. Em que todos os filhos entraram na universidade. Inclusive eu tive recentemente uma descoberta muito interessante. Minha mãe trabalhou em uma casa como empregada doméstica quase 20 anos, ela criou os filhos dessa família. Uma família branca da Barra[308]. Agora, há pouco tempo, ela decidiu que queria reencontrar essa família. Aí eu fiz vários questionamentos, 'mas pra que entrar em contato com a família?, a senhora foi empregada'. Fiz vários questionamentos, mas ela não arredou o pé, queria que eu descobrisse onde estavam essas pessoas pelo Facebook. Aí eu fui lá fuçar, eu sabia o nome das pessoas, fui pelo sobrenome, achei a mãe, a pessoa que ela era empregada na casa. Aí fiz um convite no Facebook, deixei uma mensagem, como eu acho que não sou amiga, talvez ela não tenha visto. E aí eu fui procurar pelos filhos. Eu descobri que

[307] Retirado do caderno de campo.

[308] A Barra é um bairro de Salvador que concentra pontos turísticos da cidade. O bairro é considerado, em campo, como habitado por pessoas de classe média e/ou classe média alta da cidade

> o menino que minha mãe foi babá faz Ciências Sociais hoje na UFBA e eu o conheço. E aí eu entrei em contato com ele pra contar essa história, só que ele ainda não respondeu. Então, assim, minha mãe só conhecia a universidade a partir dessa perspectiva, de ver os filhos dos outros, que ela tomou conta, que entraram na universidade e era algo natural. Depois do Ensino Médio, entrava na universidade. E ela nunca colocou isso como uma coisa pra gente, porque acho que ela sempre pensou que era algo inatingível, que não era coisa pra gente, ainda mais entrar na UFBA. Todos os filhos dessa família, eu até aproveitei pra olhar no Facebook, todos passaram pela UFBA. Um fez Engenharia, outro fez Fonoaudiologia e, o mais novo, fez Ciências Sociais - tá terminando agora a graduação em Ciências Sociais. Aí você vê a filha da empregada, que já tem mestrado, e o filho do patrão estão na mesma universidade, fazendo o mesmo curso, em momentos diferentes da carreira acadêmica, mas ali, se encontrando. Isso é surreal. Aí fiquei pensando sobre isso... e contei pra minha mãe. Falei: 'o mais novo que a senhora tomou conta, está fazendo o mesmo curso que eu fiz, que eu até já terminei o mestrado'. E ela achando muito interessante tudo isso. Isso só é possível hoje[309]. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

A fala de Jamile nos traz aspectos que perpassam grande parte das narrativas dos interlocutores. Primeiro, a universidade surge como um 'lugar não muito bem compreendido', mas como uma *coisa boa*, já que os filhos dos empregadores da mãe entraram na universidade. Assim como Jamile, Taina, Carolina, Rodger, Samira (BA), Tifanny (BA) e Ane (RJ), interlocutoras cujas mães foram ou ainda são empregadas domésticas, relatam que a identificação por parte delas da universidade ser uma *coisa boa* vinha do fato dos filhos da família na qual trabalhavam entrarem logo após o fim do Ensino Médio. Desse modo, a entrada na universidade surge como um meio para uma ascensão social e um modo de romper com um ciclo geracional de ocupações em determinados postos de trabalho, como o trabalho doméstico[310].

Como podemos observar a partir da realidade social brasileira e corroborada por trabalhos como de Marcia Lima e Ian Prates (2019), o emprego doméstico pode representar uma fotografia da sociedade brasileira onde são mantidos "velhos hábitos arcaicos de herança escravista que marcam a submissão" (p.151). Esta submissão sendo principalmente de mulheres, negras e pobres que representam a maior porcentagem de trabalhadoras domésticas no país[311]. Assim, podemos afirmar que apesar da mãe, que muitas vezes é uma mulher negra pobre empregada doméstica, não saber 'muito bem o que é a universidade' e o que 'seria feito

---

[309] Nesta fala, Jamile está se referenciando tanto à política de cotas, quando às políticas de expansão universitárias realizadas nos governos do Partido dos Trabalhadores, que possibilitaram um crescimento considerável de estudantes de baixa renda e negros nas universidades públicas brasileiras.

[310] Segundo o Anexo 3 (Tabelas Sócio Referenciadas 2), no que se refere à escolaridade da mãe, as respostas foram: uma Alfabetizada, 5 com Ensino Fundamental Incompleto, 3 com Ensino Médio Incompleto, 4 com Ensino Médio Completo, uma com Ensino Superior Incompleto e 5 com Ensino Superior Completo. Vale ressaltar que das 5 com Ensino Superior Completo, 4 chegaram nesse nível após os 30 anos, assim como as 4 com Ensino Médio Completo, mostrando que possivelmente essas mães retornaram ao sistema de ensino após seus filhos entrarem na universidade.

[311] Segundo LIMA e Prates (2019), a partir dos dados do PNAD, em 2012, do total das pessoas que exerciam trabalho doméstico, 92,8% eram mulheres, dentre elas 64% negras e 81,8% tinham no máximo o Ensino Fundamental completo.

lá', esse lugar é identificado como uma *coisa boa* e o incentivo aos estudos uma 'estratégia que as mulheres negras adotam'. A universidade então, surge como um meio desse filho adentrar outro lugar que não seja o que ela conhece, ou seja, o da submissão.

Além de Jamile (BA), Ane (RJ) também nos traz em sua narrativa que o emprego doméstico estava na sua família há gerações, mas que sua mãe sempre dizia que 'não queria esse destino para mim'. Ela diz:

> Eu sou filha de empregada doméstica, minha mãe trabalhou desde os oito anos em casa de família, então eu lembro que o grande marcador de entrar na universidade não foi porque eu tive contato com professor, foi quando o meu irmão entrou pra História. E assim, eu vi a felicidade da minha mãe, e ela falava que a gente tinha que ser da universidade pra não ser doméstica [...] e também nunca fui levada como filha pra casa de família pra ajudar. Ela nunca disse: 'ah, esse vai ser o seu destino'. Ela não queria esse destino pra mim. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Ainda segundo Lima e Prates (2019), entre 2002-2012 "houve uma redução significativa de empregadas domésticas, em especial nas faixas mais jovens, assim como um aumento da escolaridade desses trabalhadores" (p.152). Apesar dos autores não relacionarem essa redução com a política de cotas[312], podemos dizer que nas narrativas dos interlocutores desta tese é produzida uma relação direta entre as cotas, a entrada na universidade e a "fuga" do trabalho doméstico. Assim, a entrada na universidade representa para essa mãe um sinônimo de amor (HOOKS, 2000), e para a filha uma forma de agradecimento que irá perpassar toda sua trajetória acadêmica.

Entretanto, vale ressaltar que essa relação não pode ser vista de forma romantizada. Em conjunto com o campo de estudos da política educacional recente, Maria Eulina de Carvalho (2000) se dedica a refletir sobre como o sucesso escolar relacionado à dedicação da mãe reforça os papéis de gênero, que também são reforçados pelo currículo escolar. Assim, aproximando os escritos de Carvalho e bell hooks (2000), uma vez que a educação é vista como um meio de ascensão social, o incentivo aos estudos é colocado como uma forma de amor que paira sobre a *responsabilidade* quase que exclusiva da mãe, da mesma forma que a noção de *agradecimento* surge com mais frequência nas narrativas das mulheres com quem conversei.

[312] A partir da análise dos dados, os autores afirmam: "Há razões suficientes para crer que a mudança no perfil do emprego doméstico, em especial se considerarmos o grupo de jovens menos qualificadas, deveu-se em grande medida a uma expansão dos setores do mercado de trabalho urbano. Mais do que isso, pelo crescimento de ocupações qualitativamente superiores, seja do ponto de vista dos rendimentos ou do acesso a direitos decorrentes de maiores níveis de formalização." (LIMA; PRATES, 2019:166)

Desde o primeiro capítulo, podemos observar que Taina (SP) traz em sua narrativa a figura de sua mãe constantemente. Logo no início da entrevista, a trajetória de sua mãe contra a violência doméstica que sofria é vista por ela como sua primeira aproximação com a *luta por direitos*. Apesar de a todo tempo marcar a importância de sua mãe em sua trajetória, essa relação passa a ser ressignificada a partir da inserção de Taina no feminismo negro. Assim, na parte da entrevista em aborda a importância do *cuidado* e de uma *cara feminista negra* na organização política do NCN/UNICAMP, volta a falar de sua mãe e dizer que além do feminismo negro tê-la ensinado 'como deve se fazer política', a aproximação com o tema e com 'mulheres negras mais velhas' a fez rever a sua relação com sua mãe. Ela conta:

> Eu não me via nela, eu não me via nela, eu não me identificava com ela porque, talvez por eu ter tido uma trajetória pra ter toda essa trajetória pra mim, eu achava que tinha coisas que eu tinha vivenciado, que eu tinha visto, que eu entendia e que ela não seria capaz de entender, mas eu acabei criando, tipo, uma desumanização tão grande com ela a partir das experiências que eu tive de violência com o meu pai que eu também não tava interessada em compartilhar muito, eu perdi a paciência muito rápido... e aí quando eu percebi isso eu falei, tipo, "poxa, eu tô sendo super machista com a minha mãe e ainda tô sendo racista". Assim, né, eu fico tretando com branco, a minha vida inteira praticamente, desde dos 16 anos, e eu não tenho paciência de sentar e explicar; e foi uma coisa assim que o movimento feminista me proporcionou[...] Logo depois de todo esse processo, de eu me aproximar desses movimentos, de eu começar a levar pra casa discussões mais elaboradas, mais sofisticadas, livros, começar a levar a minha mãe pra frequentar alguns lugares que eu comecei a frequentar, que eu já frequentava, a minha mãe foi, entrou na universidade, tipo, se rebelou contra a patroa, saiu do serviço, hoje ela é funcionária do Extra. Entende? Então assim, tipo, por isso que eu acho que tem uma relação muito, essa relação pessoal que eu acho e essa cara de feminismo assim, esses ensinamentos e aprendizados que eu acho que, tipo, pra minha prática, é na prática, o feminismo faz a gente olhar pras nossas práticas. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Apesar da importância de sua mãe, Taina afirma inicialmente que as *experiências* e *formações* que passou a ter após a entrada na universidade, a fizeram achar que 'sua mãe não seria capaz de entendê-la'. Contudo, foi na aproximação com o movimento feminista negro que ela passou a rever a relação com sua mãe e a levou para o **seu mundo**. Assim, apresentar a mãe aos livros, levar para frequentar lugares e até a universidade, foi visto como um movimento de aproximar *os dois mundos* nos quais ela vivia – **mundo da universidade** e **mundo de origem** – para a própria mãe.

A Jornada Afro Acadêmica de Estudos (JAEE), realizada na UFRJ, em outubro de 2017, foi um momento acompanhado em campo no qual essa conexão entre os *dois mundos*, apontada por Taina e Jamile, foi observada e compartilhada por mim[313]. Tomada pelos

[313] A JAEE foi organizada pelo Coletivo Negro Carolina de Jesus, da UFRJ e, segundo o site da jornada, surgiu pela "observação de duas demandas compartilhadas entre pessoas negras que ingressam na universidade nos últimos anos: dividir sua produção acadêmica e refletir sobre a responsabilidade da intelectualidade negra". Sendo a denúncia do epistemicídio a principal pauta da JAEE, apresentarei a Jornada de forma mais pormenorizada no último capítulo desta tese. Disponível em: <http://jaee.ifcs.ufrj.br/>. Acesso em 25 de out. 2017.

debates dos quais havia participado e ouvido no NCN/UNICAMP e, principalmente, em espaços de *formação* de mulheres negras sobre o 'empoderamento da família' e a importância da mãe em todo esse processo, fui para a Jornada, pensando em levar a minha mãe para a mesa de abertura. Descobri que a mesa contaria com a presença da filha de Carolina Maria de Jesus[314], o que me fez pensar que seria uma ótima oportunidade de propiciar a minha mãe sentar-se num lugar no qual só havia entrado por ocasião de minha formatura. Um lugar que sempre lhe pareceu muito distante, mas que ela acessaria num momento em que estaria cheio de gente parecida com ela e ouviria a história de Carolina Maria de Jesus. Para mim poderia ser algo muito especial, sobretudo por fazê-la sentir-se pertencente. Ao chegar no Rio de Janeiro, falei da mesa e ela se empolgou com o convite. Ela me acompanhou, mas preferiu ficar sentada ao fundo do opulento salão nobre do IFCS/UFRJ e assistiu a todas as falas. Ao final me disse: 'é muito lindo o que vocês estão fazendo. Continue sempre e muita força para vocês'. Eu agradeci e pude ver sua cara de felicidade.

Durante o evento, percebi que muitas mães - e às vezes as famílias (com pai e avós) - participavam dos momentos de apresentações de trabalhos[315]. Na mesa de encerramento, a mãe da estudante que mediava a sessão estava presente. Antes de começar sua fala, ela disse que aquela era a primeira vez que ela estava em uma mesa e havia levado sua mãe para assisti-la como forma de compartilhar com ela aquele momento. A mesa de encerramento da Jornada, aliás, só começou quando a mãe da estudante chegou. Esperar por aquela mãe era algo cuja importância se compartilhava: mostrar para a mãe que ela estava numa mesa era *motivo de orgulho*, mas também uma forma de *agradecimento* por todo o *esforço* feito por aquela mãe para que a filha 'pudesse estar naquele lugar'. A felicidade exacerbada da mãe, que chorava no decorrer da mesa, demonstrando todo seu orgulho, afetou a todos que compartilharam aquele momento. Levar a mãe ou a família a um evento como aquele era algo coletivamente defendido como uma maneira de também colocar *os seus* dentro da universidade, além de ser uma forma de 'retribuição e agradecimento'.

Pude presenciar momentos semelhantes em outros espaços. Durante a mesa de abertura do V Encontro Nacional de Negras, Negros e Cotistas da UNE (ENUNE)[316], em 2016, e do VI ENUNE, em 2019, os respectivos diretores da pasta de combate racial da UNE,

[314] Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira, conhecida por seu livro "Quarto de Despejo: diário de uma favelada", publicado em 1960. Carolina de Jesus é considerada uma das primeiras e mais importantes escritoras negras do Brasil.

[315] Vale ressaltar que a quase totalidade dos pesquisadores estavam na graduação, desenvolvendo, ou não, pesquisas de iniciação científica.

316 A descrição deste Encontro se encontra no segundo capítulo.

que coordenavam o Encontro, levaram suas mães ao evento. Um Encontro aconteceu três anos após o outro, mas a cena parecia ser exatamente a mesma. Sentadas na primeira fileira, nenhuma delas mostrava ter intimidade com aquele espaço. Além de ter sido dito por seus filhos que era a primeira vez que elas estavam na universidade que eles estudavam, cada uma observava cada detalhe ao redor de todo espaço que tinha sido preparado para a mesa de abertura, se esforçavam para ler todas as bandeiras e cartazes pendurados e direcionavam os olhares curiosos para os jovens com seus cabelos e roupas coloridas que circulavam, passando uma sensação, para os observadores de seus olhares, de estranhamento, mas também de muita curiosidade. Os dois diretores – um deles Rodger (BA) - aproveitaram o momento de suas falas para agradecê-las pela presença, afirmando ser 'por elas que estavam lutando'. Ao fim, eles foram intensamente aplaudidos por todos os outros jovens negros universitários que ali estavam.

Além disso, em todos os momentos que pude observar a presença das mães, era relatado um desejo de *agradecimento*, mas também de apresentar a própria universidade. A ideia de 'mostrar o que é, e o que se faz naquele lugar' era dita e compartilhada por diferentes atores, em diversas situações. Nas entrevistas e em conversas com estudantes negros, pude perceber que, por serem os primeiros de suas famílias a entrarem na universidade, esta que se apresentava como muito distante, mas como uma *coisa boa*, continuava sendo distante para toda sua família e realidade local, mesmo após a entrada desses estudantes. Dessa forma, levar a mãe à universidade se apresenta como uma forma de conexão entre *dois mundos*: o **mundo de origem**, onde este estudante foi criado, e o **mundo da universidade**, para onde ele adentra após a matrícula. Além disso, a presença da mãe também aproxima o **mundo de origem** ao **mundo da universidade** em uma via de mão dupla: as mães conhecem o **mundo da universidade**; os colegas da universidade são apresentados ao **mundo de origem** de quem leva a mãe.

Entretanto, vale ressaltar que há uma escolha afetiva dos lugares e momentos que as mães são levadas ao **mundo universidade**. Essa mãe não é apresenta a mesma universidade que seu filho conheceu ao entrar. Ela chega em um momento onde mostra a conquista desse filho e em espaço considerados seguros. Além disso, a presença da mãe é parte dos *agradecimentos* dos filhos, mas é também uma presença que constitui o fazer militante, que reforça a legitimidade das pessoas em "fazer a luta". É uma presença afetiva e política. As mães são figuras importantes na trajetória das pessoas e leva-las para a universidade é também um modo de materializar os passos dessa trajetória em um corpo, emocionado, que

está lá para conhecer mais sobre esse outro mundo frequentado pelos filhos. O momento de levar a mãe à universidade também é realizado como uma forma de validação da *experiência* e apresentação da *ancestralidade* que oferece uma legitimidade política desses sujeitos[317].

Contudo, para Aiye (RJ), Vinícius (RJ), Samira (BA), Bruno (SP) e muitos outros estudantes negros LGBTI, entrar na universidade também representa uma maior *liberdade sexual* e autocompreensão de suas próprias sexualidades. Em todas as entrevistas com LGBTI nesta tese, eles narram o momento pós entrada na universidade como uma *libertação da sexualidade*. Dessa forma, o **mundo de origem** aparece como o 'lugar da repressão', onde não podiam se descobrir ou ser descobertos como LGBTI. Em contrapartida, o **mundo da universidade** aparece como *libertador* onde se descobre 'sobre si e sobre a sexualidade', como afirmou Ricardo Santana (BA), em entrevista.

A comparação dos Encontros organizados pelo movimento negro (como as Jornadas ou o ENUNE) com os espaços e reuniões dos coletivos de diversidade sexual e de gênero se faz, aqui, relevante. Embora nestes também houvesse a centralidade da mãe por parte dos militantes negros, a mãe em si não estava presente nos espaços. Em todo o trabalho de campo desde o mestrado com o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), nunca observei cenas como as descritas anteriormente, em que alguma mãe era convidada por sua filha ou filho a acompanhar uma mesa de discussões. Como participante do ENUDS, levar minha mãe ao Encontro ou a algum evento paralelo nunca foi uma opção, assim como observo não ser para os meus interlocutores negros destes espaços.

O único momento em que pude observar a presença da família no ENUDS, foi na Plenária Inicial da XI edição (2013), em Matinhos/PR, na qual o pai de Lucas Fortuna, um jovem organizador do Encontro que fora assassinado no ano anterior (2012), esteve presente para receber uma homenagem. Vestindo uma camiseta com a foto de Lucas e os escritos *Homofobia mata!*, o pai de Lucas proferiu uma fala associando o caso de seu filho à homofobia e dizendo 'agora estou junto na luta com você, para continuar a luta do meu filho'. Apesar de ser uma figura masculina, o pai de Lucas se apresentava como parte do grupo Mães Pela Diversidade, movimento de *mães de LGBTs* em que ele disse ter o *acolhido* após o assassinato de seu filho. Mesmo contando com a participação de muitos pais, a ideia de 'lutar

[317] Agradeço aqui a leitura de Natalia Lago a qual contribuiu diretamente para essa análise.

como uma mãe' é constitutiva deste movimento[318]. Desse modo, nos espaços LGBTI a figura da mãe se faz presente "performatizada" e no compartilhamento da dor e da perda (BUTLER, 2018).

Durante a etnografia realizada no KIU!, coletivo de diversidade sexual majoritariamente formado por negros da UFBA, pude perceber que eles chamam a si mesmos de *pais, mães, avós e irmãos*. *Avós* normalmente são jovens identificados como a geração mais antiga e não mais atuante. Por sua vez, *pais* e *mães* são os que seriam também da geração mais antiga, porém ainda atuantes. Já os *filhos* e *irmãos* são os integrantes da geração mais recente. Neste contexto, a figura dos *pais* e *mães* não correspondem, obrigatoriamente, à identidade de gênero, ou seja, uma *bicha* pode ser mãe de outra *bicha*, por exemplo[319]. Entretanto, a figura da mãe era muito mais comum que a do pai. Ser mãe significava que essa pessoa teria uma responsabilidade de cuidado para com esse filho, que também via essa mãe como uma figura de respeito, no processo de aprendizado político, mas também como uma pessoa de *segurança*. Rebeca (BA), por exemplo, era mãe de Doss (BA) que era mãe de Tifanny (BA) e foi Rebeca que tomou a posição de cuidado com seus *filhos* e *netos* durante o tempo do luto. Assim, pela impossibilidade vista de compartilhar com sua **mãe de origem** o cotidiano da vida, a **mãe da universidade**, ou **do movimento**, toma esse lugar. Sendo ela que passa a ser chamada para compartilhar as conquistas e são levadas para o momento de falas públicas, apresentação de trabalhos e qualquer outra situação de conquista destes estudantes.

Entretanto, destacamos que tanto a **mãe de origem** quanto a **mãe da universidade** que é levada a compartilhar estes momentos é uma mãe negra. Assim, como a figura da mãe é colocada como esse primeiro posto de construção da identidade racial e do *lugar de cuidado*, a mãe branca toma um outro lugar quando surge nas narrativas. Na narrativa de Letícia, integrante do NCN/UNICAMP, logo no início, a figura da mãe branca[320] e do pai negro ausente é usada para justificar a sua afirmação de ter 'se tornado negro na universidade'. Ela diz:

---

[318] Cada vez mais, trabalhos recentes estão sendo produzidos acerca deste coletivo. Kaito Novais (2017) traz em sua etnografia sobre esse movimento a figura do pai de Lucas, para afirmar que as noções de maternidade são cernes desta organização independente da figura que a representa.

[319] Aqui, vale ressaltar os trabalhos de Kath Weston (1991;1998) que a partir de uma discussão sobre parentesco entre gays e lésbicas de São Francisco, nos anos 1980, questiona a noção de família como apenas de sangue e reafirma que as "famílias de escolhas" se mantinham ao longo do tempo. A autora, em conjunto com os dados de campo, nos apresenta como a noção de família corresponde mais aos sentidos de cuidado, apoio e lugar de segurança do que laços sanguíneos. Além disso, para debate acerca de famílias LGBT, ver: Perilo, 2017.

[320] A Letícia é a única interlocutora que disse ter uma mãe branca.

> Eu demorei muito pra entender que eu era uma pessoa negra, eu sabia que eu não era branca, mas eu não entendia o significado de ser uma mulher negra, eu só fui entender quando eu entrei na graduação, que fez muito eu pensar como a minha adolescência e infância foram passadas por situações racistas que eu interpretava como ignorância da pessoa, tipo 'ah, como que a sua mãe é sua mãe, se a sua mãe é branca' e, como eu não tenho contato com meu pai, meu pai nunca estava presente, então as pessoas só viam uma figura, aí eu explicava 'ah, a minha mãe é branca e o meu pai é bem negro então eu nasci dessa cor, dã' ((riso))[...]eu estudei em escola pública, né, a vida inteira, então tinham bastante pessoas negras, mas eu não tinha uma vivência assim tão próxima, era vivência da escola, em casa, na minha rua eu tinha outros amigos, que não eram negros e aqui [UNICAMP] é a maior quantidade de pessoas negras com quem eu ando foi ser aqui sim, no finalzinho da federal foi, eu já andava com muitas pessoas, muitas mulheres negras e isso fez bastante diferença, eu acho, porque minha mãe tem as limitações dela, né, as limitações que socialmente ela foi construída de um jeito, eu fui construída de outro e ela não entendia algumas coisas e, assim uma das grandes coisas que eu gostaria de ter tido, que eu penso assim, é conviver com o lado da minha família negra, isso não, não é uma coisa assim que vai acontecer, eu acho, porque eu não tenho nenhum contato com o meu pai. (Letícia, entrevista em 14/09/18).

A ideia de que a aproximação com sua família negra a levaria para um lugar *confortável* se encontra com esse processo de enegrecimento que passa ao entrar na universidade, por ter sido em um grupo de jovens negras na universidade que pela primeira vez ela 'se sentiu confortável'.

Nesse sentido, podemos observar a partir das cenas e narrativas que a mãe, "performada" de diferentes formas é acionada tanto nos momentos de celebração quanto de sofrimento. Dessa maneira, um conjunto de trabalhos que se encontram no campo de reflexão acerca de gênero e violência, se dedicam, através das etnografias, em refletir sobre a centralidade da persona da mãe na luta dos movimentos sociais. Adriana Vianna (2014) e Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) em trabalho com o movimento de "mães" que perderam seus filhos mortos por "agentes de Estado"[321] argumentam como que no processo de defesa dos "casos" de seus filhos a "mãe" é a figura central, ao mesmo tempo performada, que encarna a dor universalmente inteligível. Em sua tese Roberto Efrem Filho (2017), a partir de um caso de violência sexual que reverbera como ato no movimento social, apresenta como o movimento pela ação performa a "mãe":

> As convenções, sobretudo de gênero, que conformam a ideia de "mãe", da personagem que encarna o trabalho de cuidado que pode ser levado ao extremo, principalmente se os sinais do sofrimento intraduzível e incomparável estiverem suficientemente à vista, são o que deve ser estetizado e experienciado em público. Nesse processo de maternagem da ação política, os sujeitos se mobilizam entre a reafirmação de convenções de gênero e a disrupção dessas mesmas convenções. (EFREM FILHO, 2017:201).

Com isso, Efrem Filho afirma que a "maternagem da ação política não reproduz dominação", mas opõe o "manifestante a qualquer conjectura de passividade". Apesar dos trabalhos citados acima apresentarem essa reflexão a partir de situações de violência, a

[321] O termo "agentes do Estado" é usado pelas autoras para marcar que as execuções dos jovens negros foram realizadas por policiais militares e do exército, muitas vezes, no exercício de suas profissões

"maternagem da ação política" se reproduz também em momentos de celebração e conquistas como os descritos nas cenas de campo. Contudo, a partir das cenas e das narrativas podemos observar a diferença de quem "performa a maternagem" a depender das identidades dos filhos. A partir das entrevistas, pude perceber que na narrativa de todos os interlocutores que se identificam como heterossexuais, a **mãe de origem** toma a centralidade assim como apresentada no início da seção e é levada, muitas vezes, para dentro da universidade, quando esta compartilha a mesma identidade racial. Em outra medida, no conjunto dos interlocutores LGBTI, a figura da **mãe de origem** como principal incentivadora dos estudos, surge nas narrativas de Samira (BA), Tifanny (BA) e Carolina (SP) apenas no período pré-universidade. Outro ponto, é perceber como as mães de religião *evangélica*[322], somem nas narrativas positivas e só surgem no conjunto para marcar a origem evangélica, vista como negativa, antes de entrar na universidade.

Por fim, em conjunto com a bibliografia acerca da "maternagem da ação política", Natalia Lago (2019) reflete acerca dessa construção a partir de "mãe e familiares" de presos, de uma associação chamada Amparar. A autora levanta a hipótese que:

> Minha hipótese era a de que as integrantes da Associação Amparar mobilizariam atributos de gênero ao buscar legitimidade às suas pautas e à sua ação política, dando relevância à importância das mães e, em última análise, da família e dos afetos na produção de um discurso ativista. (LAGO, 2019:12)

Nesse sentido, à luz de Lago, podemos refletir que no caso dos estudantes negros, por entender a autoridade moral que os atributos de gênero e a legitimidade da mãe oferecem para as pautas e lutas políticas, no campo, ao invés da mãe se colocar ela é colocada pelos seus filhos como meio de legitimar um discurso ativista. Ou seja, como seus filhos podem falar por si, por estarem vivos ou em liberdade, a mãe continua tendo o mesmo papel apontado pelas autoras, mas aqui a figura da mãe é levada e construída pelo filho e não por si mesma na luta política.

A luz de bell hooks (2000), proponho então compreendermos o ato de levar a mãe à universidade como uma "fuga" da *solidão* e, por conseguinte, como uma forma de amor, ou seja, de *afeto* que produz efeitos subjetivos e políticos. A partir de diálogos entre mães e filhas, a autora apresenta como a repressão das emoções foi um meio de sobrevivência para a população negra, mas só quando "nos amamos, desejamos viver plenamente" (p.3). Dada essa repressão, os negros "aprenderam a seguir seus impulsos somente em situações de grande

[322] As informações da religião das mães foram retiradas das entrevistas. A marcação da religião das mães surgiu apenas nas narrativas de Doss (BA), Vinícius (RJ) e Aiye (RJ) que relataram a dificuldade de viverem sua sexualidade como *bichas pretas* por serem de *famílias evangélicas*.

necessidade e esperar por um momento 'seguro' quando seria possível expressar seus sentimentos" (p.2). Assim, a mãe que só é levada para a universidade após a construção de um *espaço seguro*, abre a possibilidade de expressão dos sentimentos nos *dois mundos* – da universidade e de origem –, e essa possibilidade de diálogo como uma busca do "viver plenamente".

Isto posto, apesar de não ser colocada como uma marcação de diferenciação o ato de levar a mãe à universidade me saltou aos olhos, principalmente, no momento em que eu decido levar a minha mãe. Assim, a mãe surge incialmente nas narrativas como razão para se resistir à *solidão* e como *responsabilidade* para a ação política. Nesse sentido, é após a inserção política e com a preparação de um *espaço seguro*, onde irá se compartilhar um momento de conquista e reconhecimento, que essa mãe é levada para a universidade. Assim, o ato de levar a mãe – no processo de "maternagem da ação política" – conecta os dois mundos desse universitário negro. Além disso, essa mãe negra pobre valida a *experiência* e legitima a sua mobilização no ativismo e na produção de pautas desses jovens em luta que, de certo modo, articulam a sacralidade da figura da mãe, o sofrimento e violência. Em contrapartida, nos encontros como o ENUDS, o compartilhamento da identidade racial não basta. Desse modo, o movimento social performa a mãe, tanto no compartilhamento de conquistas – como quando se leva a mãe do KIU! para apresentação de trabalho – como de sofrimento, quando se compartilha, junto com o pai, a perda de um companheiro de militância.

3.2 *Tornar-se negro na universidade*: a transformação do afeto em linguagem de si

Como vimos na seção anterior, é a partir da formulação do sentimento da *solidão* que se inicia a narrativa da **busca** por *pessoas parecidas comigo* ou *os seus*, onde a figura da mãe é construída como a interconexão entre os que seriam *os seus* no **mundo de origem** e os seus no **mundo da universidade**. Assim, o processo de **busca** que ocorre entre a *solidão* e o *acolhimento*, corresponde diretamente à reconfiguração das *experiências* para o encontro com *os seus*.

Como apresentado no primeiro capítulo, a partir das narrativas dos sujeitos acerca dos seus processos de engajamento político, vimos que as múltiplas identidades dos sujeitos são negociadas e, a depender do contexto e das *experiências* vividas, a noção de *os seus* sofrem variações. Por exemplo, na trajetória de Jamile (BA) inicialmente o movimento feminista surge como esse lugar de *acolhimento*, mas após a aproximação com o debate racial é no núcleo de estudantes negros que se sente 'completamente acolhida', ou seja, encontra *os seus*,

e se mantém até o fim da graduação. Assim, esta narrativa, em conjunto com outras situações observadas em campo, nos apresenta que *os seus* podem ser construídos por uma aproximação de classe, gênero, sexualidade e raça e que, a depender de um conjunto múltiplo de *experiências* e do contexto, um determinado enquadramento toma centralidade (racismo, machismo, LGBTIfobia, opressão de classes, etc).

Gayatri Spivak (1990) nos chama atenção para como, na produção das identidades coletivas, a multiplicidade e diversidade dos atores são hierarquizadas e, a depender do contexto, uma categoria ou uma pauta toma maior centralidade. Desse modo, apesar dos interlocutores relatarem o processo de construção de suas sexualidades e gênero após a entrada na universidade, esses processos são vistos como 'facilitados e positivos' pelo próprio ambiente da universidade. Em contrapartida, o processo de *tornar-se negro* recebe uma leitura distinta.

Durante a pesquisa de campo, foi comum ouvir em falas nos coletivos e ocasiões públicas a expressão: *tornar-se negro na universidade*. Contudo, como já apontado no primeiro capítulo, apesar do foco na categoria negro – dada a importância que o enquadramento do racismo toma em campo –, essa expressão não surgia relacionada apenas à construção da identidade racial e nem no sentido de "descoberta" de ser negro, mas sim atrelada à ideia de *tornar-se militante*. Como já foi apresentado, os autores lidos nas *formações* dos coletivos estão intrinsecamente relacionados à compressão de categorias e processos que esses sujeitos acionam nos discursos. Assim, a obra "Tornar-se negro" de Neusa Santos Souza (1983) é constantemente utilizada nestes espaços de *formação*, o que nos ajuda a compreender a relação entre 'tornar-se negro e tornar-se militante' que surge nas narrativas. Nesse sentido, iremos explorar o que já foi indicado no primeiro capítulo e por meio das narrativas iremos percorrer como a **busca** pelo *acolhimento* constrói efeitos que são atribuídos à noção de *tornar-se negro*, que para os interlocutores e para Neusa Santos Souza significa possuir um discurso sobre si, ou seja, "um discurso negro sobre o negro, no que tange a sua emocionalidade"(1983:17).

Para compreendermos esse processo, trago uma cena que pude compartilhar com parte dos interlocutores. Como dito na introdução, em 2015, o IFCH/UNICAMP aprovou cotas para negros e indígenas na pós-graduação e, em 2016, recebeu seus primeiros *cotistas*. Alguns meses depois, após o início das aulas, todos os *cotistas* receberam um e-mail da secretaria do Instituto convidando-nos para uma reunião na qual seria discutida a organização de um evento

sobre as cotas recém aprovadas[323]. Em uma sala, eles reuniram todos os *cotistas*, que até o momento não se conheciam, e sem nenhuma oportunidade de apresentação, distribuíram a programação do evento que queriam realizar. Apesar de não nos conhecermos, os sentimentos de incômodo foram compartilhados nos olhares e após a reunião, quando uma das alunas disse: 'parece que eles chamaram a gente aqui para a gente agradecer por eles terem colocado as cotas. Mas eles não tão fazendo mais que sua obrigação!'[324] Naquele momento, percebi que foi construída uma noção de grupo que não seria formado se não tivéssemos sido reunidos como *cotistas*. Naquela reunião, eu e Letícia nos tornamos um conjunto sob a categoria de *cotista*, mas não foi neste processo de racialização que ela *se tornou negra*, como me afirmou posteriormente.

Letícia Pavarina, integrante do NCN/UNICAMP, se identifica como uma *mulher negra, lésbica*. Em entrevista, Letícia começou a me contar sobre sua trajetória a partir de seu ingresso no ensino superior. Moradora do interior de São Paulo, se mudou para São Carlos/SP, em 2010, para dar início à sua graduação em Ciências Sociais na UFSCAR. Assim como Ane (RJ), Jamile (BA), Ricardo (BA), Carolina (SP) e Rodger (BA), o sentimento de *solidão* foi também relatado por ela ao falar de sua entrada na universidade:

> Eu achava difícil, assim. Eu tinha muita dificuldade, eu não conseguia ler muito os textos porque era de uma realidade muito diferente da minha e eu nunca fui acostumada muito a estudar[...]. Só que pra mim era muito penoso por uma questão de autoestima. Eu não me identificava com os meus colegas[...], eu me sentia muito sozinha, eu passava, eu ia só da faculdade pra casa, da casa pra faculdade e eu trabalhava lá porque eu era bolsista, então eu trabalhava na secretaria da graduação de Ciências Sociais. Eu não saía muito porque não tinha dinheiro, fazia algumas coisas de graça no campus, mas eu me sentia muito inadequada. Tipo, eu gostava do ambiente acadêmico, era um lugar aonde eu tava descobrindo um monte de coisa mas eu não me sentia confortável. (Letícia, entrevista em 14/09/18)

Por insistência de um professor, ela desistiu de abandonar o curso e passou a fazer acompanhamento terapêutico na unidade de saúde da universidade[325]. Após esse momento de *acolhimento*, ela passou a integrar o grupo de terapia ocupacional e, por demanda de uma disciplina, começou a 'ler textos sobre a questão racial'. Para ela, aquelas reflexões eram as

---

[323] Segundo uma das docentes do Instituto, ao longo do processo de seleção, a categoria usada era *optante*, ou seja aquele que optou por acionar as cotas para negros e indígenas no processo seletivo, e não havia entendimento coletivo prévio que desse suporte a seguir classificando como *optantes* ou a partir de qualquer outra categoria os estudante que ingressaram via ação afirmativa. Contudo, ressalto que a recepção negativa dos alunos para a referida reunião, não foi pelo uso da categoria *cotista*, mas pela ideia de ali se constituir um grupo unitário simplesmente pelo fato de compartilharmos a mesma identidade racial.

[324] Retirada do caderno de campo.

[325] A busca por acompanhamento terapêutico na universidade foi relatada por inúmeros interlocutores. As dificuldades burocráticas e a lista de espera eram os aspectos negativos mais levantados por eles, mas todos que utilizavam os serviços oferecidos pela universidade ou pelo departamento de Psicologia (como no caso da UERJ) relataram que sem esse serviço não teriam condições financeiras de realizarem um tratamento e que a *vida seria muito mais difícil*.

primeiras que se aproximavam da sua 'realidade de vida', e estavam *dando sentido* às suas *experiências* de vida como *mulher negra*. Ela diz:

> Ah, eu sabia que eu não era branca, mas eu me entendi como negra depois da graduação[...]. No começo do terceiro ano, comecei a ler algumas coisas, entrei num grupo de estudos[...] e a gente lia texto pós-coloniais, né. Eu fiz uma matéria que era sociologia das relações raciais, no terceiro ano também, e a gente leu Fanon e eu comecei a ler várias coisas assim, só que elas me deixavam meio na bad. Aí, às vezes eu parava, às vezes eu voltava, só que aí eu comecei a pensar coisas que parecem bem bobas, mas eu acho que fazem sentido. Do tipo: 'ah, por que que ninguém queria ficar comigo na escola?'. Tudo bem, eu tinha vergonha, sempre fui tímida, mas por que isso não acontecia, né? E aí comecei a pensar essas coisas, coisas de infância. Então, quando eu comecei a ler coisa que davam como exemplos isso, que tinham a ver com representação e tal, eu falei 'ahhh! Acho que agora tá fazendo algum sentido'. E foi isso, foi um processo que continua, porque às vezes eu ainda me sinto bastante mal. Acho que eu não sou boa nas coisas ou que tudo que eu tenho produzido, tudo que eu tenho que estudar, nunca vai chegar a determinado padrão. Um processo que acho que vai ser pra vida inteira, mas foi um processo que, num primeiro momento, eu senti[...] Mas o começo do processo foi isso, ler as coisas, tentar fazer relação com a adolescência ou a infância, aí ficava muito difícil e eu largava e lia coisa que não tinha nada a ver. Aí, fui começando a conversar com as pessoas e dividir experiências, então as coisas foram ficando mais leves. Só que, ao mesmo tempo, eu achava que eu não tinha passado por tantas coisas pesadas assim, porque a minha experiência não era tão pesada quanto a das outras pessoas, que às vezes já tinham ouvido coisas muito pesadas, e eu falava 'ah, tô de boa, eu não tenho que ficar aqui me sentindo mal'. Mas na verdade eu acho que as pequenas coisas também vão, tipo, atropelando a gente[...]. Uma coisa que eu passei a prestar atenção é de sempre falar uma coisa como se eu já estivesse pedindo desculpa. E as pessoas [brancas] não fazem isso[...]. Essa parte do raciocínio, de mudar a forma como você pensa, foi uma das coisas que me deu tranquilidade na vida. Não 100%, mas me deixou um pouco mais confortável com quem eu sou. Eu não gostava de mim, não, tanto que dos 11 aos 18 eu não tenho foto[...]. Tudo isso que eu tô te explicando nessa relação, eu só consigo fazer agora. Na época, eu achava que 'ah, sou adolescente, então toda essa angústia aqui é porque eu sou adolescente, quando eu chegar nos 20 vai passar'. Eu me sentia muito mal e muito angustiada, porque eu não entendia o que tava acontecendo. Eu não entendia como as coisas iam se dando assim. Isso de não ter representação é uma coisa que pesava bastante. (Letícia, entrevista em 14/09/18).

O relato de Letícia nos permite observar seu processo de 'tornar-se negra na universidade'. No início, ela separa a relação entre saber que *não é branca* e entender *ser negra*. Na continuação de sua fala, podemos perceber que o *ser negra* está relacionado com a tomada de 'consciência de experiências vividas como racismo'. Para ela, foi a partir das leituras que refletiam sobre a questão racial que ela passou a ponderar que as 'vivências negativas e traumáticas da infância e adolescência' - e até na própria faculdade - não eram *sua culpa*, e, sim, 'experiências de racismo vividas cotidianamente pelas pessoas negras'.

Esta relação entre 'tomar consciência de experiências como racismo' e *tornar-se negra* está presente em todos os relatos. A diferença de tom de pele interfere essencialmente no processo individual de autoidentificação racial antes e depois da entrada na universidade. Contudo, a ideia de *tornar-se negro* continua relacionada à tomada de consciência do racismo, e, por consequência, da luta contra ele (SOUZA, 1983). Como exemplo, Taina – que integrou o NCN/UNICAMP junto com Letícia –, negra com tom de pele mais escuro que Letícia, ao

falar sobre esse processo, diz: 'Eu sempre soube que eu era preta. Minha família é preta e eu sempre soube, porque é óbvio, mas eu nunca fui tão racializada na minha vida quanto eu fui quando cheguei na UNICAMP[...], aí eu fui quase obrigada a ter que falar e pensar sobre isso, né?!'[326]

São extensos os estudos sobre construção da identidade negra produzidos no Brasil e no mundo. Grande parte da bibliografia sobre o tema aponta que a construção da identidade racial, e, por consequência, a autodeclaração, se diferenciam de acordo com o contexto histórico e político. Em tese acerca do processo de "tornar-se negro de professores universitários no Ceará", Maria Auxiliadora Holanda (2009) desenvolveu um de seus capítulos realizando uma extensa revisão bibliográfica acerca das noções de tornar-se negro na bibliografia dos estudos raciais e sintetiza:

> A compreensão de tornar-se negro se encontra também no que se entende por processos de identificação ao invés da ideia de identidade como fixa, como essência. O tornar-se permite compreender que estamos sempre negociando nossas identidades a depender do movimento dinâmico da história pessoal e social, que requer um posicionamento diferente a cada momento histórico, ou seja, as identidades são reconstruídas ou transformadas à medida que precisamos e queremos nos posicionar diante das exigências pessoais, políticas ou econômicas. É da própria necessidade humana poder expressar-se, usar o que lhe é singular nas diversas formas de expressividade. Sabe-se que esse jogo de dizer-se é um jogo das relações de poder. Cada pessoa ou grupo luta para dizer o que é, ou o que pode vir a ser, ou tornar-se, porque estamos na busca sempre de sermos mais e melhores, como sujeitos de deveres e direitos (HOLANDA, 2009:22).

Em outra linha de reflexão sobre o tema, Lívio Sansone, em trabalhos do início da década de 1990, aponta que o processo de escolarização em massa, pós-redemocratização, e o crescimento do movimento negro geraram um crescimento de pessoas que se autodeclararam "negras", principalmente entre jovens escolarizados (SANSONE, 1996). Este aumento foi visto como uma conquista do movimento negro no processo de desassociar o negro a significantes negativos[327].

O aumento da escolarização é um dos pontos de argumento para o crescimento de autodeclarados negros, como podemos observar em números de pesquisa populacional. De

[326] Retirado do caderno de campo.

[327] Na obra "O genocídio do negro no Brasil", Abdias Nascimento (1977) percorre a história brasileira para analisar a complexa constituição do racismo no Brasil, demonstrando também todo um imaginário social construído negativamente acerca da população negra brasileira. Em artigo acerca da construção estética como uma importante ferramenta de combate a discriminação racial, Gleicy Silva (2019) retoma as ações do movimento negro sobre este tema antes da década de 1970. A autora afirma que um importante dado para esse processo de mudança do imaginário negativo da identidade racial, ainda na década de 1990, foi o lançamento da revista Raça Brasil onde o sucesso de venda da revista é relacionada a uma transformação "nas dinâmicas de sociabilidade e de pertencimento identitário" (p. 176).

acordo com o Censo (2000)[328], o número de pessoas autodeclaradas brancas era 53,4%, já o de negras (pretos e pardos) eram 45%. Já na pesquisa recente Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua)[329], divulgada em maio de 2019, o número de autodeclarados negros aumentou 11,2% e o de brancos diminuiu 10,6%, totalizando no Brasil 42,8% de brancos e 56,2% de negros. Não é possível informar o número de estudantes negros nas universidades públicas, em 2000, pois as universidades não mensuravam esse registro de seus discentes. Porém, de acordo com o Censo (2000), o número de negros diplomados era 2,2%. Em novembro de 2019, o IBGE divulgou a partir dos dados da PNAD Contínua 2018[330], que os negros (pretos e pardos) passaram a ser 50,3% dos estudantes negros no ensino superior da rede pública. A notícia amplamente divulgada pela mídia e redes sociais, foi alvo de críticas por seu caráter vago e amplo sem considerar a distribuição por curso e localidade. De acordo com o mapa dos dados, enquanto no nordeste são mais de 60% de estudantes negros, em estados do sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) chegam apenas a 20% e em São Paulo, 27%[331]. Contudo, podemos afirmar que apesar da mediação com relação aos dados pode-se estabelecer um paralelo entre o crescimento de autodeclarados negros e a escolaridade até os dias de hoje[332].

Retomando a narrativa de Letícia percebe-se que o autor citado por ela, como central para essa 'tomada de consciência racial' foi Franz Fanon. Assim, a aproximação de Fanon e Souza nas formulações narrativas nos ajudam a compreender a complexidade da noção de 'tornar-se negro na universidade'. Em tese acerca das múltiplas leituras das obras de Fanon no Brasil, Davison Faustino (20115) chama atenção para a relação entre esses dois autores. Para ele, até a obra de Souza (1983), Fanon era lido na chave da polaridade " 'eles' (colonizador/imperialistas/racistas) versus 'nós' (colonizados/oprimidos/condenados pela pobreza e/ou racismo)", o que está relacionada a maior circulação de seu livro Condenados da Terra(1979), no Brasil. Contudo, ele afirma que a obra de Souza se aproxima do diálogo com

---

[328] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783. Acesso em 05 fev. 2020.

[329] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e. Acesso em 05 fev. 2020.

[330] Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem. Acesso em 05 fev. 2020.

[331] Disponível em: https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2019/11/22/os-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico-nao-e-bem-assim/?fbclid=IwAR3OnfIHXO8V25ik66yw49FZkai-iyPngszsvqW14UA_YnVvrWNgMf3jsFI. Acesso em 05 fev. 2020.

[332] Assim como apresentado no segundo capítulo, a questão estética e o mercado também são aspectos importantes acerca do contexto atual para análises do crescimento da autodeclaração como negro. Ver: SILVA, 2019.

Pele Negra, Mascaras Brancas (2008), e "o enfoque estabelecido é o da psicanálise, e as preocupações do texto buscam, em última instância, chamar atenção para as dores vividas pelos/as negros/as que ascenderam socialmente, mas não estão isentos das vicissitudes do racismo" (FAUSTINO, 2015:177). Ou seja, Souza faz uso de Fanon com objetivo de afirmar a importância do histórico de racialização para a construção da "emocionalidade negra". Segundo Souza:

> Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade. [...] Este livro representa meio ânsia e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade. [...] Ele é um olhar que se volta em direção à experiência de ser-se negro numa sociedade branca. De classe e ideologia dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigências e expectativas brancas. Este olhar se detém, particularmente, sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos. (SOUZA, 1983:17)

A aproximação dos escritos de Neusa Santos Souza e Franz Fanon, citado por Letícia, é constantemente realizada por estudos acerca da construção da identidade negra no Brasil. Tanto os estudos de Fanon, quanto os de Souza, afirmam que é na experiência que se recompõe a identidade[333]. Além disso, os autores defendem que o racismo desumaniza o negro, no mundo dos brancos e a única possibilidade de resgatar essa humanidade é a partir da luta. Dessa maneira, para eles, "tornar-se negro" está intrinsecamente interligado a "lutar contra o racismo", ou seja, "tornar-se militante". Afirma Souza:

> A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências; compelida a expectativas alienadas. Mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1983:17-18)

A leitura desses autores nos espaços de *formação* dos coletivos, leva para as narrativas e disputas políticas, noções presentes nas obras lidas. Dito isso, discussões acerca da noção de *cidadania e humanidade* da população negra surgiam tanto em debates internos nos coletivos quanto nas disputas narrativas com distintos atores. Taina que em diferentes momentos, enfatizou a importância da *formação*, traz em entrevista a relação entre 'tomar posse da humanidade através da luta', posta por Fanon e Souza. Ela disse:

> Nós que somos negros, a questão do negro no pós-abolição é o seguinte: a cidadania. A gente tem o problema da cidadania negra[...]então eu acho assim, que esse discurso, ele é muito limitado pra nós, porque a gente ainda vive numa cidadania de segunda classe na minha opinião, a gente não tem uma cidadania ainda[...]Então eu acho que a gente tem que ir pra

[333] Já na dissertação, em pesquisa sobre o ENUDS, foi possível observar essa relação entre *experiência* e construção das identidades. Ver: LIMA, 2016.

> esses espaços[assembleias]sim, porque a gente não pode deixar os brancos ficar falando pela gente, já chega, acabou, entendeu? Porque assim, pra mim uma das maiores ciladas que existem e que os brancos adoram e que às vezes a gente cai é: tive nesses espaços institucionais e eles ficam assim 'nossa, mas não tem negro' você vê muito branco falando isso, não vê? 'Nossa, não têm negros aqui, coitados dos negros, sofrem racismo' mas quando você vai ver, têm negros, tem um, têm dois, mas por que que todo mundo tá falando que não têm negros e não tá escutando o que esses dois negros tão falando? É bem o nosso caso na UNICAMP. Enquanto só o movimento estudantil discutia tava tudo bem, no momento que os negros começaram a falar, aí o negócio começou a ficar estranho, inclusive com os brancos a favor de cotas, entendeu? Porque o que que a galera esperava da gente, na minha opinião, a galera esperava que a gente pegasse o microfone na assembleia e começasse a falar assim 'então, eu acho isso, isso, isso.. porque eu sou negra, porque eu morei na periferia, porque não sei o que, porque o meu pai é viciado em cocaína, porque não sei o que' e ser negro se tornasse um argumento, entendeu?[...]Eles queriam que a gente se racializasse[...] porque pra elas ser negro é você estar no limite, é você tá na merda[...] Então acho que a gente tem que começar a ocupar esses espaços sim. A bell hooks já falou disso, naquele livro dela 'Ensinar a transgredir', as pessoas brancas podem ser antirracistas sim, elas podem estudar e tal, mas tem coisas que elas não vão entender, não porque elas não sejam capazes, mas porque isso não faz parte da experiência delas, isso não faz parte da construção da identidade delas, elas não vão entender porque uma pessoa da minha idade tem medo de sofrer racismo, porque que eu tenho medo de falar em público, elas não vão entender[...] Enquanto a gente não pensar o nosso futuro em termos de cidadania, em termos de ter direitos, em termos de alcançar tipo algumas coisas que são básicas – não to falando nem da cidadania plena, que eu não acredito nisso – eu tô falando de coisas básicas, assim, a gente não anda..e se a gente luta pela liberdade, né, como já disse também o próprio Fanon, a gente não pode descansar, a gente não pode, a gente tem que estar em todos os espaços. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Desse modo, podemos observar como o processo violento de racialização, ou de 'tornar-se negro' que esses sujeitos passam ao entrar na universidade, conformam a reconstrução da figura do negro, ou seja da *experiência*, e de seus afetos como nos afirma Neusa Santos Souza, pelo desejo de estar *em todos os lugares*, visto como um direito de todo *cidadão*.

Além disso, para Tifanny (BA) 'tornar-se negro' passa a ser uma questão de *empoderamento*[334]. Ela afirmou:

> Eu acho que a gente entra naquela onda do empoderamento, quando a gente percebe que, poxa, ser negro não é ruim como falam. Ser negro não é sinônimo de ser ladrão, ser criminoso, de não ter um futuro. Quando a gente entra na universidade a gente se depara com um debate político, a gente vê uma real possibilidade. Porque quando a gente está fora da universidade, a representatividade que a gente tem é muito pouca. Então a gente bebe muito do que a sociedade, que é racista, nos dá. Então quando a gente vem pra universidade e tem a possibilidade de perceber que ser negro não é ruim. Por exemplo, eu não preciso usar um efeito no Instagram que me clareie. Porque, porra, eu sou bonito pra caralho. A questão do arquétipo, do fenótipo, da valorização da nossa estética. É uma coisa que vem tomando um boom muito grande nesses tempos. E isso é muito forte dentro da universidade. A gente percebe que as pessoas, hoje, vêm assumindo realmente a sua estética, que sua estética negra vem sendo valorizada. A gente percebe também que a gente também tem um futuro[...] então quando você percebe que essa talvez não seja a sua realidade, que você pode ter outras perspectivas, o ser negro se torna aceitável pra você. Você realmente percebe que o que eu sou não tem problema. O problema está na sociedade que é preconceituosa, que é racista. Então o tornar-se negro, na

[334] *Empoderamento* surge em campo como uma categoria para definir o processo de tomar o poder, antes visto como ausente dado determinados marcadores sociais dos sujeitos. Para uma análise mais complexa e completa dessa categoria, comum não só neste campo de pesquisa, ver: SILVA (2019).

> minha visão, vem a partir desse empoderamento que você percebe que ser negro não é o que a sociedade diz. Ser negro tem um leque de possibilidades muito grandes. E a universidade te oferece esse debate político. Tornar-se negro vem muito dessa questão do se empoderar. De quem realmente você é, da sua ancestralidade, do seu arquétipo, do seu fenótipo, da sua estética e dizer que "porra, eu sou massa". (Tifanny, entrevista em 18/04/18)

A *ancestralidade* surge novamente como meio de construir essa identidade coletiva *empoderada*. Em outras palavras, a construção de uma "identidade ancestral" faz esse sujeito perceber-se como agente da história e distante da passividade (FANON, 1979). Nesse sentido, a reconstrução cultural, a mudança estética presente tanto na fala de Tifanny quanto na de Letícia tornam-se centrais no processo de compreender que *ser negro não é ruim*. Assim, a construção dessa identidade coletiva passa, de uma maneira central pela estética. Além de haver extensos estudos que marcam a relação intrínseca da estética com a construção da identidade racial, de gênero e de sexualidade (GOMES, 2019; HOOKS, 2005; BUTLER, 1990), no segundo capítulo, a partir da descrição da *geração afrotombamento* já percebemos como o acionamento da estética surge também como repertório de ação política.

Desse modo, a *fechação preta* no ENUDS, a mudança de vestimentas e joias pelos estudantes da UERJ e o *afrotombamento* com blacks e performances - apresentados no segundo capítulo - compõem um conjunto de repertórios mobilizados pelos atores, dada a importância que o corpo toma em campo. Para Vinícius (RJ), a mudança estética está relacionada diretamente a questão de reconstruir a imagem de si – no seu caso de *bicha preta* – como *belo* e dos *afetos*. Ele afirmou:

> Todo mundo precisa disso, todo mundo precisa de afeto, se não fosse assim, ninguém casava, ninguém tinha filho, ninguém... A gente gosta de gente, né? Você casa, tem filho, pra se encher de gente (inaudível). Precisamos voltar pra nós mesmos, pros nossos próprios corpos, pra nossa própria beleza, pra beleza do outro. Então surgiram festas, (inaudível), então a galera ia pra ver a beleza do outro. Então, com isso as roupas também mudavam, os cabelos também mudavam. Porque quando você via que podia ser mais preto. Que você tinha sido preto até ali suave, mas que você podia ser mais preto do que isso, e ser mais preto significava ser mais legal. Porque o mundo dizia pra gente que você tinha que ser o menos preto possível. Aí o bagulho ficou mucho louco. Porque os cabelos cresceram, as roupas foram ficando maravilhosas, os corpos foram tomando tônus, foram tomando visão de quem realmente eram. E aí o bagulho foi ficando mais interessante. E aí as bichas pretas são uma parada aí nacionalmente pensada por um monte de gente que se coloca nesse lugar. Quando a gente fez o coletivo lá em 2000 e pouco, a gente já se colocava como bicha preta. E a gente continuou levando essa identidade, essa relação identitário que eu não sei explicar. Só sei que são, né? Mas é isso, é o processo mesmo e diferenciação. Assim como muitas mulheres que ressignificaram a questão de ser travesti, a bicha preta está um pouco nessa mesma relação. De ser sapatão, né? Nem todo mundo se coloca como lésbica, algumas se colocam como sapatão. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

Gleicy Silva (2019) defende a relação direta entre um contexto recente de crescimento da afirmação identitária com a intensificação dos olhares para o corpo, tendo a noção estética como um componente político central. Nas palavras da autora:

> Tais contextos renovados de afirmação identitária e de experimentação política, por sua vez, intensificam o olhar sobre o corpo e a noção de beleza, mas também sobre novas possibilidades de engajamento. Por meio desses processos de reformulação estético-política, a dimensão das emoções adquire um papel central, estimulando a construção de novos espaços de enunciação e de representatividade, bem como de dinâmicas de consumo que irão atua fortemente na recomposição de formas de subjetividade (SILVA, 2019:177)

Além da importância da estética como arsenal político, dada a centralidade que o corpo toma em campo, as falas de Tifanny e Vinícius, que se identificam como *bichas pretas*, nos chamam atenção para o que foi dito no início da seção, acerca da multiplicidade das identidades. Para Tifanny 'ser negro tem um leque de possibilidades' e essas possibilidades são defendidas e narradas. Assim, tornar-se negro é tornar-se 'bicha preta, sapa preta, travesti preta, preta não binarie, mulher preta, mulher negra, mulher negra sapatão, mulher negra, mulher negra bissexual, homem negro'[335] e mais um amplo conjunto de identidades. Nesse sentido, retomamos a ideia de que, apesar da centralidade da identidade racial – ou como venho afirmando no enquadramento do racismo – justificada pela violência da racialização perpetrada pelo ambiente da universidade, as narrativas apresentam um fluxo entre os diversos enquadramentos "dos movimentos" (machismo, LGBTIfobia, opressão de classes, etc), ou seja, a constituição da *interseccionalidade* como "master frame", onde 'não se é só negro, mas também é bicha, mulher, sapatão...'.

Em conjunto com outras narrativas, Taina nos chama atenção de como a internet deve ser considerada como um importante agente nesse processo de 'tornar-se negro' e as ressignificações que as *experiências* lidas como violência tomam nos discursos desses jovens:

> Eu acho que tá... por várias coisas, pela internet/assim eu acho que ninguém aqui na universidade negro que entra, pode entrar, tipo assim, totalmente desligado dessas questões da, de racismo e tal, mas tipo, sabe, meu, eu sou de uma época que as pessoas não davam nome pras coisas , como na época da escola,as pessoas não "isso é racismo" 'isso é machismo', a gente precisa aprender a dar nome pra essas coisas, entendeu, as pessoas já entram aqui mais ou menos sabendo que essas coisas existem por causa da internet, não é todo mundo que acessa a internet e tal, mas quem tá na UNICAMP acessa a internet, então os negros que entram aqui basicamente já entram já sabendo uma coisinha ou outra, pelo menos sabe que é negro, né, porque tem gente ainda que viva na ilusão de que é pardo, mas querendo separar isso do negro, né, de que é mulato, de que é não sei que lá, cor de burro parado, enfim, essas coisas que a gente escuta por aí….é, eu acho que, essas ressonâncias que esse movimento negro forte tem na universidade aumenta a formação, mas não no sentido de uma formação organizada, mas desperta que as pessoas vão e procurem coisas novas... porque mano, tipo, velho, não é só o

[335] Apesar de todas essas identidades surgirem em campo, algumas como *bicha preta* e *mulher negra* surgem com mais recorrência e, de certo modo, com mais força política.

> núcleo, tem núcleos de feminismos negros, núcleo de filosofia africana, grupo de estudos sobre cotas, grupos de estudos sobre é, imigrantes negros. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Carolina, integrante do NCN/UNICAMP, afirmou em entrevista que, no início de sua participação no NCN era *contra as cotas*, justificando sua posição pela sua formação política, antes de entrar no Núcleo. Ao final da entrevista, fez questão de retomar ao assunto e narrar seu processo de compreensão da importância das cotas em conjunto com o de se compreender como parte de uma identidade coletiva que 'fora explorada historicamente'. Ela afirma:

> eu queria falar sobre o negócio das cotas, porque que eu era contra[...] eu lembro que um argumento que eu gostava muito de usar era "ai, porque as cotas salvam só alguns, que é um número mínimo, e os outros que tão do lado de fora? A gente tem que ser pela universalização", só que esse argumento, ele só vale quando você pensa na cota como um acesso, a cota ela não é um acesso individual, a cota é uma reparação histórica[...] a cota ela é uma reparação histórica, ela é uma indenização pelos danos causados pelo racismo ao povo negro na sua história, é isso[...] então quer dizer agora que eu não preciso de cota pra ser professora universitária? Preciso, porque eu tô em desvantagem e não é desvantagem intelectual, não é desvantagem financeira, porque pode ser que, agora eu tenha uma condição bem melhor do que eu já tive..é desvantagem histórica, é desvantagem, porque quando eu entrar na sala pra fazer a minha prova oral, o olhar daquele professor, o mesmo professor que não é racista, ele está treinado pra me ver como uma pessoa inferior... o que sai da minha boca já é delimitado, pode ser a palavra mais bonita do mundo, já é delimitado pela forma como ele me vê que foi construída pelo Estado brasileiro que financiou[..]A cota racial transformou tudo que a gente tava fazendo sobre questão racial porque a gente colocou o dedo na ferida das pessoas... a gente teve que falar de história, a gente teve que falar de privilégios, a gente teve que falar de branquitude... então foi importante e vai continuar sendo importante enquanto a gente tiver a estrutura que a gente tem, apesar de ser uma medida liberal que no final das contas a gente não garante que esse preto que vai entrar é um preto revolucionário, mas é uma medida que colocou o dedo na ferida, uma ferida que a sociedade brasileira escondia há muito tempo e que agora não tem mais como esconder, né gata? Esse povo aí tudo se declarando pardo, tá todo mundo sendo obrigado a entender o que que é pardo? O que é ser pardo? Por que que existe pardo no Brasil? Aí você vai ter que fazer um resgate histórico porque que existe pardo... todo mundo que quer entender, vai ter que pesquisar sobre colorismo, aí na hora que você propõe essa discussão, você transforma um monte de outras coisas. (Carolina, entrevista em 28/09/18)

A fala de Carolina nos traz - como também foi possível observar nos capítulos anteriores – duas categorias que surgem no debate acerca do enegrecimento: *branquitude* e *colorismo*. Colorismo, assim como *branquitude* – apresentada no segundo capítulo –, é uma categoria utilizada pela literatura que passa por deslocamentos nos seus usos em campo. O termo "colorismo" refere-se ao preconceito baseado na cor de pele dentro da comunidade negra. Mobilizado a primeira vez por Alice Walker[336], o termo é utilizado como categoria analítica pelo conjunto dos estudos raciais, para refletir acerca das experiências de racismo baseadas na coloração mais clara ou mais escura da pele de uma pessoa negra. Como já apresentado nesta seção, o processo crescente da entrada de pessoas negras na universidade é acompanhado por um aumento na autodeclaração de pretos e pardos dentre os estudantes.

[336] Mesma autora que cunhou o termo "mulherismo" apresentada no quarto capítulo.

Nesse ínterim, a categoria *colorismo* pode ser acionada de diferentes formas a depender de como o debate e quais atores participam da cena em questão.

Na narrativa de Carolina, o *colorismo* surge ao se referir ao momento 'desse povo aí todo se declarando pardo*'*. Na entrevista de Taina, o termo surge com força ao relatar que, no processo e saída dos brancos do NCN, o coletivo passou a discutir 'aquelas coisas do que é negro e branco... aquelas paradas de colorismo'. Já para Ane, o termo surge quando ela que se via como *o último tom de negro*, entra na universidade e descobre que a paleta cromática do que é ser negro é mais ampla e 'passa a entender essas coisas de colorismo'. Desse modo, *colorismo*, assim como *branquitude*, surgem como categorias centrais no processo de enegrecimento e construção da identidade coletiva desses sujeitos. Contudo, a partir das narrativas podemos observar que enquanto *branquitude* é utilizada para marcar uma oposição estratégica, ou contingente nos termos de Brah (2006), a *eles*, que seriam os brancos, a categoria *colorismo* toma um caráter mais interno, ao ponto que às vezes é utilizada para refletir acerca da pluralidade 'do que é ser negro', mas também como meio de questionar quem seria incluído nesta identidade ou não.

Durante a pesquisa, pude observar cenas de questionamento da identidade racial de uma pessoa *negra de pele clara* – onde algumas vezes eu estava incluída. Entretanto, era também constantemente levantada em campo a necessidade de se discutir sobre colorismo, para que cenas como aquelas *não se repetissem*. Vale ressaltar que estes dois tipos de situação eram, na maioria das vezes, protagonizados por pessoas vistas como *negras de pele escura*[337]. Nos momentos de discussão sobre o tema, era acionado o texto de Sueli Carneiro (2016) acerca dos negros de pele clara, no qual ela afirma que "a branquitude é, portanto, diversa e multicromática. No entanto, a negritude padece de toda sorte de indagações"[338]. Ainda nesse texto, Sueli afirma que "as redefinições de identidade racial vêm sendo empreendidas pelo avanço da consciência negra"[339]. Nesse sentido, podemos perceber que os espaços de *formação* continham um esforço coletivo de compreender 'o que seria ser negro' num contexto que muitas vezes podia se diferenciar 'do que seria ser negro' nos locais de origem de cada sujeito.

---

[337] Destaco, que apesar de colorismo ser utilizado muitas vezes para questionar a identidade racial de pessoas negras de pele clara, a categoria também é usada em campo como meio de reivindicação e defesa por parte dos que são acusados de não negros.

[338] Disponível em: https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara. Acesso em 05 fev. 2020.

[339] Disponível em: https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara. Acesso em 05 fev. 2020.

Em texto recente acerca do tema, Flavia Rios (2019)[340] se dedica a refletir sobre a importância que o "colorismo" toma no interior do movimento negro, resgatando o processo de constituição da categoria "negro" pelo movimento. Referenciada em Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, afirma:

> o fortalecimento da identidade racial no Brasil deveria levar em conta a multiplicidade cromática e as diferentes formas de ser negro, e não o encerramento ou a essencialização de um certo perfil racial, até porque tal confinamento racial é, na verdade, enredar-se na lógica do racismo.[341]

Em conjunto com os textos e as formas complexas que o *colorismo* surge em campo, podemos afirmar que estamos num contexto onde existe um encontro entre quem pensou as políticas de cotas e quem as utiliza. Ao ponto que historicamente o movimento negro fez o esforço de construir a categoria negro, complexificando o racismo no Brasil e o processo de embranquecimento, se conquista a política de cotas onde se reúnem as categorias pretos e pardos (negros), aplicada em todo território nacional. Dado a conquista, passam a entrar cada vez mais jovens que se autodeclaram negros vindos de formações complexas e diversas do que seria ser negro a depender da sua localidade de origem e sua aproximação com o debate de racismo e embranquecimento. Desse modo, arrisco dizer que neste contexto, amplificado pela constante entrada de jovens negros na universidade e sua mobilização política, estaríamos vivendo um momento onde o movimento negro estaria em uma intensa "redefinição da identidade racial pelos avanços da consciência negra"[342], como afirmou Carneiro, onde os jovens estariam à frente desta transformação[343].

Apesar da categoria *colorismo* apresentar uma complexidade do que seria ser negro em campo, a noção de 'tornar-se negro', assim como em Lélia Gonzalez, é pensado como uma construção coletiva constante: "a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha

340Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-o-colorismo-diz-sobre-as-relacoes-raciais-brasileiras/?gclid=EAIaIQobChMIs46N6s6a5wIVTwmRCh36YABIEAAYASAAEgIL-fD_BwE. Acesso em 05 fev. 2020.

341 Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-o-colorismo-diz-sobre-as-relacoes-raciais-brasileiras/?gclid=EAIaIQobChMIs46N6s6a5wIVTwmRCh36YABIEAAYASAAEgIL-fD_BwE. Acesso em 05 fev. 2020.

342 Disponível em: https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara. Acesso em 05 fev. 2020.

343 Vale ressaltar, que nos extensos debates sobre colorismo o termo "afro conveniência" também surge em campo. Esse último se relaciona a marcar pessoas que se utilizariam da autodeclaração da identidade racial apenas para uso nas políticas de ações afirmativas em concursos. Para esse momento, interessa apenas a apresentação dos termos, com objetivo fim de compreender a construção subjetiva dos sujeitos que essa tese investiga.

dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista"[344]. Nessa linha, Samira, que tem em Lélia uma grande referência, nos ajuda a sintetizar esse processo de 'tornar-se negro na universidade'. Ela afirma:

> Pra mim é justamente esse processo de você ver que você, por mais que esteja numa estrutura que deveria ser de igualdade, por exemplo, todos nós entramos pelo ENEM, você é condicionado a um lugar de subalternidade. E esse lugar de subalternidade é o que te diferencia dos demais. Porque quando você é um negro que fala sobre a situação racial em sala de aula, você já é menosprezado. Tanto pelos professores quanto pelos alunos. Desde o processo de você compreender que existe uma intelectualidade que é branca, e você quer confrontar aquilo, você já é negligenciado também. Até o processo de você querer produzir numa perspectiva racial, e as orientações não querem que você fale sobre aquilo[...] o tornar-se negro é como te situam enquanto negro na universidade. Que é essa questão de você, independentemente de ter entrado por cota ou por ampla concorrência, o marcador negro te diferencia em sala[...] o tornar-se negro é justamente se compreender nessa estrutura[...] Então são várias violências que a gente sofre e que é muito complicado porque... e aí retomo de novo tornar-se negro de Neusa Santos, que ela vai dizer essa questão do quanto a gente busca uma ascensão social. A gente quer sair desse lugar de ser pobre, de estar na subalternidade. Mas é construído pra nós que a ascensão social é branca. Então a gente tem que se embranquecer, se moldar ao sistema branco racista pra conseguir ter acesso. Então se eu for uma negra rica, eu tenho que ser uma negra rica que seja de boa com o cara racista. Porque ele tem grana também e eu tenho que tolerar ele no mesmo espaço que eu e tá tudo bem. Essa é uma consequência de ser uma negra rica, porque a riqueza é construída pra ser só das pessoas brancas, como se nós tivéssemos que ser eternamente pobres e que a gente não pudesse sonhar em ser rico. Eu, por exemplo, quero ter grana, quero estar esbanjando dinheiro pra ajudar os meus e pra meter o louco também porque eu tenho esse direito. Mas eu sei que, desde a universidade, quem vai ter oportunidade de estágio vão ser os meus colegas brancos[...]por isso que a gente tem que tá em um grupo para sobreviver[...]Então isso que é tornar-se negro, é se ver violentado constantemente pela estrutura racista institucional que faz com que a gente seja subalterno socialmente. É bem complicado. (Samira, entrevista em 17/04/18)

A fala de Samira organiza o que vínhamos apresentando e acrescenta a *negligência* intelectual como uma violência muitas vezes reativa desse processo de 'tornar-se negro' que *confronta* em sala de aula. Além disso, ela pontua que 'tornar-se negro' não é uma questão exclusiva da formação da identidade racial, mas dos 'sujeitos como um todo', ou seja, de sua situação de classe, gênero, sexualidade e por conseguinte dos limites e possibilidade de 'ascensão social'.

Expandindo a perspectiva de Samira acerca das transformações desse processo no todo da universidade, Nilma Lino Gomes, em artigo (2001), afirma que o processo de "tornar-se negro" não causa exposição da construção de identidade racial apenas do negro, mas do sujeito racial que a ele se opõe, "o branco". Ou seja, esse processo, além de modificar e construir subjetivamente os sujeitos negros, modifica a universidade, pois, de certa forma, força os brancos a refletir sobre "branquitude" e sua construção racial (GOMES, 2011).

---

[344] Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-o-colorismo-diz-sobre-as-relacoes-raciais-brasileiras/?gclid=EAIaIQobChMIs46N6s6a5wIVTwmRCh36YABIEAAYASAAEgIL-fD_BwE. Acesso em 05 fev. 2020.

Assim, à luz de Patricia Hill Collins (2019) acerca do "poder da autodefinição", podemos afirmar a partir da noção de 'tornar-se negro na universidade', que a identidade não é um objetivo, mas um ponto de partida no processo da autodefinição moldado pelas múltiplas marcações sociais dos sujeitos. Desse modo, 'tornar-se negro' é um processo de nomear as *experiências*, transformando o silêncio em linguagem e em ação num "ato de autorrevelação". Entretanto, para nomear as experiências e falar sobre as emoções e afetos é necessário a construção de um "espaço seguro" (COLLINS, 2019).

Nesse sentido, os coletivos surgem como "espaços seguros" onde é "seguro" se falar sobre as experiências e os afetos e a partir do ato da fala se construir as subjetividades e, consequentemente, a autodefinição. Em outras palavras, possuir um discurso sobre si, ou 'tornar-se negro na universidade', é um aspecto central para produzir ação política e transformar a estrutura social. Nesse sentido, partindo do pressuposto que os coletivos são e se reformulam como "espaços seguros" iremos explorar mais densamente como estes espaços se constroem como *confortáveis* e de *sobrevivência*, ou seja, de *acolhimento* no cotidiano.

3.3 Transformando a linguagem em ação: a construção cotidiana do *acolhimento*

Cena 4

Em março de 2018 foi realizado o I Curso de Formação Felipe Doss, organizado pelo coletivo Quilombo. Como o coletivo era formado por grande parte dos integrantes do KIU!, que eu estava em diálogo, acompanhei o curso[345]. No final do primeiro dia, foi realizada uma Cultural, ou seja, uma festa. Em algum momento da festa, Tifanny passou a justificar que apesar de sua pouca idade estava sentada porque estava muito cansada e que fazer *aquilo tudo* era muito cansativo e muito estressante. Todos concordamos e logo eu a questionei do porquê ela achar que, apesar de tudo, a gente estava ali? Ela responde: *Para sobreviver!* E continua: 'eu sou uma bicha preta. Estar em coletivo para mim é uma questão de sobrevivência. Se não fosse isso eu além de não descobrir coisas incríveis, duvido que eu ia conseguir passar por tudo. Você acha que é fácil tá aqui falando de tudo que a gente fala e olhando para a cara dele [aponta para o cartaz com a foto de Doss] em todos os lugares? É foda! Mas a gente acredita e por isso que a gente tá aqui. É por acreditar que a gente se junta e por se juntar que a gente sobrevive'[346].

***

[345] Disponível em: https://www.facebook.com/events/215257032380878/. Acesso em 05 fev. 2020.
[346] Retirado do caderno de campo.

No início do trabalho de campo, delimitamos a etnografia nos coletivos como parte da pesquisa, pois acreditávamos que desse modo poderíamos compreender a organização política desses grupos. No decorrer da etnografia, pude observar que o que mais importava para os integrantes dos coletivos era *se encontrar* e que a organização de eventos e mobilizações políticas seriam resultados da realização desse primeiro desejo. Assim, a cena de campo acima nos ajuda a compreender como os coletivos surgem como espaços de *acolhimento* – ou até de *sobrevivência* - à *solidão* sentida ao entrar na universidade.

Em dissertação acerca dos coletivos negros na UNB, Bianca Caixeta (2016) propõe pensarmos os coletivos universitários negros como "Quilombos afetivos". Os dados apresentados pela autora corroboram a leitura do acolhimento como uma razão para participação no coletivo e este como responsável pela construção do pertencimento tanto racial, como em relação à universidade. Afirma a autora:

> Os grupos/coletivos são responsáveis para além da mobilização política, eles possuem a importância de propiciarem a construção de um sentimento de pertencimento ao espaço físico da universidade. São responsáveis também pelo substancial acolhimento das/dos estudantes negros/as recém ingressos à universidade.
>
> O acolhimento pode se desdobrar e acontecer de várias formas, desde o empoderamento político, a organização de atos políticos e eventos sociais. Das diversas formas que o acolhimento pode tomar a mais importante é o laço afetivo entre iguais, construído no decorrer dos encontros ou reuniões. (CAIXETA, 2016:35)

Assim, como afirma Caixeta (2016), os sentidos de acolhimento passam por diferentes razões a depender do contexto e das singularidades de cada sujeito. Para Milena, integrante do NCN/UNICAMP, ser *acolhida* no Núcleo, após *vivenciar* uma situação lida por ela como racismo dentro da universidade, a fez passar a compor o coletivo. Ela contou:

> Eu entrei no núcleo, porque... foram duas questões na verdade, né. Eu já tinha sido seguida na rua por um homem me pedindo para entrar no carro dele, enfim.. e isso foi muito traumatizante isso é um ponto extra sim mas que acho que ajudou a minha ida para o núcleo. Além disso, eu sofri... aconteceu um caso de racismo comigo na universidade que foi um dia eu estava andando perto do CEL que é o Centro de Estudos de Língua com uma amiga que é branca e aí, um moço mexeu com a gente e chamou de, 'aí.. gostosas.. alguma coisa..' E aí eu xinguei o moço e falei 'há, vai tomar no seu cu!' e aí ele veio vindo para cima da gente assim, tipo meio doido. E aí ele começou a xingar meu cabelo, falando: aí, você é uma vagabunda, vai cortar esse cabelo, e não sei que o, que ridículo...' e eu fiquei tipo muito espantada, porque eu falei gente como que é dentro da Universidade isso ainda acontece assim e como que esse moço acha que ele vai me intimidar falando do meu cabelo e para quem eu denuncio isso? quem tem que saber disso? E aí eu não sabia, e eu postei no Facebook o que tinha acontecido e perguntei quem sabia onde que eu poderia ir. E aí o Teófilo veio falar comigo e ele falou para qualquer coisa eu aparecer um dia na reunião do Núcleo de Consciência Negra e aí eu fui e tô desde então[...] Eu conversei com o Teófilo, pelo facebook, e perguntei para ele "ah, quando que acontece?". Ele falou:" acontece toda semana nas sextas, nas mesinhas do PB e aí é só você aparecer lá. E aí eu apareci, conversei sobre o que tinha acontecido, a galera me orientou. Eu

> lembro que na época o núcleo estava criando é um dossiê dos casos de racismo da Unicamp[347], então achei muito interessante. E aí eu já fui para ficar, já fui fazendo parte. Eu lembro que eu fui em algumas reuniões, em algumas assembleias com o pessoal do núcleo, mas assim não representando o núcleo mas a gente estava sempre juntos discutindo as ideias e aí eu continuei só indo nas reuniões. Não foi uma coisa "a partir de agora você é parte do núcleo" (risos), mas foi acontecendo. E aí pegando responsabilidade, coisas para fazer, e aí "vai discutir em tal instituto então sobre tal coisa" e aí a gente vai, e foi assim[...] sobre a denúncia, o Teo me explicou que eu tinha para denunciar era na ouvidoria da Unicamp, mas eles também relataram do quanto estava insatisfeito com essa com esse canal e aí eu decidi não fazer nada, até porque eu imaginei que ia ser muito desgastante. E aí para mim tá no núcleo e receber o apoio que eu recebi, já foi satisfatório. Eu vi que a minha ação poderia ser muito melhor estando no núcleo do que denunciando para a ouvidoria mais um caso que eles não iriam concluir. (Milena, entrevista em 28/09/18)

Desse modo, Milena que chega a um integrante do Núcleo via rede social, se sente acolhida após uma situação de violência que, para ela e para o coletivo, não seria respondida satisfatoriamente no âmbito institucional da universidade[348]. Para ela, o ocorrido a fez compreender o quão 'violento é o racismo e o machismo e que até dentro da universidade ela estaria sujeita' a eles. Após esse diagnóstico, Milena se aproxima do grupo de pessoas que ela identificou como *parecidas com ela*, ou seja, pessoas que poderiam ter *vivenciado* situações semelhantes, o que construiu a sensação de *acolhimento*. Mais à frente em sua narrativa, Milena nos traz o sentido da ideia de racismo e da 'importância da luta das mulheres negras para a construção de um lugar de cuidado'. Ela diz:

> Eu acho que [o coletivo] é um espaço importante de acolhimento, de fortalecimento. Acho que a gente é bombardeado o tempo inteiro com o racismo de todos os lados e aí a gente precisa de ter algum momento assim, com os seus, sabe? Com pessoas que te entendam, que entendam o seu universo e aquilo que você passa. Por que as pessoas brancas da Universidade, às vezes, parece que elas acham que é tudo da sua cabeça, e não é. Não é enquanto indivíduo. O racismo ele não é individual, ele é uma questão coletiva e a gente precisa discutir ele coletivamente. Porque ele nos afeta enquanto mulheres negras, afeta os meninos enquanto os meninos negros, afeta a sociedade como um todo. Então, se a gente realmente quer ser uma sociedade mais justa, preza pela saúde mental das pessoas dentro da Universidade, eu acho que é imprescindível que esses espaços existam. Mas é também um espaço de luta política. Onde a gente se entende, se fortalece enquanto indivíduo, enquanto ser dotado de um psicológico, às vezes maltratado, mas é também um espaço importante de luta política. Porque é principalmente a partir das mulheres negras que as lutas se dão e a partir desse espaço de resistência que as coisas vão se proliferar. Eu aprendi aqui na Unicamp, muito com o núcleo, que é a gente se cuidar, cuidar um do outro. Então, acho que esse espaço para mim foi muito importante em relação a isso e fico pensando que talvez para outras pessoas também. (Milena, entrevista em 28/09/18)

Na narrativa de Milena, podemos observar como o coletivo surge primeiro como um lugar de *acolhimento* e *fortalecimento* e, de certo modo, *imprescindível* para a *saúde mental* desses estudantes que são 'bombardeados o tempo inteiro com o racismo'. Ainda para Milena,

---

[347] Até o momento de finalização da etnografia no NCN/UNICAMP este dossiê não tinha sido concluído.

[348] Vale ressaltar, que o DCE e CA também eram vistos como *âmbito institucional*. Em 2017, o IFCH/UNICAMP criou o Grupo de Trabalho sobre Ações Afirmativas, Diversidade e Combate à Discriminação. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ifch/instituto/acoes-afirmativas-diversidade-combate-discriminacao-assedio. Acesso em 05 fev. 2020.

um dos motivos do coletivo ser *imprescindível* é que ali seria o espaço de *formação*, onde se passa a compreender que 'as situações de violência sofrida são resultado do racismo' e este como uma questão *coletiva e não individual*. Portanto, é após esse conjunto de significados que o coletivo recebe, que a luta política surge. Ou seja, o coletivo é 'também um espaço importante da luta política', mas não só, e essa luta sendo referenciada na *luta das mulheres negras.*

Essa relação que Milena realiza da conexão da luta política no NCN com a luta das mulheres negras, nos retoma a noção de uma *cara feminista* atribuída ao Núcleo por Taina no capítulo anterior. Para Taina, o caminho para se criar um *espaço afetivo* no coletivo é se referenciando no 'modo de fazer política proposto pelas feministas negras'. Em passagem da entrevista de Taina, ela reafirma essa percepção:

> vou pegar esse exemplo do espaço confortável, a gente teve que criar um espaço, afetivo, isso pra mim é uma questão que o feminismo coloca, o feminismo negro, não no sentido de se amar, mas no sentido de ter intimidade pra inclusive tretar com você e no dia seguinte você estar lá de novo, entendeu? A gente começou a criar espaços dentro do núcleo que era pra além daquela forma política partidária[...] Enfim, a gente criou outros mecanismos que foram, não sei se é uma militância, é, a cara é feminista, porque tem muita influência, mas não é uma militância feminista em si, mas a gente teve muitas lições com o feminismo, né. (Taina, entrevista em 10/10/18)

Influenciada por bell hooks, autora que ela cita em outros momentos da entrevista, o "amor" e a "construção da intimidade" surgem como 'ato de resistência e um modo de fazer política'. bell hooks, em seu texto "Vivendo de amor" (2000), nos traz uma reflexão elaborada acerca da "incapacidade de dar e receber amor" na comunidade negra como um resultado do sistema escravocrata. A autora, assim como outras produções no campo, realiza um resgate histórico no qual a escravização torna-se origem das "dificuldades coletivas com a arte do ato de amar", cultivando na comunidade negra um controle das emoções, pois "um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver" (p.2). Isto posto, o *afeto* – ou o "amor" – surgem como estratégias nos coletivos para não apenas *sobreviver*, mas para "viver plenamente".

Nesse sentido, para bell hooks (2000), assim como para Collins (2019), falar dos afetos está longe de ser considerado uma fraqueza ou distante do que pode-se considerar político. Para as autoras, assim como fora observado em campo, falar dos afetos tornar-se central para a reformulação de si e, por conseguinte, para a ação política e a construção do sujeito político. Apesar de Collins formular o conceito de "espaço seguro" e da

"autodefinição" observando espaços exclusivos de mulheres negras, creio que esta análise também pode ser aplicada neste campo de trabalho. Afirma a autora:

> As lutas individuais para desenvolver uma consciência transformada ou a persistência de grupo necessária para transformar instituições sociais – ambas são ações que realizam mudanças que empoderam as mulheres afro-americanas. Ao persistir na jornada rumo à autodefinição, nós somos modificadas como indivíduos. Quando conectados à ação de grupo, nossos esforços individuais ganham novo significado. Como nossas ações individuais mudam o mundo em que nós meramente existimos para um no qual temos algum controle, elas nos permitem a enxergar a vida cotidiana como um processo e, portanto, passível de mudança. Talvez seja por isso que tantas mulheres afro-americanas conseguiram persistir e 'encontrar um caminho onde não havia saída.' Talvez elas conhecessem o poder da autodefinição. (COLLINS, 2019:35)

Entretanto, construir um *espaço confortável*, ou um "espaço seguro", onde haja a troca de *afeto* não é visto como uma coisa fácil. Retomando a narrativa de Taina, ela aponta como esse *lugar confortável* é construído cotidianamente e com conflitos. Ela diz:

> Um espaço confortável, não tem uma fórmula, você tem que fazer acontecer e é isso que, que eu acho que aconteceu com o núcleo, as pessoas nunca iam descobrir, enquanto elas ficassem discutindo, como que a gente vai fazer (andar esse grupo) e não falasse "olha, não tô gostando disso, tá acontecendo isso, eu acho que é por isso, pode ser por gênero, pode ser por inveja, pode ser por raça, pode ser porque você tem a pele mais clara". Não que às vezes eu não me sinta desrespeitada com alguma coisa, mas é isso, tem pessoas no núcleo que eu olho pra elas e falo assim "gente, o que esse ser, como que você entende um ser desse?" porque não dá pra entender, a pessoa vai, a pessoa assim, é do contra, né, vai, causa, toma na cara, escuta e toma, toma, toma, várias vezes, não foi uma vez só, aí sexta-feira seguinte a pessoa tá lá, então se a pessoa tá lá é porque aquilo é importante pra ela e ela tá aprendendo, aí como que você percebe isso? Porque a gente continua discutindo machismo, a gente continua discutindo colorismo, a gente continua discutindo as coisas que aquelas pessoas discutiam e hoje esse espaço seguro existe, entendeu? Você vê como as pessoas vão mudando a discussão sobre racismo, têm pessoas lá que dois anos atrás tinha uma discussão bosta, de tipo ah, o que todo mundo já sabe, os negros são oprimidos e tal, hoje você vê a pessoa falando sobre racismo você fala "caralho mano, isso aqui realmente teve uma diferença, porque essa pessoa não viu isso na casa dela, ela não viu isso na sala de aula, pessoas, muitas pessoas que chegam no núcleo e falam.. eu me identifiquei com as discussões porque vocês conseguem falar o que eu tô sentindo", entendeu? Então acho que, sei lá, isso pra mim é incrível, entendeu? (Taina, entrevista em 10/10/18)

Dessa maneira, a construção do *lugar de afeto* ou *espaço confortável*, passa pelo cotidiano das trocas de *experiência*, nas quais esses sujeitos criam identificações entre si. O NCN, por exemplo, foi colocado por mais de um integrante, que representava uma construção cotidiana do *lugar confortável*, era o fato de após a reunião todos irem almoçar juntos no *bandejão*. Letícia quando fala sobre isso, afirma: 'é um lugar onde eu me sinto bem, assim, eu acho que aquilo da gente fazer reunião e depois ir todo mundo almoçar junto, é uma parte de você se sentir parte de alguma coisa'.

Além de Letícia, durante o trabalho de campo era recorrente integrantes que não iam para a reunião e só chegavam para o momento do almoço coletivo. Milena, após uma reunião, a caminho do *bandejão*, falou que apesar de não ter aulas as sextas-feiras, às vezes saía de casa só para almoçar todo mundo junto. Ela continua: 'chegar no bandejão e ver aquela mesa

cheia de preto é a imagem mais bonita das minhas semanas*'*. Além da ida ao *bandejão* ser uma marcação desse *afeto* coletivo, as festas, as reuniões em casa para *gastar a onda*, as *pegações* compõem essa marcação. Considerando a afirmação de Taina – no segundo capítulo – que 'os coletivos são os corpos', a construção de um *espaço confortável* e da *troca de afetos* está nos 'encontros desses corpos', independentemente de ocorrerem no momento de reunião ou não. Durante esses encontros, pude perceber que refletir como a *troca de afeto* entre pessoas negras era realizada e se tornava uma questão. Em outras palavras, foi comum observar debates sobre ter relações afetivas exclusivamente com pessoas negras, nos termos utilizados no campo, ser *afrocentrado*[349].

Em uma cena de festa, onde estava presente grande parte do NCN, uma integrante vira em uma roda de conversa e fala: 'eu sou afrocentrada! Depois que descobri isso além de me achar mais linda, passei a achar preto a coisa mais linda do mundo. Eu não entendo como esse povo fica com branco tendo tudo isso [apontando para as pessoas negras dançando na pista de dança]'. Assim, podemos perceber que o cuidado e o amor passam a ser politizados e, por conseguinte, racializados.

Apesar dos *afetos* serem politizados e racializados em todos os coletivos, essa relação não se encaminha sem conflito. Ao fim das mobilizações pelas cotas na UNICAMP, seguidas da sua aprovação, foi comum ouvir dos integrantes do NCN que *estavam cansados*. Paralelo a isso, eles passaram a ser convidados para mesas de discussão sobre o tema em outras universidades e se intensificaram propostas de atividades políticas coletivas. Esse conjunto acabou gerando um conflito interno entre os que acreditavam que todos deveriam *pegar tarefa* e outros que defendiam que não se deveria obrigar ninguém a *militar*. Em uma troca de mensagens entre integrantes do núcleo, Vitor integrante do NCN, afirma:

> Eu concordo em partes, Taina. Quando entrei no Núcleo, eu não pensava que o centro seria ir para atividades sempre, ter que fazer coisas para além da universidade (rodas de conversa, mesa, debates...). Eu sabia que isso rolava, mas pensava que mais do que ser uma organização que planeja e executa atividades, o Núcleo também é um espaço para trocas experiências, vivencias, um lugar que deveria ser harmonioso, que as pessoas simplesmente vão porque conseguem se identificar, conseguem enxergar uma beleza numa universidade majoritariamente branca e elitizada. "Militância" ou "ser do núcleo", eu acho errado usar noções que você precisa estar a todo momento disposto a fazer atividades para fora da universidade... Precisamos refletir isso: "o que é militância? O que é ser do núcleo? Você estar no núcleo, precisa necessariamente ser um "militante ativo no movimento"? acho que esse debate, a gente traz diferentes concepções sobre o que é militar, sobre qual a importância do Núcleo na vida das pessoas... Estar no núcleo para mim é mais do que fazer atividades, é criar

[349] Brume Iazzeti, no trabalho em desenvolvimento para dissertação, chama atenção em pesquisa com estudantes universitários travestis e transexuais que o uso da categoria "transcentrado" também surge em campo para designar pessoas trans que se relacionam afetivo-sexualmente apenas com pessoas trans.

> laços de amizades, inclusive com você, Bruno, Fellipe, Milena, Stephanies, enfim, todo mundo praticamente.. é um lugar que deveríamos relaxar, sabe?" (Retirado do caderno de campo)

Nesse sentido, a ideia de *lugar confortável* em alguns momentos se encontrava em conflito com a ideia do que seria *militância*. Neste caso, a defesa do *espaço confortável*, no qual as pessoas podem 'escolher em que e como militar' ganhou no argumento. Contudo, no decorrer da mobilização das cotas e na organização do Quem Tem Cor Age[350], por exemplo, 'ter que militar apesar de estar cansado', era defendido coletivamente como uma *responsabilidade*. Tal definição relacionava-se à ideia de uma grande conquista, como as cotas raciais na graduação da UNICAMP. Nos espaços do KIU!/UFBA e da Quilombo, por exemplo, esse conflito era falado em rodas de conversa informais, mas não observei ser colocado como uma discussão no coletivo, dado que *militar* era colocado como a centralidade desses coletivos.

Além disso, a centralidade dos *afetos* e o incentivo a partilhar as *experiências* levam para esses espaços de troca também questões que são lidas como *processos de adoecimento*. Em uma mesa do IV Quem Tem Cor Age (2017), que tinha como tema "saúde da população negra", pude observar os múltiplos sentidos de *afeto* que perpassavam as falas dos sujeitos não só nos espaços dos coletivos ou em conversas entre eles, mas também em espaços públicos.

A mesa ocorreu em uma sala do Instituto de Biologia da UNICAMP e devia ter aproximadamente 15 pessoas. Sentados em roda, a primeira convidada a falar foi uma representante do coletivo de estudantes de Medicina chamado Negrex[351]. Ela passou um vídeo feito pelo coletivo que abriu um momento de emoção de todos na sala. A segunda fala foi de uma psicóloga negra da UNICAMP. O número reduzido de pessoas na sala, associado ao tema da mesa, fez com que a atividade se tornasse uma roda de trocas de experiência. O compartilhamento do sofrimento psicológico ocasionado pelo racismo começou a ser relato por todos os presentes, além do diagnóstico da ausência de profissionais negros na Psicologia.

Além desse espaço, outros durante o campo, onde o tema versava sobre saúde, o caminho dos debates e conversas tomaram rumos mais emocionados e intensos. O compartilhamento do *sofrimento* de estudantes negro militantes e não militantes era seguido da defesa de que se 'deve ter força, mas que é muito difícil continuar'. Como veremos na

[350] Evento organizado anualmente pelo NCN descrito no capítulo anterior.
[351] Disponível em: https://www.facebook.com/coletivonegrex/. Acesso em 05 fev. 2020.

próxima seção, na sequência dos relatos de *experiências de racismo* era sempre dito que 'estamos juntos e que juntos somos mais fortes'.

3.4 *Só o afeto salva!* O coletivo como lugar de *adoecimento e cura*

O 'sofrimento ocasionado pelo racismo' surge como umas das razões mais concretas, nas narrativas, para a importância e a defesa do coletivo como um *lugar de cuidado*. Entretanto, vale ressaltar que o *sofrimento* visto como gerado pelo racismo não é colocado como exclusivamente gerado pela universidade, mas o *genocídio*, por exemplo, surge como 'algo que os estudantes negros tem que lidar'.

Durante todo início da entrevista de Vinicius, da Frente Negra da UERJ, ele relatou sobre momentos e processos de *adoecimento* de uma amiga que era mulher trans negra, estudante da UERJ, que tinha falecido há pouco tempo decorrente de uma pneumonia com 24 anos. Apesar das pausas silenciosas e choro enquanto contava a história, Vinícius dizia que queria contar, pois 'é importante a gente colocar a memória dessas pessoas'. Ele continua:

> Ela trabalhava em creche, mulher trans, pedagoga, trabalhando com crianças pequenas, fazendo uma parte importante da vida de um ser humano que é a infância. Então ali no meio desse processo de aprendizagem. Uma pessoa muito revolucionária. A gente fez algumas mesas pra debater justamente essa questão, ser LGBT e preto. Porque é tipo o que é isso? Como a gente vai falar disso? Quem a gente vai referenciar? Porque a gente estava a fim de referenciar as vivencias dessas pessoas. E ai acabou sendo muitas vezes um debate sobre vivencias, pra gente poder entender como era a nossa própria realidade. E ai ela era uma pessoa que a gente convidava[...] E aí ela morreu também no meio dessa maluquice toda chamada genocídio, que pega a gente de calça curta quando a gente não espera. E aí você está ali seguro, acreditando que na universidade você está tirando a bala daqui da sua cabeça, deixando ela um pouquinho mais distante. E na real você passa por outras coisas [...] Eu lembro que quando a gente montou o coletivo, foi um menino na reunião que tinha tentado suicídio. A gente não sabia. Dois dias depois ele se matou. Lá do Direito. E a gente conheceu ele numa reunião pra falar sobre bichas pretas, pra falar sobre como era estar na universidade, não sei o que e tal. E estava na maior treta. E foi no meio de tudo isso. A Frente Negra surgiu no dia, eu lembro que essa primeira reunião da Frente Negra foi no dia que descobriram que esse menino tinha morrido[...] A gente começou dos mortos, mas a gente também está vivo e estamos aí, né? (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

A aproximação com a morte e o medo de ser uma próxima vítima do *genocídio da população negra* perpassa a narrativa de todos os interlocutores direta ou indiretamente, quando se narra sobre 'adoecimento e cura coletiva'. Desse modo, não poderíamos cair no erro de pensar a construção desses corpos, das identidades e dos afetos sem considerar a realidade social pela qual esses corpos jovens negros são marcados na sociedade. No processo de compreensão do racismo, machismo e LGBTIfobia, esses sujeitos passam a se entender como um possível alvo da violência que pode chegar ao aniquilamento físico do corpo. Acreditar que 'na universidade você está tirando a bala da sua cabeça' não é uma afirmação

realizada apenas por Vinicius e sim reafirmada como um aspecto importante do sofrimento relatado por esses jovens.

Vale ressaltar que a luta e o diagnóstico do genocídio não é uma pauta recente do movimento negro. Em obra escrita em 1978, que também é lida nos espaços de *formação*, Abdias Nascimento publica o livro "O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado". A obra, que tem como objetivo denunciar o mito da democracia racial, faz uso de dados estatísticos – ou de sua ausência[352] - para demonstrar a diferença entre negros e brancos no acesso à saúde, educação, moradia e na mortalidade, sendo esses índices a demonstração do processo de "genocídio" que a população negra brasileira sofre. Em outras palavras, Abdias se distancia da noção de genocídio como somente a violência letal e propõe pensarmos o termo ligado "a ideia de sistema", onde a falta de acesso à educação, saúde, o encarceramento em massa também fazem parte desse "processo genocida"[353]. Afirma o autor:

> Além dos órgãos de poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a política – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2002:142).

Em 2018, ano em que essa obra completou 40 anos, e como resultado de todo conjunto da luta do movimento negro, aconteceram um conjunto de homenagens, dentre elas a realizada pela ONU Brasil, no bojo da Década Internacional Afrodescendente (2015-2024)[354], e da Campanha Vidas Negras[355], que promoveu uma campanha publicitária denunciando que a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil[356].

Compreendendo o genocídio como um processo, Jurema Werneck (2016) apresenta como a partir de 2001 se intensificam as mobilizações pela criação de uma política de saúde voltada para a população negra. A autora afirma que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pelo Ministério da Saúde em 2009, aponta o racismo como determinante de adoecimento e morte precoce de mulheres e homens negros. Desse modo, em acordo com a leitura de Vinícius, a morte prematura por pneumonia de Shelida e o suicídio do jovem integrante da Frente Negra da UERJ são 'resultados do processo de

[352] No livro o autor denuncia a retirada do quesito raça/cor do censo de 1970.
[353] Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/. Acesso em 05 fev. 2020.
[354] Disponível em: http://decada-afro-onu.org/. acesso em 05 fev. 2020.
[355] Disponível em: http://vidasnegras.nacoesunidas.org/. acesso em 05 fev. 2020.
[356] Disponível em : https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=1734. Acesso em 05 fev. 2020.

genocídio', ou seja, do racismo que segundo a PNSIPN, é considerado um forte determinante social de saúde.

Além da questão racial, cabe ressaltar que, apesar de não haver registros oficiais de mortes por LGBTIfobia, a partir do levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia[357], é possível afirmar que o Brasil é um dos países que mais mata LGBTI no mundo. Destaca-se ainda que, dentre estes números, a população composta por travesti e transexual é a que apresenta os maiores índices de homicídio[358].

Viver cotidianamente com o racismo, ou seja, com o *genocídio*, nos obriga a entender a importância dos *afetos* e do *cuidado*, assim como nos propõe bell hooks (2000), como uma "condição pra viver plenamente". Assim, visto que "viver" já é considerado uma conquista, o modo como se vive passa a ser referenciado no *cuidado,* já que 'para o mundo eu seria melhor morta', como um dia me afirmou Tifanny (BA).

A ampliação do conceito de *genocídio* e a compreensão do "viver plenamente" vem sendo utilizada pelo movimento de mulheres negras, a partir da categoria "bem viver". Como dito no segundo capítulo, a Marcha de Mulheres Negras foi um movimento importante que influenciou diretamente a organização política dos coletivos, a partir da intensificação da leitura de feministas negras e a, consequente, busca da construção de um *espaço confortável*. Portanto, é importante considerar alguns aspectos que já surgem nas formulações da Marcha para compreendermos os usos e noções de 'adoecimento e cura' presente no campo.

Já em seu título a Marcha traz o termo "bem viver" como um dos objetivos das mulheres negras para o mundo. Na Carta das Mulheres Negras, a formulação de "bem viver" surge como uma forma de reconstrução das relações[359]. Em artigo, Ângela Figueiredo (2018) afirma que as mulheres negras ampliam o conceito de bem viver:

> No caso em destaque, as mulheres negras não só utilizam o conceito de 'bem viver', como o amplia, visto que também denunciam a falência do processo civilizador em curso. O Estado não assegura os direitos mínimos, o que torna a tarefa das mulheres negras demasiada, pois, é preciso assegurar a sobrevivência da população negra em sua dimensão cotidiana e, no limite, como espécie humana. Este compromisso histórico com a sobrevivência coloca as mulheres negras em uma posição importante, no sentido da construção de um novo horizonte histórico, na defesa das condições de suas próprias vidas e da defesa das demais vidas do planeta, por que não queremos subverter a ordem hierárquica, agora nos colocando no topo da hierarquia, ao

[357] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/06/28/editorial-or-ano-apos-ano-brasil-segue-na-lista-dos-paises-que-mais-mata-lgbts/. Acesso em 05 fev. 2020.
[358] Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais. Acesso em 05 fev. 2020.
[359] Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf. Acesso em 27 fev. 2020.

> invés de ocupar a base. Não, certamente não queremos isso, pois queremos muito mais, queremos transformar, subverter e desintegrar a colonialidade global do poder contra toda forma de dominação e exploração da existência social. Como diz Quijano (2014, p. 47): 'Es decir, una des/colonialidad del poder como punto de partida, y la autoproducción y reproducción democráticas de la existencia social, como eje continuo de orientación de las prácticas sociales'. (FIGUEIREDO, 2018:1095)

Assim, a dimensão de "bem viver" e as formulações da Carta da Marcha[360] estão relacionadas diretamente à "luta pelo direito de sentir". Ou seja, à luta pela transformação dos afetos em linguagem e em ação política, o que mais uma vez evidencia a influência das formulações do movimento de mulheres negras na organização política dos sujeitos e dos coletivos presentes nesta tese.

Ainda na narrativa de Vinicius (RJ), ele traz que o processo de *cura* é relacionado ao coletivo e também muitas vezes na busca da *ancestralidade*. Ele diz:

> Acho que isso tá nesse olhar da cura. Porque acho que se não tivesse essa galera preta aqui ia ser insuportável estar aqui. Ia ser completamente insuportável estar aqui, eu nem sei. Porque a gente realmente segura o rojão, sabe? [...] não tenho mais aquela coisa que eu tinha pra conseguir segurar esse role aí. Aí está nessa coisa aí de me tratar, de conseguir entender até onde eu vou. Existem pessoas que vão conseguir passar a vida inteira com um microfone na mão gritando. E outras pessoas vão ter outras formas de fazer isso. Cada um tem um limite para as coisas. E eu entendi que o meu estava num outro lugar. Até um pouco pela relação que eu tenho lúdica com as coisas. E eu consigo... eu tenho muita potência pra política, mas eu acho que tenho mais potência pra outras coisas. Eu acho que eu rendo mais, meu corpo suporta mais em outros lugares. Aplausos para os que ficam. Não estou aqui pra criticar, estou aqui pra exaltá-los. Mas eu realmente não posso fazer mais o tanto como era daquela forma, não. E tô me cuidando. Dei uns rolezinhos no candomblé, tô entendendo um pouco. Isso é bem recente pra mim. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

Nesse sentido, a ideia de que a *cura* passa por estar em espaços onde se compartilha as mesmas *vivências e experiências*, pode passar do coletivo até uma aproximação com a religião. Nesse aspecto, vale ressaltar que durante a pesquisa foi comum ouvir relatos e/ou acompanhar a aproximação de alguns interlocutores com religiões de matriz africana, especificamente o Candomblé.

Apesar de não ter encontrado trabalhos que demonstrassem esse fenômeno, era comum em rodas de conversa informal sobre o assunto ouvir comentários sobre o crescimento do número de amigos – também negros universitários – no Candomblé. Assim, a busca por esta religião de matriz africana retoma a ideia de Fanon (2008) da importância do passado na construção do sujeito: "O branco estava enganado, eu não era um primitivo, nem tampouco um meio-homem, eu pertencia a uma raça que há dois mil anos já trabalhava o ouro e a prata"(p.119). Aqui novamente, a *ancestralidade* surge como central no processo de

[360] Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf. Acesso em 27 fev. 2020.

construção da identidade desses sujeitos e também como meio ritual de *cura* para os *sofrimentos*.

Aiye, integrante da Frente Negra da UERJ, que também se identifica como *bicha preta* e se reaproximou do Candomblé recentemente, levando Vinícius com ele, chamou atenção mais uma vez para como a proximidade com a morte cotidiana de jovens negros é um forte fator de *adoecimento*, mas como o coletivo e o *político* também podem ser razão desse sofrimento. Ele diz:

> Um amigo teve um ataque cardíaco em casa em decorrência da vida, com 21 anos de idade. E aí eu acho que, assim, desde o início da graduação teve o caso da Shelida, que era estudante trans que sofreu muito por ser uma estudante trans, preta, do movimento negro, de muita gente chamando ela de embranquecida por ser uma mulher trans... sabe? Tudo isso é muito... teve uma pneumonia e faleceu com 24 anos. Que era referência pra gente. A família dela é evangélica e aí ela foi enterrada com nome de batismo. E a gente estava lá e estava se despedindo não da Shelida, mas de uma pessoa que a gente não conheceu. E isso foi muito... sabe? E eu fico pensando na quantidade de suicídios que tem aqui na UERJ, sabe? Que não é a maior do que na UFRJ. Mesmo número. Mas é muito impressionante que, sei lá, de uns 5 anos, sei lá, 10 anos, é muita gente. Todos eles com idade abaixo dos 30 anos. E tipo, dessas pessoas, acho que duas pessoas não eram negras. Sabe? São várias porradas que a gente vai levando, várias agressões, micro agressões, que vão colocando a gente num lugar que a gente vai vendo naquele estereótipo racial. Que resistir é algo que não tá colocado. Em alguns corpos eles sentem mais. De uma forma mais pesada. Porque tem esse lado do político, de você fortalecer pra você resistir algumas coisas. Mas é importante falar que esse processo é tão violento, que algumas pessoas não chegam no final dele. Muitas pessoas não chegam no final e muitas pessoas perdem as suas vidas. Nessa discussão de movimento preto, de genocídio. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

Aqui novamente o racismo é lido como determinante de adoecimento e de morte, e o suicídio reaparece como uma realidade cotidiana. Segundo o documento produzido pelo Ministério da Saúde (2018)[361] nomeado "Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros (2012-2016)", destaca-se que nesse período: "Para os adolescentes e jovens negros, a primeira causa de morte são os homicídios, seguida dos acidentes (incluindo acidentes de trânsito), neoplasias malignas e o suicídio"(p.5). Além disso, ainda segundo o documento:

> Um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens e sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional[...] As principais causas associadas ao suicídio em negros são: a) o não lugar; b) ausência de sentimento de pertença, c) sentimento de inferioridade; d) rejeição; e) negligência; f) maus tratos; g) abuso; h) violência; i) inadequação; j) inadaptação; k) sentimento de incapacidade; l) solidão, m) isolamento social; não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social. (BRASIL, 2018: 16-17)

Desse modo, podemos perceber uma relação entre causas apontadas como associadas ao suicídio e as causas de *adoecimento* postas nas falas dos interlocutores. Entretanto, em sua

---

361 Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 05 fev. 2020.

narrativa, Aiye também aponta a política ou o movimento como uma possível causa de *adoecimento*. Shelida, a mesma amiga trans que Vinicius fez questão de trazer à memória, é relembrada por Aiye dado a relação que ele também tinha com ela. Além dos 'sofrimentos por ser uma mulher trans negra', Aiye traz que um dos motivos de *adoecimento* veio do próprio movimento, ao chamá-la de *embranquecida*.

Como vimos no segundo capítulo, a Frente Negra da UERJ é influenciada pelo que se identifica como teoria política pan-africanista e pelo movimento Afrocentricidade. Como colocado por Aiye, um dos conflitos que ocasionou seu rompimento com esse movimento fez com que o percebesse como *homofóbico*, uma vez que afirmava que a 'homossexualidade não existia em África'. Desse modo, era comum ouvir em campo que os LGBT eram chamados de *embranquecidos*, por parte dos *afrocentrados*, como Aiye nos coloca. Entretanto, *embranquecido* era usado como categoria de acusação, em todos os coletivos, para se referir a negros que se aproximavam ou se identificavam com algo visto como "dos brancos". Este algo, poderia passar pelo estilo de música, cantores, literatura ou até o fato de 'só ter amigos brancos', ou seja, quanto maior a aproximação com a "cultura" vista como "branca" e/ou "os brancos" aumentava a possibilidade de ser acusado de *embranquecido*.

Na sequência da narrativa de Aiye, ele afirma que o movimento é 'ao mesmo tempo fundamental para o bem e para o mal' e continua:

> Ajuda, atrapalha, forma. Não é aquela relação bonitinha romântica que todo mundo imagina. Ao mesmo tempo que é fundamental. É fundamental. Pelo bem ou pelo mal. E esses movimentos, o que eu percebo, é que o movimento, por exemplo, que eu vou deixar quando eu sair da universidade agora, acho que não é o mesmo movimento que eu encontrei quando cheguei[...]Eu acho mesmo que a gente vai sendo modificado, vai modificando o espaço. (Aiye, entrevista em 10/11/18)

O movimento ou o coletivo como razão de 'adoecimento e cura' surge nas falas de todos os interlocutores, nas entrevistas ou em conversas informais. A depender do sujeito, da linha teórico-política e organizacional do coletivo, as razões para essa dupla relação – 'adoecimento e cura' – são diversas, mas frequentes. Rodger, integrante do Enegrecer da UFBA e organizador do V ENUNE, por exemplo, disse em entrevista que durante a organização do ENUNE ficou 'muito, muito, muito doente', mas que foi também a 'solidariedade e o coletivo que o curou'. Como vimos nos capítulos anteriores, Taina (SP) também relatou seu processo de depressão enquanto estava atuando no movimento estudantil na UNEB e esse processo de *adoecimento* se tornou a razão para a troca de universidade e de movimento.

Como já dito em outros momentos deste capítulo, os eventos que compuseram a etnografia no KIU! e na UFBA, eram acompanhados de homenagens para Doss (BA). Tanto no cotidiano do coletivo, como nas falas públicas, a vivência do luto e da morte acompanharam o tempo que estive em Salvador. Em um dos eventos, ocorrido na Faculdade de Comunicação da UFBA, eu pude acompanhar falas que organizam esse duplo sentimento de 'adoecimento e cura' que a militância gera. O evento, realizado em dezembro de 2017, teve como tema "Negras e negros: diálogos em diáspora na FACOM" e sua descrição no Facebook nos ajuda a compreender as discussões realizadas:

> "Diálogos em Diáspora" promove reflexões acerca de povos que foram obrigados a sair de seu local de origem, desfazendo em parte de suas tradições, costumes e culturas em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No Brasil, a dispersão acompanhou a escravização de povos africanos e promove etnocídio e desnivelamento social, fazendo com que cor de pele e outros traços físicos definam experiências comuns para afrodescendentes. É um espaço para que os debates que vão de encontro ao racismo institucional sejam fortalecidos, com a participação de convidados expoentes no tema e mostras fílmicas que promovam reflexões acerca da universidade, do jornalismo, do cinema e da produção cultural, fundamental para a permanência desses futuros profissionais nestes espaços[362].

No início foi exibido o filme "Travessias Negras", que trazia narrativas de jovens cotistas negros na UFBA – com a participação de Samira (BA) e Rodger (BA)[363]. Em seguida, se iniciou o debate com a plateia e Samira pega o microfone. Ela começou exaltando o evento e disse que ele foi realizado por um grupo 'auto-organizado de negros que se constrói como resistência na FACOM', que mais parece um 'cenário de malhação de tão branca'. Ela continuou: 'a gente sofre vários boicotes. É difícil porque queremos estudar e tem que ter essa postura militante e isso adoece. Por isso vários estudantes adoecem... a denúncia de racismo não é atual, mas precisamos construir e organizar para romper com a estrutura'.[364] Ao final, a mediadora da mesa fala: 'eu não entrei para estatística, não morri e tenho 29 anos, mas enterrei muitos e uns deles, mais recentes, como Felipe Doss, que vai tá presente com a gente sempre. Aqui e em todo lugar!'.[365] Ela continua afirmando a necessidade de criar 'uma rede de fortalecimento entre eles, pois o racismo é solidão e isso faz sofrer'. Desse modo, falas no sentido de se sentir 'obrigado a militar por causa do racismo' foram comuns, assim como o reconhecimento dos espaços coletivos como uma forma de se fortalecer.

---

[362] Disponível em: https://www.facebook.com/events/1590165151076022/. Acesso em 05 fev. 2020.
[363] Disponível em: https://www.facebook.com/travessiasnegras/. Acesso em 05 fev. 2020.
[364] Retirado do caderno de campo.
[365] Retirado do caderno de campo.

Além desse, um outro evento também tomado por homenagens, foi realizado no Instituto de Geografia, nomeado GeoPreto. A primeira mesa do evento teve falas sobre o *epistemicídio* e uma longa homenagem a Doss que tinha sido estudante daquele curso. Depois da homenagem, se deu início à mesa "afetividades e sexualidades", composta por uma 'mulher trans, uma sapatão preta e duas bichas pretas' estudantes da UFBA, de acordo com suas apresentações. As falas são tomadas de muita emoção e momentos de choro. Em um momento de fala da *sapatão preta*, ela diz: 'a minha permanência na universidade é um processo muito difícil...entrar na UFBA é difícil, mas permanecer é muito mais e o afeto salva e ajuda muito a gente... Quem tá enlouquecendo a universidade somos nós, mas também estamos enlouquecendo'.[366]

Um outro aspecto que surge, nos eventos apresentados acima – e como já descritos nos primeiros capítulos –, como 'razão do adoecimento' é o *epistemicídio*. Para compreender melhor esse ponto, trago um trecho da entrevista de Ane (RJ) que relata ter tido *um surto* por se ver como *objeto*. Ela diz:

> Eu tive uns surtos, tipo, joguei todos meus cadernos de graduação fora, essas crises em relação a como o curso trata o negro. Porque eu também não tinha acesso aos autores negros e a produção negra de quem faz Ciências Sociais, Ciências Políticas, Antropologia. Eu tô tendo esse acesso muito mais hoje. Então, assim, eu tive muitas crises com meu curso. Eu queria meio que abandonar. Mas eu falei 'porra, não posso abandonar, tenho que ter nível superior'. E também tive amigas que falaram 'não, Ane, você não pode abandonar'. Porque assim, tive vontade de abandonar. Cara, não quero... mas todos os cursos são assim[...]quando você percebe que você é só objeto, tudo que você faz é tudo objetivação do que você é, você não é agente político, você não é nada. Você não lê nada sobre preto ou então você lê os autores racistas do século XIX, início do XX. Pra mim isso foi uma grande crise, isso me fez, meio que, demorar muito tempo pra terminar meu curso também. (Ane, entrevista em 04/10/19)

Se ver como objeto e não como agente da história nos torna "coisa", como diz Fanon (2008) e como colocado na narrativa de Ane. Nesse sentido, além das 'causas de adoecimento' já colocadas, o fato de não se ver representado nas obras e nos autores dos cursos surge como outra razão para o *adoecimento* desses sujeitos. Assim, o *epistemicídio* surge como a forma 'mais visível do racismo institucional da universidade', esta vista como tendo constantemente o desejo de *expulsar* esses sujeitos daquele espaço.

Ainda segundo a narrativa de Ane, ela afirma que o modo de superar de alguma forma o *epistemicídio* é a 'formação coletiva e a militância negra'. Ela diz:

> Porque a militância negra ela te... você dialoga, você conversa, você conhece outras pessoas, você aprende como você vai ter que montar seu projeto de doutorado pra entrar na instituição.

[366] Retirado do caderno de campo.

> Aprendi tudo isso na militância negra. A militância negra que me ensinou os caminhos, não foi o professor na universidade. Professor não te leva pela mão pra escrever, você não entra na bolsa de iniciação científica, na bolsa de extensão. Você não tem isso de ter um professor que te apoie, que te fale de artigo, que te fale de seminário. Você aprende isso na militância negra. Pelo menos é minha experiência. Eu aprendo na parte da militância, dos negros, quais são os esquemas pra entrar, o que eu tenho que fazer, o que eu tenho que ter no meu lattes. É com gente preta que já tá. Eu não aprendo isso com a minha orientadora branca. Nenhuma delas, nunca me falam. E eu vejo os negros que não tem esse contato, tão lá com lattes vazios. Eles não falam pra gente, não te ensinam os caminhos, não leem os nossos textos, não leem os nossos projetos. (Ane, entrevista em 04/10/19)

A partir da fala de Ane, podemos perceber que a universidade é colocada como esse "outro branco", que não reconhece nesse jovem estudante negro um futuro pesquisador e intelectual e a militância negra surge como a coletividade 'dos seus negros', que representa o *cuidado* e o auxílio para suprir de certo modo o *epistemicídio* ou o racismo institucional.

Nessa chave de reflexão, Bruno ao responder uma pergunta sobre o que seria 'ser negro e bicha na UNICAMP', nos traz esse constante sentimento de resistência à *expulsão.* Ele diz:

> Ser bicha preta e pobre, né? ah, não é simples, não é simples em lugar nenhum, mas sei lá, se eu tivesse num trabalho também não ia ser simples, aonde que é simples, né? Nem em casa é simples. Eu encaro às vezes como um jogo, sabe? Que eu tenho que jogar também[...] Sei lá, parece que a universidade tá me jogando pra fora, e não só a universidade, isso acontece, o mundo tá te jogando pra fora...então, já teve muitas vezes que eu pensei em trancar o curso[...]sei lá, ser negro na universidade é reexistir, né..é meio que ser teimoso de ficar. Acho que só fica quem é muito teimoso, quem consegue ser muito teimoso. (Bruno, entrevista em 15/07/18)

Aqui a noção de que *só o afeto salva* é retomada. Assim, a partir desse conjunto de narrativas e dos eventos em campo podemos afirmar que a *vivência* cotidiana com o racismo – sendo por medo de ser o alvo ou pelo luto – leva o *afeto* e a importância do cuidado coletivo para o centro das relações desses sujeitos como uma busca para uma "vivência plenamente" além da "sobrevivência" (HOOKS, 2000).

***

Como já apresentado nos capítulos anteriores, dado o conjunto de "oportunidades políticas", nos movimentos sociais contemporâneos e neste campo de pesquisa, a *interseccionalidade* é operada como "master frame" que articula elementos como o uso do corpo, dos afetos e da experiência. Neste capítulo busquei, novamente a partir das narrativas e da etnografia, dar ênfase a como estes elementos essenciais são mobilizados em campo, por exemplo, observando como os *afetos* e as *experiências* são transformados em mensagens pelos movimentos, portanto, são produzidos para gerar efeitos políticos.

Na primeira seção deste capítulo, busquei compreender como, a partir do ato de levar a mãe para a universidade, a *experiência* é legitimada e, por conseguinte, produz efeitos políticos. Após a entrada na universidade, relatada como um momento de *solidão*, a mãe surge como justificativa para a permanência e também como razão para uma *responsabilidade* que estes estudantes teriam para com os estudos, dado todo 'o esforço da mãe' para que chegassem até ali. Ao entrar na universidade, este filho vive um conjunto de novas *experiências* e passa a significá-las, bem como as *vividas* anteriormente, , primeiramente a partir do enquadramento do racismo, como vimos nos primeiros capítulos, que o distancia da mãe ou do que seria seu **mundo de origem**. Entretanto, como Taina (SP) marca, é através das *formações* com leituras de feminismo negro, isto é, após a sua aproximação com uma perspectiva interseccional, que ocorre uma reaproximação com essa mãe e o movimento de levá-la para a universidade, no desejo de aproximar os *dois mundos*: o **da universidade** e o **de origem**.

Por meio da observação, podemos perceber que esta mãe é levada para a universidade num momento *seguro*, mas também numa situação em que este filho pode se mostrar para ela em um lugar de destaque e conquista. Ao mesmo tempo, a universidade também é apresentada ao **mundo de origem** por meio da mãe. Assim, o ato de levar a mãe, além de ser marcado como um momento de compartilhamento da conquista e de *agradecimento,* é também um momento em que a *experiência* é validada. No entanto, por essa *experiência* ser um elemento que articula a *interseccionalidade*, esta mãe que é levada e valida a *experiência* do filho é mulher, negra e pobre.

Entretanto, dado a multiplicidade dos sujeitos e, principalmente, quando a sexualidade compõe o conjunto de identidades destes, a **mãe de origem** é substituída pela **mãe do movimento** ou a **mãe da universidade**. Apesar de compartilhar a mesma identidade racial, situação de classe e, às vezes, de gênero e sexualidade (no caso das *sapatões*) com esta **mãe de origem**, isto não é suficiente para levá-la à universidade. Assim, quando se é *bicha preta*, *sapatão* ou *bissexual* é rompida a possibilidade de compartilhamento destas *experiências*. Neste caso, quem compartilha e legitima a *experiência* é a mãe que é escolhida por este sujeito e que também traz em seu corpo marcas de raça, classe, sexualidade e gênero.

Na seção seguinte, ao explorar a noção trazida pelos sujeitos de 'tornar-se negro na universidade', tive como objetivo continuar analisando o processo em que as *experiências* são transformadas em mensagem e/ou linguagem e assim produzem efeitos políticos, ou transformação social, para usar os termos de Collins (2019). Partindo da leitura de Fanon

(1979) e Souza (1983), de que é na experiência que se reconstrói a identidade, a noção de 'tornar-se negro' vem atribuída a uma ideia de tornar-se sujeito *como um todo*. É através da ressignificação da *experiência*, realizada neste contexto de centralidade da *interseccionalidade*, que as identidades reconstruídas são colocadas como múltiplas. As identidades que passam a ser reestabelecidas, no interior dos coletivos, são híbridas, instáveis e constantemente negociadas (HALL, 2000), o que pode ser observado nas autodefinições dos sujeitos como, por exemplo: *bicha preta, mulher negra sapatão, mulher negra, sapa preta* etc.

Nas duas últimas seções tive como objetivo compreender como os *afetos*, assim como a *experiência*, são transformados em linguagem e, assim, em ação política. Abrindo esta seção, a narrativa de Milena (SP) nos traz como o *acolhimento*, *afeto* essencial para estes sujeitos, é tido como a razão para a sua aproximação com o NCN/UNICAMP. Esse *acolhimento* é sentido após ela ter vivido uma situação, identificada como racismo e machismo, que é endossada pelos integrantes do NCN. Neste contexto, as narrativas indicam que é pela busca do *afeto* que estes sujeitos descrevem a aproximação com os coletivos, portanto, a organização e luta política são efeitos dos *afetos*.

Ir ao bandejão juntos, nas festas, ficar na casa um do outro, se pegar, brigar, chorar são momentos colocados como *de afeto* e como a razão para a ida a reuniões, assembleias, atos etc. Assim como a *experiência*, o *afeto* também passa a ser um elemento que articula a *interseccionalidade*, ou seja, o modo e com quem "se troca" afeto passa a ser lido a partir desta perspectiva. O surgimento do termo *afrocentrado* organiza este processo. Compreender que as "opressões" são *interseccionais* é compreender que os *afetos* também são organizados política e socialmente, isto é, entender que há uma desassociação histórica entre o belo e o corpo negro faz com que na reconstrução dessas identidades e destes *afetos* o corpo negro, mas também o gordo, o masculinizado ou feminilizado, passe a ser visto como belo e, até mesmo, como único belo. Fazendo com que fosse comum ouvir em campo de negros que só se relacionam com pessoas negras, ou *bichas pretas* com *bichas pretas* etc.

Na última seção deste capítulo, a partir da relação feita por eles entre *adoecimento* e *cura*, foi possível perceber que, para compreendermos como os *afetos* e seus efeitos são acionados em campo, é necessário compreendermos como os seus corpos são e passam a ser lidos pela sociedade e por eles. Assim, surge a noção de *genocídio*. Como vimos no primeiro capítulo, o *genocídio* e o *extermínio* surgem como pautas políticas centrais a partir de 2015. Para além da construção da pauta, o *genocídio* surge como algo que 'os estudantes negros têm

que lidar'. Como já dito antes, o coletivo que ao mesmo tempo é o lugar onde se reconstrói as *experiências,* a partir da compreensão do enquadramento do racismo, machismo, LGBTfobia e da opressão de classe – da *interseccionalidade* –, também é o lugar em que estes sujeitos se descobrem como sendo alvo do *genocídio*. Deste modo, como narra Vinícius, a universidade surge como o lugar 'onde se tira a bala da cabeça', mas no qual também não se está longe dela. O coletivo, então, emerge como lugar onde, ao mesmo tempo em que o sujeito se descobre como sendo alvo, e também descobre a importância do *cuidado* e da ação política para que, tanto os integrantes, como *os seus*, que não estão nos coletivos, deixem de se ser *alvos*. Assim, a partir da descrição, principalmente dos eventos na UFBA, vimos que os relatos trazidos por eles pontuam que entender as *experiências* como interseccionais, os *fortalece* e, ao mesmo tempo, 'obriga a militar'.

Nesse sentido, podemos afirmar que *experiência* e *afeto* são indissociáveis e organizam não só o que poderia se colocar como "micropolítica das ações", mas, de uma forma mais ampla, produzem efeitos políticos diretos na organização de enquadramentos e repertórios que serão colocados nas disputas políticas no campo por estes sujeitos. Um exemplo disto é o que podemos ver na fala de Ane quando diz que *adoece* ao se ver na universidade como *objeto* e não como *produtora de conhecimento* e é, a partir deste *adoecimento*, que ela constrói a 'luta e o combate ao epistemicídio'. Assim, podemos dizer que o enquadramento do *epistemicídio*, tão central neste campo político, é produzido através da transformação do *afeto* em linguagem.

Por fim, à luz de Coelho (2010), analisei como solidão, acolhimento, adoecimento e a cura formam um complexo emocional dotado de uma dinâmica específica desse processo de "aparição", que foi capaz de fornecer um guia para a compreensão da experiência subjetiva e evidencia as relações entre gramáticas emocionais, relações interpessoais e organização social. Além disso, teóricos do campo da antropologia das emoções (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001) defendem que "as emoções guiam a ação política independente do cálculo cognitivo sobre as chances de sucesso". Contudo, foi necessário considerar a diversidade das construções subjetivas dos sujeitos e, por conseguinte, de suas emoções e afetos. Ao ponto que os afetos foram negados na construção histórica dos negros (HOOKS, 2000), pensar o uso dos mesmos na ação política passa pela noção de resgatar algo que foi historicamente negado, além de se tornar marcação de diferenciação para com outras "formas de fazer política".

CAPÍTULO 4 - *A PRODUÇÃO DE SABER CRIA ESPAÇOS DE PODER!* - CONSTRUINDO A *LUTA CONTRA O EPISTEMICÍDIO*

"Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito."

(FANON, 2008:34)

Nos capítulos anteriores apresentamos como o processo de "aparição" desses **sujeitos políticos negros universitários** estimula um processo de reconstrução das identidades em paralelo ao engajamento político, assim como produz enquadramentos e repertórios a serem acionados como a *nossa forma de fazer política*. À luz de Fanon (2008) e através da etnografia, podemos observar que este processo de "aparição" é perpassado também pela assimilação de um conjunto de códigos novos presentes no espaço da universidade. Nesse sentido, dominar os códigos ou a linguagem é necessário para se fazer parte ou até existir neste novo lugar (FANON, 2008; GONZALEZ, 1988). No capítulo anterior, foi possível dar ênfase à importância dos *afetos* na produção da linguagem de si e à construção da ação política. O *adoecimento* então, surge como um *afeto* central e, como vimos no fim do terceiro capítulo, o *epistemicídio* como um dos enquadramentos, efeito deste *afeto*.

Neste capítulo veremos, a partir da etnografia, como nesse processo de "aparição" criam-se representações acerca da produção intelectual nas quais, a *experiência* surge como estratégia central de diferenciação e definidora da *nossa forma de fazer pesquisa*. Retomando as narrativas dos interlocutores, veremos como após o diagnóstico da existência do *epistemicídio,* se forma a noção de *nossa forma de fazer pesquisa*. Ao final, a partir das etnografias nos encontros e nos eventos de apresentação de trabalhos realizados pelo coletivo, apresentaremos um panorama das pesquisas recentemente desenvolvidas por esses sujeitos.

4.1 A *experiência* como produção e disputa da intelectualidade: O diagnóstico do *epistemicídio*

Como tenho afirmado ao longo da tese, compartilho, além de marcadores sociais, *experiências* próximas aos protagonistas destas páginas. Como pesquisadora negra, ainda no início da formulação do projeto de pesquisa, ao perceber e passar a fazer parte da intensa

mobilização de jovens negros na universidade, fui tomada pelo desejo de pesquisar sobre o tema. Acreditava naquele momento que essa também era minha história, portanto, poderia protagonizar a narrativa da experiência, assim como a produção de conhecimento sobre ela. Trago esse relato pessoal e a cena seguinte para demostrar que, na minha narrativa, a experiência de vida e a produção de conhecimento estão relacionadas, ou melhor, encarnadas como em grande parte dos interlocutores e, por conseguinte, dos intelectuais negros[367] nesta tese.

Em 2016, além de iniciar o doutorado, me tornei a primeira e única estudante cotista da linha de Estudos de Gênero do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. Logo no início do semestre, conversando com Nathanael Araújo – que compartilhava a experiência de deslocamento do Rio de Janeiro para Campinas, a casa que passamos a morar e o status de primeiros cotistas, sendo ele do Programa de Antropologia – passamos a perceber que apesar dos nossos projetos de pesquisa não se relacionarem aos estudos raciais, havia nas discussões das disciplinas uma expectativa de falarmos sobre e dominarmos o tema, de sermos o que nomeamos na época de *guardiões da raça*. A partir dessa "chamada", ou melhor, dessa "exigência", percebi que sabia quase nada sobre raça e que havia lido pouquíssimos ou nenhum autor negro em toda a minha formação. Paralelo a esse momento, me aproximo do NCN/UNICAMP e, ao compartilhar esses incômodos, percebo ser algo comum nas experiências de outros ingressantes cotistas. Contudo, ao invés de negar o status de "guardiã da raça", passo a pesquisar as referências de autoras negras aprendidas nas reuniões do NCN/UNICAMP e me interesso cada vez mais pela teoria feminista negra, que era uma grande novidade para mim até aquele momento.

Ao fim do primeiro semestre de 2016, passo a procurar outros *guardiões da raça* e, junto com Nathanael, Silvia Castro e Letícia Pavarina – as duas últimas, ingressantes no doutorado e mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia, respectivamente –, estruturamos o que seria o Grupo de Estudos de Feminismos Negros da UNICAMP. Por um desejo de não fazermos desse grupo um lugar exclusivamente para pessoas negras, abrimos o convite da organização para outros colegas não negros e criamos, em conjunto com Vanessa Sander – aluna branca ingressante no doutorado em Ciências Sociais – o Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP, em agosto de 2016. Construímos uma ementa de leitura com textos de teóricas feministas negras que tínhamos interesse em ler, pois entendíamos que ali

[367] Segundo bell hooks (1995) intelectual "é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas". Neste capítulo, irei nomear todos os meus interlocutores de "intelectuais", pois todos em suas pesquisas estão "transgredindo fronteiras".

seria um espaço para nossa formação individual e coletiva[368]. Apesar da ausência de professores nos nossos encontros, ao final do ano (2016), recebo de uma professora o pedido de acesso à nossa ementa com a justificativa de auxiliar a organização de um programa de curso que seria ofertado como disciplina obrigatória para a linha de gênero, no primeiro semestre de 2017.

Durante todo o primeiro semestre de existência do Grupo de Estudos, ouvimos relatos de estudantes negros acerca da dificuldade de desenvolverem suas pesquisas e debaterem sobre seus temas numa universidade *extremamente branca*. Decidimos então, em 2017, organizar um seminário para que os pesquisadores negros pudessem apresentar e terem seus trabalhos debatidos. Assim, em junho do mesmo ano foi realizado o "Seminário Raça, Gênero e Diáspora"[369], onde, através dos nossos próprios contatos, organizamos quatro sessões, reunindo 20 pesquisadores negros do IFCH/UNICAMP. Com trabalhos em diferentes níveis de desenvolvimento, reunimos em mesas alunos da graduação ao doutorado. A organização do Seminário mobilizou o Instituto. Um evento exclusivo para pesquisadores negros foi visto quase como um exagero e desejo de separação por parte de alguns docentes, o que refletiu na ausência quase que total dos mesmos no auditório. Alunos negros que não conseguiram apresentar seus trabalhos foram ao Seminário e fizeram daquele momento uma reunião de praticamente todos os jovens negros pesquisadores do instituto.

Como nas ações dos coletivos, durante as mobilizações do Grupo era retomada, como já apresentado anteriormente, a ideia de que "nossos passos vêm de longe"[370]. No Seminário, ao comentar o trabalho de outra colega, Teófilo (SP) fez uma aproximação do evento com a Quinzena do Negro, em 1977, na USP[371]. Longe da pretensão de comparar o nosso evento com um marco histórico do movimento negro, para Teófilo, nós ali estávamos ainda lutando pelo direito àquela instituição e continuávamos os passos de referências como Beatriz

---

[368] Durante a organização da ementa de leituras do grupo, tivemos muita dificuldade em achar textos oficialmente traduzidos de feministas negras norte-americanas. Contudo, após o lançamento do livro Mulher, Raça e Classe da Angela Davis, em 2016, pela Boitempo, aumentou consideravelmente a quantidade de traduções oficiais de textos de autoras como: Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, entre outras. Além disso, a relação entre as traduções oficiais destes textos e a ampla divulgação realizada pelas editoras – principalmente a Boitempo – é comentada em campo como um aspecto central para o crescimento de discussões acerca do feminismo negro.
Ementa do Grupo, disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B7SHF64dZSBEbjBIVWtaUFVyeGs?fbclid=IwAR368wBSXKwhrrC0iNXiSHl4ncZtqcyXTtL-0Bs54tCOJ0MaGzOm2EuHoZg. Acesso em 18 set.2019.

[369] Disponível em: https://www.facebook.com/events/1309583532411409/Acesso em 18 set. 2019.

[370] Essa frase foi cunhada por Jurema Werneck, uma importante feminista negra brasileira reverenciada em campo.

[371] Para uma maior descrição do evento, ver: Ratts, 2011.

Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira[372]. Para situar a comparação feita por Teófilo, trago aqui um registro realizado para o filme "Ori", da fala de Eduardo de Oliveira e Oliveira, após a conferência de Beatriz Nascimento na Quinzena do Negro:

> Nós temos direito a essa instituição. Sobretudo essa aqui [a USP] que é pública. E o fato de fazer [a Quinzena do Negro] dentro dessa universidade é porque a universidade assume a sua possibilidade de universidade para formar mais negros. Para que se formem como Beatriz, que passou por aqui, para ir ao quilombo, a favela ou seja lá o que for, e dar os seus ensinamentos. Agora, sem uma universidade, sem um crédito, seria até impossível conseguir esta semana aqui, porque eu seria apenas um negro. Hoje, depois de dez anos ou doze de trabalho, já me mandam entrar e sentar, porque eu sou Eduardo de Oliveira e Oliveira que tenho um título, que não pretende ser doutor, que não se branqueou, mas que usa disso como instrumento de trabalho para se afirmar como negro e ajudar outros negros a se afirmarem como tal."[373]

Depois do Seminário, eu e meus colegas de grupo éramos parados nos corredores tanto por alunos brancos como por professores que diziam querer 'discutir sobre o tema'. Uma professora que foi a uma das sessões do Seminário relatou que ouvir as pesquisas e o debate feito no evento a fez pensar sobre suas próprias reflexões de pesquisa, gerando, segundo ela, o aumento de autores negros em um programa de disciplina que ofertou dois anos depois. Outra professora, nomeou a criação e a mobilização do Grupo de Estudos como um *furacão*.

Desse modo, os *furacões* tornaram-se uma estratégia de permanência e desenvolvimento de carreira para intelectuais negros em um espaço considerado hostil e elitizado como a academia (RATTS, 2011). A cena que trago acima em conjunto com a fala de Eduardo de Oliveira e Oliveira, ainda na década de 1970, demonstram o processo de construção coletiva e individual do intelectual negro. Neste sentido, o diagnóstico do *epístemicídio* passa por não se sentir representado nos autores e nos textos discutidos na universidade, falta esta que só passa a ser sentida e visibilizada a partir do enfrentamento histórico do movimento negro na universidade em lutar pela representação na produção de conhecimento.

Como já dito ao longo da tese, as organizações de negros e negras nas universidades públicas, no Brasil, não tiveram início com a primeira sanção das ações afirmativas. Segundo

---

[372] Segundo Ratts (2011), "Integrante de uma família de migrantes nordestinos, Maria Beatriz Nascimento, nascida em Aracaju, Sergipe, em 1942, graduou-se em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e trabalhou como professora da rede pública de ensino básico." (p.11). Beatriz Nascimento, apesar de ser uma importante intelectual nos estudos das relações raciais teve poucas obras produzidas dada sua morte precoce, por assassinato aos 42 anos. Seus escritos e sua trajetória resultaram em livro, ver: Ratts, 2007. Ainda segundo Ratts (2011), em conjunto com Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, Eduardo de Oliveira e Oliveira teve uma produção voltada para os estudos das relações raciais, alcançando uma grande visibilidade no meio acadêmico e político, mas "foram relativamente esquecidos como autores/as nos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000" (p.13). Ver: TRAPP, 2018b.

[373] Esta frase foi retirada do filme Ôri, roteirizado e narrado por Beatriz Nascimento e dirigido por Rachel Gerber.

Rios (2014), apesar da origem popular de grande parte dos integrantes do movimento negro, que o articularam e fortaleceram na década de 1970, estes frequentavam os espaços das universidades públicas, o que é central para a construção do movimento negro contemporâneo e, como venho afirmando, do movimento negro atualmente.

Alex Ratts, intelectual negro que desenvolveu pesquisas acerca do "movimento negro de base acadêmica", faz uma aproximação entre a reestruturação do movimento negro, com a criação do MNU, e a primeira experiência de expansão universitária pública no Brasil, ocorrida entre 1940 e 1960[374]. Tal expansão aumentou o número de negros nas universidades, que passam a se reunir com o objetivo de questionar o racismo das instituições. Para ele, o "movimento negro de base acadêmica" se define por ações de "docentes, discentes e por vezes técnicos administrativos que se afirmam como negros no espaço acadêmico" (RATTS, 2011: 28).

Segundo o mesmo autor (RATTS, 2009), nos anos 1970 foram criados alguns grupos de estudos que priorizavam a atuação e a discussão racial em âmbito acadêmico, como: o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), a Sociedade Internacional Brasil África (SINBA) e o IPCN – no Rio de Janeiro – e, em São Paulo, o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN)[375]. Em dissertação, orientada por Ratts, Mariza Santos (2016) descreve em detalhes cada um desses grupos e suas articulações, afirmando ao final:

> Esses fatos indicam que o Movimento Negro Acadêmico se constitui por relações profissionais e políticas, mas também de afeto. São pesquisadores(as) negros(as) formando uma rede que resulta na criação e ampliação de espaços para a divulgação da produção de seus pares, afinal é preciso sobreviver no espaço acadêmico. (SANTOS, 2016:50)

Ao observar esse processo, Ratts chama atenção para que essas transformações também se deram no movimento feminista, especialmente com as feministas brancas, "que construíram núcleos de estudos e pesquisa acerca das mulheres, feminismo e/ou gênero e sexualidade" (RATTS, 2009:26). Sobre esse processo, Facchini (2018) chama a atenção que, a mesma movimentação passa a ocorrer no movimento LGBT, a partir da década de 1980.

---

[374] Segundo Antonio Carlos Martins, "Em 1933, ano em que se passou a contar com as primeiras estatísticas sobre educação, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior, proporções que não se modificaram de maneira substantiva até a década de 1960 porque a expansão do ensino privado foi contrabalançado pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas. No período 1940-1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%), enquanto as matrículas no ensino superior triplicaram. A pressão de demanda levou a uma expansão extraordinária no ensino superior no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, ¾ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada." (2002;5)

[375] Uma discussão elaborada deste momento foi realizada em tese por Rafael Trapp (2018a).

José Jorge de Carvalho (2006) constrói a categoria "confinamento racial" para desenvolver análise acerca do ambiente acadêmico brasileiro. O autor, a partir de censo racial realizado na década de 1990, na UNB, USP, UFRJ, UNICAMP, UFRGS, UFSCAR e UFMG, verificou que, de 18.400 professores apenas 70 eram negros. Diante destes dados, pode-se afirmar que os professores destas instituições são brancos, sempre estudaram com professores e colegas brancos, dão aula para alunos em sua maioria brancos, com colegas de colegiado brancos. Para Carvalho, os números apresentam uma realidade em que é possível – dentro das universidades públicas na época – haver professores que nunca conviveram com um único estudante ou professores negros, durante toda sua carreira acadêmica.

Hoje, segundo o site da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), existem 123 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) em instituições públicas de ensino espalhados em todas as regiões do país. Contudo, apesar do crescimento destes núcleos, se mantém uma sub-representação de pessoas negras no corpo discente e docente, além da resistência à incorporação de trabalhos que colocam a África em relação ao mundo e à produção de conhecimento de afrodescendentes. Como nos lembra Ratts, o "racismo acadêmico" é um desdobramento do "racismo estruturante na sociedade brasileira".

Apesar das mudanças geradas no cenário acadêmico atual, de acordo com o INEP, no ano de 2015[376], em um universo de 378.939 docentes universitários no Brasil, apenas 4,48% são negros e estão em instituições públicas de ensino[377]. Ainda sobre os dados, Luiz Mello e Flavia Rios, em artigo publicado no Blog da Revista Novos Estudos - CEBRAP[378], relembram que 1/3 dos Institutos de Educação Superior não declara raça/cor nos formulários institucionais e seguem:

> Só conseguimos acessar as informações sobre a cor do quadro docente a partir dos microdados do Inep. Por meio deles, sabemos que, em 2018, no conjunto do corpo docente de ensino superior público e privado do País, apenas 16,4% são pessoas autodeclaradas negras (2% são pretas/os e 14,4%, pardas/os). Em contraste, a maioria é formada por brancas/os (52,9%)[379].

---

[376] Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-de-2015-ja-podem-ser-consultados-e-revelam-desafios-para-a-educacao-superior-brasileira/21206. Acesso em 05 ago. 2019.

[377] Dos 19 interlocutores que deram entrevistas para esse trabalho, quatro relataram nunca terem tido professores negros durante sua vida acadêmica. Outros três tiveram apenas um professor, quatro disseram terem tido dois professores negros, cinco tiveram três professores e apenas um relatou ter tido 5, a mesma quantidade que disse ter tido 6 e 7 professores negros durante sua vida acadêmica. Em 2018, de acordo como o Coletivo Luiza Bairros da UFBA, apenas 2% dos colegiados da universidade é formado por negros.

[378] Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/. Acesso em 28 fev. 2020.

[379] Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/. Acesso em 28 fev. 2020.

Desse modo, Ratts (2007) apresenta que a estratégia acionada pelos intelectuais negros para romper as barreiras do "racismo acadêmico" sempre foi utilizada pelos intelectuais brancos para manter o "confinamento racial":

> Os intelectuais brancos, que não deixam de ser atuantes (ou mesmo "ativistas") em seus campos de pesquisa/intervenção, fazem desse circuito próximo suas redes profissionais. Promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos. Criam ou elegem para si fechados espaços acadêmicos e quase nunca evidenciam a branquitude que os amalgama, ainda que se aproximem de um(a) ou outro(a) intelectual negro. (RATTS, 2007:30)

Apesar dos autores utilizarem essas duas categorias – "racismo acadêmico" e "confinamento racial" –, durante a etnografia nos coletivos e em materiais produzidos para e por eles, a categoria de denúncia é *epistemicídio*, utilizando, recorrentemente, a definição de Sueli Carneiro (2005) proposta para o termo. Segundo esta autora, epistemicídio é um conjunto de práticas que nega, dificulta e elimina a produção de conhecimento construída por pessoas negras. Apesar de ser sabido em campo que o termo fora criado por Boaventura de Souza Santos, o autor raramente é citado[380]. Assim, do mesmo modo que ocorre com outras categorias, como 'branquitude, colorismo, negritude, afeto', entre outras, *epistemicídio* é utilizada como termo êmico. Ou seja, os sentidos usados extrapolam o conceito, entrecruzam referências e outras categorias como "racismo acadêmico" e "confinamento racial".

No entanto, o uso de Sueli Carneiro como a referência principal para o termo, nos remonta a algo que venho sinalizando, acerca da centralidade da teoria feminista negra. A luta do movimento negro no contexto acadêmico para disputar reconhecimento à intelectualidade negra não é uma novidade. Contudo, a centralidade da literatura feminista negra, nesse contexto, põe a *experiência* e os *afetos* como bases para a luta contra o *epistemicídio*. Na próxima seção veremos como essa relação se constitui nas escolhas das leituras dos grupos de estudos.

4.2 *A gente precisa estudar!*: a criação de grupos de estudos

A partir da cena apresentada no início do capítulo, podemos observar como, muitas vezes, a busca por literatura das questões raciais e autores negros ocorre, nos coletivos, inicialmente, com o objetivo de buscar compreender as próprias *experiências* desses sujeitos. Assim, além do Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP, outros integrantes do

[380] Boaventura é um intelectual central para os estudos decoloniais na América Latina. Dentro deste campo de estudos, existe uma reflexão mais aprofundada da relação entre a produção de conhecimento no Norte e no Sul Global. Assim, a questão racial ocupa outras dimensões que não se restringem ao branco/negro e a geopolítica do conhecimento é amplamente desenvolvida. Ver: Meneses e Santos, 2010.

NCN/UNICAMP do curso de Filosofia criaram o Grupo de Estudos de Filosofia Africana e Afrodiaspórica da UNICAMP (GEFAA), ainda em 2017. Segundo a página do grupo no Facebook, eles se definem como:

> "O GEFAA (Grupo de Estudos de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas da Unicamp) surgiu junto com o contexto da Greve da Unicamp de 2016, após os estudantes da graduação em Filosofia deliberarem em assembleia, no dia 17 de maio, pela contratação de um professor ou professora de Filosofia Africana, para atender uma demanda do curso de filosofia da Unicamp (bem como da sociedade brasileira, onde quase não se cumprem as leis 10.639 e 11.645[381]). Em 14 de junho, o CAFIL (Centro Acadêmico de Filosofia) promoveu uma Aula Pública sobre Filosofia Africana, ministrada pelo Teófilo Reis, Mestre em Filosofia, Doutorando em Filosofia pela CUNY e em Sociologia pela Unicamp e militante do movimento negro, que contou com a participação de um grande público. Assim, em 26 de julho, formamos um grupo informal e auto-organizado para o estudo e difusão de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas, como um incentivo regular pela nossa reivindicação em prol da valorização da história e da cultura afro-diaspórica e africana e suas filosofias. Desde então realizamos atividades dentro e fora da Unicamp, abertas à comunidade, por vezes em parceria com cursinhos populares, escolas da região, centros de cultura, pesquisadores especialistas, para difundir e discutir as contribuições filosóficas africanas e afro-diaspóricas, as temáticas de resistência negra e a luta dos negros no Brasil e no Mundo, em consonância com a lei 10.639/2003."[382]

Nas primeiras reuniões, que ocorreriam quinzenalmente naquele semestre, o grupo se deteve no debate do livro "Mulher, raça e classe" (2016) de Angela Davis e "Peles negras, máscaras brancas" (2008) de Franz Fanon. O grupo ainda se encontra ativo. A reunião de abril de 2019 do grupo teve como tema "Todo mundo tem lugar de fala". Na descrição do evento foi postado:

> "Diante da necessidade de construção de um debate mais saudável, honesto e com qualidade, e considerando sobretudo a importância desse debate no enfrentamento aos mecanismos de opressão, o GEFAA (Grupo de Estudo de Filosofias Africanas e Afrodiaspóricas da Unicamp) convida todas e todos para conversarmos sobre os significados e sentidos do conceito de lugar de fala e as experiências e políticas que informam os diferentes lugares de fala em nossa sociedade. Para quem quiser se antecipar com uma leitura, sugerimos o capítulo "Todo mundo tem lugar de fala", do livro O que é lugar de fala? da filósofa Djamila Ribeiro."[383]

Grazielle, da UERJ, ao relatar em entrevista sobre a criação do grupo de estudos, formado por integrantes do coletivo de estudantes negros do curso de Direito da UERJ Patrice Lumumba, reafirma a noção destes espaços e momentos serem utilizados para construir uma 'perspectiva mais estrutural', para além das *vivências* compartilhadas no coletivo. Ela diz:

> O nome [do grupo de estudos] é Criminalidade e Crítica da Economia Política. E durante a existência desse grupo, que era o nosso espaço de discussão mais acadêmica, de ler textos, de discutir de forma mais profunda do que além da vivência. Isso é uma crítica que eu tenho nos movimentos negros que eu já participei. Sempre que a gente se reúne, é pra discutir vivência,

---

[381] Vale lembrar, que essas duas leis se relacionam com a incorporação dos estudos das relações raciais e do continente Africano nos currículos da educação.

[382] Disponível em: https://www.facebook.com/pg/gefaaunicamp/about/?ref=page_internal. Acesso em 18 set. 2019.

[383] O livro "Lugar de fala" foi publicado em 2017, compondo a coleção Feminismos Plurais da editora Letramento. O evento do Grupo está disponível em: https://www.facebook.com/events/2292074717739595/. Acesso em 18 set. 2019.

> pra reclamar que foi racista, mas a gente nunca consegue discutir por uma perspectiva mais estrutural e mais totalizante mesmo da sociedade. E no grupo de pesquisa a gente conseguiu discutir isso em alguns momentos. (Grazielle, entrevista em 11/12/18)

Nesse sentido, a *formação* nos coletivos e nos grupos de estudos surgem muitas vezes como o primeiro espaço de *formação coletiva* destes intelectuais negros. Dessa forma, podemos observar que os textos e autores escolhidos se encontram com questões coletivas e individuais que surgem no cotidiano dos coletivos e que os textos são vistos como meio de 'compreender essas questões'. Como exemplo, discussões sobre *lugar de fala* ocorriam tanto nos encontros do NCN/UNICAMP como nos diálogos com diferentes atores, logo a organização de uma *formação* sobre o conceito, mediada por um texto, foi realizada pelo GEFAA, assim como ocorreu em outros momentos com *formações* acerca de *branquitude*, por exemplo.

Durante o trabalho de campo pude perceber que, apesar das diferenças regionais e de linha teórico-política, os autores mais acionados nas *formações* eram Franz Fanon e, em seguida, teóricas feministas negras norte-americanas, como: bell hooks, Angela Davis, Sojourner Truth e Patrícia Hill Collins. As autoras negras brasileiras também ocupavam espaços de *formação*, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Carolina de Jesus, que dividiam muitas vezes discussões com Abdias Nascimento[384]. Deste modo, como já havíamos apontado, a centralidade que algumas autoras tomam neste espaço de *formação* é fundamental para compreendermos as narrativas dos sujeitos acerca dos inúmeros processos, e entre eles, os de desenvolvimento de pesquisas, análises e produção de conhecimento.

Neste contexto, podemos observar, a partir dos grupos de estudos[385] e do breve levantamento dos autores, como as referências do feminismo negro e de mulheres autoras negras tomam espaço de protagonismo nas leituras. Como visto no segundo capítulo da tese, a influência do feminismo negro surge em campo na noção de construção de um *lugar confortável* e na forma de fazer política dos coletivos. Colocada como relacionada a um 'modo feminista negro de fazer política', a noção de *afeto* surge em campo como uma das características principais da construção da ideia de *nossa forma de fazer política*. Além disso, no terceiro capítulo, ao explorarmos os efeitos dos *afetos,* percebi que junto da *experiência*, eles são centrais para a produção de linguagem e, por conseguinte, da ação política. Novamente, por influência da teoria feminista negra, a mobilização dos *afetos* e das

[384] Além desses autores também circulavam textos de: Sueli Carneiro, Achille Mbembe, Carlos Moore, W.E.B Du Bois e Marcus Garvey.

[385] Apresento a criação destes três grupos de estudos como um recorte de uma movimentação observada em campo, mas narrada como algo mais amplo que vem acontecendo em inúmeras universidades.

experiências é vista como um meio de deixar de *sobreviver* e "viver plenamente" (HOOKS, 2000). Aqui, o modo feminista negro também surge ao descreverem a maneira de se produzir conhecimento em campo, vista como uma maneira de articular as *experiências* dos pesquisadores, a escrita e a produção de conhecimento. Ou seja, a *experiência* surge como estratégia central na noção de *nossa forma de fazer pesquisa*.

Assim, o processo de aproximação com uma literatura das relações raciais e do feminismo negro torna-se um projeto político coletivo com objetivo de "definir", nos termos de Collins (2019), as *vivências* cotidianas a partir da lente da *interseccionalidade*. Em outras palavras, o estudo e a leitura, principalmente, do feminismo negro é reforçado e defendido como um meio de 'libertação individual e coletiva'.

Para compreendermos essa afirmação, trago um trecho da entrevista de Taina (SP) que organiza, de certa forma, este debate presente nas leituras individuais e coletivas dos estudantes negros:

> Eu também acho que a gente tem que se formar na questão racial não pra poder aprender sobre racismo, mas pra aprender a olhar o mundo de outro lugar[...]a gente tá pensando como incorporar um outro tipo de análise, porque ela é oriunda de um outro tipo de experiência histórica. Há um pensamento no qual o conceito de humanidade foi feito pra não caber pessoas negras, entende? Lógico que isso vai dar choque[...]acho que talvez isso mude um pouco também a construção do conhecimento no Brasil assim, do conhecimento no geral, não do conhecimento sobre racismo[...]A gente precisa estudar! Esses dias uma amiga do Núcleo falou assim 'então, eu tô fazendo uma disciplina que eu tô levantando a mão toda aula, fico uns 10 minutos com a mão levantada pra pessoa não me passar a palavra, não olha pra mim... e isso não é a primeira vez que acontece' Outro dia ela chegou falando assim 'então, eu fiquei levantando a mão lá na aula e aí eu fiquei tanto tempo com a mão levantada que até a PED[386] falou 'ó, ela tá pedindo sua ajuda ali' aí ela falou 'ah, daqui a pouco eu vou' e não foi'. Porra, mano, se a pessoa não tem ideia de que aquilo pode ser ou é um racismo potencial, ela vai começar a achar várias coisas, inclusive que o problema é com ela, entendeu?[...] [Então]A gente precisa sofisticar, aprimorar e conhecer outros tipos de conhecimentos, sabe? A bell hooks fala isso também. Ela fala assim 'olha, a universidade pra mim foi uma experiência complicada? Foi, mas foi um lugar que eu aprendi novas formas de ensinar e novas formas de aprender. Eu tive que ressignificar essas relações que eu tive com ensino, com aprendizagem, né'. Não tem como a gente sobreviver, tipo aqui na universidade, sem formação, porque é exatamente por isso que eles não dão a formação, pra gente ficar ó caladinho e pra quando a gente quiser falar eles desestabilizem a gente facilmente, e quando a gente tem formação isso é mais difícil, não é? (Taina, entrevista em 10/10/18)

Na fala de Taina a ideia de 'olhar o mundo de um outro lugar' surge como definição do lugar da literatura negra, pois o *lugar comum* seria a teoria protagonizada por pessoas brancas. Durante a etnografia pude observar com frequência a afirmação da existência de um conhecimento *deles* e *nosso*. O *conhecimento deles* seria o produzido pelos atores e as teorias comuns nos cursos de formação – em sua maioria homens brancos norte-americanos e

[386] PED é o termo utilizado para bolsa de auxílio a doutorandos que realizam estágio em disciplinas na UNICAMP.

europeus – e o *nosso conhecimento* seria o desenvolvido por pessoas negras. Contudo, durante uma fala pública em uma mesa sobre *epistemicídio*, Samira (BA) falou: 'a gente tem que ler os textos deles durante o dia e os nossos a noite... é difícil, mas nada nunca foi fácil'[387]. Nesse sentido, a construção de uma identidade coletiva e as estratégias de diferenciação são utilizadas para marcar uma determinada oposição também na forma de produzir conhecimento.

Nessa mesma linha de pensamento de Taina e Samira, Vinícius (RJ) complementa, trazendo a noção do que seriam o conhecimento *deles* e os *nossos*:

> O estudante negro não entrou aqui pra deixar a universidade burra. Ele entrou aqui pra tirar o melhor daqui pra vida dele. E a gente também entende que pra gente aprender, não vai ser dessa forma. A nossa formação fica muito a nosso cabo. A gente tem aquela formação geral e depois tem que ficar lendo um monte de coisa, correndo atrás de um monte de um monte de lugares, pra conseguir trazer as especificidades de um debate que tem mais a ver com a gente, que tem a ver com a gente de verdade. Porque uma análise que tá falando apenas sobre a vida de pessoas homossexuais brancas, tá contando uma meia verdade. Porque a luta LGBT é uma luta muito, muito, muito maior do que apenas os homossexuais brancos. Eles são uma parte da questão, mas eles não podem ser o todo. A gente vai ler todo mundo. O que não dá é pra gente achar que o mundo é a Europa. O que não dá é pra gente entrar numa sala de aula, dizer pro seu aluno que o mundo não é a Europa e dar dez disciplinas de Europa, reiterando isso. Um amigo meu chegou pro professor [e disse]: 'Ah, professor, eu quero falar sobre Brasil século XIX, o que tinha no século XIX, gostaria de usar Fanon'. Aí o professor falou 'Ai, Fanon já ouvi falar'. Sabe? Agora se eu chegasse aqui e dissesse pra você que eu já ouvi falar do Nieztsche. 'Nietzsche? Há, já ouvi falar!' Eu ia ouvir gente aqui dizendo que eu poderia rasgar meu diploma de ensino médio até. Enfim. Nada contra nenhum deles, mas precisamos falar de muito mais gente aí, né? Até porque o mundo é muita coisa[388]. (Vinícius, entrevista em 12/12/18)

O diagnóstico de que a 'nossa formação fica muito a nosso cabo' é realizado por todos eles e, muitas vezes, acompanhado da afirmação da necessidade do *enfrentamento*. Em outras palavras, as *formações* realizadas no interior dos coletivos e o acesso facilitado pela internet aos autores negros e textos acerca da questão racial, possibilitam um reconhecimento desses sujeitos como um possível autor do conhecimento e, por conseguinte, o fortalecimento para o *enfrentamento* aos autores e teorias comumente utilizados em sala de aula.

Observamos então que, dada a importância que a teoria feminista negra toma em campo, facilitada pelo contexto da ampliação das traduções e o acesso à internet, a *experiência* e o *afeto* tomam centralidade também na organização política que se constitui como a 'luta contra o epistemicídio' e a formulação da noção de 'nossa forma de fazer pesquisa'. Neste sentido, se entender como parte, mas não se ver na representação dos

[387] Retirado do caderno de campo

[388] Apesar de não ser tão citado como as teóricas feministas negras já apresentadas, Guerreiro Ramos surge como um importante intelectual nas discussões acerca do epistemicídio e da descentralidade da produção de conhecimento da Europa e dos Estados Unidos, para o Sul. Para uma melhor síntese da obra do autor, ver: BRINGEL; DOMINGUES, 2015.

identificados como produtores de conhecimento estabelece um campo de contestação (BRAH, 2006) entre a forma *deles* e a *nossa* de fazer pesquisa, onde na *nossa*, a mobilização da experiência surge como eixo central de diferenciação. Entretanto, assim como Avtha Brah (2006), compreendo a experiência, como um campo de contestação e "um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo que chamamos de realidade" (p.360). Desse modo, na próxima seção percorreremos, através de um conjunto de narrativas, como a noção de *experiência* é significada neste processo de produção da 'nossa forma de fazer pesquisa' ou 'nossa forma de produzir conhecimento'[389].

4.3 *Eu quero entender a minha história!* – A *experiência* como produtora de conhecimento

A partir da primeira cena apresentada e na descrição do processo de organização dos grupos de estudos observamos que, conhecer autoras que compartilham a mesma identidade racial e/ou de gênero, além de reflexões acerca de *experiências* próximas à vida desses sujeitos, contribui para que o trabalho intelectual se consolide como carreira. A partir do trabalho de campo e das entrevistas realizadas pude observar que no universo dos 22 interlocutores entrevistados, 19 tinham entrado na pós-graduação ou demonstravam interesse em entrar na carreira acadêmica[390]. Segundo todos os entrevistados, os que viam a academia como carreira ou não, a produção de conhecimento por pesquisadores negros era uma forma de 'tomada de poder, do discurso sobre sua própria história e da história da população negra', como afirmou Taina em entrevista.

bell hooks, acionada por Taina (SP) e uma grande referência em campo, em seu texto "Intelectuais Negras" (1995) afirma, logo no início que, apesar dos diversos motivos que levam uma pessoa negra a se tornar intelectual, a maioria dos casos remonta a uma experiência positiva na trajetória de ensino em conjunto com o desejo individual e coletivo da ascensão política dos negros[391]. À luz de bell hooks e a partir das observações, podemos afirmar que para esses sujeitos as *experiências vividas* transpassam as barreiras do individual para o coletivo – no cotidiano do grupo e na ação política -, mas não só. Essas *experiências*

[389] Fazer pesquisa e produzir conhecimento são utilizados como sinônimos em campo.
[390] Ver anexo 3 (Tabelas Sócio Referenciadas 2).
[391] Além da autora, há uma gama de estudos produzidos no campo da educação no Brasil que oferecem análises densas sobre como experiências positivas e negativas com educadores na carreira de estudantes negros e LGBT, por exemplo, são decisivas para o "sucesso escolar" desses sujeitos. Para mais ver: BROOKE; SOARES, 2008 e MISKOLCI, 2017.

compõem as escolhas dos objetos de pesquisa e de referenciais teóricos destes intelectuais em formação.

Através das narrativas de duas interlocutoras que se auto definem como *intelectuais negras*, pretendo apresentar como a 'luta contra o epistemicídio' resulta em mobilização coletiva, mas também em disputas cotidianas nas pesquisas e no próprio fazer científico. As entrevistadas trazem em suas narrativas o processo de escolha de seus temas de pesquisas, da iniciação científica ao doutorado, entrelaçado com suas *experiências* pessoais. Através das narrativas delas compreendo como a *experiência* é significada em produção de conhecimento e, também, levada e disputada no interior da universidade.

Jamile, como já vimos nos outros capítulos, entra na UFBA em 2005, no curso de Ciências Sociais. Durante a graduação, além de integrante do NENU, participa de uma pesquisa de iniciação científica acerca da situação de mulheres encarceradas em um presídio feminino de Salvador. Após se formar em licenciatura e bacharelado, entra no mestrado, em 2013, também na UFBA e dá continuidade à pesquisa com mulheres em privação de liberdade acarretada pelo tráfico de drogas[392]. Durante a entrevista, ao mesmo tempo que conta sua trajetória de vida e fala sobre a origem de sua família e o lugar em que cresceu, ela explicita os temas de pesquisa que desenvolveu em sua trajetória acadêmica. Ela inicia:

> Na pesquisa da graduação, eu não fiz um recorte com as mulheres jovens, mas as mulheres jovens sempre me interessaram mais. Quando chegou no mestrado, eram só jovens, eram mulheres de 18 até 29 anos. As mulheres que eu entrevistei que tinham sido presas por tráfico. Eu vim de Fazenda Coutos[393], de uma realidade familiar muito parecida com a realidade das mulheres que eu encontrei na prisão. Eu encontrei vizinhas, por exemplo, na prisão. [...]Eu já estava um tempo distante da comunidade, indo só aos finais de semana para ver minha mãe. Então eu já não estava no cotidiano da comunidade. Eu entrei dentro do presídio e me deparei com mulheres que eu conhecia, mais de uma até. Uma, inclusive, que tinha sido minha colega de um projeto social[394] de Salvador. Uma das inquietações que surgia era 'o que nos separou?'. O que me fez chegar à universidade e o que fez ela chegar na prisão?! (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Na narrativa de Jamile, o tema de pesquisa do mestrado surge com o interesse de compreender a relação cotidiana posta para mulheres jovens de seu bairro, entre consumo de drogas, tráfico e sistema prisional. Nesse sentido, uso de drogas e prisão – intrinsecamente

---

[392] CARVALHO, Jamile dos Santos. "Nós Trafica, mas nós nunca tem nada": trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018

[393] Fazenda Couto é um bairro localizado na periferia de Salvador e considerado o bairro mais negro da cidade. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fazenda-coutos-e-o-bairro-mais-negro-de-salvador-liberdade-fica-em-54o-lugar/; Acesso em 18 set. 2019.

[394] O projeto social do qual Jamile participou foi o "Fundação Cidade Mãe", criado em 1993 pela Prefeitura Municipal de Salvador, na gestão de Lídice da Mata, na época do PSDB – hoje senadora pelo PSB. Em parcerias com ONGs, o projeto tinha como foco o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes de bairros periféricos da cidade. Ver: SOUSA, 2005.

relacionados ao território que habitam[395] – foi a realidade cotidiana na qual Jamile viveu no decorrer de sua vida e gerou um questionamento de pesquisa, no momento em que decide realizar o mestrado. Ela continua o relato dizendo que a pesquisa realizada na prisão, em conjunto com sua *experiência* de trabalho[396], a levam a desenvolver um projeto de pesquisa para o doutorado com jovens de seu bairro de origem.

Ainda perseguida pelo questionamento do que a levou à universidade, em comparação às trajetórias mais comuns de jovens do bairro onde cresceu, decide construir um projeto de pesquisa para o doutorado acerca da trajetória de jovens da Fazendo Coutos. Ela relata:

> Agora a ideia é voltar pro meu bairro de origem, que é o bairro de onde eu vim, que na verdade minha família está toda lá, meu companheiro ainda mora lá, minha família toda ainda está lá. O bairro de Fazenda Coutos é um bairro da extrema periferia da cidade de Salvador. Um bairro bem no limite da cidade, muito segregado sócio racialmente. [...] Então acaba que esse tema das drogas sempre esteve no meu universo, desde a minha vida lá no bairro, até o meu trabalho atualmente e a pesquisa que eu estou propondo para o doutorado. No doutorado eu quero pesquisar a juventude nesse bairro e a relação deles com a polícia, com o próprio tráfico... não só jovens que são usuários, mas outros jovens. Como eles lidam com essas questões, como eles estão nesse meio entre a polícia, o tráfico, com as exigências da família e da comunidade para que ele não se envolva, enfim, queria pesquisar a juventude no bairro. E é um encontro com a minha própria história. Há muito tempo eu queria pesquisar algo dentro dessa comunidade que eu fiz parte, mas ao mesmo tempo eu me sinto fora, porque quando você entra na universidade também, você meio que se sente estranho, porque você é de dentro, mas é de fora. Porque você começa a estar conectado com uma outra realidade, você não tem muitos estudantes lá. Hoje em dia mais do que na minha época, mas você não tem muitos estudantes na UFBA da comunidade. Tem muito mais estudantes de faculdades particulares, por causa do PROUNI[397]. Então pra mim também é um resgate, uma reconexão com a minha história mesmo, da onde eu vim. Voltar pra comunidade tem isso. Ao mesmo tempo tem essa coisa de você ser nativo, mas ser de fora, porque você também tem outro olhar, viveu outras experiências, em outros lugares, fez outras conexões. [...] Digamos então que agora eu quero voltar pra origem, eu quero entender através da trajetória desses jovens que eu quero entrevistar, quero conhecer como a minha história se definiu. É como se através da história deles eu fosse entender a minha própria história, a minha vida, minha escolha. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Nesse relato, Jamile nos traz aspectos levantados desde o início deste capítulo. Para ela, o processo de assimilação das linguagens da universidade e a necessidade de deslocamento de sua localidade para próximo ao campus, a coloca em um lugar *estranho* onde *você é de dentro, mas é de fora* tanto no ambiente universitário, como ao retornar para seu **mundo de origem**. Contudo, para Jamile esse lugar de fronteira pode se tornar produtivo no

---

[395] No campo de estudos da Sociologia e Antropologia da violência encontramos diversos trabalhos que analisam a relação entre localidade, venda e consumo de drogas e prisão. Entretanto, creio que os trabalhos da Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas complexificam essa relação, com foco também na realidade de Salvador. Disponível em: https://iniciativanegra.com.br/. Acesso em 28 fev. 2020.

[396] Durante o mestrado ela trabalhou na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, em Salvador.

[397] Assim como nos apresenta os trabalhos de Marcia Lima (2010;2015), a maioria dos estudantes negros e de classe populares que adentram as universidades, neste período de expansão, durante os governos Lula e Dilma (2003-2016), estão nas universidades particulares através do PROUNI e do FIES. Desse modo, os recorrentes cortes nestes programas que ocorrem desde 2017 resultam na diminuição da possibilidade ao acesso ao Ensino Superior, principalmente, da população negra e pobre.

retorno, também pelo desejo de compreender suas 'experiências de vida'. Acionando a categoria "Mestiza", de Gloria Anzaldúa (2005), como recurso metodológico para pensar a noção de *ser nativo, mas ser de fora* colocada por Jamile e apresentada por grande parte dos interlocutores, podemos refletir que esses sujeitos estariam em um lugar de fronteira onde seriam a ponte entre *dois mundos* - o **mundo da universidade** e o **mundo de origem** – ou dois lados de rio, na qual a construção dessa ponte seria suas próprias *experiências e vivências*.

Segundo Juliana Jodas (2019), a expressão estar *entre dois mundos* também é comum entre os estudantes indígenas. A autora, em tese acerca das ações afirmativas para indígenas nas universidades públicas, afirma que a disputa epistemológica é uma pauta ativa em campo e, a noção de dupla inserção entre comunidade acadêmica e comunidade indígena, surge como central nos relatos dos estudantes indígenas no processo de realização de suas pesquisas. Apesar das diferenças de constituição da noção de comunidade para um estudante indígena e um estudante negro, Jodas, através da etnografia, apresenta que, para além dos conflitos a universidade surge também como "fronteira" e ao mesmo tempo como um lugar criativo onde seja possível articular conhecimento e experiências, assim como para os interlocutores desta tese.

Desse modo, para Jamile, a centralidade na *experiência* torna a produção de conhecimento um meio de 'entender a sua própria história'. Aqui a narrativa de Jamile se encontra, por exemplo, com os textos de bell hooks, ao afirmar que o trabalho intelectual surgiu como uma estratégia de sobrevivência. Ela afirma:

> Ferida, às vezes perseguida e vítima de abusos, encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir minha identidade subjetiva. Esse reconhecimento vivido de como a mente pelo pensamento crítico, podia ser usada a serviço da sobrevivência, como podia ser uma força curativa em minha luta para combater o desespero da infância, me permitiu tornar-me um eu autônomo na família disfuncional e levou-me a valorizar o trabalho intelectual. Valorizava-o não por ter-me trazido status ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver. Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. (HOOKS, 1995:466)

Desse modo, para bell hooks e Jamile, o trabalho intelectual surge como meio de entender a própria realidade e a do mundo. Essa relação, como dito no início da seção, surge na narrativa de todos os intelectuais desta tese. Rodger Richer (BA) também estabelece essa conexão, ao falar de sua pesquisa de trabalho de conclusão de curso, que dá continuidade no mestrado, com o tema sobre a relação e desenvolvimento da pauta racial dentro da UNE

(RICHER, 2018; 2020). Ex-diretor da pasta de combate ao racismo da entidade, a pesquisa aparece como meio de se entender como *agente da história* e, por conseguinte, 'protagonista desta narrativa'. Como Jamile, para Rodger a pesquisa sobre a luta da pauta racial dentro da UNE, ou seja, uma luta que protagonizou enquanto estava na entidade, é compreender sua 'própria trajetória de militância e também a si'[398].

Fazendo um passeio pelas trajetórias de cada um dos interlocutores entrevistados para a tese, podemos perceber que a relação entre a 'experiência de vida' e a 'escolha do tema de pesquisa' se repete. Como já apresentado no primeiro capítulo, a trajetória de Taina Silva Santos (SP) é perpassada pela relação da sua mãe com serviços de direitos da mulher e o trabalho doméstico. O trabalho desenvolvido por ela, durante a graduação em História na UNICAMP, "consistiu no desenvolvimento de um estudo sobre as ocupações e profissões de trabalhadoras livres e libertas em Campinas, durante a segunda metade do século XIX, com ênfase nas experiências e agências de mulheres negras" (SILVA SANTOS, 2018). Atualmente no mestrado, a pesquisa de Taina busca analisar "a presença e distribuição de trabalhadoras livres de cor e libertas no mercado de trabalho livre, na região [Campinas], estabelecendo comparações sobre a configuração do quadro antes e depois da abolição da escravidão"[399].

Milena Santos (SP) conta em entrevista que, após a sua participação na greve de 2016, protagonizada pelo NCN/UNICAMP – que gerou a aprovação das cotas na graduação – mudou seu tema de pesquisa do mestrado e desenvolveu sua dissertação com objetivo de "mapear e qualificar o quanto o acesso de estudantes pretos e pardos às universidades federais avançou após a implementação de políticas de cotas em 2012" (SANTOS, 2018:7).

Para finalizar o conjunto de exemplos da relação entre *experiência* e produção de conhecimento, a partir da narrativa dos próprios interlocutores, a história de Letícia Pavarina (SP) é mais uma que se repete. Após o processo de *tornar-se negra* – discutido no capítulo anterior –, afirma que a questão estética passou *a perseguir*. Conta que passou a procurar sobre formas de cuidar do seu cabelo e a pesquisar sobre penteados para sua formatura da graduação. O Youtube se tornou a principal plataforma de aproximação com o tema, o que a levou a realizar a transição. Após esse momento, disse que esse processo a fez 'refletir mais sobre si' e nesse bojo o objetivo de sua pesquisa de mestrado se tornou compreender 'as

[398] Segundo Rodger, sua pesquisa de mestrado "tem como objetivo geral analisar como e porque a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu enquadramento discursivo e no seu repertório organizacional o combate ao racismo, no período de 1995 até 2016" (2020;7). Ver: RICHER, 2018; 2020.
[399] Informações retiradas do Formulário da Pesquisa, em 30 set. 2019. Ver Anexos 2 e 3.

forma de cuidar de si de jovens negras, que não eram apresentadas nos meios convencionais, como formas de hidratar, cortar os cabelos e fazer maquiagens'. Assim, a dissertação de Letícia versa sobre o processo de transição capilar[400] e o uso da plataforma do Youtube nesse processo de mudança estética, mas principalmente de autoconhecimento racial.[401]

Do mesmo modo como vivenciado por bell hooks, Jamile, Rodger, Ane, Taina, Milena, Letícia e eu, em entrevista, Samira nos oferece um relato que permite compreender a relação intrínseca entre *experiência* e produção de conhecimento. Durante toda a entrevista, Samira (BA) pontua constantemente a importância da disputa da produção de conhecimento na luta política. Ao final da entrevista, marca essa relação veementemente ao responder à pergunta sobre se ela preferia que usasse um nome que lhe garantisse anonimato. Ela responde, finalizando a entrevista: 'Não, pode deixar. Samira Soares. Meu nome é político e eu tenho que evidenciar enquanto intelectual negra'[402]. Samira, que afirma ser uma *intelectual negra* e ter em Lélia Gonzalez sua maior referência *de vida*, entra na universidade em 2014 – quase 10 anos após Jamile. Como estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, desenvolve pesquisa durante a graduação e atualmente é mestranda no Instituto de Letras da UFBA.

A relação entre *política e intelectualidade*, nos termos de Samira, surge na fala de grande parte dos interlocutores. Os atores vão se estabelecendo enquanto sujeitos políticos desde o processo de engajamento, as suas *responsabilidades*, sendo a produção acadêmica uma delas. Desta forma, a disputa pela narrativa científica surge como tão importante quanto a disputa pela narrativa política. Samira ressalta que essa *responsabilidade* foi percebida logo no início de sua constituição como 'sujeito político':

> A partir do momento que eu entrei na UFBA, eu falei: 'Eu entrei na UFBA por uma política de ação afirmativa, que é a cota, então tem uma importância de reparação histórica forte. [Por isso] eu preciso, enquanto sujeito político, produzir academicamente, fazendo um documento também para que os meus, posteriores a mim, possam ter acesso e a gente produzir empoderamento coletivo. E nesse processo de estar na UFBA, eu fui vendo o que eu podia escrever, nessa perspectiva de interseccionalidade. (Samira, entrevista em 17/04/18)

Nessa passagem, Samira nos traz argumentos interessantes para justificar a 'luta contra o epistemicídio' e a disputa de narrativas. Como uma jovem negra vinda do interior da Bahia, ela afirma ter uma expectativa de que a UFBA, como universidade na capital baiana, fosse ajudá-la a compreender e refletir sobre sua construção histórica como sujeito e sua construção

[400] Transição capilar é o nome dado ao processo de transformação da textura do cabelo "alisado" para "natural".
[401] A dissertação, ainda em desenvolvimento, se encontra com o título: "As Youtubers e a estética negra: ressignificação, representatividade e identificação".
[402] Samira, entrevista em 17/04/18

territorial. Ao contrário de suas expectativas, chega à universidade com uma realidade de produção e narrativa científicas protagonizadas por pessoas brancas, muitas vezes não baianas – muitas vezes nem brasileiras – e identificadas como homens.

A ausência de seu gênero, raça e localidade no conjunto de docentes e discentes e nas obras lidas nas disciplinas obrigatórias de seu curso a faz sentir-se responsável por produzir academicamente para seus posteriores. Novamente, esta noção surge no sentido de se compreender como parte de um grupo, que seriam os negros, pobres, mulheres e lésbicas, que além de não acessarem o espaço da universidade, não são colocados como produtores de conhecimento. Assim, o sentimento de *responsabilidade* surge no sentido de pertencimento coletivo, tanto como uma 'resposta política', como uma 'resposta epistêmica'. Além de ser responsável por produzir academicamente, também se é pelo modo como se produz, ou seja, para Samira uma produção científica que considera a *interseccionalidade* surge como *empoderadora coletiva,* para sua geração e as seguintes.

A *interseccionalidade*, além de surgir em campo como uma maneira de diferenciação do modo de fazer política desta geração – sendo negros ou não, surge também como marca da diferença na produção intelectual destes jovens pesquisadores com quem dialoguei na pesquisa. Desse modo, *interseccionalidade* surge para demarcar um modus político e um modus científico. Vale ressaltar que a importância dessa categoria em campo é dada pela sua construção no interior do feminismo negro. Seguindo a orientação da teoria feminista negra, esta surge para demonstrar a importância, quase que essencial para essa geração, da articulação de raça, gênero, sexualidade e classe; mesmo que lidar com as diferenças nestes âmbitos acarretem dificuldades tanto nos processos políticos, como na produção intelectual.

Com o desejo de *produzir academicamente*, Samira entra num grupo de pesquisa do Instituto de Letras da UFBA e passa a desenvolver sua pesquisa de iniciação científica[403]. Trago o relato de Samira para entendermos a complexidade dessa relação:

> E aí eu entrei na GRUPA, que é um grupo de pesquisa que trabalha a partir da análise de discurso, e aí eu busquei, não digo nem como objeto de estudo, porque não é assim que eu trato, mas como inspiração teórica a página [no Facebook] 'Eu empregada doméstica'. [...] E eu fui aquela velha história da menina negra do interior, que vem para cidade grande para ser escravizada. Então eu vivi dos meus 15 até os meus 17, numa casa no qual eu passava férias, tal... e achava que todas as situações que eu era condicionada, era muito natural. E aí quando eu

[403] Sobre sua pesquisa de mestrado, Samira afirma: "Esse anteprojeto de pesquisa toma como proposta analisar as representações literárias de mulheres negras empregadas domésticas presentes nos contos de Olhos d'água (2017), no romance Becos da memória (2017) de Conceição Evaristo e em "Sei porque canta o pássaro na gaiola", autobiografia de Maya Angelou (1996) em contraponto com crônicas selecionadas de Clarice Lispector em A descoberta do mundo (1973)". (Retirado do Formulário da Pesquisa, em 30 set. 2019

> vim morar de fato nessa casa, que foi no meu período antes do Enem, então 2013, 2014, eu fiquei literalmente presa numa casa. Para minha mãe eu estava estudando, mas eu era empregada doméstica, sem ter consciência de que era, e ao mesmo tempo, quando fui despertando essa consciência, eu vivi nessa estrutura sob ameaça de não poder contar para minha mãe, nem poder fugir. Então, vivi sob cativeiro em uma estrutura completamente racista, em pleno século XXI. E aí, o que aconteceu? Quando eu consegui de fato fugir dessa casa, e eu fugi literalmente. Eu namorava uma menina, que foi meu primeiro relacionamento lésbico. Que foi uma menina que me fez despertar do que eu passava nessa casa. E quando essa família descobriu que eu era lésbica, e minha mãe não sabia, eu fui ameaçada a permanecer na casa ou elas contariam para minha mãe, eu voltaria pra Lençóis[404] e seria uma merda. Então, por que eu tô contando essa história toda? Minha pesquisa é sobre os relatos da página 'eu empregada doméstica', porque no período que saiu a página eu fiz um relato, esse relato, ele conta um pouco da minha história desde o processo de entrar [na universidade], conhecer as pessoas, até o momento que eu fugi da casa. E pra mim foi uma experiência muito forte porque a cada relato que eu leio, eu vejo que minha história não foi a única. E isso é muito triste de dizer, mas isso ainda acontece. E eu decidi fazer desses relatos um documento de denúncia. Então por mais que seja doloroso escrever, tem vezes que eu, por exemplo, não consigo analisar o meu relato. Eu nem consigo nem ler ele mais. Eu faço um esforço e tal, porque é importante, minha história de vida para que outras pessoas se libertem. Mas eu vou analisando outros e choro muito escrevendo. É um processo bem forte, mas que eu tô conseguindo produzir, e sei que vai ser um documento pra mostrar o quanto no Brasil, ainda, os resquícios da escravidão são muito recentes. E pra mim, naquele período eu não enxergava isso. Hoje lendo, compreendendo as autoras negras, eu fui me descobrindo nesse processo todo. Então esse processo racial pra mim é muito forte, e por isso eu produzo muito na academia assim. (Samira, entrevista em 17/04/18)

Nesse relato de Samira, surge novamente a relação da 'experiência de vida' transformada em produção de conhecimento. O que ela nomeia de *inspiração teórica,* surge como algo além da *escolha*. Em outras palavras, o tema de pesquisa surge como uma forma de reconstruir uma *experiência* de vida sentida como violência. Contudo, Samira interliga essa forma de produção de conhecimento com um meio de construir um 'documento para a transformação social', mas este processo é tomado também pelo 'sofrimento de escrever sobre suas experiências de violência'.

bell hooks (1995), que é citada em outros momentos na narrativa de Samira, finaliza seu texto acerca das intelectuais negras afirmando a importância dessas interligações no processo de produção de conhecimento por mulheres negras. Afirma a autora:

> Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento, como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras, é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (HOOKS, 1995:478)

O fato de Samira ter sido nativa e agora pesquisadora sobre o tema a leva a crer na possibilidade de 'transformação da realidade social' e esta crença a faz *ser forte* para superar o processo *doloroso* que é escrever sobre uma 'experiência de violência pessoal'. Assim como

[404] Lençóis é uma cidade no interior da região da Chapada de Diamantina no estado da Bahia.

Jamile, ela aponta a produção científica como um meio de 'entender a si e sua história'. O trabalho acadêmico se torna, neste sentido, um processo de auto reflexão das suas *experiências* individuais, assim como o cotidiano dos coletivos, nas trocas com outras *experiências*.

Portanto, a *experiência* que se torna conhecimento também é gerida a partir de um conjunto de outras *experiências*. Retomando Brah (2006), a experiência é contestada e em seu processo de significação produz uma realidade possível de análise e produtora de conhecimento. Além disso, a partir das narrativas, podemos afirmar que a *experiência* passa por um conjunto de significações individuais e coletivas que a estabelecem como *escolha* ou como *inspiração teórica*. Para compreendermos esses pontos apresentados pelos atores, é necessário retomarmos as noções de Gayatri Spivak (1990). A autora nos chama atenção para como, na produção das identidades coletivas, a multiplicidade e diversidade dos atores são hierarquizadas e, a depender do contexto, uma categoria ou uma pauta toma maior centralidade. Desse modo, além das *experiências* passarem por um processo coletivo e subjetivo de significação, as mesmas, que são passíveis de se tornar *inspirações teóricas*, passam por uma hierarquização a depender do contexto e dos atores colocados em disputa no campo. Nesse sentido, na próxima sessão iremos explorar como são operacionalizadas as estratégias de demarcação de diferença ao se desenvolver a 'nossa forma de fazer pesquisa'.

4.4 A linguagem como estratégia de oposição e enfrentamento

Assim como em 'nossa forma de fazer política' a *branquitude* surge como marca de diferenciação do modelo de 'fazer pesquisa' defendido pelos interlocutores. Na sequência da narrativa de Samira, ela aponta as reações que recebe ao apresentar seu trabalho:

> Sobre a minha pesquisa em específico, eu observo muito as reações das pessoas quando eu vou fazer as análises e quando me perguntam porque eu pesquisei e eu conto minha história[...]. E aí quando eu apresento, eu falo: 'eu estou aqui também na universidade e preciso produzir a partir do que eu sei, do que vivencio. Eu não sou um pesquisador branco que trata o outro como objeto de pesquisa. E aí suga tudo que quer de interesse e produz a narrativa a partir de um olhar branco, da branquitude mesmo'. E eu falo mesmo, e os impactos que dão [essa fala], são para as pessoas negras. Porque as pessoas brancas, até as aliadas, ainda reproduzem esse método objeto de pesquisa. E a gente [negros] não, a gente tem inspirações. Os nossos temas não são objetos, são inspiração pra produção de documentos, documentos políticos, documento de enfrentamento a um sistema. (Samira, entrevista em 17/04/18)

A *branquitude* surge como tendo *objeto de pesquisa*, enquanto a *negritude* surge tendo 'inspirações produtoras de documentos políticos e enfrentamento ao sistema'. Desse modo, a diferenciação da forma de fazer pesquisa e tratar o objeto de estudo, ou *inspirações* como

propõe Samira, surge muitas vezes justificada pela relação de proximidade entre pesquisador e o tema de pesquisa. Além da relação entre objeto de pesquisa e *inspirações* colocadas como uma diferenciação estratégica, a escrita também surge em campo como algo característico da *branquitude*, que novamente, não é operacionalizada por um modo simples de diferenciação e oposição, mas como meio do constante processo da construção do "nós" – negros - e, por conseguinte, do "eles" - brancos. Como dito anteriormente, o processo de construção desse **sujeito político negro universitário** passa pela reconstrução de uma identidade positiva e coletiva que coloca no "racismo institucional" ou, neste caso, no *epistemicídio*, ou seja, na nomeação das "opressões" (COLLINS, 2019), as justificativas para as constantes violências sofridas.

A escrita, vista no desenvolvimento da pesquisa como individual, é apontada como barreira para pesquisadores negros, especialmente pelo seu caráter individualizante destes momentos de aprendizagem. Em uma fala pública, Samira ao afirmar a importância de escrever as *nossas pesquisas*, ressalta a importância de 'superarmos coletivamente as dificuldades da escrita', esta vista como um 'modelo imposto pela branquitude'. Aqui, ela nos traz outra marca de diferenciação, que seria o 'modelo de aprendizado branco', posto nas universidades, e *o negro*, muitas vezes exemplificado pelo Candomblé. As religiões de matriz africana surgem com frequência quando se fala das dificuldades relacionadas ao processo de aprendizado por parte de estudantes negros. O modo do Candomblé, por exemplo, de um ensinamento passado através da oralidade, é constantemente usado para afirmar que esse seria 'o modo de aprender negro' e por esse motivo os estudantes negros teriam 'dificuldades com a escrita', no formato posto pela universidade, que seria 'o modo de aprender branco'.

Nesse sentido, a fala de Vinícius (RJ) nos ajuda a organizar essa oposição que as formas de ensino tomam nas narrativas. Ele diz:

> Eu tive um processo muito louco, que é essa coisa de vir de outra realidade e estar aqui, ter que estar nessa parada, ler tudo, apresentar o trabalho[...]a gente não conseguia ler de verdade nada. Você lia um texto, mas não lê porque você tem que ler esse e o outro, o outro, o outro, mais não sei o que, não sei o que, não sei o que. E aí quando você vê você tá ali louco. E é assim todos os lugares do mundo, e as pessoas falam que isso é a graduação. Estude. Tem que ser assim. E o processo de aprendizado é uma coisa tão louca, tão diferente. Quando eu comecei a, por exemplo, observar o Candomblé, como eles ensinam, e a questão das culturas populares, quando eu li sobre os Griôs[405] ou quando eu comecei a fazer com meu amigo aulas de canto, com o Ayie, né? A gente fazia aula de canto negro, a gente começou a fazer a aulas de canto entre nós. Tipo, ele fazia meio que uma preparação vocal comigo, eu vi que cara, aprendizado é tantas coisas.

[405] Griôs são identificados como mestres e mestras da tradição oral e relacionados muitas vezes a comunidades Quilombolas. Para mais ver: LOPES, 2011.

Apesar de Vinícius e Samira não terem sido criados no Candomblé, a religião surge como metáfora de um modo de aprendizado visto como *ancestral* e, por isso, eles como negros estariam interligados. Então, a *ancestralidade* surge novamente como meio de se construir uma identidade coletiva que seria perpassada por outros modos de *aprender.* Em outras palavras, a construção de uma identidade comum e *ancestral* da *negritude*, passando pela religião, vista como resquício desse passado, se torna uma forma de *sobrevivência* à construção negativa de *incapaz* que esse estudante sofre no processo de assimilação da linguagem universitária. Sendo assim, o Candomblé surge como uma forma de se reconstruir como sujeitos ou, como nos afirma Fanon (2008), da descoberta de "não ser primitivo e pertencer a uma raça" (p.119). No entanto, assim como para Fanon, as noções de ancestralidade em campo não são utilizadas no sentido de "homogeneizar a experiência do negro", mas como a produção de um discurso estratégico, ou seja, contingente (BRAH, 2006), de um passado de exploração comum que descendentes de escravizados compartilham[406].

Destaco ainda que, a escrita vista como *branca* é a identificada com o modelo acadêmico ou que é identificado como regra estabelecida nos meios universitários. Em contraponto, a *escrita negra* seguiria um modelo 'mais livre de regras pré-estabelecidas' – como nos próprios textos de bell hooks – e se aproximaria de uma escrita de si[407]. Nesse sentido, as críticas aos processos de aprendizagem, à produção de conhecimento e ao modelo padrão nas universidades é recorrentemente marcado pelos atores nos espaços públicos e no cotidiano dos coletivos. Além dessas críticas terem uma base forte nas epistemologias feministas negras, vão ao encontro de um conjunto de escritos, localizados na teoria decolonial.

Apesar desta não ser comumente nomeada nos espaços de campo, feminismos negros e teoria decolonial estão intrinsecamente interligados. Por exemplo, o termo "bem-viver" utilizado pelo movimento de mulheres negras no Brasil – como visto nos capítulos anteriores – foi inicialmente forjado no bojo dos estudos decoloniais. Em artigo que revisa os usos da categoria "bem viver", Liliane Alcantra e Carlos Sampaio (2017) nos oferecem uma síntese do surgimento e da proposta dos estudos decoloniais. Eles afirmam:

---

[406] Em conjunto com a noção de ancestralidade o termo *diáspora* também surgia em campo. Assim como outras categorias, diáspora era utilizada como termo êmico, onde expandia suas barreiras como conceito e tomava, muitas vezes, os mesmos significados de ancestralidade.

[407] O uso da poesia, por exemplo, é colocado nos espaços de campo como uma forma de escrita negra, sendo comum que muitos jovens destes coletivos componham grupos de Slam, por exemplo. Slam são campeonatos de poesia. Para mais ver: D'ALVA, 2011.

> Os termos descolonialidade-descolonial para decolonialidade-decolonial foi uma supressão de Catherine Walsh. Para a autora, pretende-se marcar uma distinção com o significado em castelhano do "des" que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer o reverter do colonial. Nesse jogo linguístico, a autora se propõe evidenciar que não existe um estado nulo da colonialidade, senão posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, insurgir, crer e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar, visibilizar e encorajar "lugares" de exterioridade e construções alternativas (Walsh, 2012, p. 25)[408].

Diante deste cenário, a internet surge em campo como o meio de *maior liberdade* para escrever sobre as *vivências* e, por conseguinte, *produzir conhecimento.* Como exemplo, a página no Facebook "Eu, empregada doméstica", pesquisada por Samira na sua iniciação científica, foi criada por Joyce Fernandes mais conhecida pelo seu nome de rapper Preta Rara. Na descrição da página ela afirma:

> No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceu comigo quando eu era empregada doméstica, e logo veio à ideia de expor não só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são empregada doméstica.
> Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar.
> Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que as patroas dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos.
> Saudações Africanas!
> #PretaRara"[409]

Após o sucesso da página, Preta Rara teve maior visibilidade como *produtora de conteúdo,* o que gerou um convite para realização de um TED São Paulo[410], assim como seus escritos e relatos da página tornaram-se livro, pela Editora Letramento, em 2019. Além do campo de pesquisa de Samira ser um exemplo de espaço de produção de conhecimento na internet, com desejo de também produzir por meio das plataformas sociais, ela criou no Instagram[411] uma página nomeada "Narrativas Negras" e, mais recentemente, o perfil "Literatura.Studies" onde oferece dicas de obras literárias e dicas de estudos focadas nas epistemologias feministas negras.

---

[408] Dada a importância da territorialidade nos estudos decoloniais, as disputas epistemológicas propostas pelos autores passam também pela defesa das ontologias tradicionais como forma e meio de produção de conhecimento. Apesar desta defesa não ser algo recente no Brasil, a junção entre ontologias tradicionais e categorias "acadêmicas" vem sendo realizada por intelectuais negras brasileiras. Como exemplo, na obra "Interseccionalidade", a autora Karla Akotirene (2019) realiza uma análise do termo a partir das noções de encruzilhadas do Orixá Exu presente na ontologia do Candomblé.

[409] Disponível em: https://www.facebook.com/pg/euempregadadomestica/about/?ref=page_internal. Acesso em 18 set. 2019.

[410] "TED (acrônimo de Technology, Entertainment, Design; em português: Tecnologia, Entretenimento, Planejamento) é uma série de conferências realizadas na Europa, na Ásia e nas Américas pela fundação Sapling, dos Estados Unidos, sem fins lucrativos, destinadas à disseminação de ideias – segundo as palavras da própria organização, "ideias que merecem ser disseminadas". Suas apresentações são limitadas a dezoito minutos, e os vídeos são amplamente divulgados na Internet". Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/TED_(confer%C3%AAncia). Acesso em 18. Set. 2019.

[411] O Instagram é uma rede social onde o uso de imagens é central. Para mais ver: PIZA, 2012.

Em artigo, Claudia Pons Cardoso (2018) ressalta como os usos da ferramenta das redes sociais vem sendo vistos pelas militantes jovens negras como meio de "produção de conhecimento" e afirma como esse processo tem contribuído para o "empoderamento":

> Desse modo, as ativistas se apropriam de uma ferramenta da atualidade para produzir e disseminar conhecimento sobre e para mulheres negras, contribuindo para o empoderamento de outras mulheres negras. Empoderamento implica rejeitar as dimensões do conhecimento, quer pessoal, cultural ou institucional, que perpetuam a objetificação e a desumanização dos sujeitos. A escrita transforma-se, então, em espaço seguro de onde é possível desafiar as imagens negativas e estereotipadas e externamente definidas sobre mulheres negras, produzindo outras imagens e representações sociais femininas negras positivadas, restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico. (CARDOSO, 2018:8)

Apesar dos atores reconhecerem outras formas de produção de conhecimento, a academia ainda é vista como um espaço importante. Eles visualizam a sua carreira acadêmica como um meio, tanto de disputar um espaço majoritariamente branco, como de disputar um conhecimento, visto também como branco. Além disso, a carreira acadêmica também se apresenta como uma forma de ultrapassar barreiras e de superação, pois se a graduação já era vista como uma grande conquista, a entrada no mestrado e no doutorado entra na categoria de "surrealidade" para esses sujeitos e seus familiares – ou seu **mundo de origem**. Entretanto, o processo de obtenção dos títulos e desenvolvimento das pesquisas não é conquistado sem dificuldades, pois passar a se ver como um intelectual é, para eles, ultrapassar barreiras institucionais e, principalmente, individuais de depreciação acumuladas em todo o processo de aprendizado vivido[412].

Por fim, o lugar que a produção de conhecimento toma para esses sujeitos é demarcadamente diferente de outros trabalhos que apontam a desconfiança na *academia* por parte de movimentos sociais. Durante minha pesquisa de mestrado, acerca dos ENUDS (LIMA, 2016), a *academia* ora tomava uma posição de aliada, ora era vista com desconfiança, dependendo de suas relações com o que era compreendido como político. Porém, o lugar que os atores dos coletivos negros se encontram nos permite compreender o deslocamento da intelectualidade, dado que para estes sujeitos, o espaço da universidade e a ideia de ser intelectual sempre foram afastados.

Assim, entrar na universidade e se "tornar intelectual" é uma forma de transformar estruturalmente a realidade social estabelecida. Contudo, a academia vista como aliada e vislumbrada é a *nossa*, a que se preocuparia com a análise das relações raciais, a

[412] Diversos trabalhos e dados do campo de estudos da educação apresentam como questões de gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero e moradia são indicadores centrais para "evasão" e possível "sucesso escolar". Ver: BENTO, 2011.

interseccionalidade e feita por intelectuais negros, enquanto a *deles* é constantemente distanciada. Em outras palavras, a intelectualidade não está sendo afastada e sim disputada e é nessa disputa cotidiana que se produz a 'luta contra o epistemicídio'.

4.5 Disputando a intelectualidade e a institucionalidade

Como apontado por Ratts (2011), ainda no início deste capítulo, a presença do movimento negro na universidade foi de extrema importância para as disputas nos estudos das relações raciais e a defesa da intelectualidade negra. Desse modo, a disputa pela intelectualidade se apresenta no espaço das universidades brasileiras desde as primeiras mobilizações do movimento negro contemporâneo. Todavia, apesar das mudanças geradas pelas ações afirmativas e as lutas travadas pelo movimento negro até então, pude perceber que a disputa pela institucionalidade ainda se mantém como estratégia na 'luta contra o epistemicídio'. Em entrevista, Jamile nos traz a relação entre a presença do movimento negro na universidade e a incorporação do debate racial nela, ao falar da UFBA. Ela diz:

> O movimento negro, aqui em Salvador, sempre permeou muito a universidade. A universidade sempre foi um espaço de disputa. E mesmo... assim, eu te contei uma parte da história de quando essa juventude entra na universidade. Mas figuras como Vilma Reis já estavam na universidade fazendo essa disputa. A própria Luísa Bairros que durante muito tempo... ela não estudou aqui na UFBA, mas ela fez parte de um grupo de pesquisa aqui na UFBA, que era Raça, Classe e Democracia nas Américas. [...] Eu acho que a UFBA, em paralelo a esses estudos dessa galera que estuda raça dentro de uma perspectiva mais antropológica do negro no Brasil, sempre foi muito permeada pela militância negra [...]. Então as pessoas já vinham produzindo e provocando esses professores que vinham discutindo raça na UFBA. E vinham disputando a universidade. Tanto no ponto de vista do discurso, como da entrada, das cotas, das pesquisas, os grupos de pesquisa. Então eu acho que tem a ver com o nosso lugar, que o lugar e a história determinam muito as tendências que a universidade se coloca pra pesquisar e estudar e tudo mais, mas também tem a ver com o fato de que a militância negra já estava nas universidades. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Jamile apresenta um diagnóstico do momento atual no cenário acadêmico, onde há um maior número de professores e técnicos negros nas universidades. Ela afirma:

> A grande mudança que eu vejo hoje, é você ter pessoas que antes estavam na militância passando pro lado de lá. São professores, são técnicos administrativos, então assim, a pauta racial, digamos que ela se institucionalizou com qualidade. Porque ela já era institucionalizada, mas no lugar do exótico, do diferente, do que era estudado, pesquisado, que a universidade sempre foi para as comunidades negras pesquisar e escrever sobre a gente. Mas agora o discurso foi qualificado, porque nós, e gerações anteriores a minha, conseguiram entrar na universidade como técnicos, professores, administrativos, então as pautas raciais foram institucionalizadas, mas com outro discurso, com uma outra perspectiva, entende? [...] Eu acho que o que mudou foi isso, a gente está começando a mudar o lado. Começando a sair de quem reivindica pra estar em outro lugar. Que ainda reivindica, mas é um lugar diferente, é um lugar que tem acesso a algumas coisas que na época a gente não via. As professoras negras podia contar no dedo. [...] Eram poucas pessoas negras que estavam na universidade. Agora a composição tem mudado significativamente, embora Ciências Sociais continua sempre pra trás.

> Mas muitos professores que entravam na UFBA vêm do sul e do sudeste. Todos os professores últimos que entraram são brancos do sudeste. [...] Mas de qualquer forma, eu acho que a gente passou pro lado de lá e institucionalizou a pauta. Aquilo que era uma reivindicação de conhecer outras matrizes de conhecimento, está agora na agenda da universidade. Então acho que isso tem a ver com o acúmulo mesmo. A militância negra era muito forte aqui na universidade, então acho que isso é determinante. Sempre foi. Sempre tiveram pessoas que estiveram na militância e estavam na universidade, na UFBA. (Jamile, entrevista em 17/04/18)

Desse modo, a militância negra, que segundo Jamile sempre esteve na universidade – na UFBA – é o eixo central para a modificação e mobilização dos estudos relacionados à questão racial. Assim como aponta o crescimento do número de pessoas negras na universidade, em diferentes instâncias, a disputa do discurso e da narrativa sobre a população negra em diversas disciplinas passa a ser tomada por esses autores; apesar de algumas áreas avançarem mais que outras. Jamile identificou, a partir de sua experiência na UFBA que, por exemplo, o número de professores negros na área de Educação era maior que nas Ciências Sociais[413].

Outro ponto interessante, trazido na fala de Jamile, é a noção de institucionalidade como fator determinante para o fortalecimento da produção científica sobre o debate racial por pessoas negras. Aqui, esta noção surge como o processo de crescimento do número de matrículas de funcionários (docentes e técnicos) negros nas universidades públicas. A institucionalidade, via seus vínculos de trabalho, é vista como o meio para a *institucionalização do tema*.

Jamile ainda pontua que a questão racial está presente nos grupos e núcleos de pesquisa da UFBA há anos – como por exemplo a criação, em 1959, do Centro de Estudos Afro Asiáticos (CEAO). Contudo, a diferença no momento atual, é a produção de estudos e pesquisas sobre a questão racial por pesquisadores negros. Nesse sentido, a institucionalização, via a ocupação de vagas e cargos na universidade, é vista como positiva, como um meio para realizar a disputa da produção de conhecimento e a principal estratégia para 'lutar contra o epistemicídio'. Em outras palavras, a luta pelas cotas em todos os níveis institucionais da universidade foi observada como central na atuação dos coletivos. Além da mobilização pelas cotas na UNICAMP e na UERJ, já apresentadas aqui, durante a etnografia na UFBA pude acompanhar mobilizações que centravam a 'luta contra o epistemicídio' e a favor das cotas na pós-graduação e nos concursos para docentes. Apesar do grande número de discentes negros, assim como outras universidades do Brasil, a UFBA tem em seu quadro

[413] Segundo uma das interlocutoras, na UNICAMP o curso de ciências sociais teria mais professores negros que pedagogia. Contudo, não consegui ter acesso a pesquisas que demostrasse a relação entre professores negros e brancos, por área, nas universidades.

docente apenas 2% de professores negros[414] e foi nesse sentido que o Coletivo Negro Luiza Bairros[415], integrado por docentes, discentes e técnicos atuou com força desde sua criação. Criado em 2016, segundo a página do grupo no Facebook, a primeira grande mobilização do coletivo foi pelas cotas na pós-graduação de toda a UFBA.

No cartaz do evento, convidando para debater sobre as cotas na pós-graduação, vinha a palavra de ordem *Nada sobre nós sem nós*, além do nome do coletivo e uma frase logo abaixo que dizia "por uma permanente política de ações afirmativas" e a imagem de um punho preto erguido que dava à parte debaixo do braço a forma de uma caneta de tinta (Figura 10).

Figura 10: Cartaz Coletivo Luiza Bairros

Fonte:https://www.facebook.com/photo.php?fbid=125955007871064&set=a.125955024537729&type=3&theater

As imagens da página seguem com convites para círculos formativos e eventos de debates sobre diáspora. No início de 2017, foi publicada uma imagem com a palavra *Vencemos,* comemorando a aprovação de cotas na pós-graduação em toda a UFBA, com a frase logo abaixo: "A UFBA aprova as cotas para negrxs, indígenas, quilombolas e trans nos programas de pós-graduação"[416]. Após a aprovação das cotas, o coletivo divulga seu manifesto, onde demonstra que a centralidade de sua estratégia é a "luta pela igualdade na produção de conhecimento e contra o epistemicídio"[417]. Pela extensão do manifesto, trago abaixo algumas partes que sintetizam seus objetivos:

> "MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO COLETIVO LUIZA BAIRROS
> DE DOCENTES, ESTUDANTES E TÉCNICXS ADMINISTRATIVXS DA UFBA E OUTRAS IES, BEM COMO SOCIEDADE CIVIL

[414] Disponível em: https://www.facebook.com/colet.luizabairros/. Acesso em 30 set 2019.
[415] Luiza Bairros foi uma importante militante e intelectual do movimento negro brasileiro.
[416] Disponível em: https://www.facebook.com/colet.luizabairros/. Acesso em 30 set 2019.
[417] Disponível em: https://www.facebook.com/colet.luizabairros/. Acesso em 30 set 2019.

> POR UMA PERMANENTE POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
> EM NOSSA UNIVERSIDADE PÚBLICA[...]
> O acúmulo legado pelas comunidades negras ao longo do tempo, seja em África ou na Diáspora, apresenta-se como a real pedagogia norteadora dos processos de enfrentamento e resistência popular negra ao longo da história do Brasil. Fazer um trabalho de memória sobre os sujeitos, os projetos, os movimentos de contestação à estrutura racial desigual desse país denota a emergência de discutirmos um novo projeto de Estado, onde o racismo deixe de ser o elemento fundante do campo institucional e onde haja o reconhecimento dos saberes e cosmovisões afrocentrados com dignidade e respeito. [...] A infraestrutura desigual, do ponto de vista etnicorracial, que vemos hoje nos quadros de nossa universidade e que está adoecendo psíquica e fisicamente muitos de nossxs[418] alunxs da graduação (em especial negrxs e pobres— conforme buscas ao SMURB[419]), é perversa e reitera as formas de produção intelectual e colonialidade do poder-saber que operam ainda bastante desconectadas de nossa esfera de realidade social, recalcando os conhecimentos e os corpos de sujeitos não brancxs e aprofundando o fenômeno do epistemicídio.
> É por tudo isso que, sob os auspícios do legado de luta e empoderamento de Luiza Bairros e de todas as articulações históricas da resistência negra, diaspórica e quilombista que se constituíram no Brasil para o enfrentamento das velhas e contemporâneas formas de escravização dos nossos corpos e mentes, o COLETIVO LUIZA BAIRROS de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia e outras instituições educacionais e da sociedade civil vem, através deste Manifesto, convocar a comunidade negra da UFBA e os movimentos sociais e movimentos negros, bem como pessoas interessadas em subscreverem esta carta de reivindicações, que ora apresenta à Administração Central da UFBA e aos seus Conselhos Superiores esse conjunto de propostas que nós entendemos como centrais para o aprofundamento da discussão sobre o alcance do racismo estrutural e institucional no âmbito da comunidade acadêmica, defendendo, entre outras ações, para começar a revertê-lo"[420]

Após a publicação do manifesto, é feito o convite para o evento, em novembro, nomeado "Ainda Somos Poucos: empretecendo o corpo docente da UFBA – estratégias e caminhos"[421]. Realizado no auditório do CEAO, a mesa do evento foi composta por quatro mulheres negras, dentre elas Helena Argolo (técnica), Denise Carrascosa (professora do Instituto de Letras) e duas discentes, uma do curso de Direito e outra da pós-graduação do Instituto de Letras[422].

A mesa era formada só de mulheres negras do coletivo, que também é integrado por homens negros. O auditório tinha a presença de figuras muito importantes na militância negra da Bahia, nomes que iam sendo ditos durante a mesa, como Vilma Reis[423], entre outros. Abaixo cito trecho de meu diário de campo:

> Logo de cara se apresenta o que estão fazendo ali. Dizem que o objetivo do coletivo com aquela reunião é pensar, após a aprovação das cotas na pós-graduação, as cotas para concursos de docentes. Helena Argolo abre as falas da mesa e afirma: 'é uma

[418] A marcação de x, @ ou a letra e, eram utilizadas em textos com o objetivo de não marcar o gênero nas palavras.
[419] Serviço Médico Universitário. Disponível em: http://www.smurb.ufba.br/. Acesso em 03 março 2020.
[420] Disponível em: https://www.facebook.com/colet.luizabairros/. Acesso em 30 set 2019.
[421] Disponível em: https://www.facebook.com/events/1717102194996365/. Acesso em 03 março 2020.
[422] Infelizmente não consegui anotar os nomes das discentes no evento.
[423] Vilma Reis é socióloga e importante figura do movimento negro de Salvador. Entre 2015 e 2019 ocupou o cargo de Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Em 2019, declarou sua pré-candidatura à prefeitura de Salvador.

> questão de sobrevivência garantir docentes negros, porque agora temos docentes brancos e discentes negros, [...] os espaços tem que ser ocupados, porque se a gente não ocupar, os brancos estão aí para ocupar [...] a universidade não vai caminhar muito se não mudar isso. A docência é branca e tende a permanecer assim'. Na sequência, Denise Carrascosa inicia sua fala afirmando que: 'a produção de saber cria espaços de poder, por isso essa é uma frente de luta [...] se a gente não se articular a gente é engolido [...] se a gente não se aquilombar a gente enlouquece [...] o projeto de enegrecimento do corpo docente não é só simbólico, é político e econômico e economia é poder'. Nesse momento, afirma muitas vezes como o dinheiro de pessoas negras não é só delas numa lógica branca burguesa, e sim o dinheiro de um preto é de sua família e é dividido por muitos, então ser docente é criar o poder econômico não só de um preto, mas de todo um círculo de pessoas ao redor desse que se torna docente. Depois da fala dela, a estudante de Direito, integrante do coletivo apresenta a proposta. Assim que abre para falas do público, Vilma Reis toma o microfone e diz: 'Não vai poder ter negro manso, tem que ir para a luta [...], antes de Fora Temer temos que dizer outros foras [...]. A colonização está em carne viva na UFBA [...], ou vamos para porrada ou os racistas vão vir para cima da gente e ainda querer fazer evento com a gente [...]. Vai ter um momento que vai ter que ocupar a reitoria, vai ter que ir lá, junto com os brancos de esquerda mesmo...' (Diário de campo, AINDA SOMOS POUCXS- CLB/UFBA 1 ANO. 01/11/18)

Cabe salientar que, este evento se encontra num conjunto mais amplo de lutas de estudantes, docentes e técnicos negros das universidades públicas pela aplicação da lei 12.990/2014, que reserva 20% das vagas de concursos do serviço público federal para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os. Luiz Mello e Ubiratan Pereira de Resende (2019) em um amplo mapeamento nos concursos para docentes em universidade, ocorridos no período de 09 junho de 2014 a 31 de dezembro de 2018, apresentaram que apenas 5% das vagas reservadas para autodeclarados negros foram devidamente preenchidas. Em outro artigo, Luiz Mello e Flavia Rios (2019) afirmam que "é abissal, portanto, a distância entre as metas da lei e a quantidade efetiva de vagas reservadas para candidatas/os negras/os nos concursos para docentes de universidades federais. São cerca de 2.600 vagas que deixaram de ser destinadas para candidatas/os negra/os!"[424]. Ainda nesse texto, os autores finalizam afirmando que:

> o corpo docente das instituições de ensino superior no Brasil, incluídas as públicas e as privadas, de acordo com o Censo do Inep 2018, é formado por maioria branca (52,9%), seguida de pardas/os (14,4%) e, por fim, pretas/os (2%), amarelas/os (1%) e indígenas (0,1%), com destaque para uma elevadíssima taxa de "não declaração" de cor/raça (29,4%). Se hoje já temos legislação específica que pode contribuir para minimizar essa disparidade racial, o que nos falta para mudar tal cenário de tamanha injustiça e privilégio?

[424] Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/?fbclid=IwAR3xwA6dmteNERGvpYjBmW9LBrZHpFwfsTyzfrYZYmOwRX9FHmiaCy3DK5w. Acesso em 03 março 2020.

Na chave da 'luta contra o epistemicídio', pude acompanhar outro evento, realizado na UFBA, que tinha como objetivo a preparação de negras e negros para a seleção do mestrado e doutorado. Nomeado "Opará Saberes"[425], o projeto se define como:

> O Projeto Opará Saberes foi criado a partir da necessidade de fortalecer candidaturas negras ao mestrado e doutorado dando suporte às pesquisadoras/es que tratam das temáticas de saúde da mulher, violências de gênero, racismo institucional e prisionização. O II Ciclo Formativo Opará Saberes 2017 será realizado nos meses de Outubro e Novembro nas instalações da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador. As formações acontecem das 8:30 às 12h e das 14h às 18h com certificação ao final de cada dia de atividade e com inscrições presenciais no local[426]

Organizado pela professora da UFBA, Karla Akotirene[427], as conferências de abertura tiveram como temas: "Teoria do Pensamento Branco: Branquitude e Branquidade", com o professor Lourenço Cardoso[428], e Djamila Ribeiro com "O Pensamento de Simone de Beauvoir sob o olhar de uma filósofa negra". Durante dois meses houve outras mesas e debates com intelectuais negros, como exemplo: os professores Hélio Santos[429] e Ângela Figueiredo[430], com o tema "O Feminismo Negro como vetor para o Desenvolvimento do Brasil: um contraponto ao racismo institucional"; além das mesas: "O Céu e as Yabás[431]. Astrologia: a lógica dos astros enquanto saber ancestral. Identidade, poder e transcendência numa perspectiva"; "Epistemologias africanas: Conhecimento de África, Conhecimento de Africanxs"; "Racismo, Direito e Pós-Graduação: Novas Epistemes" e "Intelectuais Encarceradas". Além das mesas, houve oficinas acerca da estruturação de projetos e inglês instrumental[432].

---

[425] Termo Iorubá usado como referência à orixá Osun.

[426] Disponível em: https://www.facebook.com/events/233948907134554/. Acesso em 03 março 2020.

[427] Karla Akotirene na época se encontrava como professora substituta na UFBA. Militante do movimento negro de Salvador e intelectual negra, lançou o livro "Interseccionalidade" pela coleção Feminismos Plurais da Editora Letramento (2019).

[428] Lourenço Cardoso é professor de filosofia da UFRRJ e referência intelectual no campo dos estudos das relações raciais, tendo um recente livro acerca da categoria branquitude Ver: CARDOSO; MULLER, 2018.

[429] Hélio Santos se tornou doutor em Administração pela FEA-USP, até radicar-se em Salvador, Bahia, onde leciona hoje no Mestrado em Desenvolvimento Humano da secular Fundação Visconde de Cairu. Pesquisador da temática sociorracial no Brasil, é também consultor de gestão da diversidade de várias organizações, entre elas Itaú-Unibanco, Abril, CPFL e Ford Foundation. Disponível em: https://globaleditora.com.br/autores/biografia/?id=3881. Acesso em 30 set. 2019.

[430] Possui doutorado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (2003), é professora associada no centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB. Realizou o Pósdoc em 2006 na Universidade da Virginia (UVA) e em 2017 na Universidade de Berkeley, California. Angela é coordenadora do Coletivo Angela Davis, um grupo de pesquisa ativista nas áreas de gênero, raça e subalternidade e coordenadora da primeira Escola Internacional Black Feminism Thought, criada em 2017. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6332981346537949. Acesso em 30 set. 2019.

[431] Termo Iorubá para as orixás femininas.

[432] Nos debates acerca do acesso de estudantes negros e pobres na pós-graduação, a prova de línguas é colocada como uma barreira, pois constantemente estes estudantes afirmam não terem tido acesso aos estudos de línguas estrangeiras, dado o preço dos cursos durante sua trajetória escolar.

A presença de preparatórios para candidatura de negros e negras aos programas de pós-graduação, vem crescendo em todo o país, principalmente em programas com edital de cotas raciais. Guilherme Oliveira (2019), em levantamento apenas nas universidades do estado do Rio de Janeiro, identificou 10 cursos com esse foco de preparação. Como exemplo, o Coletivo Negro Marlene Cunha, organizado por alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), oferece desde 2017, um curso para negros e negras candidatos ao processo seletivo[433], no qual as aulas são proferidas pelos alunos negros da instituição.

Entretanto, podemos observar, assim como apresentado no segundo capítulo da tese, uma relação intrínseca entre a estratégia política e a *necessidade dos estudantes negros*. Apesar de um contexto geral onde se observa um distanciamento da institucionalidade dos movimento sociais mais recentes (FACCHINI et. al, 2020; BRINGEL, 2019), as estratégias políticas acionadas em campo pelos atores negros na universidade veem a ocupação de espaços estratégicos na institucionalidade – da universidade – como a "única" possibilidade de se 'lutar contra o racismo institucional' ou como apresentado aqui, contra o *epistemicídio*.

Este modo de disputa, por exemplo, se apresentou num ato público realizado pelo Coletivo Negro Carolina de Jesus (UFRJ)[434], durante o evento de posse de titularidade de Yvone Maggie, como professora emérita. Durante a cerimônia, integrantes do coletivo adentraram com megafone e passaram a realizar falas contrárias ao título oferecido à professora dado seu 'histórico de produção contra o povo preto'. Frases como 'se fosse por você eu nunca estaria aqui. Nós nunca estaríamos aqui'![435] foram gritadas se referindo ao posicionamento público dela contra as cotas raciais durante a sua carreira[436]. Devido ao ato, o evento foi finalizado rapidamente e tido como um sucesso pelo coletivo. Assim, se manifestar contra o título de um professor, disputar uma vaga no Conselho Universitário, lutar pelas cotas na graduação e na pós, criar grupos de estudos, preparatórios e eventos só para estudantes negros apresentarem seus trabalhos, fazem parte de um conjunto de estratégias políticas elaboradas pelos atores que veem a institucionalidade não como opositora, mas como um meio de se 'lutar pela necessidade dos estudantes negros'.

---

[433] Disponível em: https://www.facebook.com/COLETIVONEGROMUSEUNACIONAL/. Acesso em 18 jan. 2020.
[434] Como já apresentado no primeiro capítulo este coletivo foi um dos principais organizadores do EECUN.
[435] Disponível em: https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/coletivo-carolina-ainda-sem-titulo. Acesso em 03 março. 2020.
[436] Ver: Maggie, 2015; Fry e Maggie, 2004.

Além disso, a partir da observação, podemos perceber uma transformação que vem ocorrendo no interior dos programas de graduação, pós-graduação e nas pesquisas desenvolvidas por esses sujeitos negros, mas também a influência destas movimentações nas pesquisas de professores e colegas discentes brancos. À luz de Patricia Collins (2016), sob a noção de "outsider within", ou "forasteira de dentro" – já apresentada – sobre a noção de estar entre *dois mundos,* o fato de esses sujeitos compartilharem diferentes marcadores de raça e de classe, em relação à maioria dos estudantes que compõem as universidades públicas brasileiras, produz transformações na produção de conhecimento. Como afirma Lima (2018), o crescimento da presença desses sujeitos nas universidades é acompanhado de uma diversificação de temas de pesquisa e de perspectivas epistemológicas acerca das questões relacionadas às vivências e experiências, deslocando assim categorias de análise e bases teóricas estabelecidas em diversas áreas de conhecimento.

4.6 Mapeando as pesquisas através dos Encontros

A partir da etnografia e análises realizadas, podemos afirmar que a universidade passou por grandes processos de modificações na última década. A fala de Teófilo sintetiza esse momento de produção de conhecimento e coloca a ampliação dos trabalhos sobre relações raciais destes jovens negros na chave do *constrangimento*:

> Não tem como ignorar o impacto das políticas de cotas nas federais, que faz com que mais estudantes negros entrem na universidade e parte deles vão querer estudar temas que estão relacionados às suas vivências. As discussões sobre combate à homofobia, LGBTfobia, racismo, machismo ganharam muita força nos últimos anos. A discussão sobre racismo cresceu bastante. As pessoas falam mais sobre isso, elas têm mais vergonha, apesar de nos últimos 6 meses para cá a coisa vem degringolando, mas se olhar as pessoas tem mais vergonha de serem racistas. A universidade me parece um desses espaços que ficou mais preocupado com esses temas. De não parecer tão racista, machista, LGBTfóbico. Acho que isso ajuda a dar impulso para esse tipo de estudo. O impacto dos estudantes negros tem influenciado diretamente nisso.

Apesar de, por meio das observações, podermos afirmar essas transformações, dado o pouco tempo da implementação das políticas afirmativas ainda não é possível realizarmos um levantamento sociológico a partir das pesquisas publicadas[437]. Todavia, retomo algumas observações e dados da primeira Jornada Afro Acadêmica de Estudos (JAAE), realizada em 2016, no IFCS/UFRJ, com o objetivo de fazer um mapeamento das pesquisas apresentadas. O interesse, nesse momento, é analisar como, em meio a todo esse processo de "tornar-se intelectual", trabalhado neste capítulo, os jovens negros estão decidindo os caminhos de suas *inspirações*, para usar os termos de Samira (BA).

[437] Ver: BARRETO et. al, 2017; CAMPOS, GOMES, 2016.

Vale retomar que além das Jornadas e Seminários organizados por esses atores, os Encontros Nacionais, como o ENUDS e o EECUN – descritos no primeiro capítulo – tiveram em suas programações momentos dedicados à apresentação de trabalhos dos participantes. Dado o maior tempo de existência do ENUDS – 14 edições – foi possível afirmar os reflexos do Encontro na produção de conhecimento no campo do gênero e sexualidade. Durante a pesquisa de mestrado (LIMA, 2016) pude observar a relação direta entre a realização das edições dos ENUDS e a criação de núcleos de pesquisa em gênero e sexualidade nas universidades sede. A defesa da importância do ENUDS para o campo acadêmico não se apresenta apenas nos números. No grupo do Encontro no Facebook, em 2017, foi realizada uma postagem afirmando que 'o ENUDS tinha acabado', o que gerou uma grande polêmica. Em um dos comentários, uma *enudiana* que fora Comissão Organizadora e Nacional nas primeiras edições, e hoje é professora de uma universidade federal, afirmou: 'O ENUDS não morreu, porque ele nunca vai morrer. Ele sempre vai estar nos núcleos de pesquisas, nos trabalhos e nas políticas que ele influenciou e continua influenciando em todos os que passaram por ele'[438].

A relevância do ENUDS para o momento contemporâneo do campo de estudos em gênero e sexualidade é inegável. Contudo, a partir de uma breve observação nos temas dos Grupos de Trabalho (GT)[439] de algumas edições, percebemos que a articulação com raça surge quase que exclusivamente nas edições onde o tema racial foi central. Como já apresentado no primeiro capítulo, a partir do V ENUDS (2007) passa a haver uma maior preocupação em incluir o tema racial nas mesas e nos Grupos de Discussão Temáticas (GDTs)[440]. Entretanto, o primeiro GT para apresentação de trabalho com o termo "raça", ou equivalentes[441], no nome surge apenas no IX ENUDS (2012), em Salvador. Nesse Encontro houve cinco GTs com o termo "raça", o que corresponde a cinco vezes mais que na edição de 2010, realizada na UNICAMP, onde de 10 GTs nenhum fazia menção ao tema no título. No ano seguinte à edição em Salvador, no XI ENUDS, em 2013, realizado na UFPR/Matinhos, o número caiu de 25 GTs para apenas um, que teve como título: "sexualidade, classe, gênero, raça e suas intersecções". Assim como de outras edições, não obtive a lista de GTs e trabalhos apresentados das edições de 2014 e 2015, portanto no XV ENUDS (2016) – trabalhado no

[438] Retirado do caderno de campo.
[439] Os Grupos de Trabalhos são os eixos de discussão dos trabalhos, cujos temas são decididos pela Comissão Organizadora (CO) e Nacional (CN).
[440] Os Grupos de Discussão Temática (GDTs) são como rodas de conversas que tem temas pré-estabelecidos no processo de organização do Encontro pela CO e CN.
[441] Além de raça foram procurados termos como "racismo, negros, negro e negra".

primeiro capítulo – pude observar que dos 24 GTs propostos, 6 continham o termo "raça" ou seus correlatos no nome. Vale ressaltar que destes seis grupos, os que mais receberam trabalhos foram os tinham como tema o feminismo negro e a relação entre raça e sexualidade.

Em contrapartida, a realização de apenas um EECUN não nos permite fazer uma análise de influência para o campo acadêmico, assim como o ENUDS. Apesar do EECUN ter tido apresentação de trabalhos, em sua programação, não tive acesso à lista de GTs e nem dos trabalhos apresentados. Entretanto, a JAAE realizada, em 2017, foi organizada pelo principal coletivo organizador do EECUN, o Carolina de Jesus da UFRJ. Durante a Jornada pude perceber que, apesar do número mais reduzido de participantes, o público era praticamente o mesmo, ou seja, grande parte dos participantes da Jornada tinha ido ao EECUN.

Ainda no edital de divulgação da JAAE a organização afirmava que os trabalhos deveriam ser *científicos* e ter *linha central questões étnico-raciais*. Outro ponto interessante do edital é que era informado que os trabalhos deveriam ser apresentados de forma oral. Durante o evento, observei que esta medida foi parabenizada pelos participantes e ouvi de um integrante da organização que ali era um espaço para valorizar a 'nossa forma de produzir conhecimento' e fazia relação da oralidade com o Candomblé, como Samira (BA). Ainda no edital afirmava que as submissões deveriam indicar um eixo de trabalho que foram divididos em:

> "EIXO ANDRÉ REBOUÇAS: Ciências e Tecnologias (Engenharias, Físicas, Químicas, Matemáticas, Biológicas);
> EIXO GUERREIRO RAMOS: Ciências Sociais Aplicadas;
> EIXO BEATRIZ NASCIMENTO: Educação e História;
> EIXO THEREZA SANTOS: Filosofia, Literatura e Arte;
> EIXO CAROLINA DE JESUS: Assistência estudantil, mercado de trabalho e empregabilidade."[442]

Uma semana antes da realização da JAAE, a organização publicou no evento do Facebook a lista de trabalhos aprovados[443]. Os grupos de trabalhos que mais tinham recebido resumos eram o "Guerreiro Ramos" e "Beatriz Nascimento", mostrando uma maior presença de estudos das Ciências Sociais Aplicadas, Educação e História. No total foram aprovados 61 trabalhos que tinham como temas preponderantes a produção de teóricos africanos, racismo estrutural e teorias de identidade racial. Os trabalhos que versavam sobre gênero e raça corresponderam a 10% do total (6), mesmo número de trabalhos que relacionavam raça e religião. Os trabalhos que propunham análises relacionais de raça, gênero e sexualidade

[442] Uma justificativa em conjunto com a descrição dos "patronos" da Jornada também se encontra no edital e site do evento. Disponível em: https://www.facebook.com/events/2276186112463908/. Acesso em 30 set, 2019.
[443] Disponível em: https://www.facebook.com/events/2276186112463908/. Acesso em 30 set, 2019.

corresponderam a 5% (3), assim como os que se dedicaram a relação de racismo e segurança pública.

Durante o evento, acabo comentando com um interlocutor de pesquisa o meu espanto em ver poucos trabalhos *interseccionais* e ele, que apresentava um trabalho acerca das relações de raça, gênero e sexualidade, diz, na verdade, ter se surpreendido com a aprovação de seu trabalho. Ele diz que dada a linha política do coletivo que estava organizando, identificada com uma linha *pan-africanista,* que muitas vezes é acusada de 'ignorar as relações com opressões de gênero e de sexualidade', acreditou que seu trabalho não seria aprovado e que 'só teriam pesquisa sobre África'.

***

Como já dito desde a introdução desta tese, parte das reflexões que perpassam as páginas deste trabalho ressaltaram aos meus olhos como pesquisadora, muito pelo fato de compartilhar com meus interlocutores este lugar de **sujeito político negro universitário**. Assim, abro este capítulo, que teve como objetivo compreender a produção da 'luta contra o epistemicídio', a partir da articulação entre *experiência* e produção de conhecimento, com um momento em que compartilhei a produção desta *luta* ao criar junto com colegas o Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP. A cena foi apresentada com o objetivo de demonstrar as questões que envolvem a produção desta *luta*, como a busca de professores pela ementa de leituras do grupo para estudo próprio ou para organização de uma disciplina curricular, e como estas movimentações têm consequências que podem impactar toda a universidade e a produção de conhecimento.

Como colocado por Teófilo (SP), 'lutar contra o epistemicídio' por meio da organização de grupos de estudos, seminários e defesa das cotas é 'lutar pelo direito à universidade', 'lutar pela permanência' e pela possibilidade de desenvolvimento de uma carreira como intelectual negro. Ainda nesta seção, partindo de vários autores, recuei algumas décadas para demonstrar que, a 'luta contra o epistemicídio' não é uma novidade na pauta de negros e negras na universidade ou, nos termos de Ratts (2009), do "movimento negro de base acadêmica". Em diálogo com esta literatura, busquei apresentar como o *epistemicídio* se construiu como enquadramento do movimento negro desde a década de 1970. Vale destacar que, segundo o mesmo autor, a partir da percepção da ausência de autores negros como produtores de conhecimento e de análises sobre a questão racial produzidas por estes pesquisadores, passam a ser criados núcleos de estudos com o objetivo de "combater o

racismo acadêmico". Esta lacuna indicada por Ratts (2009), também é percebida no campo dos estudos "sobre a mulher" e é apontada igualmente por Facchini (2018), no que se refere ao campo de estudos de sexualidade no Brasil na década de 1980. Segundos os autores, estes campos de estudos se constroem também a partir da ausência de pesquisas sobre o tema na perspectiva de sujeitos que vivem as *experiências*.

Entretanto, apesar de no decorrer destes anos as mulheres (brancas) terem avançado na ocupação de cargos de docência, assim como pessoas declaradamente LGB – lésbicas, gay e bissexuais, também brancos –, Mello e Rios demonstram que os pesquisadores negros não acompanharam este aumento, pois são hoje apenas 16,4% dos professores universitários[444]. O levantamento, realizado na primeira parte do capítulo, indica também que na literatura foram estabelecidos conceitos diversos para nomear a ausência de autores negros nos currículos oficiais, tais como "racismo acadêmico", "confinamento social" e "epistemicídio". Como já dito, esta última foi a categoria encontrada no campo e, devido a isto, sofre deslocamentos de sentidos a depender dos atores envolvidos. Como por exemplo, apesar do *epistemicídi*o já ser um enquadramento produzido pelo movimento negro desde a década de 1970, no campo da pesquisa a luta contra ele se coloca na chave da **busca** pelo *lugar confortável* e da *cura*. Se ver como *objeto* e não como 'produtor de conhecimento', dada a ausência de autores negros nos currículos oficiais, é lida como uma razão para o *adoecimento* e só na 'luta contra o epistemicídio' se encontraria a *cura*.

Na sequência, vimos como a internet é novamente o meio pelo qual se dá a aproximação e propagação das 'teorias das questões raciais' e da teoria feminista negra. Assim, além desta última ser usada como referência para embasar a **busca** do coletivo para ser um *lugar confortável*, ela também é utilizada para defender o uso da *experiência* e dos *afetos* na produção de conhecimento. A partir dos trabalhos desenvolvidos pelos interlocutores e de suas narrativas, percebemos em campo como o trabalho intelectual se apresenta como o meio de 'entender sua própria história e a do mundo'. Assim, a *experiência* é disputada como produtora de conhecimento e, por ela ser reconstruída a partir da *interseccionalidade* – como vimos no capítulo 3 –, a produção científica a ser desenvolvida tem como referência esta perspectiva teórico-política.

Além disso, o uso da *experiência* torna-se uma marca de diferenciação entre a *nossa* pesquisa e a *deles*, mas estas distinções são colocadas e estabelecidas a partir de relações

[444] Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/desigualdades-raciais-na-carreira-de-magisterio-superior-e-as-cotas-para-negras-e-negros-nos-concursos-publicos-de-universidades-federais/. Acesso em 28 fev. 2020.

contingentes (BRAH, 2016), pois, a depender do contexto e dos atores, estas diferenciações sofrem variações. Desse modo, apesar da anunciação de uma centralidade na *interseccionalidade*, a mesma passa por um conjunto complexo de hierarquizações onde, a depender dos atores em disputa, determinados marcadores tornam-se "mais importantes" (SPIVAK, 1990). Nesse sentido, a partir das observações etnográficas, podemos perceber que essas disputas hierárquicas não ocorrem apenas nos conflitos lidos como políticos, mas também nas lutas epistemológicas.

Assim como observado no capítulo 2, a disputa da institucionalidade se apresenta no campo como meio de lutar pelas 'necessidades dos estudantes negros', portanto, como a única forma de disputar a intelectualidade. É na luta pelas cotas para docentes, discentes e técnicos, isto é na ocupação dos espaços da universidade com *os nossos*, que se consegue disputar as 'necessidades dos alunos negros' e, dentre estas, a necessidade de tornar-se intelectual. Por fim, vemos como a *produção interseccional* se mostra ainda incipiente nos momentos de apresentação de trabalhos e jornadas científicas. Entretanto, assim como dito no capítulo 2, a *interseccionalidade* surge como um objetivo final e o caminho para isso como um processo de muito *esforço coletivo*.

Como apresentado no início do capítulo, não tínhamos nenhuma pretensão de afirmar que o uso da *experiência* como produtora de conhecimento seria algo novo no campo científico brasileiro. Contudo, o uso dela por parte de sujeitos que reúnem em suas corporeidades diversos marcadores antes não presentes nesse espaço e que estão lutando para "aparecer", pode sim ser considerado uma transformação. Assim, a universidade sendo um local de ensino e produção de conhecimento, a assimilação da linguagem para aprender e fazer pesquisa, ou seja, fazer parte da academia, perpassa as narrativas e *vivências* dos sujeitos que a compõem. As distâncias, por razão de marcadores de classe, raça, gênero e sexualidade, dos sujeitos que formatam os códigos e linguagens desse ambiente universitário, tanto exige um processo de assimilação, quanto transforma esse espaço pelo contato entre as diferenças. Nesse sentido, como venho tentando demonstrar, um número mais significativo desses sujeitos que passam a adentrar a universidade após a implementação da Lei de Cotas, transforma a eles, seus círculos sociais e a própria universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve origem em um contexto de amplo questionamento sobre as possíveis transformações nas táticas e estratégias dos movimentos sociais contemporâneos. No caminho do trabalho de campo e no encontro com a bibliografia esta questão foi alargada e a produção de sujeitos políticos ganhou destaque. Compreender os processos de subjetivação colocou como pano de fundo o debate foucaultiano sobre o "locus da enunciação", mas que passa a ser analisado à luz das intersecções dos marcadores sociais dos sujeitos, como gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade (MCCLINTOCK, 2010; BUTLER, 2018; FACCHINI et. al 2020).

Compreender a construção do **sujeito político negro universitário,** que adentra a este espaço após a implementação ou, a partir da *efervescência* das cotas, nos levou a refletir tanto acerca das transformações subjetivas quanto na própria universidade que perpassam essa "aparição". Tomada por esses interesses, decidi abrir a tese com as narrativas desses sujeitos sobre si e sobre as suas histórias. No primeiro capítulo então, tomando como recurso analítico a noção de "aparição" (BUTLER, 2018; FANON, 2008; MCCLINTOCK, 2010) percorri as narrativas sobre os processos de engajamento político, com o objetivo de compreender esse processo de construção dos sujeitos que passa, principalmente, pelo corpo. "Aparecer" com seu corpo na universidade, *perdido* por não 'saber nada e não conhecer ninguém', inicia um processo que transforma os sujeitos, o seu **mundo de origem** e o **mundo da universidade**.

Da narrativa de Jamile (BA) à de Aiye (RJ), no primeiro capítulo, passando por outras que foram apresentadas no decorrer da tese, vimos que, inicialmente, a universidade surge como um lugar inacessível, depois como uma possiblidade pelo contexto da *efervescência* das cotas. A aprovação no vestibular é tomada por um conjunto de sentimentos que passam da felicidade ao medo de 'não conhecer ninguém, ninguém, ninguém mesmo'. Não conhecer ninguém e não ver suas características corporais nos outros corpos que circulam naquele espaço, acompanha um sentimento de solidão que leva à busca *pelos seus.*

Apesar desta trajetória de afetos ser relatada por todos os interlocutores da tese, percorrer as narrativas nos ofereceu a possibilidade de complexificar este processo que, não passa apenas pelas diferenças entre os sujeitos, mas também pelos diversos contextos históricos de trajetórias possíveis. Assim, ter estudado em um PVNC, ter sido do movimento estudantil secundarista, ter estudado em escola privada ou pública ou ter feito parte de projeto

social, são algumas de uma gama de "oportunidades políticas" que atravessam a trajetória dos sujeitos e que são fundamentais para sua construção como sujeitos políticos e as pautas pelas quais "irão lutar".

Ainda no primeiro capítulo, a partir dos Encontros foi possível perceber que essa noção de uma 'pauta para lutar' também variou de contexto, neste marco entre 2003 a 2019. Nas primeiras edições do encontro de diversidade sexual e gênero, o ENUDS, a disputa começa na "sopa de letrinhas" (FACCHNI, 2005), mas a **busca** por maior *representatividade negra* surgiu na edição do mesmo ano do encontro que mobilizou a juventude negra da época, o ENJUNE, em 2007. Genocídio, racismo, racismo religioso, acesso à educação, formação política e teórica foram os temas que tiveram centralidade nos encontros de negros, ENJUNE e ENUNE, no contexto do auge do diálogo entre os movimentos sociais e o Estado (2007-2011). Assim, os Encontros também foram espaços privilegiados de observação, onde eram catalisadas as discussões presentes nos grupos e coletivos, além de serem espaços onde era possível encontrar a *sua pauta* ou a *sua luta*.

Contudo, a marcação temporal após a implementação da Lei de Cotas assiste a um processo de *pulverização das pautas*, mas também de centralidade da identidade racial. Busca-se então, nos encontros, criar um *protagonismo preto* (EECUN), *enegrecer esse babado* (ENUDS) e *incomodar com a presença* (ENUNE). Não se busca mais então, a escolha de uma *pauta*, mas sim, formas de interseccioná-las. A identidade racial toma centralidade, mas esse sujeito, que *não é só negro,* negocia as diferenças nos Encontros, nos coletivos e consigo mesmo. De certa maneira, podemos dizer que, em coletivo, o *sentimento* de *solidão* se transforma em acolhimento, mas também oferece as ferramentas para disputar a universidade. Ou seja, a universidade torna-se o *Meu Quilombo, meu lugar* (ENUNE, 2019) onde, apesar das dificuldades de estar, não se quer sair e sim construir ali algum tipo de *lugar confortável*.

Na busca do *lugar confortável*, surgem os coletivos, que apresentamos no segundo capítulo da tese. Sair dos Encontros e acessar o cotidiano dos coletivos nos ajudou a compreender melhor o que era colocado à frente e ao fundo nas disputas políticas e nas narrativas. Durante todo esse capítulo, busquei compreender o que seria a *nossa forma de fazer política*. Iniciamos o percurso a partir da etnografia e das entrevistas com os integrantes e ex-integrantes do Núcleo de Consciência Negra/UNICAMP (NCN/UNICAMP), onde pôde-se identificar que a noção de *lugar confortável* tinha origem e influência direta da teoria feminista negra. A expansão da quantidade de estudantes negros na universidade, sendo que a

maioria são mulheres, acessando as diversas teorias, ofereceu um campo fértil de oportunidades para o acesso e divulgação da teoria feminista negra. É claro que, o contexto mais amplo de expansão de temas vistos como feministas, principalmente, via popularização na internet, nos ajudou a compreender o porquê desta teoria, no campo geral das produções acerca da questão racial, passar a ser a mais acionada e lida (RIOS, MACIEL, 2017-8; CARMO, 2019; GOMES, 2018; FACCHINI, et. al, 2020).

Observamos também que a multiplicidade de sujeitos gera uma diversidade de teorias políticas acionadas. Saudar os *Filhos de África* reforça a centralidade na identidade racial e coloca a diferenciação na pele. Contudo, a pele é expandida quando ela também é *bicha preta e deficiente* (Aiye - RJ). Apesar da diversidade de teorias políticas e posicionamentos que trazemos a partir da etnografia na Frente Negra/UERJ, o *afeto* continuou sendo acionado como central no cotidiano do coletivo. *Afeto* era fazer vaquinha para pagar a passagem do amigo, mas também brigar na mesa de Audiência Pública para defender as cotas. Da mesma forma que os coletivos expandiam os limites das reuniões e se tornavam *as pessoas*, os *afetos* não estavam apenas no sentido afetuoso e restrito às relações interpessoais, mas se tornaram também, uma estratégia de diferenciação e disputa.

Na última parte desse capítulo, as narrativas e análises acerca do KIU!/UFBA e dos coletivos com que ele se relaciona ou que perpassaram sua história apresentaram como, apesar das relações com partidos políticos e de ser visto como movimento estudantil, o KIU! se afirma como 'movimento social na universidade' e defende a *política interseccional*. O único coletivo de diversidade sexual que compunha a delimitação do campo de pesquisa, nos apresentou em sua longa trajetória e por sua constituição de maioria negra, como o "esforço" da interconexão das pautas não é algo novo, mas que ganha força com a ampliação da presença de estudantes negros na universidade. Desse modo, a partir das análises desse segundo capítulo foi possível afirmar que a *nossa forma de fazer política* é: (i) *interseccional;* (ii) pautada nos *afetos* e na *experiência* como narrativa; e (iii) na disputa institucional, focada nas 'necessidades dos estudantes negros'. Nesse sentido, apesar das diferenças entre os coletivos foi possível perceber que estas três características surgiram como objetivo de todos, mesmo que muitas vezes não alcançados, e como forma de diferenciação.

A centralidade dos *afetos* nos leva ao terceiro capítulo. Escrevê-lo foi tão difícil quanto pensar sobre ele. Acredito que é possível perceber que fui levada a refletir não apenas sobre "dados do campo", mas também sobre minhas próprias ações. A gestão dos *afetos* no cotidiano dos coletivos já era algo que percebia nas entrevistas e nas etnografias, mas foi

apenas quando decidi levar a minha mãe para um evento de um coletivo negro na universidade, que passei a refletir sobre a "maternagem da ação política", que também é realizada no cotidiano dos coletivos. A mãe então, surge nas narrativas como razão para e por se estar na universidade, além de ser o pano de fundo para a *responsabilidade,* que justifica o engajamento político. Quando a universidade passa a ser considerada um "lugar seguro", essa mãe é levada para conhecê-la, numa espécie de ritual em que o **mundo de origem** é apresentado ao **mundo da universidade** e vice versa, a partir da sacralidade da figura da mãe, que também é marcada por classe e raça (pobre e negra). Entretanto, a mãe é performada de inúmeras maneiras a depender das marcações sociais de cada sujeito e da possibilidade de conexão entre esses *dois mundos*. Assim, quando não é possível essa conexão, o que foi visto, especialmente entre os estudantes LGBTI, "o movimento" performa a mãe, que cuida e compartilha a responsabilidade.

Assim, como minha mãe é levada, eu me torno negra na universidade, ou seja, me torno militante. Do mesmo modo que a figura da mãe é acionada ao se falar da *solidão*, a ideia *dos seus* e, paralelamente, de 'tornar-se negro na universidade' surge quando se relata o sentimento de *acolhimento*. O processo de enegrecimento vivido e relatado a partir do momento de "aparição", coloca o *tornar-se negro* e *tornar-se militante* como sinônimos. Vista como violenta, a racialização que passa a ser *vivida* em coletivo tem um poder de reconstrução de si. Com isso, apesar da centralidade na identidade racial, *tornar-se negro* é *tornar-se mulher negra, bicha preta, homem preto*, entre outras multiplicidades de identidades que surgem em campo.

Em contrapartida, *tornar-se militante* e estar em coletivo é encontrar *acolhimento*, mas também *adoecimento e cura*. A "descoberta" do racismo e de ser alvo dele gera um *adoecimento* que é curado no coletivo, mas o coletivo também pode gerar adoecimento pelo mesmo motivo e por uma obrigatoriedade de *militar* ou até de sofrer acusações, como vimos nos relatos de Aiye (RJ). *Tornar-se militante* e estar em coletivo é passar por tentativas e erros no caminho de deixar de *sobreviver* para "viver plenamente" (HOOKS, 2010). Nesse processo, a linguagem se torna um meio de transformar o *afeto* em ação política e, para isso, a construção de um "lugar seguro" é objetivada. Contudo, considerando que tanto as *experiências* quanto as identidades estão em constantes processos de formulação e negociação (HALL, 2000), o "espaço seguro" seria algo também em constante negociação, que ora pode ser de *adoecimento*, ora de *cura*.

No quarto e último capítulo, percorremos os efeitos dos *afetos*. Sendo o *adoecimento* um *sentimento* constantemente acionado e o *epistemicídio* uma de suas razões, a produção da *luta* contra o mesmo nos permitiu analisar os efeitos que os *afetos* produzem não apenas nos coletivos e nos sujeitos, mas em toda a territorialidade da universidade. A *experiência* se torna produtora de conhecimento, mas a mesma sofre um processo de hierarquização a depender do contexto e dos atores envolvidos na disputa. A disputa aqui é política e intelectual, e também vê e utiliza a institucionalidade como estratégia. Dominar a narrativa sobre si e sobre *os seus* passa pelos níveis subjetivo, coletivo e intelectual. Fazer a *nossa pesquisa* é deixar de ser objeto ou *bicho* para tornar-se sujeito e intelectual. Por fim, a narrativa científica continua sendo disputada, mas esta coloca na *experiência* e nos *afetos* as razões de diferenciação e produção.

***

Quem acompanhou as linhas deste trabalho até agora pôde perceber que tanto a pesquisa quanto a escrita lidaram com nuances que extrapolam os limites da própria tese e da pesquisadora. Escolho terminar com o relato de dois acontecimentos que ocorreram durante o tempo do doutorado que, sem dúvida, fizeram deste trabalho o que ele se tornou. Escrever sobre eles aqui é, sem dúvida a única forma possível, pois os sentimentos de finalização deste trabalho caminham junto com o sentimento de fechamento de um ciclo de luto.

[Novembro 2017] Logo nas primeiras semanas em Salvador, a convite de Rebeca, viajei para Andaraí/BA para a primeira Parada LGBT da cidade. Chego na rodoviária da capital e encontro com Doss, que conheço desde 2012 e, por causa dos encontros LGBTs conseguíamos nos encontrar todos os anos. Com saudades, nos abraçamos, nos apertamos e ele diz que não estava acreditando que eu estava morando lá e que íamos "ferver e causar muito". Ele me apresenta para Tifanny e Samira, que também iriam na viagem. Na van foram outras pessoas do movimento LGBT da capital e de cidades próximas a Salvador. A agenda contou com uma audiência pública na câmara de vereadores, com falas de Rebeca e Samira, banho de cachoeira e a Parada LGBT. A parada foi incrível com a presença de crianças e com a chamada "A mudança vem do interior". Durante essa viagem, as conversas que tive passavam por vários assuntos, dentre eles a militância. Eles relataram o choque que tiveram quando Samira saiu do ME e Doss falava da importância de ter trabalhado na institucionalidade para entender mais a militância e a atuação política. A continuação do mês de novembro foi muito diferente do que eu poderia imaginar e do que eu gostaria. Logo depois da viagem, mandei mensagem para Rebeca dizendo do projeto de pesquisa do

doutorado e dos meus interesses, ela me mandou falar com Doss, que era quem mais poderia me ajudar. Em áudio no Whatsapp ele responde que iria me ajudar, mas que estava focando em se formar e estava um pouco mais distante. Esse áudio dele foi enviado um dia antes de seu assassinato. A morte de Doss fez do novembro um mês bem diferente do que eu pensava. A ida para um velório no qual, como disse Rebeca, estavam reunidas todas as organizações do movimento. Ali estavam todas as tribos, (Levante, UJS, deputados, tudo...). Era o que a bicha ia querer. Logo depois do velório, fomos para o DCE, onde todos da organização política da qual ele fazia parte foram e ficaram fumando e falando coisas soltas, porque ninguém queria ficar sozinho e aquele lugar era reconfortante, pois ele havia morado no DCE por 3 meses e estar com amigos era melhor do que estar sozinho. O "chapar-se" junto como forma de sobrevivência foi quase uma regra durante as próximas semanas que vieram. Aquela semana foi a semana de não dormir em casa, de ficar dormindo com os amigos, de muitas homenagens em todos os eventos que aconteciam naquele mês e mencionavam o nome de Doss. Vários eventos foram cancelados naquele mês. No mês seguinte, seguiram as homenagens e, no final de uma delas, um amigo recente, que não o conhecia, sentou-se perto de mim e disse: 'eu te vi de longe e pensei que por causa da sua pesquisa, você poderia ter conhecido ele'. Eu respondi: é, eu conhecia Doss há muito tempo, a gente era amigo, mas eu prefiro a tristeza que estou sentindo agora do que a tristeza de não tê-lo conhecido. O mês de novembro foi isso: afeto, carinho, chapação e muita troca de cuidado.

[Março 2018] O mês de fevereiro tinha sido tomado pela organização e reunião para o acampamento da juventude no Fórum Social Mundial, que naquele ano aconteceria em Salvador na UFBA. Tifanny foi uma das principais organizadoras do acampamento. Dentre as mil reuniões que tinha que acompanhar, ela me disse 'eu só tô fazendo isso porque ele [Doss] achava importante. Eu prometi e estou continuando o seu legado'. A tenda LGBT no Fórum recebeu o nome de Felipe Doss e tinha um grande banner com sua foto na entrada. Quando passei, eu vi e sorri. Sorri pela primeira vez vendo uma homenagem. A felicidade estava ocupando aos poucos o lugar da raiva. Depois de passar pela tenda, caminhei para a tenda das mulheres negras para assistir a uma mesa de abertura. Uma das mulheres negras mais velhas na mesa disse: 'vou falar para as jovens. Olha não é fácil. Vai ficar um bando de gente pelo caminho, mas a gente tem que resistir e tá aqui'. A ideia de resistir também estava começando a soar de maneira positiva. Por causa do evento, amigas do Rio de Janeiro estavam em Salvador. Por isso, decidimos no final do dia ir tomar uma cerveja no Rio Vermelho. Era 14 de março, no caminho os celulares começaram a tocar incessantemente e descobrimos que

Marielle tinha sido executada. Naquele momento eu só conseguia pensar e esbravejar: ‘não! De novo não!’. Com ajuda de uma amiga, vôo para o Rio no dia seguinte e acompanho o velório, porque eu precisava ver, abraçar e cuidar de muitas amigas que eram amigas dela. Voltei para Salvador e fui recebida com um almoço e um encontro do mesmo jeito que tínhamos feito em novembro. Lorena, que era a melhor amiga de Doss, se vira para mim e fala: ‘eu vou sentir muito a sua falta porque você cuidou de mim. Eu sofri e ainda sofro muito, mas parte do amor que eu sentia por ele eu passei para você. Eu te amo e tenho certeza que você vai conseguir fazer um lindo trabalho. Porque a gente sofreu muito e vai continuar sofrendo, mas a gente ama muito também’. O mês de março também foi muito diferente do que eu esperava.

Os meses seguintes que envolveram a produção da qualificação e, posteriormente, o texto da tese foram tomados pela falta de coragem de falar sobre as pessoas e suas histórias. Digo que ter vivido isso, me fez entender que o que mais importava no estar em grupo era estar junto. Fazer um trabalho sobre transformações das ações políticas, enquadramentos, repertórios, estratégias e táticas era falar dos sujeitos e falar dos sujeitos era falar de tudo. Tudo que envolve e constrói esses sujeitos, passando pelas suas histórias, emoções e ações. Digo isso porque a escrita desta tese pela narrativa e a atenção para a gestão dos afetos não veio por meio de uma iluminação intelectual da pesquisadora e sim por um processo de luto. Este luto foi acolhido e vivido em coletivo e sem ele não existiria sobrevivência. Estar em coletivo, para alguns sujeitos, é sobreviver, e foi desse ponto que se iniciou e termina a escrita desta tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). **Journal of Historical Sociology**. v. 1, n. 1. p. 58-89. mar. 1988.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Org.). **Movimentos sociais e esfera pública – o mundo da participação:** burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, p. 239-270, 2014.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALBERTI, Verena. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Revista Estudos Históricos**. v. 1, n. 37. p. 143-166, 2006.

ALBUQUERQUE, Hugo et.al. **Junho:** potência nas ruas e nas redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.

ALCANTARA, Liliane; SAMPAIO, Carlos. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 40, 2017.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1. p.129-143. Janeiro/Abril 2016.

ALMEIDA, Mariléa. **Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, 76: 49-86, 2009

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições. **Cadernos pagu** (43), janeiro-junho, 2014.

ARAUJO, Danielle Pereira. **"A cota paulista é mais inteligente": o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e o confinamento racial da classe média branca**. Tese (Doutorado em Ciências Política). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista estudos feministas**, 13.3: 704-719, 2005.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja**: Cariacica (1973-1989). 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BARBOSA, Muryatan. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. **África**. n. 31-32. p. 135-155. dez. 2012.

BARRETO, Paula, et al. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 5, n. 11. p. 113-141. 2017.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, 26.1: 611-639, 2000.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. v. 19, n.2. p. 549-559. 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. n. 26. p. 329-376. 2006.

BRASIL, Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais - Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, Aprovado pela Comissão Organizadora, 2008.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. **Cad. CRH**. v. 28, n. 73. p. 59-76, abr. 2015.

_____. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. **A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades**. Rio de Janeiro: Fase, p. 20-29, 2018.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BULGARELLI, Lucas. **[ALERTA TEXTÃO] Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). **Revista Sinais Sociais**. n. 32. p. 85-116. dez. 2016.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT. orgs. **Sociedade política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 313-350, 2008.

_____. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In. _____. **A aventura antropológica**. 2ª ed. São Paulo/SP: PAZ E TERRA. p. 95-106., 1988.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

CARDOSO, Claudia Pons. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. v. 10, n. 25. p. 317-328, 2018.

CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko – juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior**. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2005.

CARMO, Íris Nery do, et al. **O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 340 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes Limitada, 2017.

CARRARA, Sergio, et al. **Retratos da política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva - CEPESC, 2017.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**. n. 68. p. 88-103. dez/fev. 2006.

_____. **A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil**. Universidade de Brasília. Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, 34.121: 41-58, 2004.

CARVALHO, Mario. **"Muito Prazer, Eu Existo!":** Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. "Travesti","mulher transexual","homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**. n. 52. p. 33-67, 2018.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções. **Mana**, v. 16, p. 1-20, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, 31.1: 99-127, 2016.

_____. What's in a name? Womanism, Black feminism, and beyond. **Cadernos Pagu**. n. 51. 2017.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

COSTA, Fabrício Roberto Costa. et al. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **INTRATEXTOS**. v. 2, n. 1. p. 33-50, 2010.

CORDEIRO, Fábio de Carvalho. **A bixa-preta na escola e nas redes sociais: da afetividade de uma vida à hipersexualização de um corpo**. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. v. 10, n. 1. p. 171-188, 2002.

D'ALVA, Roberta Estrela. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça - o poetry slam entra em cena. **Synergies Brésil**. n. 9, p. 119-126, 2011.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT-panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2016

DAS, Veena et al. Anthropology in the Margins of the State. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**. v. 30, n. 1. p. 140-144, 2004.

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**. N. 37. p. 09-41, jul/dez. 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, [1981], 2016.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOS SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**. v. 8, n. 2. p. 289-317, 2012.

DOS SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira; DOS SANTOS, Marinês Ribeiro. Geração Tombamento e Afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e de raça no Brasil. **Dobras**. v. 11, n. 23. p. 157-181, mai. 2018.

DURHAM, Eunice. A Pesquisa Antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (ed.) **A Aventura Antropológica**. 2ª ed. São Paulo/SP: PAZ E TERRA, 1988.

EECUN. **Carta de Princípios. Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários**. Rio de Janeiro, 2016.

EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017

ENJUNE. **Relatório Final – Propostas aprovadas na Plenária final do Encontro Nacional de Juventude Negra**. Lauro de Feitas, Bahia, 2007.

ENUDS. **Ata da Plenária Final do II ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual.** Recife/PE, 2004.

_____. **Ata da Plenária Final do III ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual**. Niterói/ RJ, 2005.

_____. **Plenária Final do IV Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual.** Vitória/ES, 2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, 2009.

_____; FRANÇA, Isadora Lins. Apresentação (Dossiê Feminismos Jovens). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, 2011

_____; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. "Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, pp. 161-193, 2013.

_____; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia Marro. (Org.). **Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, v. -, p. 231-262, 2018.

_____. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: Renan Quinalha; James Naylor Green; Marcelo Caetano; Marisa Fernandes. (Orgs.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

_____; CARMO, Íris; LIMA, Stephanie. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e230408, 2020.

FALCÃO, Thiago Henrique de O. **Memes, textões e problematizações**: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **"Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

FERNANDES, Mariza. **Movimento Negro e Relações Raciais no Espaço Acadêmico: Trajetórias Socioespaciais de Estudantes Negros e Negras na UFG**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, 44: 199-228, 2015.

FERREIRA, Renato. A experiência do Programa Políticas da Cor na educação brasileira: uma ação positiva pela democratização do ensino superior. In: MATO, Daniel (Org.). **Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina**. Caracas: UNESDOC/UNESCO, p. 177-186, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, 9.2: 1080-1099, 2018.

FLORES, Tarsila. Genocídio negro brasileiro: a importância da organização política" Reaja ou será morta (o)". **Revista brasileira de ciências criminais**, 135: 519-540, 2017.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido. **Econômica**. v. 6, n. 1. p. 153-161, 2004.

GARCÍA CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

GOODWIN, Jeff; JASPER; James; POLLETTA, Francesca (Eds). **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GOLDMAN, M., & BANAGGIA, G. A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais. **Revista De Antropologia**. v. 60, n. 1. p. 16-34, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Cara; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Soc. Estado**. v. 29, n. 2. p. 433-447, mai/ago. 2014.

GOMES, Carla de Castro. **Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro**: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2018. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018

GONZALEZ, Lélia. "O movimento negro na última década". In: _____.; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 9-66, 1982

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje** - **ANPOCS**. n. 2, p. 223-244, 1983.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. n. 92/93. p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.54, p. 147-156, 1999

_____. Como trabalhar com" raça" em sociologia. **Educação e pesquisa**, 29.1: 93-107, 2003.

_____. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n.23, p. 215-216, 2005

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". UNICAMP, **Cadernos PAGU**, no.5, p. 14, 1995.

HEREDIA, Beatriz; LOPES LEITE, José Sergio (org.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**. v. 24, n. 1. p. 15-22, 2011.

HOLANDA, Maria Auxiliadora. **Tornar-se negro: trajetórias de vida de professores universitários no Ceará**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. ano 3, pg. 464-478, 1995.

_____. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, 2: 188-198, 2000.

_____. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba**–Unión de escritores y artista de Cuba, 2005.

INADA, Angélica Kimie. **Quando a Unicamp falou sobre cotas : trajetória de militância do Núcleo de Consciência Negra e da Frente Pró-Cotas da Unicamp**. Dissertação

(Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2018.

JODAS, Juliana. **"A luta também é com a caneta": usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, 2019.

LAGO, Natália. **Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2019

LARA, Alí; DOMÍNGUEZ, Giazú Enciso. El giro afectivo. **Athenea Digital**. v. 13, n. 3. p. 101-119, 2013.

LEITE, Janete Luzia. Política de cotas no Brasil: política social? **Revista Katálysis**. v. 14, n. 1. p. 23-31, 2011.

LEITE, Vanessa J. **"Impróprio para menores"? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

_____. Em defesa das crianças e da família: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. n. 32. p. 119-142, 2019.

LIMA, L.; ORTELLADO, P. Da compra de produtos e serviços culturais ao direito de produzir cultura. **Dados**. v. 56, n. 2, p. 351-382, 2013.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos Adenauer**. v. 16, n. 1. p. 27-43, 2015.

_____. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. **Rev. antropol**. (São Paulo, Online). v. 61 n. 1: 95-102, USP, 2018.

_____; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social: Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**. v. 31, n. 2. p. 149-172, 2019.

LIMA, Stephanie. **As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!** Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS). Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

_____. Os limites da "experiência" e da "liberdade" no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS). **Sexualidad, Salud e Sociedad**, Rio de Janeiro, 2017.

_____. "Coletivo", "ativista" e "horizontal": uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, v. 13, p. 18, 2018

LOPES, Juliana. A ação griô: uma proposta política nacional. In: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia. (Org.). **Pontos de cultura**: Olhares dobre o programa cultura viva. Brasília: IPEA, p. 140-155, 2011.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e antropologia. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MADRUGA, E. **Nas trilhas da descoberta**: repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1998.

MAGGIE, Yvonne. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. **Horizontes antropológicos**. v.11, n. 23. p. 286-291, 2005.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge.** New York: Harcourt, Brace & Co., 1954.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.** v. 17, supl. 3. p. 04-06, 2002.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, 76: 11-48, 2009

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Soc. estado**. Brasília , v. 34, n. 1, p. 161-184, Jan. 2019.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

MINTO, Lalo Watanabe. Ensino médio e ensino superior em São Paulo: notas críticas sobre o Pimesp. **Educação em Revista**. v. 14, n. 2. p. 53-68, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MORAIS, Danilo de Souza; RAMOS, Paulo Cesar. Juventude negra na contrução democrática brasileira do século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. v. 5, n. 9, p. 107-125, fev. 2013.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. **Ilha Revista de Antropologia**. v. 18, n. 1. p. 109-122, 2016.

LEMOS, Rosália de Oliveira. **Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas.** Tese

(Doutorado em Política Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

_____; NASCIMENTO, Elisa Larkin. "Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997". In Guimarães, Antônio Sérgio A. e Huntley, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. EDUFBA Ed. da Univ. Federal da Bahia, 2002.

NOGUEIRA, João Carlos. Artigo: Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Política & Sociedade**. v. 3, n. 5. . 89-99, 2004.

NOVAIS, Kaito. Falas de dor, abraços de celebração: notas etnográficas sobre o movimento mães pela diversidade. **Comunicação Oral**. 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499466949_ARQUIVO_KaitoCamposFALASDEDOR,ABRACOSDECELEBRACAO.pdf.

OCHMANN, M. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme. **Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior Brasileiro: política da diversidade e organização política estudantil**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: **(r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **BOLSA FAMÍLIA,** 2013, 25.

PERANI, Cláudio. Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**. v. 233. p. 35-42, 2016.

PEREIRA, Amilcar. **"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

PERILO, Marcelo. **"Rolês", "closes" e "xaxos": uma etnografia sobre juventude,(homo) sexualidades e cidades.** Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, 2017.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, v. 1, 2010.

PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

_____. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Editora, p. 81-108, 2009.

_____. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. 2011.

REZENDE, Claudia Barcellos; Coelho, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RICHER, Rodger. **A negritude e a une: a presença negra e sua influência no movimento estudantil brasileiro (2007 a 2017).** Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

_____. **A UNE e a questão racial (1995-2016).** Dissertação (Mestrado em Ciências Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____, Flavia. **Elite política negra no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. **Labrys,** estudos feministas, julho/ 2017- junho 2018.

SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, 18, 1996.

SANTOS, Joel Rufino dos. "O Movimento Negro e a crise brasileira". In: **Política e Administração,** Vol. 2. Julho – setembro, 1985.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. **Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade**

Federal de Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Milena de Oliveira, et al. **Cotas raciais nas universidades federais brasileiras**: **desigualdade no acesso e estratificação horizontal em 2010 e 2016**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018

SECCO, Lincoln. **História do PT**, 1978-2010. São Paulo: Ateliê editorial, 2011.

SILVA, Gleicy Mailly da. **Empreendimentos sociais, negócios culturais**: **uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. **Horizontes Antropológicos**, 54: 173-201, 2019

SILVA SANTOS, Taina. Análise da legislação sobre trabalho, trabalhadores livres e libertos no Brasil oitocentista (1836-1885). In: **II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico** - 130 anos da abolição no Brasil, 2018, Rio de Janeiro/ RJ. II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico - Caderno de programação e resumos, 2018.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Apresentação do Dossiê Ação Afirmativa e Relações Raciais Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**. v. 1, p. 13, 2011.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. **Frontiers in social movement theory**, 133: 155, 1992.

SOUSA, Vânia Luisa Freitas de. **Organizações governamentais e não governamentais na orientação de crianças e adolescentes oriundos da exclusão social, na cidade de Salvador, no triênio 2002 a 2004 um estudo de caso: a Fundação Cidade Mãe**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, Angelica Moreira de; LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. Publicidade tombamento: expressões da "geração tombamento" em anúncios contraintuitivos para o empoderamento de negras e negros brasileiros. **Tríade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**. v. 6, n. 11. p. 37-60, 2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. "Apresentação. Dossiê Fazendo Estado". **Revista de Antropologia**. v. 55, n. 2. p. 559-564, 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri. **The Post-Colonial Critic**: Interviews, Strategies, Dialogues. London and New York: Routledge, 1990.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

TRAPP, Rafael. **O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (São Paulo, década de 1970)**. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018a.

_____. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. **Revista da ABPN**. v. 10, n. 25. p. 194-221, 2018b.

VASCONCELOS, Mário Sérgio; GALHARDO, Eduardo. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 11, n. 25. p. 285-306, 2016.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANNA, Adriana. **Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, 37: 79-116, 2011.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Fundação Heinrich Böll, 2013.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**-DESCONTINUADO A PARTIR DE 2013,15.1-2: 61-74, 2012.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, 25: 535-549, 2016.

WESTON, Kath; CHOOSE, Families We. **Lesbians, Gays, Kinship**. New York, Columbia University Press, 348: 211-25, 1991.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

ANEXO 1

Tabela de Entrevistados[445] - Salvador (BA)

Nome	Ano de Ingresso na Universidade	Idade	Coletivo	Partido	Encontros	Raça/Cor	Id. Racial	Gênero	Id. Gênero	Orientação Sexual
Anderson Eslie	2003	35	NENU/UFBA*	Nenhum	ENUNE(2009)[446]	Preto	Negro	Masculino	Homem	Heterossexual
Felipe Doss	2011	25	KIU/UFBA; Quilombo	PT	ENUDS(2013;2014;2015); ENUNE(2015;2016)	-	-	-	-	-
Jamile Carvalho	2004	-	NENU/UFBA*	Nenhum	ENJUNE(2007);ENUNE(2009)	-	-	-	-	-
Rebeca Benevides[447]	2010	29	KIU/UFBA; Quilombo	PT	ENUDS(2012;2014); ENUNE(2011;2015;2016)	Parda	Negra	Feminino	Mulher	Sapatão
Ricardo Santana	2002	40	KIU/UFBA	PT	ENUDS	Preto	Negro	Masculino	Masculino	Homossexual
Rodger Richer	2011	26	Enegrecer/UFBA; MNU	PT	ENUNE(2011;2015;2016;2019)	Preto	Preto	Masculino	Homem	Heterossexual
Samira Soares	2015	23	Enegrecer/UFBA*;MNU	PT	ENUNE(2015;2016)	Preta	Negra	Mulher Cisgênero	Mulher Cisgênero	Sapatão
Tifanny Conceição	2016	20	KIU/UFBA; Quilombo	PT	ENUNE(2016)	Preta	Negra	-	-	-

[445] As informações foram oferecidas pelos interlocutores em 2019, assim os dados correspondem à situação do entrevistado naquele momento. Utilizo asterisco (*) para marcar que, no momento da resposta, o entrevistado não fazia mais parte do coletivo. Além disso, o uso de traço (-) será para marcar a ausência de respostas a questão. Estas informações são válidas para todas as Tabelas de Entrevistados.

[446] Ano de participação nos referentes encontros.

[447] A entrevista com Rebeca Benevides foi realizada no decorrer da pesquisa de mestrado, ainda em 2014. Contudo, as respostas contidas nas tabelas foram ofertadas por ela em 2019.

Tabela de Entrevistados - Rio de Janeiro (RJ)

Nome	**Ano de Ingresso na Universidade**	**Idade**	**Coletivo**	**Partido**	**Encontros**	**Raça/Cor**	**Id. Racial**	**Gênero**	**Id. Gênero**	**Orientação Sexual**
Aiye TiEso	2013	37	Frente Negra/UERJ	Nenhum	EECUN	Preto	Negre	“masculino”	Não binarie	LGBTQI+
Ane Souza	2003	34	Denegrir/UERJ*; Aquatune/UERJ*	Nenhum	Nenhum	Preta	Negra	Feminino	Feminino	Heterossexual
Grazielle Ozório	2013	23	Frente Negra/UERJ*; Patrice Lubumba/UERJ	Nenhum	EECUN	Preta	Preta	Feminino	Feminino	Sapatão
Suzan Stanley	2013	26	Frente Negra/UERJ*	Nenhum	EECUN	Preta	Preta	Feminino	Feminino	Heterossexual
Vinícius Pereira	2013	27	Frente Negra/UERJ	Nenhum	EECUN	-	-	-	-	-

Tabela de Entrevistados - Campinas (SP)

Nome	Ano de Ingresso na Universidade	Idade	Coletivo	Partido	Encontros	Raça/Cor	Id. Racial	Gênero	Id. Gênero	Orientação Sexual
Carolina Pinho	2003	37	NCN/UNICAMP*	PT	ENUNE (2009)	Preta	-	Feminino	Cisgênero	Bissexual
Anselma Sales	1997	44	NCN/UNICAMP*; MNU	PT	Nenhum	Preta	Negra	Feminino	Mulher	Heterossexual
Bruno Ribeiro	2014	23	NCN;UNIAMP*	Nenhum	ENUDS(2015;2016);EECUN	Preto	Negro	Bicha	Bicha	Bicha
Letícia Pavarina	2009[448]	31	NCN/UNICAMP	Nenhum	EECUN	Preta	Negra	Feminino	Feminino	Lésbica
Milena Oliveira	2011	27	NCN;UNICAMP	Nenhum	Nenhum	Parda	Negra	Mulher	Mulher Cisgênero	Heterossexual
Taina Santos	2014	24	NCN;UNICAMP*	Nenhum	EECUN	Preta	Negra	Feminino	Mulher Cisgênera	Heterossexual[449]
Teófilo Reis	2002	34	NCN/UNICAMP*	PSOL	EECUN	Preto	Preto	Masculino	Homem Cisgênero	Bissexual

[448] A resposta completa de Letícia foi: “Eu entrei em 2009 no curso de Geografia na UFSCAR, mas depois transferi e comecei Ciências Sociais em 2010”.
[449] A resposta completa de Taina foi: “Socialmente lida como heterossexual, atualmente, me relaciono mais com homens, porém, já me relacionei com mulheres”.

ANEXO 2

Tabela Sócio Referenciada 1 – Salvador (BA)[450]

Nome	Escolaridade da Mãe	Esc. da mãe depois dos 30[451]	Renda Familiar (antes graduação)	Renda Familiar (depois da graduação)	Renda Pessoal[452]	IE (Ensino Fundamental	IE (Ensino Médio)	Cursou PVNC	Deslocamento para graduação ou pós-graduação[453]
Anderson Eslie	Ensino Médio Completo	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	-	Privada	Pública estadual	N	N
Felipe Doss[454]	Ensino Fundamental Completo	N	Até 2 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	-	Pública	Pública	N	S
Rebeca Benevides	Ensino Fundamental Incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	-	Privada	Privada	N	N
Ricardo Santana	Ensino Médio incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Privada	Privada	N	N
Rodger Richer	Ensino Superior completo	S	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Privada com bolsa	Privada	S	S
Samira Soares	Ensino Médio completo	S	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Pública estadual	N	S
Tifanny Conceição	Ensino Fundamental Incompleto	N	Até 2 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Privada com bolsa	S	S

[450] Assim como na tabela dos entrevistados, as informações destas tabelas são baseadas nas respostas dos interlocutores oferecidas em 2019. Jamile Carvalho não responder a este formulário.
[451] Essa coluna corresponde aos entrevistados que responderam que suas mães alcançaram a escolaridade, em questão, após os 30 anos.
[452] Os entrevistados que não responderam a esta questão foi por ainda viverem com suas famílias.
[453] Essa coluna corresponde aos entrevistados que tiveram que se deslocar do seu local de residência de origem para a graduação ou pós-graduação
[454] Essas informações foram oferecidas pela mãe de Felipe em Março de 2020.

Tabela Sócio Referenciada 1 – Rio de Janeiro (RJ)

Nome[455]	**Escolaridade da Mãe**	**Esc. mãe depois dos 30**	**Renda Familiar (antes graduação)**	**Renda Familiar (depois da graduação)**	**Renda Pessoal**	**IE (Ensino Fundamental**	**IE (Ensino Médio)**	**Cursou PVNC**	**Deslocamento para graduação ou pós-graduação**
Aiye TiEso	Ensino Fundamental Incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Pública estadual	N	N
Ane Souza	Ensino Fundamental Incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	Pública Municipal e depois estadual	Pública estadual	N	N
Grazielle Ozório	Ensino Fundamental Incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	-	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Pública estadual	N	S
Suzan Stanley	Ensino Superior completo	S	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	-	Privada	Privada	N	N

[455] Vinícius Pereira não respondeu a este formulário.

Tabela Sócio Referenciada 1 – Campinas (SP)

Nome	Escolaridade da Mãe	Esc. da mãe depois dos 30	Renda Familiar (antes graduação)	Renda Familiar (depois da graduação)	Renda Pessoal	IE (Ensino Fundamental	IE (Ensino Médio)	Cursou PVNC	Deslocamento para graduação ou pós-graduação
Anselma Sales	Ensino Médio completo	S	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Pública Estadual	Pública Estadual	N	N
Bruno Ribeiro	Alfabetizada	N	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública estadual	Pública estadual	S	S
Carolina Pinho	Ensino Médio incompleto	N	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Pública estadual	N	S
Letícia Pavarina	Ensino Superior completo	S	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	Pública municipal	Pública estadual	N	S
Milena Oliveira	Ensino Superior completo	S	De 2 a 4 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 2 a 4 Salários Mínimos	Pública municipal	Privada com bolsa	N	S
Tana Santos	Ensino Médio completo	S	Até 2 Salários Mínimos	Até 2 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Escola privada de periferia.	Pública estadual	S	S
Teófilo Reis	Ensino Superior completo	N	De 4 a 10 Salários Mínimos	De 10 a 20 Salários Mínimos	De 4 a 10 Salários Mínimos	Parte em escola pública e parte em escola privada com bolsa	Pública estadual	N	S

ANEXO 3

Tabela Sócio Referenciada 2 – Salvador (BA)

Nome	Nível de formação	Primeiro da família[456]	Cotas (Graduação)	IC[457]	Bolsa (Graduação)	Ano ingresso/IES (Mestrado)	Cotas (Mestrado)	Bolsa (Mestrado	Ano ingresso/IES (Doutorado)	Cotas (Doutorado)	Bolsa (Doutorado)
Anderson Eslie	Doutor	S	N	S	Pesquisa e extensão	2009/UFBA	N	CAPES	2013/UNICAMP	N	CAPES
Felipe Doss[458]	Graduando	S	S	N	Pesquisa e extensão; auxílio permanência	-	-	-	-	-	-
Rebeca Benevides	Graduada	S	N	N	Pesquisa e extensão	-	-	-	-	-	-
Ricardo Santana	Mestre	S	N	N	N	2010/UEFS	N	N	-	-	-
Rodger Richer	Mestrando	S	N	S	Pesquisa e extensão	2018/UNICAMP	Étnico raciais	CNPQ	-	-	-
Samira Soares	Mestranda	S	Étnico raciais + renda	S	N	2019/UFBA	Étnico raciais	N	-	-	-
Tifanny Conceição	Graduanda	S	N	S	Pesquisa e extensão	-	-	-	-	-	-

[456] Essa coluna corresponde à pergunta se eles eram os primeiros da família a entrarem em uma universidade pública.
[457] Iniciação Científica
[458] Essas informações foram oferecidas por Rebeca Benevides, que era amiga de Felipe, em Março de 2020.

Tabela Sócio Referenciada 2 – Rio de Janeiro (RJ)

Nome	**Nível de formação**	**Primeiro da família**	**Cotas (Graduação)**	**IC**	**Bolsa (Graduação)**	**Ano ingresso/IES (Mestrado)**	**Cotas (Mestrado)**	**Bolsa (Mestrado**	**Ano ingresso/IES (Doutorado)**	**Cotas (Doutorado)**	**Bolsa (Doutorado)**
Aiye TiEso	Graduando	S	N	S	Pesquisa e extensão	-	-	-	-	-	-
Ane Souza	Doutoranda	N	Étnico raciais + escola pública	N	Extensão e permanência de cotistas	2011/CEFET-RJ	Étnico raciais	FAPERJ	2018/PUC/RJ	N	N
Grazielle Ozório	Mestranda	S	Étnico raciais + renda	S	Extensão e permanência de cotistas	2019/UERJ	Étnico raciais + renda	CAPES	-	-	-
Suzan Stanley	Mestranda	N	N	S	Pesquisa e extensão	2019/UFF	N	CAPES	-	-	-

Tabela Socio-Referenciada 2 – Campinas (SP)

Nome	Nível de formação	Primeiro da família	Cotas (Graduação)	IC	Bolsa (Graduação)	Ano ingresso/IES (Mestrado)	Cotas (Mestrado)	Bolsa (Mestrado)	Ano ingresso/IES (Doutorado)	Cotas (Doutorado)	Bolsa (Doutorado)
Anselma Sales	Doutora	N	N	S	Pesquisa e extensão	2007/USP	N	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	2013/USP	N	N
Bruno Ribeiro	Mestrando	S	PAAIS	S	Pesquisa e extensão + Bolsa Permanência	2018/UNICAMP	Étnico raciais	FAPESP	-	-	-
Carolina Pinho	Doutora	N	N	S	Pesquisa e extensão	2009/UNICAMP	N	CNPQ	2012/UNICAMP	N	FAPESP
Letícia Pavarina	Mestranda	N	Escola pública	N	Bolsa permanência	2016/UNICAMP	Étnico raciais	CNPQ	-	-	-
Milena Oliveira	Doutoranda	S	N	N	S[459]	2016/UNICAMP	N	CAPES	2018/UNICAMP	Étnico raciais	CAPES
Taina Santos	Mestranda	S	PAAIS	S	Pesquisa e extensão + permanência	2019/UNICAM	Étnico raciais	N	-	-	-
Teófilo Reis	Doutorando	N	N	S	Pesquisa e extensão + permanência	2006/UNICAMP	N	FAPESP	2017/UNICAMP	Étnico raciais	N

[459] A resposta completa de Milena para essa questão foi: “Eu tinha bolsa restituível da escola de onde vim. Ou seja, o colégio Embraer me dava uma bolsa mensal, a qual estou tendo que devolver agora e que durante todo esse tempo teve o valor da dívida reajustado”.

ANEXO 4

Quadro 1 - Encontros Nacionais e formação dos coletivos (1993-2016)*

1993	**1999**	**2003**	**2004**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2012**	**2015**	**2016**	**2019**
I Seminário Nacional de Universitários Negros – Senun (UFBA – Salvador/BA)	Criação da Diretoria de Combate ao Racismo da UNE	I ENUDS – UFMG (Belo Horizonte/ MG)	II ENUDS – UFPE (Recife/PE)	III ENUDS – UFF (Niterói/RJ)	V ENUDS UFG (Goiânia/GO)	VII ENUDS– UFMG (Belo Horizonte/MG	III ENUNE UFBA (Salvador/BA)	IX ENUDS – UFBA (Salvador/BA	XIII ENUDSG UFG (Goiania/GO)	XIV ENUDSG FURG (Rio Grande/RG)	
		Aplicação de cotas na UERJ	Aprovação de cotas na UFBA e na UNEB	Criação da Campanha Reaja ou será morta! Reaja ou será morto! (Salvador/BA	I ENUNE	II ENUNE – UFBA (Salvador/BA		Aprovação da Lei de cotas no STF	IV ENUNE UNEB (Salvador/BA	V ENUNE UFBA (Salvador/BA	VI ENUNE UFF (Niterói/ RJ)
		Aprovação de cotas na UNB	Formação do NENU (UFBA/BA)	Criação da Diretoria GLBT da UNE	I ENJUNE (Lauro de Freitas/BA)	Formação do Enegrecer (UFBA)		Formação do NCN/UNICAMP	I Encontro LGBT da UNE (Rio de Janeiro/RJ)	EECUN UFRJ (Rio de Janeiro/RJ	
			Formação do Kiu! (UFBA/BA	Formação do Denegrir (UERJ/ RJ)		Formação do coletivo Quilombo (UFBA)			Formação da Frente Negra da UERJ	II Encontro LGBT da UNE (São Paulo/SP)	

*Apesar do ENUDS ter sido anual, este quadro apresenta os Encontros nacionais e formação dos coletivos presentes no texto.